

JAN.- ABR. • 2022 • V. 15

38



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

EDITORA-CHEFE

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Salvador, BA, Brasil. ancaiana@yahoo.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Breno Mendes, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. mendes.breno@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

João Rodolfo Munhoz Ohara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ohara.jrm@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lizette Jacinto, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélaz Pliego", Posgrado en Historia, Puebla, México. lizettejacinto@hotmail.com

[ORCID](#)

María Inés Mudrovcic, Universidad Nacional del Comahue, Facultad de Humanidades, Departamento de História, Río Negro, Argentina. mmudrovcic@gmail.com

[ORCID](#)

Pablo Aravena, Universidad de Valparaíso, Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Magíster en Historia, Valparaíso, Chile. pablo.aravena@uv.cl

[ORCID](#)

Ricardo Ledesma Alonso, Universidade Nacional Autônoma do México, Facultad de Filosofía y Letras, Ciudad de México, México. ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx

[ORCID](#)

Sanjay Seth, University of London, Department Politics and International Relations, Londres, Inglaterra. s.seth@gold.ac.uk

[ORCID](#)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian, Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, Rosário, Argentina. aeuja@live.com.ar

Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. arthurassis@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Arthur Lima de Ávila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. arthuravila@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Claudia Beltrão, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. crbeltrao@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Durval Muniz de Albuquerque, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil. durvaljr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Ewa Domanska, Adam Mickiewicz University, Department of History, Poznań, Polônia. ewa@amu.edu.pl

[ORCID](#)

Fábio Franzini, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil. fabio.ff.franzini@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fabio Wasserman, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. fwasserm@filo.uba.ar

[ORCID](#)

Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. fernando.nicolazzi@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Helena Mollo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. hmollo@bol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Julio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil. juliobentivoglio@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. luciamp@uol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luisa Rauter Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. lurauterp@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Mateus Henrique Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. matteuspereira@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Omar Acha, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. omaracha@gmail.com

[ORCID](#)

Pedro Meira Monteiro, Princeton University, Department of Spanish and Portuguese, Princeton, Estados Unidos da América. pmeira@princeton.edu

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pedro Spinola Pereira Caldas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pedro.caldas@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Raquel Glezer, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. rglezer938@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rebeca Gontijo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil. rebeca.gontijo@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rodrigoturin@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Sérgio da Mata, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. sdmata@ufop.edu.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Temístocles Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. t.cezar@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Évora, Portugal. treismiranda@yahoo.co.uk

[ORCID](#)

Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. valdei354@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

CONSELHO CONSULTIVO

Astor Diehl, Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Passo Fundo, RS, Brasil. astor@upf.br

[Currículo Lattes](#)

Carlos Fico, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. carlosficojr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Carlos Oiti, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. oitijr@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Cássio Fernandes, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. cassiofer@hotmail.com

[Currículo Lattes](#)

Chris Lorenz, University of Amsterdam, Amsterdã, Países Baixos. cfg.lorenz@gmail.com

Eliana Dutra, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. erduttra@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. echarema@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fernando Catroga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal. fcatroga@hotmail.com

Francisco Murari Pires, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. murari@usp.br

[Currículo Lattes](#)

François Hartog, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, França. francois.hartog@ehess.fr

Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, CE, Brasil. fredneve@ufc.br

[Currículo Lattes](#)

Guillermo Zermeño Padilla, Colegio do México, Cidade do México, México. gmoz@colmex.mx

Hans Ulrich Gumbrecht, Stanford University, Departments of Comparative Literature and of French & Italian, Stanford, Estados Unidos da América. sepp@stanford.edu

Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. ikantor@usp.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

José Carlos Reis, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. jkrs@uol.com.br

[Currículo Lattes](#)

Jörn Rüsen, Universität Witten/Herdecke, Fakultät für Kulturreflexion - Studium fundamentale, Witten, Alemanha. joern.ruesen@uni-wh.de

Jurandir Malerba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. jurandirmalerba1@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Keila Grinberg, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. keila.grinberg@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luiz Costa Lima, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. l18danil@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. marmorel@terra.com.br

[Currículo Lattes](#)

Marlon Salomon, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. marlonsalomon@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pascal Payen, Université de Toulouse II - Le Mirail, Toulouse, França. payen@univ-tlse2.fr

Sérgio Campos Matos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História, Lisboa, Portugal. sergiocamposmatos@gmail.com

[ORCID](#)

Silvia Petersen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. spetersen@orion.ufrgs.br

[Currículo Lattes](#)

EDITORA ASSISTENTE

Letícia Gomes do Nascimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Aguinaldo Medeiros Boldrini, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Tikinet Edição.

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Tikinet Edição.

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani, Editora Milfontes.

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

PATROCÍNIO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000 | Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

Abrigar, divulgar e incentivar a produção de conhecimento nos campos da teoria da história, da história da historiografia e afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisa entre investigadores dessas áreas correlatas.

FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - V. 15, n. 38 (jan./abr. 2022-) . - Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2021-v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

Bibliotecário(a) Responsável: Elton Ferreira de Mattos - CRB 6 - 2824

ARTIGO ORIGINAL RESEARCH ARTICLE

- As “artes da memória” em Michel de Certeau
Eduardo Gusmão de Quadros _____ 17
- Figurações do canibalismo na história intelectual brasileira do século XX: ciências humanas, artes e temporalidades
Francine Iegelski _____ 39
- Travessias historiográficas: da História das Ideias às contribuições da História Intelectual e da História Conceitual para o estudo dos processos políticos uruguaios oitocentistas
Elvis de Almeida Diana _____ 67
- Los libros de texto y sus discursos: representaciones de las mujeres en la historia escolar chilena (13.000 a. C. - 1810)
Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda _____ 97
- Apelativos, silencios y olvidos en torno a los animales de los Beatos en la temprana historiografía artística del siglo XIX y de inicios del siglo XX
Nadia Mariana Consiglieri _____ 137
- Os eternos movimentos (in)disciplinares entre a História e as Relações Internacionais: a importância do pensamento histórico
Pedro Emanuel Mendes _____ 167
- A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva
Leandro Duarte Rust _____ 201

As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico
Marcello Felisberto Moraes de Assunção _____ 231

José Carlos Mariátegui, el materialismo histórico-dialéctico del Sumak Kawsay: entre la religión y el mito
César Miguel Salinas Ramos _____ 253

■ ARTIGO DE REVISÃO REVIEW ARTICLE

Os sentidos do anacronismo
Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves _____ 285

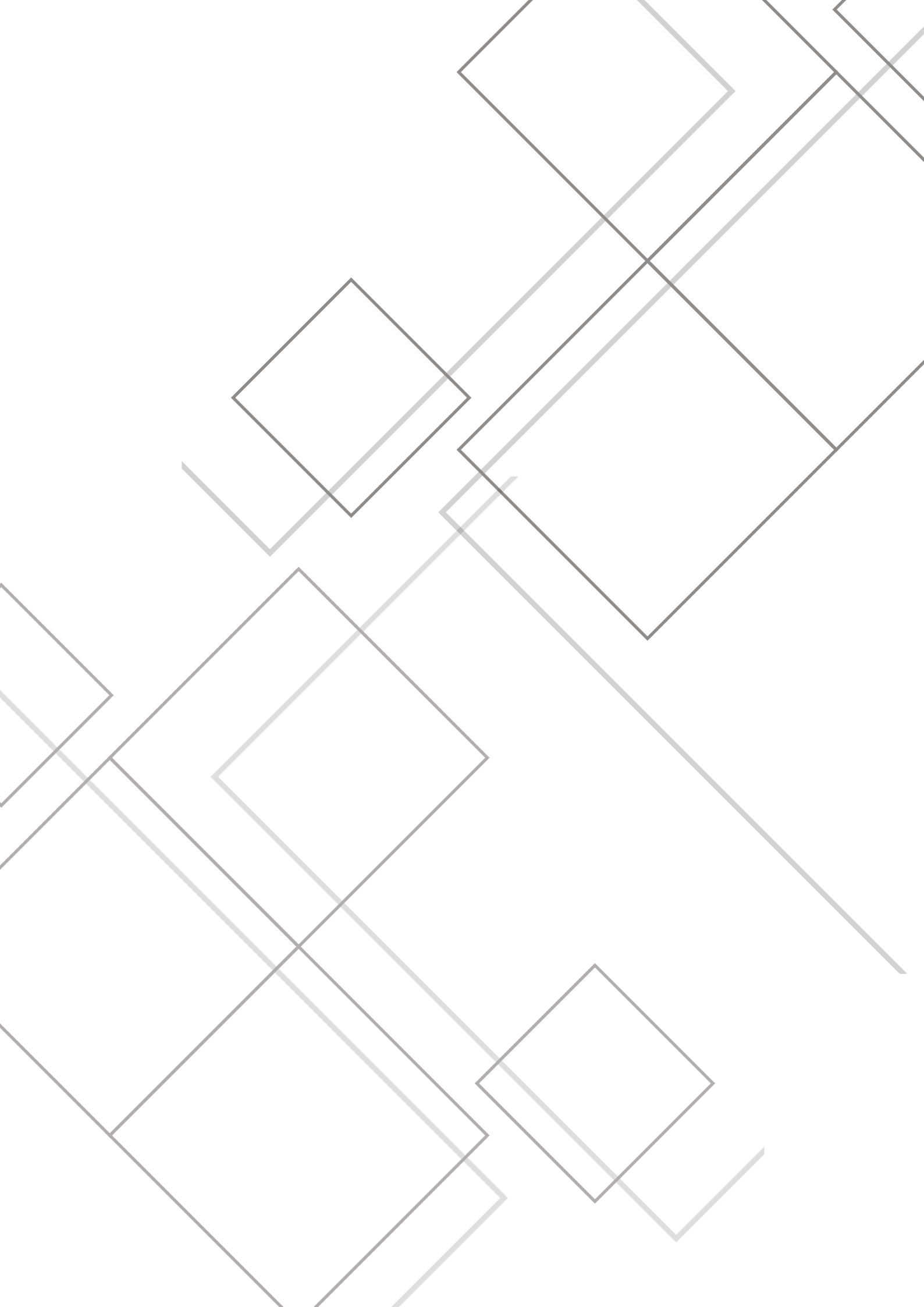
■ **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**
EDITORIAL GUIDELINES _____ 315



ARTIGO ORIGINAL



RESEARCH ARTICLE



As “artes da memória” em Michel de Certeau

The “arts of memory” in Michel de Certeau

Eduardo Gusmão de Quadros ^{a b}

E-mail: Eduardo.hgs@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0645-6901> 

^a Universidade Estadual de Goiás, Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas, Departamento de História, Goiânia, GO, Brasil

^b Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Departamento de História, Goiânia, GO, Brasil

RESUMO

No campo da pesquisa histórica, Michel de Certeau tornou-se conhecido pelo trabalho da década de 1970 “A operação historiográfica”, que foi inserido na obra *A escrita da História*. A abordagem original que dera ao tema serviu de plataforma para várias investigações posteriores. Entretanto, a relação tensa inserida entre o conhecimento do passado e as “artes” da memória não receberam a devida atenção nos estudos históricos ou culturais. Esse é o objetivo deste artigo, buscando aprofundar as intuições postas acerca da temporalidade, do ato de lembrar e seu potencial de inconformidade. O intuito é apresentar hermeneuticamente a parte dedicada ao problema na obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, publicada na França em 1980. Observa-se na reflexão, um distanciamento entre memória e historiografia, não apenas devido às capacidades e as características típicas da escritura, mas principalmente captado sob a influência da filosofia pragmática e da abordagem bioenergética da lembrança. As tensões apontadas pelo autor permaneceram pouco exploradas, posteriormente, na Teoria da História.

PALAVRAS-CHAVE

Michel de Certeau; Memória; Historiografia.

ABSTRACT

In the field of historical research, Michel de Certeau became known for the work of the 1970s “The historiographical operation”, which was included in your work *The Writing of History*. The original approach given to subject contributed as a platform to several subsequent investigations. However, the tense relationship between knowledge of the past and the “arts” of memory hasn’t received due attention in cultural studies neither schoolers with Certeauian perspective. This is the objective of this article, seeking to deepen the intuitions about temporality, the act of remembering and its potential for nonconformity. The aim is, hermeneutically, explore the part dedicated to problem in the work *The Practice of Everyday Life*, published in France in 1980’s. In this reflection, a gap between memory and historiography is observed, not only because the capacities and typical characteristics of Scripture, but mainly captured under the influence of pragmatic philosophy and the bioenergetic approach to remembering act. The tensions pointed out by the author remained little explored in Theory of History area.

KEYWORDS

Michel de Certeau; Memory; Historiography.

*Só houve um tempo.
E o tempo não tem adjetivos: é, foi, faz-se.
J. C. Capinan*

É preciso certo cuidado para adentrar nos textos de Michel de Certeau. Ele se considerava, antes de tudo, um historiador¹, contudo sua formação erudita em várias áreas faz das entrelinhas de sua escrita um verdadeiro campo de diálogo. Some-se o fato de que o pensador francês pertenceu à Companhia de Jesus e permaneceu padre por toda sua vida. Isso não é tão comum em nosso meio acadêmico – nem na França –, especialmente nos debates que percorremos pela teoria da história.

Seu texto mais lido, estudado, comentado e aplicado nos cursos de História até hoje é aquele intitulado “A operação historiográfica” (CERTEAU, 2000, p. 65-119). Esse trabalho tem uma história curiosa, pois de modo mutilado e com um título distinto – “A operação histórica” – foi colocado como capítulo de abertura da coletânea que serviu de plataforma da *História Nova* francesa (LE GOFF; NORA, 1995, p. 17-48). O próprio título dessa coletânea, em francês *Fazer história*, foi retirado de um artigo de Michel de Certeau publicado em 1970, que havia impressionado os organizadores (CERTEAU, 2000, p. 31-64). O capítulo apresenta uma perspectiva distinta dos demais textos selecionados da coletânea, o que fez Hayden White (2008, p. 39) classificá-lo como um “estranho suspeito” no meio do *establishment* historiográfico francês. Além disso, ao elidir todo o item acerca da escritura², foi editado desrespeitando a visão tripartite da historiografia proposta pelo autor.

O roteiro certeuniano tem sido retomado, de modo cada vez mais influente, para pensar a questão: o que fabricam os historiadores quando pretendem fazer história? (CERTEAU, 2000, p. 65). Pode-se afirmar, portanto, que sua concepção contribuiu para o uso frequente que o termo possui atualmente, ainda que, na década de 1980, Carbonell continuasse a conceituar historiografia enquanto “história da história” ou, para ser mais preciso, “a história do discurso que os homens têm sustentado sobre o seu passado” (1987, p. 9).

¹ A afirmação de que era, antes de tudo, um historiador encontra-se em um requerimento a seu superior para vir em missão ao Brasil em 1968 (CERTEAU *apud* DOSSE, 2002, p. 175). Cerca de quinze anos depois, repetiria que, apesar de ser conhecido por estudos de semiótica e psicanálise, era um historiador (CERTEAU, 1983, p. 6).

² A historiografia é composta por “um lugar social”, “uma prática” e “uma escrita”, como aparece no artigo completo. As três dimensões são fundamentais para pensar “o que fazem os historiadores”, como demonstra Paul Ricoeur, que as retomou na estrutura de sua obra magna (RICOEUR, 2007). Uma avaliação do impacto da *operação historiográfica* em Zeitler (2015).

Outra forma de registrar a temporalidade não está escrita, mas inscrita nos aspectos mnemônicos. Tal temática é importante para repensar a produção historiográfica, especialmente se não nos contentarmos com a aproximação demasiada rápida e superficial entre as duas formas de demarcação do tempo decorrido. Este artigo chama atenção para a questão da memória no pensamento de Michel de Certeau, demonstrando sua relevância na organização da sociedade contemporânea, bem como refletindo sobre seus motivos para propor uma forte distinção, que às vezes beira a contraposição entre história e memória.

A invenção sempre inacabada

O tema da memória aparece em pequenos fragmentos nos textos certeunianos. Seu primeiro artigo acadêmico, publicado em 1956, relacionava-o com a experiência religiosa e com a habilidade mnemônica de fazer perdurar o registro sagrado no tempo (QUADROS, 2004). Além disso, no diálogo intenso estabelecido com a psicanálise, o tema surge apontando as formas distintas de trato com a temporalidade, as estratégias apartadas de articular o passado e o presente, bem como o modo diferente de construir os relatos (CERTEAU, 1990). Entretanto, nada se compara ao aprofundamento feito no projeto de investigação intitulado *A invenção do cotidiano*.

Sob encomenda do Ministério da Cultura, o pesquisador reuniu em meados da década de 1970 um grupo de pesquisa para debater as práticas culturais dos franceses. O resultado ficou inacabado, pois foi interrompido por mudanças do departamento estatal que havia contratado o grupo (GIARD, 1996, p. 15). Em 1980, já encerrado o projeto, foram publicados o primeiro volume, mais teórico, sobre as "artes de fazer" e o segundo volume, de teor mais empírico, sobre o morar e o cozinhar. O terceiro volume, tratando das "artes de dizer", em que retornaria às questões da memória, nunca foi completado (GIARD, 1996, p. 26).

A dúvida que fica é: por que convidar um historiador, filósofo e jesuíta para um tema tão pertinente à sociologia ou à antropologia urbanas? Lendo o texto introdutório de Luce Giard aqui referido, que compunha a equipe, tem-se a impressão de que o convite viera após a publicação do livro *A cultura no plural* (CERTEAU, 1995), que ocorreu em 1974, até pela proximidade entre as datas. Contudo, aconteceu o inverso, sendo os últimos capítulos desse livro já uma exposição de como Certeau planejava construir sua "topografia" das práticas culturais. Ele ressalta:

sistema de relações mais do que lugar unívoco, a cidade requer uma conexão de espaços diferenciados entre si (porque definidos cada um pelas sociedades que a habitam) e, todavia, superpostos (aos sistemas que se cruzam em “treliças”, acrescenta-se a sedimentação de sistemas históricos). À homogeneidade abstrata de uma racionalidade única, as experiências tentam substituir uma estrutura de pluralidade em que, por exemplo, o habitat de uma minoria não tome a forma de abscesso, mas seja reconhecido como um modo espacial de existir entre outros, sem que, no entanto, deles se isole (CERTEAU, 1995, p. 212).

O autor rejeita, desse modo, as “prisões” da linguagem estruturalista, que visam a homogeneização, bem como a divisão simplista baseada nos recortes de classe. Ainda assim, está atento às desigualdades no acesso aos “bens” culturais e entende o mundo urbano como sistemas de linguagem sobrepostos, cada qual em sua radical historicidade. Foi com esse enfoque, permeando os grandes paradigmas teóricos, que ele abriu espaço nos meios burocráticos. O próprio ministro Jacques Duhamel utiliza os termos certeunianos ao propor as ideias mestras que guiarão sua atuação: “criatividade, e não reprodução; atividade, e não consumo; responsabilidade, e não facilidade; pluralidade, e não unidade; comunicação, e não conservação” (*apud* DOSSE, 2002, p. 448).

Ao final dos anos 1960 e início dos 1970, os estudos tratando da vida cotidiana na França não costumavam dar tanta ênfase ao *plural* e à *criatividade* dos sujeitos. De um lado, havia a tradição marxista inspirada pelos amplos estudos de Henri Lefebvre. Essa reflexão valorizava o conhecimento dos “homens comuns” e suas práticas, colocadas sob o imperante signo da reprodução. Chega-se a afirmar que o cotidiano é imemorial, está enraizado “naquilo que não tem data” (1991, p. 31). O objetivo é, portanto, demonstrar como a cultura ordinária produz a alienação capitalista e realizar uma profunda crítica, visando superá-la na “revolução cultural permanente” (1991, p. 205). A outra vertente predominante de estudos pode ser exemplificada pelo estruturalismo, ainda que matizado, de Pierre Bourdieu. Nos anos 1970, ele elaborou muitas reflexões teóricas e empíricas, sintetizadas pelo grande estudo sobre *A distinção* (BOURDIEU, 2007). No livro ele analisa, utilizando uma densa quantidade de questionários e inúmeras tabelas estatísticas, o consumo, ou “a produção social do gosto”, enquanto elemento fundamental de hierarquização social. O cotidiano manifesta diretamente o *habitus*, essa “estrutura estruturante” gerada no *douto desconhecimento* de pertencer a um espaço social delimitador (2007, p. 190).

O caminho traçado por Certeau foi outro, bem mais marcado pela etnometodologia norte-americana. Ele pode ser inserido no que Dosse denominou "o desvio americano" (2003), chegando a ir trabalhar *full time* nos Estados Unidos (Universidade de San Diego, Califórnia) no final da década de 1970. O clima juvenil de inquietação e as manifestações da contracultura, tão vivas naquela época, despertaram a atenção do pensador jesuíta, que já tinha passado algumas temporadas por lá antes de ir como professor universitário. As ideias da *etnometodologia* estavam em voga nas universidades californianas, chamando atenção para a perspectiva de estudar as "representações do cotidiano" e criticando profundamente a tendência "de considerar o ator social como um 'idiota cultural', assim como era usual na tradição epistemológica francesa, a ruptura radical entre o saber científico e o senso comum" (2003, p. 98). No livro de Certeau, ele escreveria esse princípio epistemológico básico: "não se se devem tomar os outros como idiotas" (1996, p. 273).

Pode-se considerar essa obra como uma análise da vida moderna ou da "historicidade contemporânea", como escreve o autor (CERTEAU, 1996, p. 72). Um projeto inacabado que corresponde a uma modernização sempre incompleta, cheia de falhas e que jamais consegue enquadrar o *movimento browniano* dos sujeitos.³ Essa perspectiva foi explorada por Éric Maigret (2000), ao apontar "três heranças" deixadas por Certeau para se pensar o mundo atual:

1. Uma reflexão epistemológica acerca da história, em que aponta para a necessária relação com a alteridade, condição de se pensar o tempo, as mudanças e permanências. Seus críticos chegam a denunciar uma "apologia da diferença" em suas noções, mas o que o interessava nos textos históricos que produziu era demonstrar as racionalidades complexas, e até contraditórias, dos atores enredados nos quadros do poder (MAIGRET, 2000, p. 518).
2. Uma socioantropologia das crenças, em que afasta o ato de crer da esfera específica das manifestações religiosas. Podemos inserir suas críticas à metafísica ou à noção totalitária do real dentro dessa linha de análise, a que dedicou os últimos cursos e textos. Ora, tal noção "totalitária" de domínio da realidade está bem presente no discurso histórico, o que fez alguns historiadores considerarem a forma certeuniana de argumentar como sendo "pós-moderna" (VAINFAS, 2002, p. 39). As crenças circulam amplamente na sociedade, atingindo a política,

³ É o movimento aleatório das partículas em um fluido, resultante da colisão com outros átomos ou moléculas. A metáfora foi utilizada por Certeau para indicar a instabilidade de qualquer sistema de controle perante as astúcias das pessoas (1996, p. 47).

o lazer, o esporte, a *mass media*, até o campo científico. Todas essas esferas procuram mobilizar o ato de crer, ou seja, no dia a dia têm captado o “crédito” atribuído pelos sujeitos. Em síntese:

a crença não repousa mais em uma alteridade invisível, escondida por trás dos signos, mas em cima daquilo que outros grupos, outros campos, ou outras disciplinas supostamente são. O ‘real’ é aquilo que, em cada lugar, a referência a um outro faz acreditar (CERTEAU, 1996, p. 289).

3. Uma nova teoria da produção-recepção, por meio da qual critica com radicalidade os poderes institucionais, e as noções deterministas que pressupõem a capacidade tanto para manipulação quanto para alienação das pessoas. Essa é a principal perspectiva demonstrada nas páginas d’*A Invenção do Cotidiano*, utilizando ali uma escrita poética, de toque personalista e cheia de volteios barrocos. Ao explorar o paradoxo de que o consumidor produz, Certeau queria formular uma teoria que tente explicar os pertencimentos, duradouros ou fugazes, a constelação dos gostos, a complexidade lógica das práticas e as múltiplas habilidades de uma crítica cognitiva difusa presentes no estabelecimento dos vínculos sociais (MAIGRET, 2000, p. 537).

O projeto de pesquisa encomendado nunca foi concluído, mas isso não impede que se perceba a necessidade de continuar essas linhas mestras, de fazer render tais “heranças”. Os infinitesimais espaços de liberdade, tão ressaltados na obra certeuniana, ainda insistem em se deslocar no dia a dia, seja como relíquias de outros tempos, seja enquanto microutopias sonhadas. A proposta de uma “polemologia do fraco” (CERTEAU, 1996, p. 44) continua a nos desafiar.

As artes dos desapoderados

A partir dessa ênfase, podemos entender os motivos das críticas às abordagens de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu que abrem a segunda parte de *A invenção do cotidiano*. É nela que a “arte da memória” será desenvolvida de maneira mais sistemática. Isso significa que, respeitando a organização feita pelo autor, o capítulo anterior lança sua luz sobre o posterior.

Os enfoques teóricos da década de 1970 predominantes na França herdaram dos anos 1960 um certo anti-humanismo associado à forte crítica aos poderes institucionais.

O sujeito ficou desacreditado – conforme o famoso slogan da "morte do homem" – bem como o ideal de liberdade, que passou a ser considerado algo "metafísico". Na reavaliação crítica tecida por Ferry e Renaut, o indivíduo deixara o domínio de si mesmo, tendendo "a não mais perceber o outro como um outro sujeito, como uma outra consciência voluntária com a qual a relação intersubjetiva tomaria a forma de um reconhecimento recíproco das liberdades" (1988, p. 91).

Embora fosse na década de 1970, a perspectiva certeuniana se levantava contra isso. Ela concebia a vida cotidiana como um espaço de luta e conflito (*polemos*, em grego), ainda que não fosse mais a sonhada *Revolução* dos anos 1960. Ao mesmo tempo, vê na parte mais "fraca", nos desapoderados perante o sistema de dominação, uma semente (*poem*, em grego) de contestação incessante.

Para captar as razões (*logos*) infinitesimais de lutar cotidianamente, Michel de Certeau retomou alguns conceitos básicos do general prussiano Carl von Clausewitz. Ao relacionar intimamente guerra e gestão política, o militar do início do século XIX propôs que as batalhas são uma "arte" quando o objetivo central é levar adiante um modo de fazer, e concomitantemente uma ciência, quando a meta é atingir um saber (CLAUSEWITZ, s/d, p. 121). Temos, então, essa ideia ambígua de uma técnica do domínio que se coloca como saber-fazer e como arte-ciência, reunindo elementos que foram sendo distintos na história do pensamento ocidental (retornando à noção de *teknè* do grego clássico). A guerra, ensinava o general, de fato "não pertence nem à arte nem à ciência, mas ao campo da vida social" (CLAUSEWITZ, s/d, p. 122). Tal ambiguidade noética, como se viu, foi inserida no subtítulo da obra certeuniana, já que constitui um projeto das instituições que conformaram a modernidade a esse modo de captação da subjetivação social.

Há ainda o par conceitual estratégia e tática, constituinte elementar de uma guerra. Escreve o militar que a estratégia dispõe melhor do tempo e do espaço, podendo calcular as forças do inimigo; já na tática opera-se no tempo mínimo do imediato, sendo os guerreiros levados pelos próprios movimentos (s/d, p. 157 e 200). Michel de Certeau retoma esses conceitos de forma relacional e interdependente em seu livro, aplicando-os ao capitalismo contemporâneo. Por estratégia, se refere ao

cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade

de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc) (CERTEAU, 1996, p. 99).

Destaca-se a identificação do outro a ser conquistado, correlato à conservação ou ao enriquecimento do próprio, de si mesmo. Isso acarreta uma série de racionalizações, de controle de dados, de tentativas para neutralizar o acaso e a incerteza. Já a tática ocorre dialeticamente por não acumular esse próprio:

então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada de previsão e convocação própria (CERTEAU, 1996, p. 100).

Na invenção da vida cotidiana, a tática ocorre aproveitando a ocasião. Busca “se dar bem” por meio da astúcia, escapando das redes de controle. Ali se recria, tenta juntar forças, sendo a típica “arte do fraco” (1996, p. 101). Depende mais do hábil aproveitamento do tempo, mesmo que seja de um simples instante (1996, p. 102). Mas é bom lembrar que nós, os estudiosos da sociedade, também possuímos nossas estratégias e táticas ao formular os métodos de análise dos discursos, pensamentos e ações dos sujeitos (1996, p. 152).

No livro em tela, Certeau tomou duas perspectivas coetâneas para demonstrar tais estratégias teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, está o estudo de Michel Foucault (2001), que tomou a metáfora da prisão enquanto princípio organizador da “sociedade disciplinar”. Como é corrente no pensamento desse filósofo, ele faz uma crítica radical dos princípios iluministas, para demonstrar como as promessas da *Razão* são engodos. Ela, na verdade, tem criado mecanismos de exclusão e opressão, com vistas à utopia de edificar um grande panóptico social que atingiria a todos.

O livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, obteve grande repercussão e podemos encontrar no diálogo teórico com o amigo homônimo pontos de concordância.⁴ Entretanto, do ponto de vista do cotidiano, Michel de Certeau está realmente interessado em perceber o inverso da disciplina, ou seja, encontrar as marcas deixadas

⁴ Sobre essa relação, pode-se ler a bela homenagem póstuma intitulada *O riso de Michel Foucault* (CERTEAU, 2011). Para um estudo mais aprofundado das divergências entre ambos, André Bocchetti (2015) fez bons comentários.

por "uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas" (1996, p. 116). Dentro da paisagem admirável do olho divino que tudo seria capaz de ver, "sobreviveria um 'politeísmo' de práticas disseminadas, dominadas mas não apagadas" (1996, p. 115). Tal fuga poética, bem como política, não deixou de ser percebida por Foucault posteriormente, ao formular a seguinte regra: "onde há poder, há resistência" (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Já com Pierre Bourdieu, as divergências eram antigas, a exemplo da resenha que fez da obra *A Reprodução* nas páginas da revista jesuítica *Études*, em 1971. Observando que ao invés da continuidade que a educação promoveria nos estudantes, eles na verdade são lançados inconscientemente em um domínio social de classe, Michel de Certeau critica "o reducionismo que pretende negar toda pertinência da ação", denunciando "a visão mecanicista e puramente instrumental do mundo, que torna impossível a criatividade humana" (CERTEAU *apud* DOSSE, 2002, p.192).

Quando abordou a vida cotidiana, ele preferiu dialogar com os estudos reunidos no livro *Esboço de uma Teoria da Prática*, publicado por Bourdieu em 1972 (BOURDIEU, 2002), pois a grande pesquisa acerca de *A Distinção* (BOURDIEU, 2007) estava em elaboração concomitante. Mesmo assim, houve tempo para Certeau incluir pequenas referências à última, chamando-a ironicamente de "uma epopeia social do 'gosto'" (1996, p. 331). As aspas colocadas no termo *gosto*, retirado do subtítulo da obra, demonstra que havia uma discordância com a relação de dependência apontada entre o que as pessoas apreciam e consideram bom e sua posição de classe.

Esse "sociologismo" pode ser demonstrado por meio do conceito de *habitus*. É um dos conceitos mais originais formulados por Bourdieu e tem sido utilizado para explicar diversas situações, para responder a um grande número de questões, como se fosse, diz Certeau, um placebo virtual (1996, p. 134). Tornou-se, assim, um "personagem" a ser encontrado de forma investigadora na teoria social, firmada de maneira cada vez mais dogmática e escolástica (1996, p. 127).⁵ Por ser quase metafísico, o *habitus* se assemelha ao motor imóvel que tudo move, visível somente por meio de práticas e discursos. De natureza totalizante, esse conceito pretende explicar as origens do agir, desenhando "um ator passivo e noturno" no palco "da multiplicidade astuciosa das estratégias" (1996, p. 126).

⁵ Ao destacar a origem medieval do termo, mantido em latim, Certeau afirma que a teoria de Bourdieu "se sustenta hoje em um impressionante aparelho de termos e axiomas escolásticos..." (1996, p. 332). Sabe-se da crítica que Bourdieu teceu sobre esses mecanismos linguísticos de *status* social, podendo-se afirmar que o feitiço se voltou contra o feiticeiro.

Os “desvios” da historicidade resistem à beleza e ao formalismo dos modelos sociológicos. Até porque, trata-se de atos nem sempre tão lógicos assim. A memória imobilizada do *habitus* e a inconsciência do *gosto* deveriam render como um *capital* a ser multiplicado. Isso pode ser válido para “uma economia do lugar próprio” (1996, p. 123). Contudo, segundo Michel de Certeau, o principal é explorar os pontos cegos do panóptico ou os desencaixes da maquinaria de reprodução social. As teorias sociais querem ver e revelar, enquanto as práticas ordinárias pululam, invisibilizadas pelas próprias instituições que, muitas vezes, as provocam. A interrogação teórica deveria, portanto, considerar seriamente o que exclui, aquilo que resiste aos seus poderes, pois “ela é a memória desse ‘resto’” (1996, p. 132).

Na astúcia do lembrar

Podemos agora compreender melhor as *artes* da memória na concepção certeuniana, que é bastante distinta da *Ars Memoriae* estudada por Yates (2007). Elas emergem entre as táticas e as estratégias dos sujeitos, entre legitimações e ocasiões vitais, entre racionalizações e golpes astutos. Enquanto arte, guardam obviamente seu aspecto criativo, bem como recreativo. Assemelham-se às “traquinagens” da infância, rompendo-se com as regras estabelecidas hierarquicamente. Até porque, retomando a origem etimológica da palavra *in-fans* – quem não fala – “é um saber que opera fora do discurso estabelecido e que lhe falta” (1996, p. 137). De forma complementar, “a arte constitui em relação à ciência um saber em si mesmo essencial mas ilegível sem ela” (1996, p. 140).

Não se deve presumir disso alguma autoridade. Mesmo que retorne às noções de pensadores iluministas e cientificistas, Certeau na verdade quer desestabilizar a semântica desses termos, borrar as linhas de quem redige aqueles doutos registros considerados clássicos. As enciclopédias não registram “o saber não sabido” das práticas ordinárias, feitas no dia a dia, prosaicamente por todos ou, talvez, por ninguém em específico (1996, p. 143). A historiografia também não narra esse aspecto.

O capítulo em que desenvolve sua teoria da memória inicia com uma discussão acerca da narratividade. A vida cotidiana é composta de pequenos eventos que, mesmo contados em modo indicativo, indicam muito pouco. A narrativa é “uma arte do dizer”, não uma descrição pormenorizada de cada ação e de cada sentimento. Não se trata exatamente da atribuição semântica já atribuída pelos sujeitos ao relatar, o que é clarividente, mas desse distanciamento fictício ao tratar do tempo. A história narrada “se afasta do real” (1996, p. 153) por uma infinidade de gestos e expressões.

Michel de Certeau afasta os fatos da concepção de verdade? Ou propõe levar mais a sério as operações da linguagem que convertem fatos em verdades? Pensamos que o autor francês tentou fazer ambos quando buscou compreender os homens e mulheres comuns, os atos corriqueiros em sua enraizada historicidade. Por isso ele supõe que "uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas, como a sua condição (ocorre) ao mesmo tempo que sua produção" (1996, p. 153).

Especialista nos séculos XVII e XVIII, ele parece retomar a antiga noção de prática, ainda muito próxima de discurso, anterior à formação do lugar epistemológico das ciências humanas. Na interpretação de François Dosse, há uma tensão indissociável entre discursos e práticas que "habita toda a obra de Certeau, já que ele refletia a partir do centro desta interrogação, postulando ao mesmo tempo a necessidade e a impossibilidade de escrever as práticas" (2002, p. 499).

Reunindo os dois, afirma Certeau que "o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz" (1996, p. 156). Portanto, ele retoma o tópico dos relatos ao tratar da "retórica" do caminhar, a gramática espacial dos andarilhos na malha urbana. Nesse espaço amplo, tão fácil de se perder, o principal dos caminhantes é fabricar lugares, ou seja, criar uma ordenação estável onde se possa coexistir (1996, p. 201). Os relatos podem transformar dinamicamente espaços em lugares ou lugares em espaços, dependendo das relações significativas estabelecidas e das combinatórias articuladas pelas necessidades dos passantes.

Ou pelos sonhos deles. O identificável – nomes atribuídos aos lugares, por exemplo – invoca os traços mnemônicos, pois "memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar" (1996, p. 190). A experiência, portanto, se afasta ordinariamente do agora para manifestar um palimpsesto de temporalidades. O antes e o além se movimentam, tomam uma "metáfora"⁶ que os transportam para uma unidade momentânea.

A memória percorre, atravessa, não pertence a um tempo determinado, muito menos ao passado, como esclarece o autor em uma de suas notas (1996, p. 335). Além disso, ela não tem lugar particular:

a dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. [...] O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que

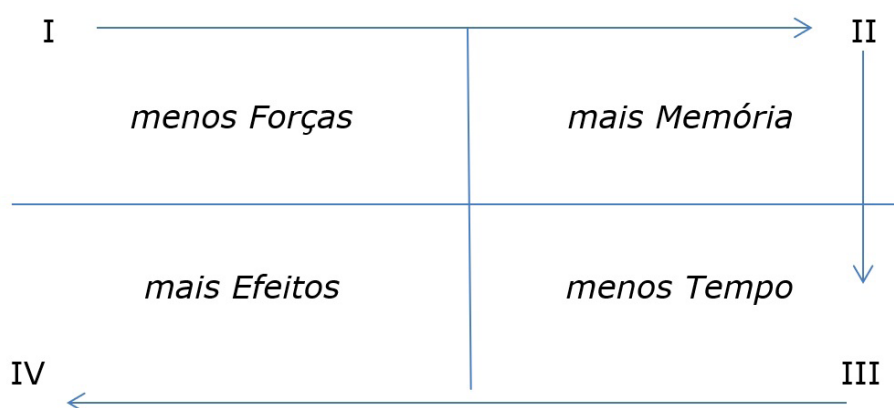
⁶ Michel de Certeau lembra que na Atenas hodierna os transportes se chamam *metaphorai*. "Para ir para o trabalho ou voltar para a casa, toma-se uma 'metáfora' – um ônibus ou um trem" (1996, p. 199).

se mostra designa aquilo que não é mais... Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento (1996, p. 189).

Por mais que Pierre Nora tenha admiração pela inteligência e pelas pesquisas históricas feitas por Certeau (DOSSE, 2002, p. 18), tal perspectiva rompe com sua noção de “lugares de memória” (NORA, 1993). Na introdução conceitual que redigiu propondo o tema de investigação, ele confunde memória com um arquivo de registros (1993, p. 15), nega que haja qualquer espontaneidade nela (1993, p. 13) e, de forma hierárquica, afirma a superioridade da história no mundo atual (1993, p. 9). Ainda assim, podem ser encontrados ecos longínquos do pensamento certeuniano, ao redigir frases como “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (1993, p. 12).⁷

Na obra de Certeau, a arte da memória não pertence ao tempo cronológico, nem ao tempo histórico; está fundamentada no *Kairós*, no “momento oportuno” (1996, p. 157). Como esclareceu Agamben, trata-se do tempo da decisão, em que se improvisa uma ação consciente. O tempo *kairótico*, ressaltado pelo pensamento estoico e pela teologia cristã, “concentra em si vários tempos [...], livra radicalmente o homem da sujeição ao tempo quantificado” (2005, p. 124). O tempo memorial, destarte, está inscrito em um campo de forças escondido entre as linhas da sujeição e da liberdade. Tal inserção está sintetizada no primeiro esquema (Figura 1) elaborado:

Figura 1 - Esquema elaborado por Michel de Certeau



Fonte: CERTEAU, 1996, p. 158.

⁷ Para Certeau, “os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos de mundo. [...] O material é-lhe fornecido pelos restos de denominações, de taxinomias, de predicados heroicos ou cômicos etc., ou seja, por fragmentos de lugares semânticos dispersos” (1996, p. 188).

O quadro fica aberto para interagir com os instantes, com os eventos e processos vitais que provocam as primordiais reações orgânicas. A memória indica um saber que atravessa tanto as experiências vividas quanto as possibilidades entrevistadas na ocasião. Ela pode, enquanto duração, alterar o campo de forças e produzir, desse modo, mais efeitos oportunos nos quadros da situação.

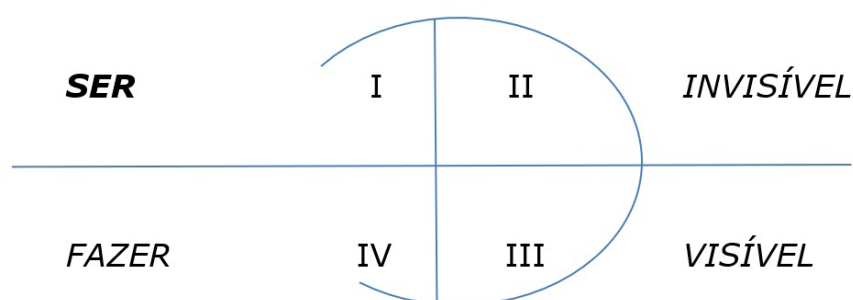
No caso das ações cotidianas, quanto mais saber houver na memória, menos se precisa de tempo. Decisões mais rápidas diminuem o poder externo, assim como pouca memória aumentaria a capacidade da dominação por outrem. O saber-fazer concentrado nas lembranças torna o sujeito mais forte, ou mais astuto, para "escapar" dos cerceamentos circunstanciais, sendo capaz de romper com dispositivos do biopoder denunciados por Foucault (1988, p. 130).

Michel de Certeau concebeu a memória dessa maneira pragmática, dinâmica, enérgica, astuta e política, muito mais que enquanto um registro epistemológico, como tem sido comumente considerada em sua utilização pela historiografia. Não foi tratada nem pela ótica da representação, nem pela da interpretação, como encontra-se na literatura acadêmica em geral. Além disso, o autor distinguiu os elementos do tempo e do espaço, que seriam "dimensões qualitativamente heterogêneas" (CERTEAU, 1996, p. 159), o que os historiadores costumam unificar, derivando um do outro.

Na sua ótica, o maior relevo é do espaço⁸. Afinal, do meio situacional depende a existência de qualquer organismo. As trocas com o ecossistema, osmóticas ou não, é que alimentam a vida. O tempo não. Ele atua como um fator externo, intervindo "de fora" e possibilitando as passagens: aquisições, reelaborações, excrescências. A memória emerge exatamente das alterações (CERTEAU, 1996, p. 162).

Outro esquema (Figura 2) feito pelo pensador francês trata dessas diferenças produzidas entre o ser e o fazer, o que é visível e o que é invisível no comportamento mnemônico:

⁸ Para Hayden White (2008, p. 41), ele substituiu a ênfase tradicional conferida ao tempo pelo espaço, seguindo a teoria pós-estruturalista da historiografia. A nosso ver, não ocorreu exatamente essa substituição, mas uma priorização.

Figura 2 - Esquema elaborado por Michel de Certeau

 Fonte: CERTEAU, 1996, p. 160.⁹

A lembrança fica resguardada em um canto não visto do ser (II), mas emerge com nitidez no canto oposto, o do fazer (IV), quando ocorrer o momento oportuno. O lugar do ser pode ser alterado pela ação invisível do tempo, enquanto o espaço do fazer precisa visualizar o campo de forças em que irá intervir. A memória ajudaria, ainda, nos cálculos do poder de agir do ser e dos seus efeitos na formulação de uma nova situação ou, em suas palavras, seria “o meio de transformar os lugares” (1996, p. 162).

No intuito de reunir ambos os esquemas, Michel de Certeau elaborou uma pequena tabela (Tabela 1):

Tabela 1 - Esquemas por Michel de Certeau

	(I) Lugar	(II) Memória	(III) Kairós	(IV) Efeitos
TEMPO		+	+	
FAZER			+	+
PARECER	+		+	+

Fonte: CERTEAU, 1996, p. 161.

O ato de lembrar, em sua concepção, opera transgredindo as “leis” que delimitam uma situação e provém de uma reação criativa; transporta os sujeitos para além do que parece ser, zona limítrofe da ficção com a verossimilhança. Os termos centrais do parágrafo que se segue a essa tabela apontam para a militância rebelde e intermitente no funcionamento memorial: transformar, produzir, romper, possibilitar, golpear, modificar, mudar, surpreender, furtar e distribuir.

⁹ Nesse caso, para os fins didáticos da explicação, reunimos os dois círculos da figura original em um só.

Isso acontece porque, conforme a visão de Certeau, "longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita" (1996, p. 163). O ausente – um tempo de outrora – se atualiza no momento presente para ser convite, para somar e reunir, para obter uma vitória. O resultado é uma aparência estratégica, não uma essência, pois a "práxis é da ordem do 'parecer', e, portanto, separada do discurso que enuncia a 'verdade'" (CERTEAU, 2015, p. 85). A memória se torna, desse modo, coletiva de outra maneira, se afastando dos "quadros" impositivos de Halbwachs (2013), sem dominar ou ser dominada. Ela é uma arma comunitária da *polemologia* que os desapoderados vivenciam no dia a dia, parte relevante das tentativas de assegurar mais força e esperança.

Já com a história é diferente, porque pertence a outra ordem do discurso e a outro lugar.¹⁰ Os estudos que ressaltam os "enquadramentos" sociais ou as técnicas para obter informações das lembranças, afirma o autor, tentam exercer um controle sobre essa força viva (1996, p. 165). Daí a impressão de autonomia da temporalidade, daí a utilização intensa – e enganadora – da cronologia. A historiografia pertence à economia escriturária com suas estratégias habituais de exploração, de domínio sobre um "objeto". Ela enxerga deficitariamente o novo e a improvisação, rejeitando a astúcia *kairótica* ao cultivar ciosamente os pressupostos científicos de observar o outrem para benefício próprio.

Nessa obra, Michel de Certeau aponta basicamente oposições entre as duas formas principais de relatar a unicidade do *tempo sem adjetivos*. A historiografia estaria sempre reconduzindo o poder memorial à normalidade (1996, p. 165). Tratar-se-ia de uma ênfase exagerada para demonstrar suas teses? Ou será que o alto grau de diferenciação apontado decorre diretamente da dinâmica contingente do cotidiano? Refletindo acerca dessas possíveis relações, inicialmente pensamos que, no máximo, a relação entre os dois espaços temporais tomaria forma assintótica. Entretanto, reconsiderando os quadros acima e a descrição feita da experiência temporal, sugerimos que o mais correto seria propor um corte perpendicular entre os planos, notando o ponto de intercessão da letra com a voz a abrir tais universos distintos. Eles são delimitados por temporalidades distintas, conquanto o fazer (a) história não elida o despertar potente da recordação.

Para aprofundar um pouco mais a hipótese interpretativa, teríamos que sistematizar melhor a teoria da linguagem manifesta na obra certeuniana. Sim, porque nesse ponto de encontro entre os planos estaria a presença da palavra. Talvez, o terceiro volume

¹⁰ Acerca desse conceito, tão central no pensamento certeuniano, remetemos a um trabalho nosso, já antigo (QUADROS, 2007).

d'A *Invenção do cotidiano* ajudasse, já que estaria voltado para as *artes do dizer*, mas ele não chegou a ser escrito. Então, ficamos com a dinâmica da fala rivalizando com a imobilidade da escritura, ambas operando enquanto instrumentos de superação, sempre fictícia, da morte.

Considerações finais

A economia da escritura, a que pertence a disciplina histórica, não corresponde exatamente ao ato da escrita. Michel de Certeau separava claramente esses dois conceitos. Jeremy Ahearne conta que o pensador francês não apreciava a tradução feita para a língua inglesa de *écriture* como *writing*, forma impressa no título de seu livro (CERTEAU, 1988),¹¹ preferindo que tivesse sido *scripture*. No imaginário norte-americano, a palavra remete logo às "sagradas escrituras". Esse aspecto sacralizado e universal da escrita indica bem melhor o sistema escriturário surgido concomitante à modernização social e à expansão global do capitalismo. O texto escrito

assumiu com a modernidade um status 'mítico' baseado em sua capacidade operacional de articular (reunir e repartir), de uma maneira quase enciclopédica, uma vasta multiplicidade de práticas. Ele institui a ideia da 'página em branco' sobre a qual se ordenam elementos do mundo social e natural. Certeau fala na conquista capitalista de uma 'empresa escriturária', que combina 'o poder de acumular o passado e trazer a alteridade para o universo da conformidade', com seus modelos (AHEARNE, 1995, p. 165).

Quando se sugere que estamos enredados em relações de poder e de saber legitimados socialmente, devemos nos conformar? Cremos que o inverso fora intentado pelo historiador jesuíta. O projeto certeuniano, parece-nos, seria muito mais indicar a importância de se ter uma historiografia realmente crítica e reflexiva, ou seja, não fazer do "método crítico" algo somente para os demais, destinado às "fontes", mas voltado para si próprios. De maneira complementar, ao abordar os outros, como fez em seus estudos – os subversivos na política, os subalternos na vida cotidiana, as possuídas na história do cristianismo, os místicos na história eclesiástica – Certeau apontava os

¹¹ Das traduções que conhecemos, a única que manteve o conceito de escritura no título foi a mexicana, realizada por um de seus amigos jesuítas (ZEITLER, 2015).

limites do compreensível como o desafio do jogo. A história, para ele, permaneceu tensionada na indizível *heterologia*.¹²

De forma semelhante, a abordagem interpretativa que fizemos de seu pensamento, buscando realizar quase uma exegese do principal texto acerca da memória, possui limitações. Como afirmou Ian Buchanan (2000, p. 12), a grande erudição de Michel de Certeau, seu estilo truncado e poético de redigir, particularmente na obra *Invenção do Cotidiano*, faz de sua leitura uma perspectiva sempre parcial das suas teorias. Ainda assim, corremos o risco, pois "só existe história onde há um preço a pagar" (CERTEAU, 1996, p. 196).

REFERÊNCIAS

AHEARNE, Jeremy. **Michel de Certeau: interpretation and its other**. California: Stanford University Press, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BOCCHETTI, André. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 43-56, 2015.

BUCHANAN, Ian. **Michel de Certeau: cultural theorist**. New York: Sage Publications, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: procedido de três estudos sobre etnologia Cabila**. Oeiras: Celta, 2002.

CAPINAN, José C. **Inquisitoriais: poemas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

¹² Ao considerá-la assim, Certeau propõe "a tarefa de tornar pensável uma sociedade em sua dimensão de heterogeneidade, de restituí-la a si mesma nas beiradas em que ela se origina e se perde em sua própria ausência, além de participar tecnicamente do trabalho comum de metamorfosear essa alteridade em lendas" (2011, p. 184-185).

CARBONELL, Charles O. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987.

CERTEAU, Michel de. Un interview avec Michel de Certeau (with Laura Willet). **Traverses**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 1983a.

CERTEAU, Michel de. Traverses: une interview avec Michel de Certeau (with Laura Willet. UCLA (USA), **Paroles Gelées**, v.1, n.1, p. 1-13, 1983b.

CERTEAU, Michel de. **The Writing of History**. New York: University of Columbia Press, 1988.

CERTEAU, Michel de. Psicanálise e História. *In*: LE GOFF, J. e CHARTIER, R. (org.). **A nova História**. Coimbra: Editora Almedina, 1990. p. 533-543.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. O riso de Foucault. *In*: CERTEAU, Michel. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011a. p. 117-130.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011b.

CERTEAU, Michel de. **A fábula mística (vol. II)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Lisboa: Edições Europa-América, s/d.

DOSSE, François. **Michel de Certeau** – Le marcheur blessé. Paris: La Découverte, 2002.

DOSSE, François. **O império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. São Paulo: Edusc, 2003.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. v. 1. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 9-32.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novos problemas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MAIGRET, Éric. Les trois héritages de Michel de Certeau: un projet éclaté d'analyse de la modernité. **Annales**: Histoire et Sciences Sociales, Paris, v.55, n.3, 2000. p. 511-549.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, 1983. p.7-28.

QUADROS, Eduardo G. A vivência religiosa como objeto da História das Religiões: uma leitura de Michel de Certeau. **Impulso**: Revista de Ciências Sociais e Humanas, Piracicaba, v. 15, n. 37, 2004. p. 101-109.

QUADROS, Eduardo G. No princípio, um lugar: a arqueologia religiosa de Michel de Certeau. **História Revista**, Goiânia, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2007. p. 81-96.

RICOEUR, Paul. **Memória, História, Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

WARD, Graham (ed.). **The Certeau reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

WHITE, Hayden. Storia mística. **Discipline Filosofiche**, Bologna, ano XVIII, n. 1, p. 35-45, 2008.

ZEITLER, Tomás E. Cuarenta años de La Escritura de la História. **Historiografías**, Zaragoza, n. 9, p. 65-80, 2015.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Formado em Historia pela Universidade Católica do Salvador e em Teologia pelo Instituto Teológico da Bahia. Cursou o Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo e o Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professor da Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Pós-graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP). Possui pesquisas em História do Cristianismo e na área de Teoria da História. É membro do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), da Associação Brasileira em História das Religiões (ABHR) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Atualmente cursa o pós-doutorado na PUC Minas com pesquisa sobre o catolicismo no golpe civil-militar de 1964.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Escola de Formação de Professores e Humanidades, Rua 227, Qd. 66, 5º andar, Setor Universitário Goiânia – GO, 74.610-155, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar – Editor-chefe.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Eduardo Gusmão de Quadros.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 4 de novembro de 2020.

Alterado em: 05 de abril de 2021.

Alterado em: 31 de maio de 2021.

Alterado em: 16 de novembro de 2021.

Aprovado em: 30 de novembro de 2021.

Figurações do canibalismo na história intelectual brasileira do século XX: ciências humanas, artes e temporalidades

Figurations of cannibalism in the Brazilian intellectual history of the 20th century: humanities, arts and temporalities

Francine Iegelski ^a

E-mail: francineiegelski@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5026-5048> 

^a Universidade Federal Fluminense, Instituto de História,
Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil

RESUMO

Os cronistas e viajantes do século XVI deixaram interessantes registros de seu espanto diante do canibalismo praticado pelos povos indígenas que viviam na costa das terras brasileiras. Desde então, o motivo do canibalismo manteve uma existência vigorosa em nossa história intelectual. Ele integra uma história de longa duração: tem mais de cinco séculos e esteve presente em momentos decisivos e exemplares do pensamento brasileiro, tanto nas artes quanto nas humanidades. Ao desenharmos o movimento das figurações do canibalismo na história intelectual brasileira do século XX, estabelecemos uma possível conexão entre as discussões em curso na historiografia francesa e na etnologia indígena, via os trabalhos de François Hartog e de Eduardo Viveiros de Castro, sobre as múltiplas formas de temporalidades.

PALAVRAS-CHAVE

História intelectual brasileira; Temporalidades; Regimes de historicidade.

ABSTRACT

The chroniclers and travelers of the 16th century left interesting records of their astonishment at the cannibalism practiced by the indigenous peoples living on the coast of the Brazilian lands. Since then, the motif of cannibalism has maintained a vigorous existence in our intellectual history. It is part of a history of long duration: it is more than five centuries old and was present in decisive and exemplary moments of Brazilian thought, both in the arts and humanities. Thus, by drawing the movement of the figurations of cannibalism in Brazilian intellectual history of the 20th century, we establish a possible connection between the ongoing discussions in French historiography and indigenous ethnology, via the works of François Hartog and Eduardo Viveiros de Castro, about the multiple forms of temporalities.

KEYWORDS

Brazilian intellectual history; Temporalities; Regimes of historicity.

Frank Lestringant indicou que o termo “canibal”, de origem ocidental e americana, foi inventado por Cristóvão Colombo. Apareceu em seu diário de viagem, tal como transmitido por Bartolomeu de Las Casas, no ano de 1492. Os índios das Pequenas Antilhas se autodenominavam “cariba”, que queria dizer ousados; seus vizinhos inimigos, os Arawak, os chamavam “caniba”, palavra detratória para designar aqueles que eram ferozes, praticantes de toda a sorte de selvageria. Colombo aproveitou o termo injurioso usado pelos Arawak para designar seus vizinhos e o empregou para nomear, de modo genérico, os povos que supunha comedores de outros homens e que teriam a cabeça de cachorro e o focinho amassado. O canibal tinha, então, essa conotação de homem-cachorro, filho do cão (LESTRINGANT, 1997 [1994], p. 27-39).

Michel de Montaigne, em *Des cannibales* (I, XXX), apresentou os selvagens da França Antártica como seres cruéis, porém corajosos, que conquistavam sua honra e talhavam sua força pela prática da guerra e do canibalismo, movidos pela vingança. Leitor de relatos de viajantes sobre o Novo Mundo, como Jean de Léry e André Thevet, sabe-se que Montaigne havia conhecido alguns indígenas trazidos a Rouen por um navegador. Montaigne descreveu aspectos da guerra dos Selvagens americanos, a captura do prisioneiro, sua execução e a ingestão de sua carne pelos vencedores (MONTAIGNE, 1965 [1580], p. 314). O prisioneiro, longe de se apavorar com seu destino, escreveu Montaigne, enfrentava o vencedor, desafiando-o e insultando-o, lembrando das derrotas que anteriormente os seus haviam imposto àqueles que o capturaram, das vezes que os seus haviam comido os parentes daqueles que estavam prontos para devorá-lo. François Hartog notou que, para tratar do tema do canibalismo, discussão que estava no coração das polêmicas sobre a barbárie e a selvageria dos povos do Novo Mundo, Montaigne partiu dos Antigos para colocar em questão a sua própria civilização (HARTOG, 2005, p. 49). Claude Lévi-Strauss, por sua vez, indicou que o problema essencial colocado por Montaigne em *Des cannibales* estava ligado à interrogação sobre a natureza do laço social, questão que instigou toda a filosofia política dos séculos XVI e XVII, fundada por nomes como Hobbes, Locke e Rousseau (LÉVI-STRAUSS, 2013 [1992], p. 147).

Aliás, em *História de lince*, Lévi-Strauss também recorreu a Montaigne para afirmar o relativismo cultural, opondo-o à tendência dos Modernos de analisar ou julgar comportamentos e escolhas de diferentes culturas e sociedades, seguindo critérios de uma razão que eles próprios estabeleceram e tomaram ilusoriamente por universal (LÉVI-STRAUSS, 2004 [1991], p. 280-281). Em seu curso no Collège de France, no ano de 1974-1975, Lévi-Strauss indicou “o caráter lábil dos costumes canibais” (LÉVI-STRAUSS, 1984, p. 143). Retomando o tema das inúmeras variações possíveis do canibalismo no texto “Somos todos canibais”, propôs que este deve ser entendido como

uma categoria etnocêntrica. Lévi-Strauss estendeu a todas as sociedades a realização desta prática “bárbara”, inclusive as modernas contemporâneas, argumentando que o canibalismo congregaria várias modalidades e funções, reais ou supostas, e que, portanto, seria difícil estabelecer para o termo uma definição precisa:

o canibalismo em si não possui uma realidade objetiva. É uma categoria etnocêntrica: só existe aos olhos das sociedades que o proscurem. Toda carne, qualquer que seja a proveniência, é um alimento canibal para o budismo que crê na unidade da vida. Ao contrário, na África, na Melanésia, povos fazem da carne humana um alimento como um outro qualquer, senão às vezes o melhor, o mais respeitável que, dizem, é o único a “ter um nome” (LÉVI-STRAUSS, 2006 [1993], p. 19).

Talvez justamente por esta sua natureza lábil, o canibalismo foi um tema que impulsionou diferentes interpretações sobre o significado da guerra, da honra, da coragem, da força, do tempo, da memória e da história, das diferenças que marcam as atitudes dos Modernos e dos Selvagens. O tema do canibalismo, vale sublinhar, passou a ser tratado com renovado interesse durante os anos 2000 e 2010 pelas ciências humanas e sociais. Considerado como um tópico essencial para se interpretar *o outro*, os desencontros culturais, o poder criador e destruidor das relações e sentimentos humanos, ele se tornou, também, um índice para se pensar o próprio tempo presente. No mercado editorial francês, entre alguns dos títulos que apareceram nesse novo contexto, estão *Les mangeurs d'autres* (2012), de Georges Guille-Escuret, *Qui donc est l'autre?* (2017), de Marc Augé e *Du goût de l'autre* (2018), de Mondher Kilani. O próprio significado da estética canibal elaborada por poetas concretistas também tem sido objeto de reflexões atuais feitas por pesquisadores da história da historiografia brasileira (NETO; GAIO, 2020, p. 185-220).

Os Tupinambá pertencem à grande família tupi-guarani, língua falada por sociedades que habitavam a costa oriental brasileira até o Rio de Janeiro no século XVI e grupos no Amazonas e Maranhão (ALMEIDA; NEVES, 2015, p. 502). Entre os Tupi-Guarani, estão os Tupinambá, Tamoio, Tupiniquim, Caetés (de São Paulo até o Maranhão) e os Carijó ou Guarani (do Pará ao Rio Grande do Sul). Os Tupinambá se tornaram o grupo mais famoso, graças aos relatos sobre a prática do canibalismo de cronistas e religiosos que viveram no Brasil no período da Conquista. Entre eles estão José de Anchieta, Manoel da Nóbrega, Antônio Vieira, Gabriel Soares de Souza, Claude d'Abbeville, Yves d'Évreux, Jean de Léry, André Thevet, Hans Staden, Pero de Magalhães Gândavo, Simão de Vasconcellos e Fernão Cardim.

Entretanto, o motivo do canibalismo manteve uma existência vigorosa na história intelectual até os dias de hoje. Ele integra uma história de longa duração: tem mais de cinco séculos. Optamos, pelos limites deste artigo, por privilegiar acontecimentos que tem como motivo principal o canibalismo e que consideramos decisivos e exemplares para o contexto da história do pensamento brasileiro do século XX. Em especial, exploramos obras produzidas nas artes e nas humanidades brasileira, via história colonial, história indígena, sociologia e etnologia indígena, sem ignorar as suas intrínsecas relações com a produção intelectual estrangeira, notadamente a francesa. Veremos que neste percurso sobre as figurações do canibalismo no pensamento brasileiro do século XX encontraremos instigantes debates sobre as múltiplas formas de temporalidades e sobre a possibilidade de produzir ou não inteligibilidade sobre a nossa história passada e presente, duas questões que são centrais para os debates atuais da teoria da história.

Manifesto Antropófago, (neo)concretismo e Música Popular Brasileira

No plano das Artes, desde os anos 1920, ao menos, o canibalismo, justamente por ser considerado pelos Modernos como uma das mais emblemáticas formas de incivilização e crueldade, assumiu um mote de orientação e projeção de futuro da vida simbólica nacional. Os modernistas brasileiros afirmavam o presente por meio da nossa herança passada selvagem; a antropofagia passou a aparecer como um motor de transformação, cheia de significados subversivos, de manifestação de força daqueles que a evocam. O momento capital foi o lançamento, em maio de 1928, do *Manifesto Antropófago*, escrito por Oswald de Andrade. Com sua habitual ironia, Oswald começava assim o manifesto: “Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente [...] Tupi or not tupi that is the question. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (ANDRADE, 2017 [1928], p. 50-51). Em março de 1924, ele já havia publicado o *Manifesto da poesia Pau-Brasil* no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em que propôs a fusão de elementos cultos e populares da língua falada no Brasil: Oswald e os modernistas valorizavam a linguagem corrente das ruas, o modo dinâmico de comunicação que existe para além das regras das esferas mais intelectualizadas e elitizadas da sociedade brasileira, das quais muitos deles faziam parte. Raul Bopp descreveu da seguinte maneira os filhos desta elite paulista, propulsora da Semana de 22: “[era] uma pequena elite culta, que ia e vinha todos os anos da Europa. Uma seminobreza rural, com longas tradições de família, florescia à base do café. Eram tempos tranquilos e de fartura plena. Latifúndios opulentos” (BOPP, 2012 [1977]).

O *Manifesto Antropófago*, especialmente, surge pela colaboração de Oswald com a pintora Tarsila do Amaral (SCHWARTZ, 1983, p. 45-90). Foi em janeiro de 1928 que Tarsila, então companheira de Oswald, lhe deu de presente a tela batizada por ele e Bopp de *O Abaporu*, o homem que come carne humana. O título do quadro fora decidido depois de consultado o dicionário de nomes indígenas de Antonio Ruiz de Montoya (GOTLIB, 1998, p. 144). Assim, a publicação do *Manifesto Antropófago* veio acompanhada da novidadesca imagem de *O Abaporu*. Naqueles anos finais da década de 1920, o canibalismo se tornou um traço distintivo positivo para a nova interpretação sobre o Brasil, proporcionando conotações originais e libertárias sobre a nossa história.

Oswald e Tarsila, na companhia de Blaise Cendrars, frequentavam os principais círculos da vanguarda europeia, marcados, então, pela onda surrealista. Augusto de Campos notou que, embora a revista *Cannibale* e o *Manifeste Cannibale Dada*, de Francis Picabia, ambos de 1920, tenham sido anteriores ao *Manifesto Antropófago* de Oswald, o movimento *Dada* comportava um niilismo que nada tinha a ver com a “generosa utopia ideológica” da antropofagia brasileira oswaldiana. O surrealismo se apropriou das descobertas etnográficas e da voga primitivista que animou as sensibilidades europeias nas primeiras décadas do século XX, entretanto, para Augusto de Campos, o canibalismo, na versão dadaísta, era muito limitado: “dentro de Dada, o ‘canibal’ não passou de uma fantasia a mais do guarda-roupa espantoso com que o movimento procurava assustar as mentes burguesas” (CAMPOS, 2015 [1975], p. 149).

Verdadeira revolução estética, a antropofagia modernista de Oswald surgiu com a marca da Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922. O *Manifesto Antropófago* foi o ponto alto de uma visão audaz brasileira sobre as relações assimétricas que mantemos com os nossos colonizadores; entretanto, o poder sobre a história, a magia e a morte, a força criadora, passou para o lado do nativo/brasileiro, seja pela figura do índio que devorava por vingança seu opositor, seja pela do escritor que, então, passava a se apropriar da tradição vinda da Europa, estraçalhando-a e devorando-a com a sua mente afiada. Benedito Nunes ponderou que o programa antropofágico oswaldiano continha uma “metafísica bárbara”, cuja maior ambição era conjurar as tragédias de nossa história. Para Nunes, antropofagia é, a um só tempo, metáfora, diagnóstico e terapêutica do país (NUNES, 1990 [1970], p. 15). O canibalismo, para Oswald e os entusiastas do *Manifesto Antropófago*, era o traço que distinguiria os que vivem no Brasil da fraqueza de toda a sorte de catecismos, inclusive daqueles disfarçados pelo palavrório da razão. Tivemos, antes dos estrangeiros estragarem tudo, nossa Idade do Ouro, nosso comunismo, nossa língua surrealista, o tupi. Nossa existência era, em

si, *avant-la-lettre*. Oswald retomou palavras de um canto atribuído às sociedades tupi no *Manifesto Antropófago*: “Catiti Catiti/ Imara Notiá/ Notiá Imara/ Ipeju” (ANDRADE, 2017 [1928], p. 54). Os versos desta canção apareceram no livro *O selvagem*, de 1876, uma coletânea de diferentes histórias indígenas em língua tupi (como narrativas dos personagens *tricksters* onça e jabuti) reunidas por José Vieira Couto de Magalhães. Couto Magalhães traduziu assim o canto indígena, retomado por Oswald de Andrade no “Manifesto Antropófago”: “Lua nova, ó Lua Nova! Assoprai em lembranças de mim; eis-me aqui, estou em vossa presença; fazei com que eu tão somente ocupe seu coração”. (MAGALHÃES, 1935 [1876], p. 173).

Haroldo de Campos interpretou o uso da história pela antropofagia oswaldiana a partir do pensamento de Nietzsche. Pois, para ele, a relação que Oswald estabeleceu com o passado seria mais a de uma “devoração crítica do legado cultural universal”, o que não envolveria “uma submissão (uma catequese), mas uma transculturação; melhor ainda, uma ‘transvalorização’: uma visão crítica da história como função negativa (no sentido de Nietzsche)” (CAMPOS, 2004 [1980], p. 234). Para Oswald, que negava o calendário gregoriano e eclesiástico, a história do Brasil teria começado quando supostamente seu primeiro bispo, Pero Fernandes Sardinha, dignitário catequista português, foi comido pelos índios caetés em 1556. A data estabelecida por Oswald para o *Manifesto Antropófago* foi, então, 374, o tempo deveria contar desde a deglutição do Bispo Sardinha. O viajante Hans Staden, no século XVI, já havia registrado a disposição dos Tupinambá quanto aos estrangeiros inimigos quando deles fora prisioneiro: “Aí vem nossa comida pulando” (STADEN, 1930 [1556], p. 78), diziam a ele os índios em tom de troça.

Leitores vorazes de Oswald e dos modernistas brasileiros, os irmãos Haroldo e Augusto de Campos foram destacados mentores da poesia concreta em meados do século XX. Para situar o surgimento desta nos anos 1950 e o do grupo *Noigrandes* – de que faziam parte os irmãos Campos, além de Décio Pignatari, José Lino Grunewald e Ronaldo Azeredo –, Haroldo de Campos estabeleceu umnexo entre a razão antropofágica de Oswald, o barroco e o concretismo. Para ele, a razão antropofágica de Oswald se conecta ao estilo alegórico da literatura do Brasil Colônia: “diferencial no universal, começou por aí [pelo Barroco] a torção e a contorção de um discurso que pudesse nos desensimesmar do mesmo” (CAMPOS, 2004 [1980], p. 243). Augusto de Campos chamou Gregório de Matos (1636-1696) de “nosso primeiro antropófago” (CAMPOS, 2015 [1975], p. 121), pois teria sido G. de Matos quem deglutiu e vomitou o barroco europeu, retemperando-o no sincretismo tropical. Outro poeta-antropófago que Haroldo de Campos considerou distinto foi Joaquim de Sousândrade (1832-1902), autor de *O guesa*, poema épico-carnavalesco de doze cantos e um epílogo em que os diferentes

personagens, índios, missionários e colonizadores, surgem no texto por meio de vozes em tumulto. Eis um dos versos, no “Canto Segundo” de *O Guesa*, em que aparece a voz de um Tupinambá e o coro indígena:

(TUPINAMBÀ anciando por um lustro nos maus PORTUGUEZES:)
– Currupiras os cansem
No caminho ao calor,
Parinthins orelhudos,
Trombudos,
Dos desertos horror!
(Côro dos Índios:)
– Mas os tempos mudaram,
Já não se anda mais nú:
Hoje o padre que folga,
Que empolga,
Vem conosco ao tatú (SOUSÂNDRADE, 2009 [1858], p. 41).

Os irmãos Campos, em suma, queriam “recanibalizar” (CAMPOS, 2004 [1980] p. 247) a poesia por meio da anti-poesia concretista e escreveram uma outra história da literatura brasileira, uma história marcada pela antropofagia, da qual eles próprios reivindicavam ser os legítimos herdeiros. Assim, estabeleceram uma tradição poética literária canibal – pulsante desde o século XVII – da qual faziam parte Gregório de Matos, J. de Sousândrade, Oswald e, depois destes, poetas como Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e João Cabral de Melo Neto. “Somos concretistas” (ANDRADE, 2017 [1928], p. 58), já dizia Oswald em 1928; “somos todos canibais”, poderiam dizer de bom grado os irmãos Campos.

A poesia concreta brasileira dos anos 1950 e 1960 estava em conversação com a música erudita de vanguarda dos Estados Unidos (John Cage), da Europa (Pierre Boulez e Karlheinz Stockhausen) e com a bossa nova de João Gilberto. Na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, foi a vez da música popular, feita para o consumo das massas, assumir a estética antropofágica, de deglutição, como forma de invenção e afirmação da vida nos trópicos. O *Tropicalismo*, movimento musical e cultural brasileiro, tinha seus doces bárbaros: os cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Gal Costa. No álbum *Bicho*, gravado por Caetano Veloso em 1977, a música “O índio” anuncia o ressurgimento do índio como profecia, um índio do futuro, nascido depois de toda a cruel matança realizada pelos brancos. O índio da música de Caetano retornará do futuro da maneira como ele sempre existiu: impávido, tranquilo, infalível e “mais

avançado que a mais avançada das tecnologias”.¹ O crítico Décio Pignatari, no calor do surgimento do *Tropicalismo*, relacionou a síntese criativa do movimento tropicalista com a alegria e o espírito voraz dos então jovens músicos: “A colagem é a sintaxe provisória da síntese criativa, sintaxe de massa [...] Só a NOVA BARBÁRIE abre a sensibilidade aos contatos vivos [...] A alegria coletiva é a prova dos nove: contatos em profundidade” (PIGNATARI, 2004 [1969], p. 31-32).

Em 1998, aconteceu a 24ª Bienal de Arte de São Paulo, com a curadoria de Paulo Herkenhoff e Andriano Pedrosa, em comemoração aos 70 anos do *Manifesto Antropófago*. Herkenhoff, comentando a heterogênea produção artística brasileira representada naquela Bienal, apontou que “A polêmica Antropofagia nunca foi reduzida a um conjunto de imagens, ou um estilo, nem mesmo a um programa definido, mas uma hipótese de invenção permanente no processo social do Brasil de uma estratégia cultural para o país” (HERKENHOFF, 1998, p. 115). Destacou, entre outros artistas, as obras dos neoconcretos Hélio Oiticica e Lygia Clark como produtores de uma estética de reinvenção do significado da antropofagia. Para o caso de Clark, Herkenhoff ressaltou as experimentações sensoriais e estéticas das obras *Baba antropofágica* e *Canibalismo*, ambas de 1973; e também lembrou que elas dialogam com o texto escrito pelo psicanalista Pierre Fédida, “Le Cannibale Mélancolique”, de 1972 (FÉDIDA, 1972, p. 123-127). Por fim, nesse quadro das vanguardas estéticas e dos eventos que marcaram a importância do *Manifesto Antropófago* para a vida cultural brasileira, pode-se mencionar ainda a Festa Literária Internacional de Paraty que ocorreu em 2011, em homenagem a Oswald. Da conferência de abertura do evento, intitulada “Oswald de Andrade: devoração e mobilidade”, participaram os críticos brasileiros Antonio Candido e José Miguel Wisnik.

Historiografias colonial e indígena

Durante o século XIX e a virada para o século XX, o canibalismo foi objeto de análises de historiadores brasileiros, a exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (VARNHAGEN, 1854, p. 97-138; VARNHAGEN, 1867, p. 122-124) e João Capistrano de Abreu (ABREU, 1998 [1907], p. 13-24), que se dedicaram à edificação de uma história nacional, em que estudos e comentários acerca dos relatos de viajantes e religiosos escritos entre os séculos XVI e XVIII sobre a antropofagia indígena eram integrados como um problema que antecedeu e constituiu parte da realidade do Brasil Colonial (CEZAR, 2018, p. 211-217). No século XX, o canibalismo foi abordado por historiadores

¹ Trecho da letra da música “O índio”, de Caetano Veloso, do Álbum Bicho, de 1977.

dedicados à história do período colonial, notadamente como um mote para entender o ideário europeu e as ideias que possibilitaram as diferentes narrativas sobre o Novo Mundo e as suas populações indômitas.

Em 1959, no livro *Visão do Paraíso*, o historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda contrastou as diferenças entre a colonização portuguesa e espanhola da América e analisou as cartas do período colonial pelos motivos que compuseram a visão edênica dos europeus em relação ao Brasil, sobretudo quanto à natureza. Holanda explorou as repercussões do que chamou de “fantasia” dos colonizadores. Além disso, a sua interpretação para o conjunto de fontes oriundo da América Lusitana possibilitou uma leitura original sobre o Renascimento português. Num texto de recepção quase que imediata de *Visão do paraíso*, o sociólogo Sergio Milliet considerou que Holanda apresentava uma explicação para a unidade da sociedade brasileira pelo apego à realidade dos portugueses: “Essa conjugação da audácia à prudência, essa capacidade de fitar o céu sem tirar os pés do chão, constituíram em verdade a grande força e o segredo do êxito lusitano em terras da América” (MILLIET, 1959). Holanda escrevera que, embora a alta idealização sobre o clima e a natureza de suas terras tenha ressoado pelo primeiro século da colonização regular do Brasil, a mitologia geográfica comunicada pelos viajantes já apareceria “desbastada dos elementos mais fabulosos e reduzida a proporções relativamente plausíveis” (HOLANDA, 2010 [1959], p. 436). Algo muito diverso teria ocorrido em relação às populações indígenas. Ele sugeriu que, desde o início, os portugueses viam os gentios muito mais como *perro cochino* do que como bom selvagem. Holanda ressaltou um trecho dos escritos do padre Manoel da Nóbrega, o *Diálogo sobre a conversão do gentio*, no momento em que registrou a opinião do padre Mateus Nogueira, como sendo um exemplo emblemático do juízo dos europeus sobre os nativos das terras do Brasil:

[os índios] são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem, e esta deve ser a razão porque alguns Padres que do Reino vierão, os vejo resfriados, porque vinhão cuidando de converter a todo brasil em huma hora, e vem-se que não podem converter hum em hum anno por sua rudeza e bestialidade (NÓBREGA, 1954 [1556-59?], p. 54).

A imagem do Brasil como Paraíso Terreal teria se proliferado no período colonial e, conforme Buarque de Holanda escreveu no prefácio à segunda edição de *Visão do paraíso*, de 1969, as imagens negativas que poderiam suscitar o Novo Mundo “não conseguiram cristalizar-se, salvo opiniões individuais e sem muita força de contágio, em qualquer coisa que merecesse chamar-se a um antiparaíso ou, se quiserem, uma

visão do inferno” (HOLANDA, 2010 [1959], p. 32). Em 1986, Laura de Mello e Souza publicou *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, livro em que expressa sua dívida intelectual para com *Visão do paraíso*. Nele, a historiadora se dedicou a estudar justamente o desencantamento dos europeus com o Brasil: quanto mais avançava a colonização, mais a desilusão aumentava. Sobretudo no que diz respeito à humanidade, escreveu Souza, nos relatos dos cronistas e jesuítas, entre os séculos XVI e XVIII, era possível constatar que “venceu a diferença: infernalizou-se o mundo dos homens em proporções jamais sonhadas por toda a teratologia europeia” (SOUZA, 1986, p. 32). O cronista português Pero de Magalhães Gândavo, que ela classificou como sendo um dos principais edenizadores da colônia no século XVI, enfatizava o caráter bestial dos índios brasileiros, incapazes de amizade e com a alma vingativa:

vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão comer, beber e matar gente, e por isso engordam muito, mas com qualquer desgosto tornam a emagrecer [...] São mui inconstantes e mudáveis; crêem de ligeiro tudo aquilo que lhes persuadem, por dificultoso e impossível que seja, e com qualquer dissuasão facilmente o tornam logo a negar (GÂNDAVO, 2004 [1576], p. 163).

A convivência com os índios aloprados, animais, pecadores, comedores de carne humana e envoltos em sangue e orgias sexuais era um dos enfoques principais das narrativas europeias que apresentavam as terras brasileiras como um verdadeiro purgatório do Velho Mundo. O açúcar, escrevera Souza, era o gênero mais nobre da colônia seiscentista. Os colonos, com a mão de obra indígena e escrava, purgavam o açúcar; os frades, por meio da catequese, purgavam as almas pagãs dos indígenas. Em outro livro, *Inferno atlântico*, de 1993, Souza realizou uma história comparada das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII, em que tratou das ideias que cá se fabricaram sobre o Diabo, valendo-se da heterologia de Michel de Certeau. Ela tratou especialmente do canibalismo nesse contexto quando analisou as cartas do teórico jesuíta Giovanni Botero (1533-1617) e como, segundo escreveu, para Botero “a bestialidade expressa no ato de comer carne humana era análoga a outras atitudes anti-humanas, como a heresia protestante” (SOUZA, 1993, p. 74).

Ronaldo Vainfas, em 1989, publicou a sua tese *Trópicos dos pecados*, em que tratou do projeto moralizante da Igreja, tanto a Católica quanto a Protestante, no Brasil entre os séculos XVI e XVIII pelo viés da história das mentalidades. Vainfas estudou as práticas e valores que orientavam os julgamentos realizados pelo Santo Ofício da Inquisição – uma das mais cruéis instituições de controle instaurada nos trópicos –

por heresia e que estavam relacionados ao casamento e aos comportamentos sexuais reais ou supostos da população, incluindo mulheres e homossexuais. Os santos padres usavam o argumento do pecado para tomar decisões políticas que iam do degredo à morte daqueles que eram perseguidos como hereges infiéis. A documentação inquisitorial produzida pelo Santo Ofício permitiu que Vainfas avançasse em sua interpretação sobre o modo como a Igreja produziu um precioso discurso sobre o sexo, o que possibilitou ampliar os problemas da historiografia relacionados à situação colonial das Américas e ao contexto das Reformas. Ele comentou que o conjunto de relatos produzido pelos jesuítas, como Cardim e Anchieta, em relação à demonização dos indígenas “não se baseou tanto na aparente falta de governo ou na presunção de qualquer pacto coletivo com o demônio” (VAINFAS, 1997 [1989], p. 32). Os religiosos vindos para a então Colônia acreditavam justamente que os índios desconheciam deus e, assim, não seria muito razoável que eles pudessem adorar ou fazer pactos com o diabo. Mas a maior repulsa dos portugueses em relação aos costumes indígenas vinha das cerimônias que envolviam o canibalismo, “fato que corroborava a visão do ameríndio como ser animalesco, selvagem e monstruoso” (VAINFAS, 1997, p. 32). É como se o diabo agisse com uma mão invisível sob a suposta inocência dos ameríndios. Ao lado do canibalismo, a aparente falta de interdições em relação ao corpo e as relações sexuais também causavam enorme repulsa aos colonizadores e religiosos. Os índios, sendo considerados culpados ou não por sua condição, viveriam uma vida em pecado.

Em 1995, saiu outro estudo de Vainfas apoiado na documentação dos processos do Santo Ofício, intitulado *A heresia dos índios*. A investigação tratou da Santidade de Jaguaripe, seita indígena de caráter milenarista do recôncavo baiano de meados do século XVI que apareceu como fruto dos embates entre catequizadores e ameríndios. A Santidade pode ser entendida como um tipo de recepção e resistência indígena à pregação dos jesuítas. Com a diminuição da população indígena do litoral, justamente por causa da catequese, pestes e escravidão, as santidades ameríndias parecem ter se fortalecido após 1560, com registros que vão até, ao menos, meados do século XVII. Vainfas sublinha a necessidade de se pensar o profetismo tupi naquele primeiro século da Colônia, levando em conta os “ingredientes cristãos na mensagem profética” e “o impacto do colonialismo enquanto propulsor das migrações quinhentistas” (VAINFAS, 1995, p. 43). As santidades ameríndias do Brasil colonial, defendeu, ganharia em inteligibilidade se consideradas em perspectiva histórica; perspectiva diferente da assumida pela etnologia (VAINFAS, 1995, p. 37). É deveras interessante o modo como Vainfas aborda o tema do canibalismo neste livro, como um tipo de indianização dos mestiços, filhos de indígenas e colonizadores que se envolveram, inclusive, com a

Santidade de Jaguaripe, muitos a serviço do colonialismo. Havia, entretanto, aqueles que alertavam os índios sobre o interesse dos sacerdotes em escravizá-los. A propósito do canibalismo praticado pelos mestiços, ele escreveu:

vivendo entre os índios, andavam nus, riscados, pintados, a beber cauim, a tanger maracás e a saudar lacrimosamente os visitantes; bailavam, cantavam, esposavam mulheres índias, das quais tinham filhos; adquiriram nomes índios, e ao lado deles guerrearam, fosse contra tribos inimigas, fosse contra os colonizadores; matavam, portanto, usando do arco e flecha em que eram destros; aprisionavam e atavam com muçurana os condenados; participavam ativamente, não tenho dúvida, dos ritos antropofágicos, comendo a carne do moquém à moda tupi. A profusão de riscos e incisões que traziam ao próprio corpo é, nesse sentido, reveladora de quão integrados à cultura nativa chegaram a estar os mamelucos (VAINFAS, 1995, p. 146).

A prática de gentilidades por parte dos mestiços demonstraria, interpretou, que o processo de mestiçagem cultural nos tempos do Brasil Colônia fora muito complexo e fluido: houve toda a sorte de resistência sociocultural dos indígenas até a prevalência do colonialismo escravocrata. Sobre a escravidão indígena, aliás, é impossível não mencionar o livro de John Manuel Monteiro, intitulado *Negros da terra* (MONTEIRO, 1994), em que o autor redimensionou o papel do índio no processo de formação do sistema produtivo de São Paulo nos séculos XVI, XVII e XVIII, embora o tema do canibalismo apareça muito ao largo de todo o estudo. Entretanto, em sua tese de livre-docência, Monteiro apresentou um aspecto relevante para se pensar o canibalismo a partir dos estudos de história indígena no Brasil. Ele considerou a possibilidade de ter havido a reinstituição do canibalismo entre etnias da Amazônia e dos descendentes dos antigos Tupinambá depois desses grupos terem que abandonar a prática por conta das missões, especialmente em Pernambuco. Monteiro pondera que a reinstituição do canibalismo entre grupos indígenas que viviam no território brasileiro poderia ser comparada aos casos estudados por Neil Whitehead na Guiana, em que os cultos canibais foram entendidos como “expressão de um radicalismo étnico que embasava a resistência e a autonomia desses povos” (MONTEIRO, 2001, p. 65). Argumenta, ainda, que há evidências que levam a considerar que outros grupos indígenas – como os Cambeba no século XVIII e os Botocudos nos séculos XVIII e XIX – teriam se valido do canibalismo para demarcarem suas relações com os brancos. Vale, por fim, sublinhar o livro de Ronald Raminelli sobre o tema da representação do índio, em que ele confrontou as imagens e os textos sobre os indígenas produzidos pelos europeus nos inícios da colonização. Destacamos, notadamente, a sua análise das mulheres canibais presentes

nas gravuras que surgiram a partir das imagens criadas por Albert van der Eckhout (RAMINELLI, 1996, p. 84-108).

O canibalismo apareceu também como um problema para a escrita de uma história indígena que adota o nativo como o principal foco de análise. O livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha, *História dos índios no Brasil*, foi publicado no aniversário do Quinto Centenário da chegada de Colombo na América, 1992. A história, escreveu Carneiro da Cunha, está onipresente na vida passada e presente das sociedades indígenas brasileiras e ela é a imagem da destruição. Muitas sociedades indígenas, sublinhou, têm teorias sobre o contato e a gênese do homem branco; estes dois temas aparecem, com frequência, como efeito da ação ou da vontade indígenas. O desencontro com o homem branco, no pensamento ameríndio, vem acompanhado do problema da experiência da desigualdade em relação ao poder e à tecnologia. Entre os capítulos que compõem a coletânea, destacamos, para o problema do canibalismo, o do antropólogo Carlos Fausto. Um número cada vez maior de antropólogos e etnólogos brasileiros tem apontado para uma continuidade na lógica do funcionamento das sociedades tupi antigas e das contemporâneas, o que Fausto chamou de “um inegável ‘ar de familiaridade’” entre elas, “a despeito das [suas] flagrantes dissimilaridades demográficas” (FAUSTO, 1992, p. 381). A mortandade indígena e a cristandade, como se sabe, formaram uma dupla tenebrosa nos primeiros séculos da Colônia. Fausto, já então apoiado na produção de parte da etnologia brasileira dos anos 1980, propôs que as fontes quinhentistas que tratam do canibalismo entre os Tupinambá sejam lidas a partir de materiais etnográficos recentes. Ele acredita que os Tupinambá antigos foram tão “não-elementares” – isto é, não poderiam ser descritos por meio de um conjunto de regras mecânicas – quanto o são os pequenos grupos amazônicos contemporâneos. Estariam os Tupinambá antigos *no mesmo tempo* que as sociedades indígenas amazônicas contemporâneas? O que isso pode significar em termos de compreensão da historicidade das sociedades ameríndias?

Sociologia e etnologia indígena

Passemos aos trabalhos dos etnólogos, os quais consideramos mais próximos da recuperação do sentido do canibalismo, feita por artistas e críticos brasileiros, do que da abordagem do canibalismo como problema para o pensamento europeu e como chave para entender diferentes dimensões do processo colonial, análises feitas por historiadores. Isso porque os modernistas, concretistas, tropicalistas e neoconcretistas entenderam o canibalismo como uma força motriz transgressora – porque estranha aos valores colonizadores –, de transformação e afirmação da vida

nacional presente e futura. Os etnólogos, diferentemente dos historiadores, não têm interesse em apresentar uma interpretação ou teoria do Brasil, tampouco investigam a vida social e o pensamento ameríndios associados aos problemas relativos ao contato. As análises feitas do ponto de vista da história são fundamentais para se historicizar, localizar e problematizar a produção da etnologia. Mas, em geral, parece que os trabalhos da etnologia do século XX impactaram mais a historiografia. A etnologia brasileira, ao menos esta que é objeto de nossa atenção neste artigo, parece ter os “ouvidos surdos” em relação à história. Nesse sentido, são fundamentais os estudos de história indígena de Monteiro que apontam a possibilidade de ter havido uma reinstauração do canibalismo em algumas partes do território brasileiro nos séculos XVIII e XIX (MONTEIRO, 2001, p. 65), tese que matiza o alcance do argumento de Viveiros de Castro sobre o desaparecimento da prática canibal desde o século XVI no Brasil, ao menos entre os Tupinambá do litoral, por causa da pregação jesuítica (VIVEIROS DE CASTRO, 2011 [2002], p. 263). De outro lado, Carlos Fausto recolocou o problema das transformações na vida social e na cosmologia indígenas decorrentes da experiência colonial. Ele reagiu à ideia de que a “religião guarani” teria sido insensível às mudanças geradas pelo processo colonial. Segundo escreveu, “o contato com o cristianismo missionário e a experiência colonial conduziram a uma crescente negação do canibalismo enquanto fundamento do poder xamânico e da reprodução social” (FAUSTO, 2005, p. 418).

Há que se marcar uma interessante coincidência: foi também em 1928 que Alfred Métraux publicou a sua tese *A religião dos tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*. Tomando os diferentes textos de viajantes e religiosos do século XVI enquanto relatos de informantes, Métraux reconstituiu os principais eventos que marcavam os cinco dias das cerimônias rituais de execução e devoração de um prisioneiro pelos Tupinambá. Ele destacou o lugar central da vingança para estas sociedades antigas: “Tudo faz crer, pois, que os tupinambás interpretavam a antropofagia como uma espécie de ‘vendetta’” (MÉTRAUX, 2014 [1928], p. 203-204). Este estudo pioneiro de Métraux se tornou uma referência para gerações posteriores de antropólogos e sociólogos brasileiros que estudaram a vida social dos Tupinambá, o canibalismo e a vingança. Hélène Clastres propôs uma tese complementar a de Métraux para o significado da vingança na prática antropofágica. Os Tupinambá casavam seus prisioneiros com mulheres da tribo, seus inimigos se tornavam cunhados, cunhados inimigos. A vingança canibal seria, segundo ela, um tipo de negação da aliança. Ou seja, a vingança Tupinambá seria menos uma vingança buscada por grupos inimigos entre si e mais a vingança de todos contra a ordem social que, apesar de muitas vezes se mostrar insuportável, não pode ser aniquilada

(CLASTRES, 1972, p. 82). Em *A Terra sem Mal*, H. Clastres indicou o que chamou de “a vocação profética” (CLASTRES, 1975, p. 141-142) do pensamento tupi-guarani antigo. O impulso dessas sociedades pelo “desejo do impossível” – desejo de uma terra sem mal, de um lugar sem as marcas das relações sociais e do tempo – exigiria que elas avançassem sempre “todos os limites” e que renunciassem “a toda forma de enraizamento” (CLASTRES, 1975, p. 142).

Florestan Fernandes havia percebido que o diálogo ritual entre o matador e a vítima no terreiro poderia ser entendido como um indicador da temporalidade Tupinambá. O livro de Fernandes, *A função e a guerra na sociedade tupinambá*, de 1952, sua tese de doutorado, orientada por Roger Bastide, avançou no problema da reconstituição da organização social dos Tupinambá. Segundo argumentou, o canibalismo tinha uma função mágico-guerreira: a cerimônia ritual de morte do inimigo seria uma cerimônia de sacrifício, o desfecho normal da guerra entre os Tupinambá; a ingestão da carne humana representaria, também, a captação das energias do inimigo; destruir a vítima, o suporte corporal de sua alma imortal, seria um meio de conjurar o perigo da sua cólera contra a comunidade. A relação agônica entre vítima e matador, propôs Fernandes, seria uma projeção para o passado mítico, ela estabeleceria uma conexão entre os vivos e o espírito do ancestral mítico ou do parente morto que estava sendo vingado com aquela morte. A causa do sacrifício seria menos a ação dos inimigos para com o grupo executor e mais o atendimento, pelos vivos, das vontades dos espíritos dos antepassados. Assim, escreveu Fernandes, as relações sacrificais canibais operariam uma espécie de volta ao passado: “[elas] eram, por natureza, relações circulares: na origem de um sacrifício humano se encontrava, portanto, um sacrifício anterior, operado no seio do próprio grupo” (FERNANDES, 2006 [1952], p. 371). O sacrifício humano seria, para Fernandes, a maneira dos Tupinambá realizarem, de maneira trágica, mas eficaz, uma relação de estabilidade com o passado e, portanto, com o presente e o futuro. Fernandes se apoiou em Franz Boas para estabelecer sua explicação acerca da temporalidade revelada pela cerimônia do canibalismo (FERNANDES, 2006 [1952], p. 572).

A interpretação de F. Fernandes sobre a projeção para o passado operada pela cerimônia ritual do canibalismo está em afinidade com a interpretação lévi-straussiana sobre o modo como as sociedades indígenas representam sua historicidade: as sociedades frias que preferem recusar a história e se proteger das modificações do tempo. É justamente contra este argumento, de que o canibalismo entre os Tupinambá pode ser interpretado como uma “forma espetacular de recalque do tempo”, que Manuela Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro escrevem o artigo “Vingança e temporalidade: os Tupinambá”, publicado em 1985. No referido artigo, eles colocaram a seguinte questão:

o problema etnológico geral que nos interessa é o de saber se a clássica representação da sociedade primitiva como “sociedade fria”, tipo onde se acham associados três traços cruciais – pequena abertura para o exterior, trama social interna elaborada, recusa de um devir histórico (como resume Lévi-Strauss) –, se essa imagem, conquanto instigante e não-trivial, basta para dar conta dos modos de continuidade social sul-americanos (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 203).

Vê-se, assim, que o que está em jogo desde o início para esta corrente da etnologia indígena brasileira é o problema das temporalidades. Eles propuseram que o átomo da vingança Tupinambá seria constituído por “dois inimigos, um deles morto, outro que esfacelou o crânio”. Os Tupinambá praticavam, então, um exocanibalismo; a condição de poder comer a carne do inimigo era esfacelar o crânio porque “a vítima que se comporta à altura deixa de si memória” (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 199). O que há nesta morte gloriosa, se a honra é a mesma para o matador e a vítima? Eles respondem que seria a memória, a vingança e as cauinagens. O conteúdo da memória seria a própria vingança, não haveria nada além da memória da própria vingança:

na verdade, a vítima passa a ser objeto de uma rememoração e de uma projeção no futuro que nada parece ter de personalizado: rememoração e prospecção das relações devoradoras entre dois grupos inimigos, grupos que, na ausência de mecanismos internos de constituição, parecem contar com os outros, seus contrários, para uma continuidade que só os inimigos podem garantir. Donde a cumplicidade, o partilhar da glória, entre matadores e vítimas, que deixou perplexos os cronistas. A memória de cada grupo, o futuro de cada grupo, se dá por inimigos interpostos (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 200).

Propõem, então, que, entre os Tupinambá, “o ciclo de vida e o destino póstumo organizam-se ambos em torno da vingança” (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 194), ela projetaria a vida social não para o passado, mas para o futuro: “Um homem nasce como futuro vingador. A mãe besunta os seios de sangue do inimigo para que a criança o prove”. Consideram, assim, que diálogo ritual entre o matador e o prisioneiro inimigo, aparentemente pobre, “fala apenas, mas fala de forma essencial, do passado e do futuro” (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 198). A vingança colocaria em conexão “os que já viveram (e morreram) e os que viverão”, ela explicitaria “uma continuidade que não é dada em nenhuma outra instância”. A vingança que se realiza com a morte no terreiro e a antropofagia seria uma vingança sempre inconclusa e, por natureza, interminável. Para os Tupinambá, a forma plena da vingança, concretizada

no diálogo e no ato antropofágico, colocaria a memória do grupo “a serviço de um destino, não de uma origem, de um futuro e não de um passado” (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985, p. 203).

O artigo de Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro apresentou uma nova maneira de se entender o significado do canibalismo e da temporalidade Tupinambá: no lugar da prática canibal remeter ao passado e às relações com os antepassados, ela engendraria o futuro da sociedade indígena, a sua vida social. Viveiros de Castro publicou a sua tese, *Araweté – Deuses canibais* (1986), em que relacionou a análise que fez acerca do significado da cerimônia canibal para os Tupinambá antigos à interpretação da cosmologia dos Araweté, pequeno povo Tupi-Guarani contemporâneo que habita a Amazônia oriental (VIVEIROS DE CASTRO; CAUX; HEURICH, 2016 [1992], p. 31). Relacionou, assim, os textos de jesuítas e cronistas do século XVI sobre os Tupinambá antigos que habitavam as costas brasileiras aos dados etnográficos dos Araweté. Haveria, propõe Viveiros de Castro, uma continuidade entre os povos Tupi do século XVI e os Araweté contemporâneos: a partir da “sociologia canibal” dos primeiros, estes últimos teriam desenvolvido uma “escatologia não menos canibal” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011 [2002], p. 264). Em outras palavras, sugeriu que, na cosmologia Araweté, o canibalismo póstumo teria uma posição central: “as divindades celestes (os *Mai*) devoram as almas dos mortos chegadas ao céu, como prelúdio à metamorfose destas em seres mortais semelhantes a seus devoradores” (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, p. 85). Ele propôs, então, que os deuses canibais dos Araweté, os *Mai*, são a realização de uma transformação, feita pelos Araweté, sobre a antropofagia humana dos antigos Tupinambá.

O traço que assegura a inteligibilidade da continuidade entre os Tupinambá e os Araweté – entre aqueles que viveram no século XVI e aqueles que viveram nos séculos XX e XXI – é justamente a transformação; o tempo em si (se é que ele existe) é transformação, mas não em forma de duração e sim em forma de metamorfose, de devir. Viveiros de Castro aproximou a temporalidade dos povos ameríndios ao conceito de devir, tal como o descrevem Gilles Deleuze e Félix Guattari. O conceito de devir aparece no livro *Kafka. Para uma literatura menor* (1975) e, sobretudo, no capítulo 10 do tomo 2 de *Capitalismo e Esquizofrenia, Mil platôs* (1980), intitulado “Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível”. Para Viveiros de Castro, o díptico *Capitalismo e Esquizofrenia* “apoia muitos de seus argumentos em uma vasta bibliografia sobre povos não-ocidentais, dos Guayaki aos Kachin e dos Nuer aos mongóis, desenvolvendo a partir dela teses ricas em implicações antropológicas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 93). Não é a inteligibilidade histórica o que permite Viveiros de Castro reinterpretar a prática social e guerreira do canibalismo de

povos ameríndios antigos e, assim, dar sentido ao canibalismo celeste presente na cosmologia de um povo ameríndio contemporâneo. O canibalismo – fenômeno intenso, disjuntivo e virtual do pensamento ameríndio – é entendido como um devir, como um fenômeno involutivo:

enfim, devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança [...] Preferimos então chamar de “involução” essa forma de evolução que se faz entre heterogêneos, sobretudo com a condição de que não se confunda a involução com regressão. O devir é involutivo, a involução é criadora. Regredir é ir em direção ao menos indiferenciada. Mas involuir é formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, “entre” os termos postos em jogo, e sob relações assinaláveis (DELEUZE; GUATTARI, 2012 [1980], p. 20).

Viveiros de Castro abriu, assim, uma outra maneira de se compreender o tempo no pensamento ameríndio: o tempo sem a duração, ou a temporalidade sob a forma da rejeição, ou da anulação, da historicidade.

Canibalismo e temporalidades

Se, para a história intelectual brasileira, a década de 1920 é um ponto nevrálgico – com o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade – para se entender o motivo do canibalismo em sua dimensão prospectiva nas artes, nos anos 1980 assistimos a uma guinada da compreensão do significado do canibalismo tanto para a historiografia colonial quanto para a etnologia indígena. A década de 1950, por sua vez, parece ter sido o ponto alto de uma sofisticada e inovadora produção do pensamento brasileiro, pelos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, de um lado, e do concretismo, de outro, marcado pelas reflexões e criações de personagens estelares, como o são Haroldo e Augusto de Campos.

Voltando aos anos 1980 e além: o pensamento europeu sobre os indígenas e os próprios processos da Inquisição portuguesa que trataram da prática canibal passaram a ser o foco de novas interpretações da nossa historiografia, a exemplo dos trabalhos de Souza e Vainfas, em relação à mestiçagem e à história social e cultural do Brasil do século XVI e, também, dos séculos XVII e XVIII. Essa história, entretanto, pertence aos mortos e ao passado, diz respeito aos nossos inícios, aos

nossos escombros que devem e precisam ser entendidos. Já para a etnologia, o tema do canibalismo é o ponto de virada da compreensão do próprio pensamento indígena, da temporalidade ameríndia. No artigo de 1985, Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro contestaram a clássica ideia – retomada por Lévi-Strauss de maneira intermitente em quase toda a sua obra, por meio da noção de sociedades frias (IEGELSKI, 2016, p. 387-389) – de que a temporalidade das sociedades indígenas, ao contrário das sociedades modernas ocidentais, seria marcada pela prevalência da relação com o passado. Para eles, a prática social e guerreira do canibalismo no século XVI deveria ser entendida como uma maneira dos Tupinambá afirmarem o presente e engendrarem o futuro da sociedade.

Ademais, essa nova maneira de ver o canibalismo entre os Tupinambá antigos foi fundamental para que Viveiros de Castro realizasse uma etnografia dos Araweté contemporâneos fundamentada na cosmologia de seus deuses canibais. O significado do canibalismo é essencial, igualmente, para se entender o complexo conceitual que Viveiros de Castro passou a chamar de perspectivismo ameríndio. O perspectivismo ameríndio, escreveu, é uma maneira de definir a concepção indígena “segundo a qual o mundo é povoado de outros sujeitos ou pessoas, além dos seres humanos, e que veem a realidade diferentemente dos seres humanos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 480). Isto é, o perspectivismo ameríndio tem a ver, assim como o canibalismo, com a comutação de perspectiva – a ideia de que se assume a posição de inimigo.

Na historiografia francesa contemporânea, sabemos que a reflexão de Hartog sobre os regimes de historicidade é declaradamente tributária do pensamento de Lévi-Strauss sobre as diferentes maneiras das sociedades reagirem à história. Pensamos que o exercício de relacionar as interpretações sobre as experiências do tempo de Hartog, colocando-as em contraponto com as análises sobre o pensamento e as temporalidades ameríndias, realizadas por Viveiros de Castro, pode proporcionar um duplo movimento. De um lado, permite investigar o alcance explicativo da noção de regimes de historicidade, em que medida ela é capaz de oferecer inteligibilidade às experiências do tempo de sociedades em geral desconhecidas dos historiadores (como as sociedades ameríndias). Seria possível falar de um regime de historicidade perspectivista, ou mesmo canibal? De outro, é um ponto de partida para avaliar o alcance da crítica da modernidade feita por Viveiros de Castro. Crítica que assume um tom radical, de forte oposição ao projeto moderno, colocando em destaque as conquistas teóricas do estudo do perspectivismo ameríndio. Mas, como no caso da análise da relação dos Tupinambá antigos com o tempo, as categorias e conceitos modernos nas análises de Viveiros de Castro não deixam de ser acionadas para explicar fenômenos que não caberiam no quadro de inteligibilidade do pensamento

moderno. Para falar do diálogo entre o inimigo e o matador no terreiro, apesar de apresentá-lo como sendo o próprio devir, Viveiros de Castro não dispensa as três categorias temporais fundamentais, presente, passado, futuro, e sua articulação pelo pensamento ameríndio. O devir seria, então, um tipo de regime de historicidade pós-moderno?

Essas questões apontam para perspectivas que parecem inconciliavelmente divergentes entre historiadores e antropólogos. Contudo, elas evidenciam também o quão frutífero é esse debate, inaugurado por Lévi-Strauss na segunda metade do século XX. Hartog, ao propor a noção de regimes de historicidade, situou seu trabalho nessa mesma tradição. No livro *Confrontations avec l'histoire*, de 2021, ele reafirmou o lugar fundamental de Lévi-Strauss para a história e para as discussões atuais sobre as temporalidades, levando em consideração que a experiência indígena rasura o pensamento moderno (HARTOG, 2021, p. 205). Os estudos de etnologia indígena no Brasil também falam do tempo e colocam suas dúvidas sobre a própria inteligibilidade histórica, assentada em uma ideia de sujeito e de consciência histórica produzida pelo pensamento moderno ocidental. Tudo indica, então, que o diálogo entre a história e a antropologia continua sendo um terreno frutífero e instigante para ambas as disciplinas, uma vez que mobiliza questões que marcam de modo contundente os atuais debates nas ciências sociais e humanas. Ademais, esses confrontos de perspectiva sobre as temporalidades nos permitem revisitar a produção intelectual brasileira do século XX e seus projetos de futuro, assim como seus usos e interpretações do passado. Há ainda uma rica herança a se explorar no pensamento brasileiro no que se refere ao tema das reflexões sobre as temporalidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 [1907].

ALMEIDA, Fernando Ozorio de.; NEVES, Eduardo Góes. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n.3, 2015. p. 499-525. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n3p499. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v21n3/0104-9313-mana-21-03-00499.pdf>. Acessado em: jan. de 2020.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago e outros textos**. Jorge Schwartz et Gênese Andrade (ed.). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017 [1928]. p. 43-60.

AUGÉ, Marc. **Qui donc est l'autre?** Paris: Odile Jacob, 2017.

BOPP, Raul. **Vida e morte da Antropofagia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012 [1977]. *E-book*, n.p.

CAMPOS, Augusto de. Revistas Re-Vistas: Os Antropófagos. *In*: CAMPOS, Augusto de. **Poesia Antipoesia Antropofagia & Cia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1975]. p. 132-154.

CAMPOS, Haroldo de. Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira. *In*: CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem & outras metas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004 [1980]. p. 231-255.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CLASTRES, Hélène. Les beaux-frères ennemis. A propos du cannibalisme Tupinamba. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**, Paris, n. 6, p. 71-82, 1972.

CLASTRES, Hélène. **La terre sans mal, le prophétisme tupi-guarani**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinamba. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, n. 71, p. 193-208, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: para uma literatura menor**. Trad. Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003 [1975].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, v. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012 [1980].

FAUSTO, Carlos Fausto. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria

Municipal de Cultura e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1992. p. 381-396.

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005. p. 385-481. DOI: 10.1590/S0104-93132005000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27452.pdf>. Acessado em: jan. de 2019.

FÉDIDA, Pierre. Le cannibale mélancolique. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**, Paris, n. 6, p. 123-127. 1972.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Editora Globo, 2006 [1952].

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil**: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2004 [1576].

GUILLE-ESCURET, Georges. Les mangeurs d'autres. Civilisation et cannibalisme, Paris: EHESS, **Cahiers de l'Homme**, n. 14, 2012.

GOTLIB, Nádia Battella. **Tarsila do Amaral**: a modernista. São Paulo: Editora Senac, 1998.

HARTOG, François. **Anciens, modernes, sauvages**. Paris : Galaade Éditions, 2005.

HARTOG, François. **Confrontations avec l'histoire**. Paris: Gallimard, 2021.

HERKENHOFF, Paulo. Um entre outros. *In*: HERKENHOFF, Paulo; PEDROSA, Adriano (curadores). **XXIV Bienal de São Paulo**: arte Contemporânea Brasileira, um e/entre outro/s. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1959].

IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? Crítica da modernidade, história intelectual, história política. **Revista de História**, São Paulo, n. 175, p. 385-414, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.109305. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rh/n175/2316-9141-rh-175-00385.pdf>. Acessado em: jun. de 2020.

KILANI, Mondher. **Du goût de l'autre**: fragments d'un discours cannibale. Paris: Seuil, 2018.

LESTRINGANT, Frank. **O canibal**: grandeza e decadência. Trad. M.L.M. Del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997 [1994].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Paroles données**. Paris: Plon, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Histoire de lynx**. Paris: Pocket, 2004 [1991].

LÉVI-STRAUSS, Claude. Montaigne et l'Amérique. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Nous sommes tous des cannibales**. Paris: Éditions du Seuil, 2013 [1992]. p. 145-150.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Somos todos canibais. Trad. Dorothea Voegeli Passetti. **Verve**: revista semestral autogestionária do Nu-Sol. São Paulo. n. 9, p.13-21, 2006. DOI: 10.23925/verve.v0i9.5123. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5123/3650>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O selvagem**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, [1876] 3ª ed, 1935.

MÉTRAUX, Alfred. **La religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014 [1928].

MILLIET, Sergio. Visão do paraíso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 de dez. 1959, p. 18.

MONTAIGNE, Michel de. **Essais**: livre premier. éd. par Pierre Michel. Paris: Folio-Gallimard, [1580] 1965.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores**: estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. (Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

NETO, Mauro Franco; GAIO, Henrique Pinheiro Costa. Antropofagia em dois tempos: inverter a história, tensionar o presente. **História da Historiografia**: International

Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 185-220, 2020. DOI: 10.15848/hh.v13i32.1504. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1504>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NÓBREGA, Padre Manoel da. **Diálogo Sobre a Conversão do Gentio**. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário de São Paulo, 1954 [1556-1557].

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. *In*: ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo/ Secretaria da Cultura, 1990 [1970]. p. 5-39.

PIGNATARI, Décio. Depoimento 2. *In*: PIGNATARI, Décio. **Contracomunicação**. São Paulo: Ateliê Editorial, [1969] 2004. p. 31-32.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguarda e cosmopolitismo na década de 20**: Olivério Gironde e Oswald de Andrade. Trad. M.A.L de Barros e J. Schwartz. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

SOUSÂNDRADE, Joaquim de. **O Guesa**. São Paulo: Demônio Negro, 2009 [1858].

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. **Inferno atlântico**: demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Trad. Alberto Löfgren. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930 [1556].

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1989].

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**: isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do

Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil. Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854, tomo primeiro (com estampas).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os Índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VELOSO, Caetano. **Álbum Bicho**, de 1977. PolyGram. Universal Music.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CAUX, Camila; HEURICH, Guilherme Orlandini. **Araweté**: um povo tupi da Amazônia. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016 [1992].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo, Cosac Naify, 2011 [2002].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 91-126, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/FLYcmByK8ddHyrFt9HfcMfM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: dez. de 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Xamanismo Transversal: Lévi-Strauss e a cosmopolítica amazônica. *In*: QUEIROZ, Rubem Caixeta de.; NOBRE, Renarde Freire. (orgs.). **Lévi-Strauss**: leituras brasileiras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p.79-124.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Francine Iegelski é professora de Teoria e Filosofia da História da Universidade Federal Fluminense. É autora do livro *Astronomia das constelações humanas. Reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história*. É Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj) com o projeto "Experiência histórica, ficção e verdade na literatura latino-americana" (1940-1960) e se dedica a refletir sobre as mutações epistemológicas da história nas últimas décadas. Integra os laboratórios Escritas da História/ Historiografias do Sul e Observatório do Tempo presente, da UFF.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Campus do Gragoatá, Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, sala 430 - Niterói, RJ, 24210380, Brasil.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

AGRADECIMENTO

Agradeço aos colegas Angélica Müller, Felipe Brandi e Rodrigo Bentes Monteiro pela leitura e pelas importantes contribuições que fizeram a esse texto. Por fim, não posso deixar de mencionar que desenvolvi as questões norteadoras desse artigo a partir do diálogo que pude estabelecer com o professor François Hartog durante o pós-doutorado que fiz, sob sua supervisão, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris (2014-2015).

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Luisa Rauter Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Francine Iegelski.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 9 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 21 de abril de 2021.

Aprovado em: 20 de novembro de 2021.

Travessias historiográficas: da História das Ideias às contribuições da História Intelectual e da História Conceitual para o estudo dos processos políticos uruguaios oitocentistas

Historiographic crossings: from the History of Ideas to the contributions of Intellectual History and Conceptual History to the study of nineteenth-century Uruguayan political processes

Elvis de Almeida Diana ^a

E-mail: eaediana844@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4181-6028> 

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O estudo pretende analisar as mudanças epistemológicas pelas quais tem passado a historiografia uruguaia nas últimas duas décadas, mais especificamente as que dizem respeito ao estudo dos processos político-intelectuais e conceituais do Uruguai oitocentista. Nesse sentido, este artigo está dividido em duas partes: na primeira, trataremos sobre a tradicional História das Ideias de meados do século XX na América Latina, principalmente no Uruguai, e a renovação teórico-metodológica ocorrida nessa disciplina, a partir dos pressupostos mais amplos da chamada “Nova” História Intelectual; na segunda parte, abordaremos como essa reformulação tem sido mobilizada, juntamente com a História Conceitual, pela historiografia uruguaia recente, enquanto um aporte consistente e frutífero para a análise dos processos político-intelectuais oitocentistas desse país platino frente à tradicional História das Ideias, proporcionando, assim, novos olhares, hipóteses e debates sobre o período em questão.

PALAVRAS-CHAVE

História das ideias; História Intelectual; História conceitual.

ABSTRACT

This article intends to analyze the epistemological changes that Uruguayan historiography underwent over the last two decades, more specifically, those that concern the study of the political-intellectual and conceptual processes of nineteenth century Uruguay. This article is thus divided into two parts. In the first, we will deal with the traditional History of Ideas from the mid-twentieth century in Latin America and, mainly, in Uruguay, and the theoretical and methodological renewal that took place in this field, from the broader assumptions of the so-called “New” Intellectual History. The second part will address how this reformulation has been mobilized, together with Conceptual History, by recent Uruguayan historiography, as a consistent and fruitful contribution to the analysis of the country’s nineteenth-century political-intellectual processes in view of the traditional History of Ideas, thus providing new perspectives, hypotheses and debates about the period in question.

KEYWORDS

History of Ideas; Intellectual History; Conceptual History.

Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma mudança substancial dentro da historiografia uruguaia, em relação ao aporte teórico-metodológico para o estudo sobre os processos políticos do século XIX desse país. Essa reformulação tem sido pautada pelos recursos proporcionados pela História Intelectual e pela História Conceitual como alternativa à tradicional História das Ideias. Nesse sentido, nosso objetivo, neste artigo, é realizar uma análise sobre essa renovação, apontando as principais características de cada uma dessas abordagens, os possíveis pontos de inflexão tanto de modo geral, quanto, mais especificamente, na historiografia uruguaia. Essa renovação, a nosso ver, tem se mostrado muito frutífera para se estudar esse período, marcado por profundas transformações políticas e balizado, especialmente, pelos processos de independência e pela posterior consolidação do Estado nacional.

Também acreditamos ser necessário explicitar que vários autores já realizaram parte do esforço que buscamos desenvolver aqui. Mais especificamente em relação às mudanças teórico-epistemológicas relativas à transição da História das Ideias para a História Intelectual tanto na Europa, quanto nas Américas (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009; WASSERMAN, 2015; DOSSE, 2007; PALTÍ, 2007b). Por outro lado, outros pesquisadores também se debruçaram sobre as indicações teórico-metodológicas da História Intelectual, ou dos discursos políticos de “enfoque collingwoodiano”,¹ e da História Conceitual, encabeçada por Reinhart Koselleck, e as possibilidades de complementaridade entre essas duas disciplinas (KOSELLECK, 2006; POCOCK, 2006; RICHTER, 2006; PALTÍ, 2007b). No entanto, a nível mais específico, ainda não foi dada uma atenção maior às mudanças sofridas pela historiografia uruguaia especializada nos processos político-intelectuais e conceituais oitocentistas do país.

Assim, dividimos este artigo em duas partes: na primeira, trataremos sobre a tradicional História das Ideias de meados do século XX na América Latina, principalmente no Uruguai, e a renovação teórico-metodológica ocorrida nessa disciplina, a partir dos pressupostos mais amplos da chamada “Nova” História Intelectual; na segunda parte, analisaremos como essa reformulação tem sido mobilizada, juntamente com a História Conceitual, pela historiografia uruguaia recente, enquanto um aporte consistente e frutífero para a análise dos processos político-intelectuais oitocentistas desse país platino frente à tradicional História das Ideias, proporcionando, assim, novos olhares, hipóteses e debates sobre o período em questão.

¹ O termo “enfoque collingwoodiano” se deve à denominação dada por Quentin Skinner às contribuições do filósofo Robin George Collingwood à abordagem teórico-metodológica da disciplina (SKINNER, 2001 *apud* JASMIN; FERES JUNIOR, 2006, p. 11).

Da História das Ideias à História Intelectual: reverberações na América Latina e no Uruguai

Aimer Granados García e Carlos Marichal afirmam que parece ser um consenso historiográfico o fato de que o primeiro autor a utilizar o termo História das Ideias tenha sido o estadunidense Arthur Lovejoy, ainda na década de 1930, a partir de sua obra *The great Chain of being* (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009). Além dessa obra, Lovejoy também fundou a *Journal of the History of Ideas*, uma revista por meio da qual buscou sistematizar e promover essa nova área de estudos (GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009), delimitando, assim, um espaço institucional e teórico próprio (PALTÍ, 1998).

A antiga História das Ideias, proposta por Lovejoy, focava mais o conteúdo do texto e as ideias em si mesmas que as obras dos autores ditos “clássicos” viessem a estabelecer. Além disso, concebia as ideias como “atemporais” e “imutáveis”, e não buscava entender os modos como elas eram pensadas em diálogo com a realidade (DOSSE, 2007; GRANADOS GARCÍA; MARICHAL, 2009). Nesse sentido, Lovejoy propôs a concepção passiva de “influência” das ideias sobre o pensamento, além de entender que havia uma “unidade” destas, enquanto elementos responsáveis pela formação de toda uma “cadeia” de caráter universal e essencialista (LOVEJOY, 2001 [1936]; LOVEJOY, 2000 [1940]).

No entanto, Lovejoy não teve uma recepção tão considerável pelos historiadores e filósofos latino-americanos do mesmo contexto. Na América Latina, o “movimento” (CARVALHO, 2012) encabeçado pelo mexicano Leopoldo Zea, pelo argentino Arturo Andrés Roig e pelo uruguaio Arturo Ardao praticamente não fazia, em seus congressos e encontros, menções aos pressupostos de Lovejoy e seus seguidores (SANTOS, 2016). Além disso, Luciano dos Santos argumenta que tal fato provavelmente ocorreu devido à recusa, por parte de seus expoentes, em adotar as indicações “abstratas”, “universais” e “internalistas”, características muito presentes na obra e na escola historiográfica lideradas pelo autor estadunidense (SANTOS, 2016, p. 90). Dessa forma, procuraram voltar suas preocupações aos seus próprios contextos social e político, e pensar a América Latina de forma crítica, como um “autoquestionamento”, além de afirmar uma “[...] autêntica filosofia latino-americana” (CARVALHO, 2012, p. 225).

No entanto, Elías Paltí chama a atenção para o fato de que estes autores estavam mais preocupados com os “erros” e “desvios” de significados existentes no processo de “transferência” das ideias liberais europeias para a América Latina do que com as possíveis contribuições que o pensamento latino-americano teria proporcionado ao

“velho mundo” (PALTI, 2007b, p. 302). Ainda conforme Palti, aqueles autores tentaram compreender como as ideias liberais, provindas da Europa, teriam se “desvirtuado” de suas “origens” ao serem inseridas em um espaço alheio, “estranho” e “hostil” a elas, enquanto um simples fato “[...] derivado de uma sorte de ‘dessincronia’ histórica” (PALTI, 2007b, p. 303).²

Dentre esses três expoentes da história das ideias latino-americanas das décadas de 1940 e 1950, destacados anteriormente por Carvalho, evidenciamos o uruguaio Arturo Ardao, de modo a nos dedicarmos mais detidamente sobre os caminhos da historiografia da História Intelectual e Conceitual desse país, um dos propósitos deste artigo. Luciano dos Santos, autor que realizou um estudo mais aprofundado sobre a produção intelectual de Ardao, afirma que, embora o escritor uruguaio tenha tido como referenciais, no plano nacional, autores como José Enrique Rodó e Carlos Vaz Ferreira, suas maiores inspirações eram de âmbito regional e global (SANTOS, 2016). Desse modo, os argentinos José Ingenieros e Alejandro Korn, além do “circunstancialismo ortegiano”, foram, segundo Santos, suas maiores inspirações (SANTOS, 2016, p. 49).

Ainda conforme Santos, esses vieses eram mais consonantes com as propensões historicistas de Ardao em “[...] suas formas de pensar a cultura intelectual no Uruguai.” (SANTOS, 2016, p. 49). De qualquer modo, a produção intelectual de Ardao em relação à História das Ideias uruguaia, como assinala Clara Alicia Jalif de Bertranou, foi marcada por uma síntese, ou seja, a “[...] conjunção de um sentimento nacional e americano” (JALIF DE BERTRANOU, 2012, p. 18).

A respeito do que compreendia acerca da História das Ideias, Ardao apontou algumas convergências e divergências entre historiadores como José Gaos, José Ortega y Gasset e Francisco Romero, principalmente. De modo a defender, implicitamente, sua discordância em relação à universalidade que Lovejoy propunha e à “pureza” defendida por Ortega y Gasset (ARDAO, 1957, p. 22), Ardao sustentou que a História das Ideias deveria ser empreendida enquanto uma “[...] história particularizada de tal ou qual tipo de ideias: filosóficas, religiosas, científicas, estéticas, pedagógicas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais” (ARDAO, 1957, p. 22).

No entanto, Ardao sustentou, a partir do que depreendeu da leitura que fez de Ortega y Gasset, que as ideias, enquanto “pensamentos concretos”, poderiam estar conectadas às “circunstâncias” ou, de outro modo, aos contextos e ações humanas que

² Optamos por traduzir as citações diretas que, originalmente, estão em outros idiomas. Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

as engendraram. Conforme Ardao, essa forma de enxergar a disciplina não somente seria possível, “[...] mas sim [...] a única teoricamente válida” (ARDAO, 1957, p. 22), o que, a nosso ver, pressuporia uma concepção em que as ideias consistiriam mais em um “reflexo” ou resultado direto da realidade.

Também buscou dar maior atenção à temporalidade enquanto um elemento de “ação histórica”, conforme fez questão de defender ao tratar dessa separação. E o fez com base em dois motivos principais, em sua ótica: tanto por causa da “precariedade” de uma “filosofia pura” na América Latina, quanto por compreender como “poderosa” a “[...] ação histórica das ideias, [...] utilizadas como *ferramentas na organização e reorganização de nossas nacionalidades*” (ARDAO, 1957, p. 23, grifos nossos).

No entanto, entendeu que, mesmo que o termo “história das ideias” conotasse um caráter mais universal, ele contribuía para uma “orientação” na análise histórica de “tipos de ideias”, e os compartimentou do seguinte modo: “*Das ideias religiosas, científicas, estéticas e pedagógicas, em uma linha; das ideias políticas, jurídicas, econômicas e sociais, em outra linha*” (ARDAO, 1957, p. 23, grifos nossos). Ou seja, sua concepção sugere que elementos de uma dessas “linhas” não poderiam estar imbricados, contextualmente, com os elementos da outra. Em nossa perspectiva, isso, conseqüentemente, pressuporia certa “pureza” de algumas ideias em relação a outras, o que o aproximava de Lovejoy nesse ponto.

Mais especificamente sobre as ideias político-filosóficas que marcaram o oitocentos uruguaio, destacamos as obras em que o autor tratou sobre as relações e tensões entre o liberalismo e o racionalismo e as instituições religiosas do país (ARDAO, 1962). Também destacamos a que Ardao concebe o positivismo e o espiritualismo como duas “[...] escolas definidas que modelaram a inteligência nacional e ainda a consciência *espiritual* do país, em um período decisivo do seu desenvolvimento [século XIX]” (ARDAO, 1968, p. 9, grifo nosso, inserção nossa).

De modo geral, o autor também se utilizou de termos muito próprios de uma antiga História das Ideias, considerando o panorama geral dessa disciplina que apresentamos anteriormente e com base na bibliografia pertinente. Ao tratar sobre as obras de alguns escritores uruguaios oitocentistas como, por exemplo, Dámaso Larrañaga, José Pedro Varela, e Eduardo Acevedo Díaz, Ardao mobilizou as seguintes terminologias: “originalidade” (ARDAO, 1959; 1971); “origens”, “influência”, “espírito” (ARDAO, 1971). Em nossa perspectiva, tais expressões conotavam mais um caráter determinista e transcendente das ideias do que elementos ligados ao contexto histórico.

Embora tenha sido considerado “[...] um expoente quase solitário na história das ideias [...]” uruguaia (MARTÍNEZ DIAZ, 1983, p. 62), Ardao não foi o único autor dessa disciplina no país. Além dele, outros pesquisadores também seguiram essa mesma linha no Uruguai a partir dos anos 1940, tais como Jesualdo Sosa, Carlos Rama, Juan E. Pivel Devoto, Carlos Real de Azúa, e Alberto Zum Felde. Inclusive, tendo eles formado um Comitê de História das Ideias nos moldes daquele iniciado por Zea, no México, e o vinculado a este (ARDAO, 1957, p. 22). Dentre esses nomes, destacamos os dois últimos: Real de Azúa e Zum Felde.

Não podemos deixar de reconhecer que, assim como Ardao e os demais autores mencionados antes, Real de Azúa foi um autor que contribuiu sobremaneira para a escrita da História uruguaia, no esforço de se estabelecer essa área própria da “inteligência” do país. No entanto, em seu entendimento sobre o “ambiente espiritual” uruguaio de finais do século XIX e início do XX, e os referenciais intelectuais e culturais externos que fizeram parte da História das Ideias do país daquele contexto, afirmou que “*doutrinas há, que influenciaram profundamente, sem uma perceptível ou recordável elaboração por nossa parte*” (REAL DE AZÚA, 1950, p. 16, grifos nossos). Assim, em nossa ótica, pressupunha a existência de uma passividade intelectual, inibidora de qualquer ação de reelaboração ou resignificação.

Zum Felde, por sua vez, também buscou se dedicar a entender a história das ideias no país platino como um “processo”, e sua obra intitulada *Proceso intelectual del Uruguay y crítica de su literatura*, que é distribuída em três tomos, é, talvez, o maior exemplo disso. Zum Felde até buscou realizar uma historicização das correntes filosóficas existentes no país e utilizou, em alguns momentos, o termo “história intelectual” (ZUM FELDE, 1930, p. 11), porém, não pressupôs propriamente uma renovação em relação à mesma história das ideias praticada por Ardao, Zea, Romero e outros autores de seu contexto. Tanto é que também reproduzia, assim como esses filósofos e historiadores, termos muito alinhados a essa vertente mais tradicional, como “influência”, “espírito”, “originalidade”, “imitação/cópia” etc. (ZUM FELDE, 1930). Nesse sentido, a respeito do “espírito das ideias” existente no oitocentos uruguaio, Zum Felde afirmou o seguinte: “[...] limitemo-nos a reafirmar nossa fé na *primazia das ideias, como forças morais promotoras de todo heroísmo humano*, heroísmo sem o qual nenhuma transformação – nem nenhum progresso – seria possível” (ZUM FELDE, 1947, p. 6, grifos nossos).

Considerando esse trecho, percebemos que a concepção de Zum Felde radicava na convicção de que as ideias consistiam em “forças” quase que exteriores ao ser humano enquanto agente da história, e desconsiderava os modos sociais de sua circulação, recepção e modificação no tempo, o que o distanciava um pouco de Ardao. Desse

modo, ao tratar sobre a “influência francesa” no país, sustentou que o romantismo foi o que “[...] preencheu quase toda a vida do século XIX, desde sua literatura até sua política [...]” (ZUM FELDE, 1947, p. 5). Por outro lado, entendia, também, que tanto o “tipo” uruguaio, quanto o latino-americano eram formados por elementos que caracterizavam um “produto hispano-francês”, com suas específicas “afinidades tipológicas” que proporcionavam essa condição (ZUM FELDE, 1947, p. 13).

Esse foi, grosso modo, o panorama geral em que a tradicional História das Ideias uruguaia se estabeleceu a partir dos anos 1930 e foi praticada, em maior ou menor grau, até o final dos anos 1990, momento em que houve uma renovação nas formas de se escrever a História Intelectual e Conceitual do país. Assim, com a renovação sofrida pela tradicional História das Ideias no plano mais geral, houve uma reformulação dos pressupostos teórico-metodológicos e historiográficos tanto na Europa, quanto nas Américas Anglo-saxônica e Latina de meados do século XX em diante.

Essa antiga História das Ideias, aos poucos, cedeu espaço à que ficou conhecida como História Intelectual ou “Nova” História Intelectual, gerando críticas e o envolvimento de outros historiadores que também se debruçaram sobre essa temática já durante a segunda metade do século XX. O conterrâneo de Lovejoy, Robert Darnton, por exemplo, em levantamento feito na década de 1980, indicou o declínio dos estudos referentes àquela vertente que, cada vez mais, se tornava ultrapassada entre os historiadores (DARNTON, s/d *apud* GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009). Além de Darnton, outros autores estadunidenses também emergiram dessas mudanças, tais como Dominick LaCapra, por exemplo, com trabalhos que vieram a contribuir consideravelmente para essa renovação epistemológica (PALTÍ, 1998). Na França, Pierre Rosanvallon apontou as “debilidades metodológicas” da História das Ideias, sendo elas, a partir dos comentários de Granados García e Marichal: “a tentação do dicionário, a história das doutrinas, o comparatismo textual, o reconstrutivismo e o tipologismo” (ROSANVALLON, 2002 *apud* GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009, p. 14).

Já na Inglaterra, os historiadores Quentin Skinner e John Pocock, expoentes da chamada Escola de Cambridge, estabeleceram, a partir do final da década de 1960, as bases para o que passou a se chamar de História Intelectual, embora essa denominação seja difícil de ser estabelecida, assim como bem defende Elías Paltí (1998). Apesar da complexidade de se estabelecer uma linha de diferenciação totalmente nítida entre tais abordagens, Paltí destaca o artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas*

(1969), de Skinner, como um ponto de cisão entre uma “Nova” História Intelectual e a História das Ideias de Lovejoy, no contexto da “virada linguística” (PALTI, 1998).³

Assim, essa abordagem passou a exercer um caráter mais abrangente, extrapolando o estudo exclusivo dos tratados filosóficos e doutrinários “clássicos”, das ideias imutáveis, e abriu espaço para a análise dos textos dos autores tanto consolidados quanto “desconhecidos”, tudo isso em consonância com as práticas sociais (FALCON, 1997). A partir desse momento de virada, houve uma preocupação maior em evadir-se dos anacronismos cometidos ao olhar para o passado com as preocupações do presente, visando-se aos mesmos significados que as ideias teriam no contexto de escrita do historiador. Além disso, em uma crítica a Lovejoy, passou-se a evitar os riscos das “mitologias” e dos “absurdos históricos” que a história do pensamento poderia proporcionar (SKINNER, 2005).

Skinner e Pocock também elaboraram e defenderam outras ideias muito frutíferas para a História Intelectual, tais como os conceitos de “intencionalidades” ou “atos de fala” dos autores em seus textos, elaborados em meio a um “contextualismo linguístico” e histórico específico, de acordo com o que Skinner argumenta a partir das considerações de John Austin (SKINNER, 2005). Desse modo, para Skinner, o contexto histórico não é o determinante do que se disse ou pensou, mas sim um referencial relevante para a compreensão dos “atos de fala” inscritos em nível textual e em uma convenção linguística de um período histórico específico (SKINNER, 1988, p. 64 *apud* PALTI, 2007b, p. 299). Embora tenha contribuído e ainda contribua metodologicamente de forma considerável para a análise histórica, as propostas de Skinner também foram alvo de críticas (JAY, 2012; SILVA, 2010).

Por sua vez, Pocock, mediante sua leitura das propostas teóricas de Ferdinand de Saussure (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006), deu ênfase à identificação e compreensão das “linguagens políticas” e da “performance” dos autores dentro de determinado “jogo linguístico”, levando-se em consideração a *langue* – a língua de modo geral – e a *parole* – os modos de uso dessa língua (POCOCK, 2003; JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006). Embora se diferencie da História das Ideias, a História Intelectual, após Pocock e Skinner, passou a ser objeto de debates diversos, estabelecidos por vários outros autores, sobre as características centrais que orientam seus pressupostos teórico-metodológicos (DARNTON, 1990; DOSSE, 2007; WASSERMAN, 2015; PALTI, 2007b).

³ Grosso modo, a chamada “virada linguística” consistiu em vários debates sobre a mudança filosófica que preconizou uma maior autonomia da linguagem sobre a realidade e a disciplina histórica. (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006; PALTI, 1998).

No tocante às mudanças ocorridas na História Intelectual latino-americana, parece ser um consenso que a maior renovação tenha sido empreendida pelo historiador franco-espanhol François-Xavier Guerra (PALTÍ, 2007a; PALTÍ, 2007b; EZCURRA, 2010; RICUPERO, 2015), embora alguns autores defendam a possibilidade de parte dessa reformulação ter vindo até mesmo antes de Guerra.⁴ Conforme aponta Palti, Guerra teria sido o autor que introduziu uma nova abordagem, pautada pelo estudo dos “usos públicos da linguagem” (PALTÍ, 2007b, p. 303). Para além disso, Palti também elenca outras contribuições principais de Guerra para a História Intelectual latino-americana, dentre elas, o rompimento com a proposta de “influências ideológicas”, considerando, assim, que o contexto passa a ter importância para a construção dos discursos políticos e vice-versa (PALTÍ, 2007b).

No entanto, Palti também critica parte da produção de Guerra, mais especificamente o modo rígido, em sua visão, que este último autor concebe a relação, ou melhor, a oposição entre tradição e modernidade (PALTÍ, 2007b). Somando-se a Palti nessas críticas, podemos citar as colocações de Bernardo Ricupero, autor que concorda com a existência de uma teleologia na proposta de Guerra, apontada pelo historiador argentino (RICUPERO, 2015).

Além de Guerra, a “Nova” História Intelectual latino-americana também passou a ser desenvolvida por outros historiadores da região nos anos 1990. O próprio Elías Palti, juntamente com Carlos Altamirano, Oscar Terán, Jorge Myers, entre outros autores, compuseram o Grupo de Trabalho de História Intelectual da Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, de modo a dar continuidade a essa renovação e aprimorá-la. Alguns resultados foram a realização do primeiro encontro dos centros de pesquisa em História Intelectual, ocorrido em 1997, e a organização e publicação da Revista *Prismas*, especializada nas pesquisas dessa disciplina e em vigência atualmente (GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009).

José Carlos Chiaramonte foi outro historiador a também exercer esse aporte na Argentina a partir dos anos 1990, e privilegiou os vocabulários políticos e da circulação de ideias ao analisar as independências na região do Rio da Prata (PASQUALE, 2012). Granados García e Marichal listam outros autores que também são considerados expoentes dessa renovação na América Latina, tais como o mexicano Guillermo Palacios e o chileno Eduardo Devés-Valdés, por exemplo (GRANADOS GARCIA; MARICHAL, 2009).

⁴ Eugênio Carvalho, por exemplo, argumenta, de forma matizada e relativizada, sobre as contribuições de Arturo Roig (1922-2012) terem consistido em uma possível “ponte” entre os dois momentos historiográficos ainda na década de 1970 (CARVALHO, 2015).

Nesse sentido, Palti, historiador atento especificamente aos processos políticos e intelectuais próprios da América Latina oitocentista, argumenta que a História Intelectual a ser realizada sobre esse período está para além de se pautar nos sentidos que as palavras têm ou tiveram nos dicionários, devendo “reconstruir linguagens políticas” (PALTI, 2007a, p. 17). Dialogando com Skinner e Pocock, Palti sustenta que essa seria uma das maiores características responsáveis pelo distanciamento entre a História Intelectual e a tradicional História das Ideias, pois, conforme o autor, “uma linguagem política não é um conjunto de ideias ou conceitos, mas sim um modo característico de produzi-los” (PALTI, 2007a, p. 17). Isso nos possibilitaria entender a “[...] lógica que as articula” (PALTI, 2007a, p. 17) e, também, evitar “os modelos ideais” e os “sistemas de pensamento” (PALTI, 2007a, p. 55).

É nessa reformulação teórico-metodológica, grosso modo, proposta por Skinner, Pocock, Guerra e Palti, que muitos historiadores uruguaios têm se embasado nos últimos anos, em maior ou menor grau, dando atenção, também, aos pressupostos da História Conceitual de forma complementar tal abordagem. Essa nova postura historiográfica tem contribuído consideravelmente para o revigoramento dos estudos a respeito da história dos processos político-intelectuais e conceituais uruguaios, principalmente os do século XIX. É sobre as possibilidades de complementaridade entre essas duas vertentes e seus usos pela historiografia uruguaia contemporânea que trataremos a seguir.

Travessias: diálogos entre a História Intelectual e a História Conceitual para a reescrita da história política uruguaia oitocentista

Em consonância com os postulados da Escola de Cambridge, propostos por Skinner e Pocock, Palti (2007b), assim como Melvin Richter (2006) e Kari Palonen (DOSSE, 2007; JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006), por exemplo, considera que a História dos Conceitos alemã, encabeçada por Reinhart Koselleck, pode ser um complemento teórico-metodológico da “Nova” História Intelectual, apesar da existência de algumas divergências entre essas vertentes (SILVA, 2009; JASMIN, 2005; POCOOCK, 2006; KOSELLECK, 2006; FERES JÚNIOR, 2014).

Palti ressalta a proposta de se considerar a História dos Conceitos não enquanto parte do âmbito da História Social, mas autônoma a ela, característica que proporcionaria a apreensão da temporalidade, na visão de Koselleck. Assim, isso permitiria uma maior compreensão das formas históricas da temporalidade, quais sejam o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” e sua relação com as percepções de

aceleração do tempo histórico e a modernidade, conforme haja o afastamento entre aquelas duas categorias (PALTI, 2007b, p. 301).

Nesse sentido, Koselleck entende que os conceitos devem ser polissêmicos e mutáveis ao longo do tempo (KOSELLECK, 1992). Neste ponto, Koselleck concorda com Skinner e Pocock, mais especificamente à crítica destes autores à noção de “ideias-unidade” proposta por Lovejoy, ainda nos anos 1940 (KOSELLECK, 2006). Além disso, o autor alemão considera “[...] teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Embora seja mais adepto da análise hermenêutica⁵ e não tanto da filosofia da linguagem como Pocock e Skinner, Koselleck também trata sobre a inter-relação entre a história das linguagens políticas e a História Conceitual. Assim, afirma haver um vínculo entre diacronia e sincronia por meio de uma “reciclagem linguística” dos conceitos ao longo do tempo, proporcionada pela própria “singularidade histórica” dos “atos de fala” contextuais e que garantiria “[...] um grau mínimo de continuidade” (KOSELLECK, 2006, p. 101). No entanto, também alerta que a História conceitual, embora em concordância com muitos pontos da História dos discursos ou linguagens políticas,

[...] é mais que uma sequência de atos de fala únicos realizados em situações específicas; ela registra também aquele conjunto de estruturas reproduzíveis de longa duração, armazenadas na linguagem, que estabelecem as pré-condições para conceituar os eventos (KOSELLECK, 2006, p. 107).

Por outro lado, Koselleck reconhece a possibilidade de compatibilidade teórico-metodológica entre as indicações da Escola de Cambridge e a História Conceitual praticada por ele. O autor faz isso quando argumenta que não seria possível um agente histórico realizar uma inovação linguística ou intelectual em um contexto específico sem antes considerar os “recursos linguísticos criados diacronicamente no passado recente ou mais remoto e compartilhado por todos os falantes e ouvintes” (KOSELLECK, 2006, p. 102). Para Koselleck, é essa característica da linguagem que torna possível a concepção a respeito da duração das ideias ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 102).

⁵ Koselleck foi um historiador vinculado aos pressupostos da hermenêutica histórica, tendo dialogado muito com o filósofo Hans-Georg Gadamer, assim como divergido de algumas de suas ideias. Sobre esse debate (PEREIRA, 2011).

Além disso, quando trata sobre a ideia de “conceitos básicos”, Koselleck estabelece outro ponto de concordância com a história das linguagens ou discursos políticos da Escola de Cambridge, pois argumenta que tais conceitos, apesar de estarem localizados no interior de um discurso, realizam o papel de “[...] pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram.” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Desse modo, Koselleck deixa claro que “[...] uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos linguísticos como dos extra-linguísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos.” (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Dialogando com Koselleck, Javier Fernández Sebastián, por sua vez, tem uma compreensão um pouco mais flexível sobre a História Conceitual, pois entende essa abordagem enquanto uma interdisciplinaridade totalmente compatível entre várias vertentes. Assim, a compreensão de Sebastián engloba a *Begriffsgeschichte* alemã, que tem em Koselleck seu maior expoente, a filosofia da linguagem de Wittgenstein (“jogos de linguagem”), Austin (“atos de fala”) e, principalmente, a história das linguagens ou dos discursos políticos da Escola de Cambridge, na figura de Pocock (SEBASTIÁN, 2013, p. 12).

Acreditamos ser pertinente já anteciparmos que Sebastián defendeu essa posição teórico-metodológica na introdução à obra *História Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*, organizada pelo historiador e cientista político uruguaio Gerardo Caetano, publicada em 2013. Sebastián colaborou com esse texto introdutório enquanto coordenador-geral do *Proyecto Iberconceptos* de História Conceitual⁶, projeto que conta, também, com vários dos autores que colaboraram para a realização dessa obra organizada por Caetano (CAETANO, 2013). Trataremos de modo detido sobre esse ponto um pouco mais adiante.

Nesse sentido, para Sebastián, seria preciso dedicar atenção aos usos contextuais de um conceito por um mesmo indivíduo ou por vários, considerando, assim, a existência de “[...] *um amplo leque de usos e jogos de linguagem*, parcialmente solapados e coincidentes, sem dúvida, mas também parcialmente *discrepantes e contraditórios*” (SEBASTIÁN, 2013, p. 17, grifos nossos). Para Sebastián, a História Conceitual seria, na verdade, uma História das “conceitualizações”, dos usos dos conceitos em contextos específicos, que poderia até ser complementada com a História da circulação dos impressos e de modo a estabelecer modificações ou conservações políticas e sociais (SEBASTIÁN, 2013, p. 19). Proposições com que estamos de pleno acordo.

⁶ O projeto, iniciado em 2004, objetiva a produção de pesquisas sobre História Conceitual relativas aos países ibero-americanos e conta com pesquisadores da Espanha e de vários países da América Latina, como Brasil e Uruguai, por exemplo (FERES JUNIOR, 2014).

Para além dessas indicações, Sebastián concorda com Koselleck a respeito da relação intrínseca entre a experiência dos agentes históricos e a linguagem, que proporcionaria a compreensão a respeito da mediação entre os aspectos linguísticos e a realidade (SEBASTIÁN, 2013). Essa concordância fica ainda mais explícita quando consideramos o que o historiador alemão afirmou sobre esse ponto, tendo argumentado que “[...] os conceitos são tanto indicadores como fatores na vida política e social. Posto metaforicamente, os conceitos são como junções ligando a linguagem e o mundo extralinguístico.” (KOSELLECK, 2006, p. 100).

Desse modo, Sebastián concebe que as ações dos agentes históricos tangenciam os usos linguísticos ao longo do tempo e, de modo vinculado a isso, o fato de que tais experiências humanas são intrinsecamente relacionadas às “noções” e “categorias” linguísticas anteriores, que as sustentam (SEBASTIÁN, 2013, p. 19). Nesse sentido, segundo Sebastián, é preciso que o historiador compreenda que a realidade está “*linguisticamente constituída*”, por meio de uma “[...] dialética entre noções e experiências que a história conceitual se esforça para trazer à luz [...].” (SEBASTIÁN, 2013, p. 19, grifos do autor). Desse modo, seria possível identificar a complexidade existente na oscilação temporal e contextual dos usos das palavras e dos discursos (SEBASTIÁN, 2013, p. 19).

De modo a darmos prosseguimento ao nosso objetivo neste trabalho, que é o de endossar as possibilidades de diálogo entre a História Intelectual e a História dos Conceitos para o estudo dos processos políticos do Uruguai oitocentista e sua mobilização pela historiografia uruguaia contemporânea, acreditamos ser necessário retomar, brevemente, alguns aspectos gerais da produção de Ardao, Zum Felde e Real de Azúa. Alguns desses autores mobilizaram, em certos momentos, termos como “recepção”, “assimilação” e “adaptação” (ARDAO, 1959), que atualmente, são considerados resultados mais próprios do processo de renovação da História Intelectual (PALTÍ, 2007a).

Nesse sentido, Raquel García Bouzas, por exemplo, considera Ardao um historiador “pioneiro” nas histórias intelectual e/ou conceitual uruguaias (BOUZAS, 2012). No entanto, embora reconheçamos as contribuições historiográficas de Ardao, acreditamos não ser possível afirmar que sua obra possa representar um ponto de mudança teórico-metodológica na historiografia da História Intelectual e/ou Conceitual uruguaia de forma geral.

Além disso, reconhecemos que esses autores também concebiam a possibilidade de certas mudanças que as ideias poderiam sofrer ao longo do tempo em seu processo histórico. No entanto, entendemos que eles ainda as viam enquanto expressões de algo

“espiritual”, transcendente, quase “desencarnado” da história dos homens e mulheres que as mobilizaram no tempo. Em diálogo com Bouzas (2012), poderíamos considerar Ardao uma exceção em relação a esse último ponto, no que tange ao seu modo de conceber que as ideias poderiam ser compreendidas enquanto resultado da realidade, das circunstâncias “concretas”.

No entanto, a nosso ver, Ardao enxergava essa relação enquanto um movimento de mão única e não como propõem Skinner, Pocock, Palti, Koselleck, Guerra e Sebastián, por exemplo, que veem, por sua vez, uma inter-relação mais intensa entre a linguagem e a realidade histórica. É nesse sentido que percebemos uma mudança considerável praticada pela historiografia uruguaia recente, estabelecida em diálogo com essa renovação teórico-metodológica indicada pelos autores que já mencionamos e a complementaridade entre elas. É sobre isso que trataremos, de modo mais detido, a seguir.

Nesse sentido, percebemos que até o início dos anos 2000 não houve trabalhos que se muniram de novas teorias e metodologias próprias da renovação da História Intelectual e Conceitual no Uruguai. Foi a partir das contribuições de historiadores uruguaios mais atuantes nas últimas duas décadas que, finalmente, foi possível notarmos a introdução das indicações dessa renovação teórico-metodológica na historiografia desse país.

Um dos autores que mais possuem trabalhos pautados por esse novo aporte é Gerardo Caetano. Embora já tenha se debruçado sobre os mais variados períodos e temas da história uruguaia, este historiador tem, atualmente, dado mais atenção ao século XIX a partir das contribuições teórico-metodológicas propostas tanto pelos expoentes da Escola de Cambridge, quanto as da História Conceitual alemã e ibero-americana. Um exemplo disso é a organização, realizada por ele, da obra *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)* e publicada em 2013, que já mencionamos anteriormente.

Conforme explicita o próprio Caetano na nota introdutória à referida obra, o trabalho foi resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto *Iberconceptos*, “[...] no que se refere à participação dos integrantes da equipe uruguaia no tomo II do *Diccionario político y social del mundo Iberoamericano: La era de las revoluciones 1760-1870*, editado em Madrid pelo Centro de Estudios Políticos y Sociales”, sob a liderança do historiador espanhol Javier Fernández Sebastián (CAETANO, 2012-2013, p. 7). Inclusive, Sebastián, enquanto coordenador geral do projeto em caráter transatlântico, também colaborou para a realização do livro. Em um capítulo, também de teor mais preambular e teórico-metodológico, argumenta sobre sua concepção mais ampla de “história conceitual”, que engloba as contribuições da Escola Cambridge no

que tange ao estudo das linguagens políticas (SEBASTIÁN, 2013, p. 12), conforme já apontamos anteriormente.

Em consonância com o que propõe Sebastián, Caetano argumenta que a proposta da obra se inscreve em “[...] *um tipo de abordagem claramente discernível em relação aos exercícios tradicionais de história das ideias, mais usuais em nossas latitudes*” (CAETANO, 2012/2013, p. 7, grifos nossos). Desse modo, embora não mencione os nomes de Ardao, Zum Felde e Real de Azúa, notamos que Caetano indica o objetivo de se distanciar da antiga história das ideias uruguaia, desenvolvida por aqueles autores, de modo a pôr em prática uma nova possibilidade teórico-metodológica para as pesquisas sobre os processos políticos e sociais do Uruguai oitocentista. Assim, reforça o historiador uruguaio:

desse modo, pode registrar-se em toda a sua dimensão a alta significação da batalha política e ideológica pelos conceitos, a partir do discernimento necessário entre as “palavras” (“possibilidades significantes”) e “os conceitos” (“unificações polissêmicas”). Também assim poderá encontrar-se uma forma mais persuasiva para *compreender a radical historicidade e temporalidade dos conceitos*, o que exige ao historiador mudanças muito significativas em sua teoria e metodologia. *Nesse marco de maior complexidade, a confirmação de pluralidade de sentidos consagrados pelo uso, assim como a ratificação da contestabilidade e contingência dos conceitos políticos, distancia-nos da mitologia e da ilusão lexicográfica canônica* (CAETANO, 2012-2013, p. 8, grifos nossos).

Embora Caetano utilize o termo História dos Conceitos em alguns momentos da obra, é possível notarmos a complementaridade entre essa abordagem e as contribuições da Escola de Cambridge, não somente nos capítulos escritos pelo organizador, nos verbetes sobre os conceitos de “Partidos” e “Pátria” (CAETANO, 2013), mas também nos demais. Especificamente sobre este último verbe, “Pátria”, o autor propõe uma nova forma de se conceber as relações entre os usos das linguagens e as práticas políticas relacionados a tal conceito, e sugere a ideia de “cultura da unidade” nacional para isso (CAETANO, 2013). Em nossa perspectiva, a referida proposta veio a contribuir consideravelmente para as pesquisas relativas aos projetos de nação levados a cabo ao longo do século XIX uruguaio.

Os outros historiadores participantes da obra seguem o mesmo caminho teórico-metodológico: Ana Frega, ao tratar sobre os significados de “Independência” (2013, p. 31-50) e “Revolução” (2013, p. 51-70); Ariadna Islas Buscasso, em sua pesquisa

a respeito dos conceitos de “nação”/“civilização” (2013, p. 93-112) e “Estado” (2013, p. 73-91); Ana Ribeiro, ao se dedicar aos sentidos de “ordem” (2013, p. 115-133) e “soberania” (2013, p. 135-152); Inés Cuadro Cawen, ao se debruçar sobre as mudanças das ideias de “democracia” ao longo do tempo (2013, p. 155-171); e Wilson González Demuro, no que tange aos usos, linguagens e conceituações temporais e contextuais de “liberdade” (2013, p. 175-194).

Obviamente, os historiadores que compõem esse livro também possuem outros trabalhos que privilegiam essa abordagem. O próprio Caetano publicou artigos dignos de nota para o nosso objetivo aqui, inclusive em coautoria com alguns dos participantes da obra já mencionada. Nestes, o foco maior foram as tensões conceituais e das linguagens políticas referentes aos conceitos de “liberdade”/“liberalismo” e “República”/“republicanismo”, tendência que se mostra em ascensão em meio aos estudos recentes sobre a história política uruguaia, principalmente relativos ao século XIX. Nessa linha, Caetano e Ana Ribeiro buscaram analisar o “pleito conceitual” entre esses dois termos nos tempos do “libertador” José Gervásio Artigas, ainda no contexto do processo de independência da então denominada Banda Oriental, uma das adjetivações precursoras do nome “Uruguai”, no início do século XIX (CAETANO; RIBEIRO, 2018; FREGA, 2008).

No mencionado trabalho de Caetano e Ribeiro, os autores argumentam que o conceito de “república” foi perdendo sua carga semântica, que conotava um “*ethos* cívico” e a “virtude” para dar lugar a um significado mais ligado necessariamente ao regime oposto à monarquia. De modo geral, os autores chegam à conclusão de que o referido contexto político-intelectual foi marcado por um “magma conceitual” e “ideológico” muito complexo. Nesse sentido, a disputa pelos seus significados resultou em tensões entre esses termos, o que, por sua vez, impossibilitou a existência de “resoluções claras”, muito menos a nível “doutrinário” (CAETANO; RIBEIRO, 2018, p. 35). No entanto, destacaram que “de qualquer modo, sem anacronismos, essa tensão inerente ao artiguismo se acercava mais aos ecos da velha ‘República’ que às novidades do que já se visualizava como o futuro ‘Liberalismo’” (CAETANO; RIBEIRO, 2018, p. 35).

Em outro trabalho, Caetano argumenta que o liberalismo deve ser concebido enquanto “conceito fundamental” durante o século XIX uruguaio, em relação a outros, como o “republicanismo”, por exemplo (CAETANO, 2016). A partir das propostas de Sebastián, em seu diálogo com Koselleck, o historiador uruguaio entende os “conceitos fundamentais” enquanto sustentadores da “arquitetura argumentativa” de um determinado contexto histórico e linguístico, sendo que sua desconsideração comprometeria a “reconstrução” dos significados discursivos (SEBASTIÁN, 2009,

s/p apud CAETANO, 2016, p. 115). Além disso, a ideia de “conceitos fundamentais”, mobilizada por Caetano, está diretamente relacionada, a nosso ver, com a noção de “conceitos básicos” proposta por Koselleck, que são complexos e estão sempre em disputa ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Conforme Caetano argumenta, foi o conceito “liberalismo” que estruturou, de forma “aberta e polissêmica” (CAETANO, 2016, p. 115), todos os discursos, linguagens e práticas político-sociais ao longo de praticamente todo o século XIX, e só cedeu terreno ao republicanismo a partir da década de 1890 em diante (CAETANO, 2016). Esse trabalho de Caetano, conforme o próprio autor se posiciona, também é uma resposta historiográfica (CAETANO, 2016, p. 132-133) ao artigo que Javier Gallardo escreveu mais de uma década antes, que igualmente se dedicou ao estudo do republicanismo ao longo da segunda metade do século XIX uruguaio (GALLARDO, 2003).

Conforme defende Gallardo, o ideário republicano presente, em maior ou menor grau, no interior das elites político-intelectuais daquele contexto, não esteve em uma posição secundária em relação ao “liberalismo”, mas sim de forma equitativa a este conceito e ao de “democracia”. Embora Gallardo deixe claro que se ampara pelo arcabouço teórico mais próprio da Teoria Política e da História das Ideias, e não tanto da História Intelectual – aos moldes de sua renovação – e/ou da História Conceitual, o autor se embasa nos estudos sobre o republicanismo realizados por Skinner e Pocock (GALLARDO, 2003).

Nesse sentido, Gallardo propõe um estudo do “desenvolvimento de determinadas linguagens políticas e não um corpo teórico sistematizado, de rara existência na reflexão política local” (GALLARDO, 2003, p. 6). Desse modo, a abordagem de Gallardo se aproxima mais dos pressupostos teóricos preconizados pela Nova História Intelectual e, ao mesmo tempo, se distancia, assim como Caetano e outros historiadores e historiadoras uruguayos mais contemporâneos, da tradicional história das ideias. Conforme o próprio Gallardo expõe, sua intenção é considerar a abrangência de linguagens políticas existentes naquele contexto, de modo a superar as dicotomias históricas rígidas, de caráter político-conceitual, entre “liberalismo” e “republicanismo” (GALLARDO, 2003, p. 41).

Caetano, por sua vez, no já referido trabalho em que dá primazia ao liberalismo e não ao republicanismo durante o século XIX, indica algumas de suas concordâncias e divergências em relação ao que defende Gallardo. Caetano, dentre outros pontos, reconhece a análise minuciosa e o conhecimento de Gallardo sobre o republicanismo uruguaio, afirmando que o autor teve sucesso em identificar as tensões entre os elementos republicanos e liberais, além de ter sido feliz em argumentar a respeito das

“genealogias republicanas” uruguaias, em sentido plural, iniciadas ainda no século XIX. Essa forma de entender os conceitos de modo não unívoco, indiretamente, também aproxima Gallardo de uma História Conceitual. Caetano destaca ainda a atenção do autor em explicitar que houve uma síntese de elementos ideológicos diferentes, não deixando espaço para ideias ditas “puras”, o que evitaria uma “rigidez” conceitual existente naquele contexto (CAETANO, 2016, p. 132).

No entanto, Caetano aponta possíveis anacronismos resultantes de uma “superinterpretação” de Gallardo, relativa às fontes que analisou, o que daria a impressão de uma “visão apriorística” confirmadora de sua hipótese central. Tal “apriorismo” de Gallardo radicaria, segundo Caetano, no fato de aquele autor compreender que o republicanismo teria tido uma “receptividade ampla” pelas elites político-intelectuais uruguaias do último quarto do século XIX (CAETANO, 2016, p. 132-133).

Também há autores que privilegiam não somente a complementaridade entre a Escola de Cambridge e a História Conceitual alemã, mas também a compatibilidade entre estas vertentes com a história da imprensa para se pesquisar o oitocentos uruguaio. Um deles é Wilson González Demuro, historiador que também colaborou para a realização da obra coletiva *História Conceptual*, organizada por Caetano. Em sua dissertação de mestrado, Demuro procurou analisar a circulação de ideias por meio dos periódicos fundados e publicados na antiga Província Oriental, entre o final do período colonial e o final do processo de emancipação política do país (DEMURO, 2013).

Embora Demuro dedique maior atenção aos aspectos relativos à formação de uma incipiente esfera pública no país e às suas mudanças ao longo do tempo, o autor também procura argumentar sobre a relevância de se adotar a complementaridade entre as duas vertentes em questão. Conforme defende, contribui para uma maior compreensão a respeito de como as ideias e linguagens políticas adjacentes aos conceitos de “liberdade”, “opinião pública”, “pátria”, “nação” estavam sendo mobilizadas e apreendidas, por meio dos periódicos, naquele contexto de profundas transformações históricas (DEMURO, 2013).

Para além de Koselleck, Skinner e Pocock, Demuro dialoga diretamente com Guerra, Annick Lempérière, Palti e Sebastián no que tange mais especificamente às ressignificações políticas, em caráter linguístico e semântico, ocorridos naquele momento das revoluções de independência. Conforme o próprio Demuro argumenta, essa nova abordagem permite ao historiador compreender as atuações públicas, individuais e coletivas dos agentes históricos do contexto revolucionário das independências, evitando-se, assim, os anacronismos. Além disso, “[...] o pesquisador pode captar

com maior precisão *a polifonia dos conceitos*, evadindo a tentação de abordar seu estudo desde a perspectiva de alguns *atemporais 'tipos ideais'*." (DEMURO, 2013, p. 99, grifos nossos, aspas do autor). Nesse sentido, este caminho permitiria apreender uma multiplicidade de "espaços públicos" ao invés de um único, e as "modernidades" existentes nesse processo (DEMURO, 2013, p. 99).

Tal aporte teórico-metodológico mobilizado por Demuro também se mostrou muito frutífero na análise sobre as mudanças de significado relacionadas especificamente ao conceito de "opinião pública", e os sentidos vinculados a ele, no recorte temporal realizado pelo autor. Em outro trabalho, Demuro, seguindo a linha teórico-metodológica adotada em sua dissertação de mestrado, trata especificamente sobre os significados desse conceito de "opinião pública" também no contexto do processo revolucionário de independência da ainda denominada Província Oriental, mais especificamente entre 1810 e 1820 (DEMURO, 2013).

Ana Frega também tem se dedicado às interconexões entre história conceitual e história das linguagens políticas, inspirada, também, pela renovação historiográfica de uma "Nova" História Intelectual das independências, exercida pelo historiador argentino José Carlos Chiaramonte (FREGA, 2004). Em sua tese de doutorado, a historiadora uruguaia propôs uma análise por meio de que visou superar a linha historiográfica uruguaia dita "nacionalista", "linear" e de caráter "elitista", responsável por construir a figura de José Artigas como o "herói fundador da nacionalidade oriental" (FREGA, 2004, p. i).

O foco da autora foi o conceito de "soberania particular dos povos" e seus usos, muitas vezes a partir das posições sociais. Esse conceito também foi mobilizado no contexto artiguista de independência em relação à Espanha, e Frega dedicou sua análise de modo a, também, dar espaço aos setores populares nesse processo, se distanciando, assim, daquela linha mais "nacionalista" e "elitista" (FREGA, 2004).

Em outro trabalho, Frega se dedica a analisar as mudanças de significado que os adjetivos nacionais de "uruguayos" e "orientais" sofreram ao longo do tempo. Seguindo a posição historiográfica que adotou em sua tese de doutorado, a historiadora argumenta que o objetivo de analisar tais mudanças conceituais se deve ao fato de manter esse distanciamento em relação à antiga historiografia nacionalista, que considerava existir uma linearidade e "constância" na construção do novo Estado uruguaio (FREGA, 2008, p. 95). Nesse sentido, a autora parte de uma abordagem que entende a "nação" e as identidades nacionais como questões construídas historicamente, "[...] ou seja, como

construções plurais, heterogêneas, mutáveis, muito diferentes, por certo, das tramas lineares e homogeneizadoras que teceram as ‘historias pátrias.’” (FREGA, 2008, p. 95).

Para atingir seu objetivo, Frega inicia sua análise desde um pouco antes do início do processo de independência e se estende até o início do século XXI, buscando demonstrar como tais adjetivações nacionais mudaram ao longo do tempo devido aos interesses político-culturais de cada contexto histórico (FREGA, 2008). Desse modo, no que tange à análise relativa especificamente ao século XIX, Frega perpassa as significações estabelecidas para os termos “uruguaio” e “orientais” e suas relações com os nomes cogitados para o novo país (FREGA, 2008).

Nomes como “Banda Oriental”, “Província Oriental”, “Nação Montevidéana”, “Província Cisplatina” (antes e durante o processo de independência), “República Oriental do Uruguai” (adotado oficialmente pela Constituição de 1830 e mantido até hoje), foram mobilizados dentro do debate público. A autora argumenta que, diferentemente do sentido mais regional que o termo “oriental”/“orientais” possuía durante o processo de independência do país, ainda no início do século XIX, o conceito passou a ter um significado mais “nativista” no final dessa centúria. Por outro lado, o conceito “uruguaio”/“uruguaio” passou a estar vinculado a uma ideia mais urbana e, inclusive, cosmopolita (FREGA, 2008, p. 103).

Considerações finais

As “travessias” pelas quais a historiografia uruguaia tem passado nas últimas duas décadas contribuíram, de forma frutífera, para as análises e pesquisas a respeito dos processos político-intelectuais e conceituais ocorridos no Uruguai oitocentista. Essa renovação foi marcada pela adoção de um aporte aberto à complementaridade entre a chamada “Nova” História Intelectual, iniciada, em âmbito mais amplo, pela Escola de Cambridge, e pelas propostas de Elías Palti, no âmbito latino-americano, e pela História conceitual alemã, de Koselleck, seguida por Javier Sebastián e historiadores hispano-americanos. Embora naturalmente haja críticas a essa compatibilidade de vertentes teórico-metodológicas em um plano mais abrangente da historiografia, consideramos que sua mobilização, pela historiografia uruguaia recente, tem sido bem-sucedida em propor uma alternativa à tradicional história das ideias de Ardao, Real de Azúa e Zum Felde.

Desse modo, do início dos anos 2000 até os dias atuais, percebemos que houve, e ainda há, uma produção cada vez mais crescente e predominante de trabalhos no

sentido dessa reformulação. Essas contribuições buscam analisar os discursos políticos dos agentes e grupos históricos uruguaios inseridos em seus próprios contextos de atuação, e não mais considerando as “influências”, as ideias e os conceitos enquanto “forças transcendentais” ou como resultado último das “circunstâncias”.

Além disso, essa produção historiográfica privilegia uma interconexão maior entre sincronia, diacronia, linguagem, e contexto político-intelectual e histórico, visando, também, à circulação das ideias para a formação dos conceitos político-sociais e seus usos. Essa abordagem tem oferecido aos historiadores uruguaios contemporâneos e aos “uruguaístas”, de modo geral, novas possibilidades de hipóteses e de interpretação acerca dos principais eventos e processos político-intelectuais da história do país, mais especificamente os do século XIX. Assim, o processo de independência, a criação da primeira Constituição republicana, a consolidação do Estado, e os debates sobre a construção da nação e da cidadania tomaram outra dimensão. De nossa parte, endossamos essa abordagem para as pesquisas sobre tais temas, problemáticas e período, considerando, claro, suas potencialidades e limites teórico-metodológicos.

REFERÊNCIAS

ARDAO, Arturo. **Etapas de la inteligencia uruguaya**. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971.

ARDAO, Arturo. **Espiritualismo y positivismo en el Uruguay**. 2 ed. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1968.

ARDAO, Arturo. **Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

ARDAO, Arturo. América Descubre su Pensamiento Original en Estas Dos Décadas. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, Año XXI, n. 966, p. 1B-2B, 3 de julho de 1959.

ARDAO, Arturo. Sobre el concepto de Historia de las Ideas. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, n. 862, p. 22-23, 17 de maio de 1957.

BOUZAS, Raquel García. Arturo Ardao, pionero en la historia conceptual. **Revista de la Facultad de Derecho**, Montevideo, n. 33, p. 53-72, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3DourqU> Acesso em: 17 fev. 2021.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Morigerar los costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 93-112, 2013a.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Entre pactos. Notas sobre el concepto de Estado entre la nación española y la república oriental (1750-1870). *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 73-91, 2013b.

CAETANO, G. Genealogías de la política uruguaya moderna: elliberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo em el siglo XIX. **Claves:** Revista de Historia, Montividéo, v. 2, n. 2, p. 111-143, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Yw2rII>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: 10.25032/crh.v2i2.5.

CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concibir la asociación política. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 197-213, 2013a.

CAETANO, Gerardo. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 215-231, 2013b.

CAETANO, Gerardo. Nota introductoria. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 7-8, 2013c.

CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. El pleito conceptual entre libertad y república en los tiempos artiguistas. **Ariadna histórica: lenguajes, conceptos, metáforas**. Biscaia, n. 7, p. 13-35, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iH4IXW>. Acesso em 17 fev. 2021.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Artudo Andrés Roig: precursor da História Intelectual latino-americana? **Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 48-62, 1º Sem. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3AiLWXC>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. As origens do movimento latino-americano de história das ideias. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 220-212, jul./dez.

2012. Disponível em: <https://bit.ly/3v77GF3>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2012.2.10778>.

CAWEN, Inés Cuadro. Variaciones del concepto político "*democracia*" en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay (1770-1870). In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 155-174, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMURO, Wilson González. **Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independência (1814-1825)**. 2013. (Mestrado em História). Programa de Posgrado de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Montevidéo. 2013a.

DEMURO, Wilson González. El concepto de libertad: un acercamiento a su evolución, desde el fin de la época colonial a la primera modernización estatal uruguaya. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevidéo: EBO, p. 175-194, 2013b.

DEMURO, Wilson González. "Un Juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos". El concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). **Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo**, Montevidéo, n. XII, p. 97-124, 2013c. Disponível em: <https://bit.ly/302zSNz>. Acesso em: 17 fev. 2021.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas: História de los intelectuales, história intelectual**. PUV: Universitat de Valência, 2007.

EZCURRA, Mara Polgovsky. La historia intelectual latinoamericana en la era del "giro lingüístico". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Cuestiones del tiempo presente, Paris, n.p., 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Dtlug1>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERES JÚNIOR, João. Prefácio. A história conceitual do Brasil no mundo ibero-americano. *In*: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2014. p. 9-11.

FREGA, Ana. Los significados de la independencia desde la colonia hasta la afirmación del estado-nación. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevideo: EBO, p. 31-50, 2013a.

FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevideo: EBO, p. 51-70, 2013b.

FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. *In*: CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. **Crear la Nación: los nombres de los países de América Latina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008. p. 95-112.

FREGA, Ana. **La "soberanía particular de los pueblos" en la constitución de la Provincia Oriental: identidad y poderes en Santo Domingo Soriano 1800-1822**. 2004. (Doutorado em História). Programa de Posgrado de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. **Araucaria**, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades. Sevilla, v. 5, n. 9, p. 3-44, 2003.

GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. **Construcción de las identidades latino-americanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

JALIF DE BERTRANOU, Clara Alicia. Arturo Ardao y la historia de las ideas como humanismo. **Opción**. Maracaibo, v. 28, n. 67, p. 15-36, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3uRrlse>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3BoFMql>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100002>.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 9-38.

JAY, Martin. La explicación histórica: reflexiones sobre los límites de la contextualización. **Prismas: Revista de História Intelectual**, Buenos Aires, v. 16, n. 2, p. 145-157, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3FqKK8h>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Gechichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 97-109.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Tradução: Manoel Luis Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LOVEJOY, Arthur. Reflexiones sobre la historia de las ideas (1940). Tradução: Horacio Pons. **Prismas: Revista de História Intelectual**, n. 4, p. 127-141, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3iIXgGA>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LOVEJOY, Arthur. **The Great Chain of Being: a Study of the History an Idea**. Cambridge: Harvard University Press, 2001 [1936].

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson. La historiografía uruguaya contemporânea. **Revista Quinto Centenario**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 5, p. 39-64, 1983.

PALTI, Elias J. **El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007a.

PALTI, Elias J. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **História Unisinos**, v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007b. Disponível em: <https://bit.ly/308tXXv>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PALTI, Elias J. **Giro lingüístico e História Intelectual**. Stanley Fish, Dominick Lacapra, Paul Rabinow y Richard Rorty. Buenos Aires: UNQ, 1998.

PASQUALE, Mariano Di. Apuntes en torno a la historia intelectual Argentina en el siglo XIX: metodologías, perspectivas y desafíos. **Historiografías**, Saragoça, n. 4, jul.-dez, 2012. p. 27-46. Disponível em: <https://bit.ly/2WSK75V> Acesso em: 18 fev. 2021.

POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 83-96.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, nov.-dez., 2011. p. 245-265. Disponível em: <https://bit.ly/3amN1my>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i7.240>.

REAL DE AZÚA, Carlos. Ambiente espiritual del 900. **Número**, São Paulo, v. 2, n. 6-7-8, p. 15-36, jan-jun. 1950.

RIBEIRO, Ana. *Orden y desorden: salud y enfermedad social em tempos de heroísmos fundacionales*. In: CAETANO, Gerardo (org). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevideu: EBO, p. 115-133, 2013a.

RIBEIRO, Ana. El largo caminho de um concepto migratório: *soberania*. In: CAETANO, Gerardo (org). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**. Montevideu: EBO, p. 135-152 2013b.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Gechichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006. p. 39-53.

RICUPERO, Bernardo. O que há de novo na nova história política de François-Xavier Guerra? **Almanack**, Guarulhos, n. 11, p. 841-852, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3BBxdbu>. Acesso em: 17 de fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151114>.

SANTOS, Luciano dos. **Leopoldo Zea, Arturo Ardao e João Cruz Costa: história das ideias, discursos identitários e conexões intelectuais**. 2016. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Un enfoque de una história de los conceptos y su aplicación al mundo ibero-americano. *In*: CAETANO, Gerardo (org.). **Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)**, Montevidéo: EBO, p. 11-27, 2013.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política: Sobre os métodos históricos**. Lisboa: Algés/DIFEL, 2005.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 11-27, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3aic6iL>. Acesso em: 17 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000200002>.

SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2YvSRjs>. Acesso em: 17 fev. 2021.

WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 63-79, 1º sem. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Yw28r6>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ZUM FELDE, Alberto. Devenir de la historia. De la influencia francesa en nuestra formación cultural. **Escritura**, Montevidéo, n. 1, p. 5-13, out. 1947.

ZUM FELDE, Alberto. **Proceso intelectual del Uruguay y crítica de su literatura**. Tomo 1. Montevidéo: Imprenta Nacional Colorada, 1930.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias (UFMG/CNPq), coordenado pela Prof.^a Dra. Adriane Vidal Costa (Departamento de História UFMG). Atua e tem experiência na área de História das Américas, principalmente nos seguintes temas: História Política, História Intelectual, História dos Intelectuais, História do Uruguai.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, Brasil, 31270-901.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 (Conforme Portaria Nº 206, de 4 de setembro de 2018).”

AGRADECIMENTO

Agradeço à Profa. Dra. Adriane Vidal Costa, orientadora da pesquisa de doutorado em andamento, de que o presente artigo é, de certa forma, um desdobramento. Também agradeço aos pareceristas da revista que, de modo anônimo, fizeram considerações visando a contribuir com a melhoria deste manuscrito.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo deriva especificamente da comunicação oral “Os caminhos da História Intelectual no estudo sobre o Uruguai do século XIX”, apresentada pelo autor, em uma versão bem inicial, no evento “VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG – Diálogos necessários (EPHIS-UFMG)”, no ano de 2018. Link para acesso: <https://www.ephisufmg.com.br/evento/#edicoes-anteriores>. No entanto, este artigo é uma versão totalmente ampliada, com debates, discussões, materiais e conclusões atualizados sobre a referida temática.

CONTEXTO DA PESQUISA

O presente artigo é vinculado à pesquisa de doutorado em andamento do autor, intitulada “Carlos Maria Ramírez e a ordenação de uma nova República Oriental do Uruguai: entre a ‘nação ideal’ e a ‘nação real’ (1868-1898)”, desenvolvida sob a orientação da Prof.a Dra. Adriane Vidal Costa (Departamento de História da UFMG). No caso, as discussões estabelecidas neste artigo tangenciam, em maior ou menor grau, os debates que compõem parte do aporte teórico-metodológico mobilizado pelo autor na referida pesquisa.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Elvis de Almeida Diana.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 22 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 5 de outubro de 2021.

Aprovado em: 19 de outubro de 2021.

Los libros de texto y sus discursos: representaciones de las mujeres en la historia escolar chilena (13.000 a. C. - 1810)

Textbooks and their discourses: representations of women in Chilean school history (13.000 BC - 1810)

Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda ^a

E-mail: halvarez@ucsc.cl

<https://orcid.org/0000-0001-5729-3404> 

^a Universidad Católica de la Santísima Concepción, Facultad de Educación, Departamento de Didáctica, Concepción, Chile

RESUMEN

En esta investigación se analizan las representaciones de las mujeres presentes en los manuales que abordan la historia de Chile desde el año 13.000 a. C. (datación de los hallazgos arqueológicos de Monte Verde) hasta 1810 (año de la Primera Junta Nacional de Gobierno) y aborda la forma en que estas se alinean o distancian de la producción historiográfica reciente (2008-2021) sobre la participación femenina en el periodo histórico enunciado. Para ello, en una primera fase, se desarrolló un análisis hermenéutico de 13 textos escolares publicados entre 2009 y 2017 por cuatro editoriales chilenas, utilizando categorías apriorísticas procedentes del discurso orientado textualmente, del método histórico discursivo y de las modalidades discursivas de Jurjo Torres. Posteriormente, en una segunda instancia, se recurrió al análisis documental para evaluar la investigación histórica reciente (2008-2021) acerca del rol de la mujer en el periodo estudiado de la historia chilena, a fin de contrastar sus aportaciones con los resultados obtenidos del análisis de los textos escolares. Se concluye, por una parte, que los libros de texto tienden a marginar o minimizar la participación femenina en la historia pre-republicana chilena a partir de una serie de convenciones, tales como la exclusión parcial, la relevancia histórica relacional, la supresión, la asignación de roles pasivos y la representación generalizada; y, por otra, se evidencia una clara desconexión entre la historia escolar y la producción historiográfica dedicada a los periodos prehispánico, de conquista y colonial debido a que el currículum chileno de Historia, Geografía y Ciencias Sociales se ha focalizado en preservar la historia androcéntrica del país.

PALABRAS CLAVE

Libro de texto de historia; Análisis del discurso; Género.

ABSTRACT

This study analyzes the representations of women present in the manuals that address the history of Chile from 13,000 BC (date of the archaeological vestiges of Monte Verde) until 1810 (year of the First National Government Council) and explain how they align with or distance themselves from recent historiographic production (2008-2021) about female participation in the aforementioned historical period. For this, first, a hermeneutical analysis of 13 school textbooks published between 2009 and 2017 by four Chilean publishers was developed, using aprioristic categories coming from the textual orientation discourse, the historical discursive method and the discursive modalities of Jurjo Torres. Documentary analysis was then used to evaluate the recent historical research (2008-2021) on the role of women in this period of Chile's history to contrast their contributions with the results obtained from the analysis of textbooks. On the one hand, we conclude that textbooks tend to marginalize or minimize female participation in pre-republican Chilean history based on a series of conventions, such as partial exclusion, relational historical relevance, suppression, assignment of passive roles and generalized representation; and, on the other hand, there is a clear disconnection between school history and the historiographical production dedicated to the pre-Hispanic, conquest and colonial periods because the Chilean curriculum of History, Geography and Social Sciences focuses on preserving the androcentric history of the country.

KEYWORDS

History Textbook; Discourse Analysis; Gender.

Introducción

El androcentrismo impuesto en la sociedad por la filosofía, la religión y la política ha instaurado una concepción de inferioridad, dependencia y subordinación de la mujer frente al hombre, que ha sido transmitida y normalizada desde los orígenes más remotos de las sociedades humanas. A raíz de esta situación, como señalan Sánchez y Miralles (2014), Martínez (2016) y Smith (2019), los estudios de género desarrollados desde los sesenta han cuestionado las explicaciones biologicistas de la conducta humana, pues sostienen que los roles y las relaciones de poder entre hombres y mujeres son producto de una construcción social, cultural e histórica y no de la implicación de aspectos genéticos que intervienen en el comportamiento diferenciado de ambos géneros.

Sin embargo, a pesar de la aportación mencionada, el androcentrismo sigue persistiendo y reproduciéndose en la sociedad a través de la educación formal, donde se han perpetuado asimetrías vinculadas a la diferencia sexual (MAROLLA; PAGÉS, 2015; MARTÍNEZ, 2016; GARCÍA, 2016; BRITO; GÁMEZ, 2019). Este proceso socializador posee una gran influencia en los materiales didácticos, especialmente en los libros de texto por continuar siendo el recurso más utilizado en las aulas y por el carácter simbólico que han adquirido en las últimas décadas debido a que contienen las reglas morales dominantes que rigen al mundo.

A lo anterior, hay que agregar todos aquellos modelos y conocimientos no explícitos que transmiten los manuales por medio del currículum oculto y que el alumnado asimila de forma instantánea al considerarlos como normales o naturales. Estos principios contienen rasgos propios de una ideología androcéntrica, que son aceptados inexorablemente por niños y jóvenes, sobre todo si son expuestos por el profesorado como verdades universales e incuestionables (MADRID, 2017; BEJARANO; MARTÍNEZ; BLANCO, 2019).

Dentro de la historia enseñada, el predominio del androcentrismo tiene una connotación especial en Iberoamérica porque los currículums nacionales de la asignatura, a través de los manuales escolares, atribuyen un tratamiento pasivo y sesgado a las mujeres dentro de los procesos históricos (BEL, 2016; FERNÁNDEZ, 2017; FERNÁNDEZ; BAEZA, 2018; LLORENT; COBANO, 2019). Esta constante igualmente se observa en Estados Unidos, puesto que, tal como demuestra un estudio liderado por Clark, Ayton, Frechette y Keller (2005) y otro encabezado por Southworth, Kempen y Zielinski (2019), los textos de historia mundial que se han editado en ese país desde 1960 tienden a marginar de forma severa a las mujeres.

Dicho problema, gracias a diversos trabajos como los de Minte y González (2015), de Fernández (2017) y de Álvarez (2021), también se ha constatado en los libros escolares

de historia nacional que se han producido en Chile desde los años ochenta. No obstante, las principales movilizaciones públicas feministas del periodo 2006-2017 han permitido posicionar esta temática en la agenda política del país. A pesar de ello, el discurso contenido en los manuales escolares de Historia, Geografía y Ciencias Sociales sigue construyéndose desde una perspectiva androcéntrica, donde la representación discursiva de las figuras femeninas se caracteriza por la exclusión, la generalización y la asignación de roles pasivos. Si bien en los últimos quince años se han evidenciado importantes trabajos teóricos (MONTECINO, 2008; PLANELLA; FALABELLA, 2008; ZAMORA, 2015; ROJO; ARCOS; MASSMANN, 2021) que dan cuenta de una mayor visibilización de la experiencia histórica femenina en Chile, este avance proveniente de la investigación histórica no suele observarse en el curriculum de Historia, Geografía y Ciencias Sociales o bien se tiende a vislumbrar de modo parcial o limitado en este marco normativo (FERNÁNDEZ, 2010; MINTE; GONZÁLEZ, 2015; CASTRO; MANZO; PINTO, 2016; ÁLVAREZ, 2021).

Este artículo analiza las representaciones de las mujeres presentes en los textos escolares que abordan la historia chilena desde la etapa prehispánica hasta la colonia (13.000 a. C. - 1810) y aborda la forma en que estas se alinean o distancian de la producción historiográfica reciente dedicada al estudio del rol femenino en el periodo histórico delimitado. Se ha seleccionado esta temporalidad que abarca los periodos prehispánico (13.000 a. C. - 1520), de conquista (1520-1598) y colonial (1598-1810) porque comprende los primeros eslabones cronológicos que permiten repensar la historia escolar chilena desde la perspectiva de género y, además, porque no existen estudios que analicen la temática en dichos periodos específicos dado que se centran en abordar el problema de forma global desde la conquista hasta fines del siglo XX (FERNÁNDEZ, 2010; MINTE, 2010) o bien se focalizan en los últimos doscientos años de la historia republicana chilena (MINTE; GONZÁLEZ, 2015; CASTRO; MANZO; PINTO, 2016; ÁLVAREZ, 2021).

Para cumplir con dicho propósito, se examinó, a través de un análisis hermenéutico, una muestra de 13 manuales producidos en el periodo 2009-2017 por cuatro editoriales que controlan el mercado chileno (Norma, Zig-Zag, Santillana y SM); y, posteriormente, se recurrió al análisis documental para evaluar la investigación histórica reciente (2008-2021) sobre la participación de la mujer en el periodo estudiado de la historia chilena, a fin de contrastar sus aportes con los hallazgos obtenidos del análisis de los textos escolares.

Reivindicación de las mujeres como agentes sociales en la historia

La hegemonía del positivismo histórico durante los siglos XIX y XX ha perpetuado la mirada androcéntrica y situado el rol femenino bajo la supremacía del hombre dentro de los

procesos políticos, económicos y militares que contribuyen a legitimar la configuración de los Estados nacionales (RAUSELL, 2020; NUÑO, 2020; DÍAZ; PUIG, 2020). No obstante, como señala Guardia (2015), este paradigma ha cambiado desde los años sesenta con el desarrollo de los estudios históricos dedicados a visibilizar el rol de la mujer como una agente social reconocida dentro de la historia (GUERRERO, 2020; LUX; PÉREZ, 2020).

Desde el surgimiento de la historia de las mujeres en los sesenta, se han distinguido dos grandes tendencias historiográficas (AURELL; BALMACEDA; BURKE; SOZA, 2013; LATAPÍ; GONZÁLEZ, 2015). La primera, con mayor tradición, irrumpió con el fin de posicionar y analizar el espacio ocupado por las mujeres dentro de los procesos históricos. Esta corriente sugiere la deconstrucción del discurso tradicional y la generación de una nueva narrativa que considere la incorporación de las mujeres como agentes de cambio, ya que su foco está puesto en la reivindicación de las figuras femeninas icónicas que han sido invisibilizadas por la historia androcéntrica.

La segunda tendencia historiográfica, surgida a mediados de los años ochenta, tiene como propósito comprender las relaciones de poder que se dan en torno al género, pues los estudios históricos con esta perspectiva buscan explicar las prácticas culturales que crean significados basados en la diferencia sexual y analizar las relaciones de poder que legitiman y organizan las desigualdades entre hombres y mujeres (SCOTT, 1990; NICHOLSON, 1992; GUARDIA, 2015). De este modo, las mujeres son situadas en relación a otros agentes sociales, respondiendo a la necesidad de entender el género como una categoría analítica no complementaria y significativa de poder porque pasa a concebirse como un constructo social e histórico, que ha sido intervenido por la cultura para modelar perfiles genéricos desiguales.

Esta nueva corriente, como plantean Guardia (2015) y Nash (2020), ha motivado el desarrollo de temas de investigación cada vez más complejos e innovadores que buscan indagar en la participación de las mujeres dentro de un contexto histórico global, que considere no solo las estructuras sociales, económicas y políticas tradicionales, sino también las dimensiones de la esfera privada, la familia, la sexualidad, la reproducción, la cultura femenina, la salud, el trabajo doméstico y la socialización de los hijos. Así, este enfoque establece una visión integral sobre la experiencia histórica de las figuras femeninas, el entramado de relaciones entre los sexos y los cambios que inciden en la situación social e histórica de las mujeres.

Este concepto transformativo del género se emplaza como un eje estructurante en la formación ciudadana y en todo diseño curricular con base en los Derechos Humanos. Por este motivo, la teoría de una educación para la ciudadanía democrática exige la

puesta en marcha de acciones educativas que asuman la diferencia de género desde la inclusión, la libertad y la justicia social. Esta asunción implica la capacitación del profesorado de la materia para reconocer y promover el estudio de la historia desde la perspectiva de género, a fin de generar en el aula un espacio de igualdad entre hombres y mujeres. A pesar de lo anterior, Marolla (2019) y Rausell (2020) señalan que los avances observados en los estudios de género no se han plasmado en la historia escolar chilena, ya que el curriculum de Historia, Geografía y Ciencias Sociales continúa restringiendo a las mujeres al ámbito doméstico y a la esfera de la historia política.

Aproximación al curriculum de Historia, Geografía y Ciencias Sociales vigente en Chile

El actual curriculum chileno data de 2012 y es producto del cambio legislativo motivado por las masivas protestas estudiantiles ocurridas desde 2006 porque, a partir de estos episodios, el gobierno chileno se vio presionado a sustituir la ley educativa heredada de la dictadura militar (LOCE, 1990) por la Ley General de Educación (LGE, 2009), que crea el nuevo marco normativo en materia educativa.

Desde un punto de vista pedagógico, el curriculum de Historia, Geografía y Ciencias Sociales sintetiza la forma en que los sectores políticos y económicos dominantes desean interpretar la historia que los educandos deben aprender para que sean “buenos” ciudadanos (GAZMURI, 2017; PAGÉS; VILLALÓN; ZAMORANO, 2017; MARÍN, 2020). De tal modo, este curriculum es un acto político, técnico y pedagógico que representa las concepciones de mundo de los grupos pudientes que se atribuyen la prerrogativa de ser poseedores de verdades universales e instrumentales y de tener la capacidad de construir perspectivas de futuro.

Esta interpretación hegemónica, como señala Álvarez (2021), se sustenta en contenidos curriculares previamente seleccionados que omiten los aspectos o actores sociales que no tributan a la conciencia nacional que se desea instaurar en los colegios del país. Dentro de este relato, la narración de proezas políticas y militares de hombres en la historia occidental y chilena constituye el eje configurador del curriculum, mientras que la presencia de las mujeres como sujetos históricos es prácticamente escasa en este organizador discursivo (MINTE; GONZÁLEZ, 2015; FERNÁNDEZ, 2017; ÁLVAREZ, 2021).

El curriculum está compuesto por los Planes de Estudio, las Bases Curriculares y los Programas de Estudio; no obstante, para efectos de este trabajo, se abordarán brevemente solo los dos últimos. Las Bases Curriculares son el documento principal

del curriculum escolar y su propósito es establecer un listado único de aprendizajes mínimos que los estudiantes deben alcanzar en la asignatura en función de su nivel educativo. Este documento curricular afirma que la materia de Historia, Geografía y Ciencias Sociales está formada por:

disciplinas que estudian desde diversas perspectivas al ser humano en el tiempo y en el espacio. El trabajo conjunto de estas disciplinas permite a la o el estudiante desarrollar conocimientos, habilidades y actitudes necesarias para comprender la complejidad de la realidad social y el devenir de nuestra sociedad (BASES CURRICULARES DE 7º BÁSICO A 2º MEDIO, 2016, p. 176).

Las Bases Curriculares también señalan que la asignatura busca desarrollar conocimientos, habilidades y actitudes en los alumnos y alumnas para que puedan ser ciudadanos(as) activos(as) y comprometidos(as) con la democracia y el resguardo de los derechos humanos (BASES CURRICULARES DE 7º BÁSICO A 2º MEDIO, 2016).

Por su parte, los Programas de Estudio constituyen un recurso fundamental para orientar la planificación, organización y evaluación de los aprendizajes que se estipulan en la asignatura. En su preámbulo, los Programas de Estudio de Historia, Geografía y Ciencias Sociales señalan que esta materia escolar tiene como objetivo analizar al ser humano en su dimensión individual y social desde diversas perspectivas, entre las que se cuentan, además de la Historia y la Geografía, la Economía, la Demografía, la Sociología y la Ciencia Política (PROGRAMA DE ESTUDIO DE HISTORIA, GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES DE 6º BÁSICO, 2018). En cuanto a esto último, el documento argumenta que:

el trabajo conjunto de estas disciplinas permite al alumno desarrollar conocimientos, habilidades y actitudes necesarias para comprender la compleja realidad social contemporánea y su devenir, para desenvolverse como un ciudadano capaz de actuar responsable y críticamente en la sociedad, y para enfrentar los desafíos del mundo globalizado (PROGRAMA DE ESTUDIO DE HISTORIA, GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES DE 6º BÁSICO, 2018, p. 30).

En ambos referentes curriculares se promueve el estudio integrado de las ciencias sociales y las humanidades para el desarrollo de una conciencia ciudadana comprometida con el bienestar de la sociedad; no obstante, el abordaje exiguo de la otredad -especialmente de las mujeres- en el curriculum de la asignatura dificulta, en gran medida, la concreción

de dicho propósito porque imposibilita la formación de una ciudadanía democrática, que posibilite la valoración de los derechos humanos de todos(as) y el reconocimiento de la lucha contra la violencia de género, el racismo y la xenofobia.

Esta discordancia presente en el curriculum chileno de Historia, Geografía y Ciencias Sociales se traduce en una gran barrera ideológica para posicionar a las mujeres como agentes de cambio en la historia escolar; pues, si bien se ha registrado una inclusión subsidiaria de las mujeres en los materiales curriculares, no es suficiente para que los alumnos y alumnas puedan reflexionar sobre las desigualdades de género existentes en los procesos históricos o deconstruir una historia alejada del ámbito político-institucional, exclusiva de insignes hombres blancos y poderosos (FERNÁNDEZ, 2010; MINTE; GONZÁLEZ, 2015; ÁLVAREZ, 2021).

El texto escolar y el tratamiento de las mujeres en el discurso pedagógico de la historia

Los libros de texto de historia en Chile son un recurso de gran riqueza para el análisis del campo de estudio de la presente investigación, ya que posibilitan la comprensión de la sociedad actual, de su desarrollo y de las posibilidades y los condicionamientos de la realidad presente. Dentro de sus discursos, los textos escolares presentan información que representa la ideología imperante en el curriculum de la asignatura; por este motivo, hay omisiones o deformaciones que se deben tener en cuenta a la hora de abordar los procesos históricos. Al respecto, uno de los principales sesgos a considerar es la discriminación hacia las mujeres que se evidencia en los manuales dado que estos se caracterizan por imponer una mirada exclusivamente masculina de la historia y por invisibilizar la aportación de las mujeres en el desarrollo de la humanidad (GÓMEZ; GALLEGO, 2016; SÁNCHEZ, 2017; PARRA; MANZANERO; HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ, 2020).

Existen diversos trabajos en Chile donde se constata que los textos escolares de historia son portadores de verdades universales que proyectan representaciones o estereotipos de género que favorecen la desigualdad basada en la diferencia sexual. Por una parte, se distinguen los estudios que abordan la temática durante el periodo comprendido entre la conquista y las postrimerías del siglo XX (FERNÁNDEZ, 2010; MINTE, 2010) y, por otra, resaltan aquellos que se focalizan en los últimos dos siglos de la historia chilena (MINTE; GONZÁLEZ, 2015; CASTRO; MANZO; PINTO, 2016; ÁLVAREZ, 2021).

Dentro del primer segmento, destaca el estudio de Fernández (2010) porque sostiene que, a pesar de los intentos de los gobiernos democráticos por sacar a las mujeres del

olvido, su representación discursiva se caracteriza por la generalización, la exclusión, la asociación con estereotipos sexistas y la construcción de figuras pasivas y marginadas de los procesos históricos. Del mismo modo, también sobresale el trabajo de Mente (2010) porque señala que los textos escolares de historia de Chile están sesgados en la presentación de los hechos y procesos históricos, puesto que se focalizan en el rol masculino e ignoran casi por completo el aporte realizado por las mujeres.

En el segundo segmento resalta el trabajo de Mente y González (2015) pues, a través de un estudio comparado de los textos escolares de historia de Chile y de Cuba, demuestra que la presencia de las mujeres es exigua y anecdótica en estos recursos porque no son protagonistas del discurso histórico tradicional. También destaca la investigación de Castro, Manzo y Pinto (2016) donde se argumenta, a partir del estudio de una muestra de textos escolares chilenos de Historia y Ciencias Sociales publicados entre los años 1992 y 2012, que estos están rezagados respecto a los avances contextuales en torno a perspectivas de género más equitativas e integrales. De igual forma, sobresale la investigación de Álvarez (2021), quien sostiene que los manuales chilenos recientes suelen representar a las mujeres de forma generalizada, marginal y sesgada por la pretensión de mostrar una perspectiva "neutral" de la historia. Además, señala que la escasa representación del género femenino produce un impacto social significativo en los niños y jóvenes que estudian la historia oficial de los manuales escolares.

Estos estudios evidencian que los libros escolares de historia, por medio de sus narrativas, codifican la historia oficial del país desde sus orígenes hasta el presente porque tienen el propósito de difundir el discurso androcéntrico y establecer una lógica binaria (incluidos-excluidos) que relata a la nación desde un "Nosotros" opuestos a un "Otro", a fin de consolidar sentimientos colectivos y nacionales (GÓMEZ; MOLINA, 2017; ESPINOZA; DE AGUILERA, 2020).

Sumado a lo anterior, hay que considerar que, en el contexto chileno, la utilización de manuales de Historia, Geografía y Ciencias Sociales distribuidos por el Ministerio de Educación (MINEDUC) se asocia con fuerza a varios de los objetivos de trabajo en clase, con porcentajes iguales o superiores al 80%; asimismo, es importante notar que en esta asignatura se alcanzan los mayores porcentajes de uso del texto entre los docentes (OLIVERA, 2016).

Debido al predominio de esta práctica, existe una alta posibilidad de que la enseñanza de la historia se centre exclusivamente en el discurso definido desde el Estado, el cual contribuye a reproducir el androcentrismo que garantiza la posición dominante de los hombres y la legitimación de saberes que no permiten valorar el

rol femenino en la historia. Por tal razón, la importancia del manual escolar va más allá de su función pedagógica porque mediante sistemas semióticos, como el lenguaje escrito y la iconografía, puede expresar ideologías o representaciones discursivas de carácter androcéntrico. De esta manera, los libros escolares operan como filtros de la selección oficial de la cultura que incluye información explícita e implícita que favorece la discriminación de género. Así, siguiendo a Rodríguez y Solé (2018), la escuela logra que determinados acontecimientos, objetos y personajes cobren existencia y se instalen en la memoria de las personas bajo la óptica de la historia oficial.

Adicionalmente, como señalan Grana y Lara (2019), cabe destacar que el texto actúa como mediador entre el docente y el estudiante, pues además de aportar conocimientos sobre la disciplina, transmite valores, estereotipos y modelos culturales que inciden en la identidad de los alumnos y refuerzan las creencias androcéntricas compartidas sobre la posición social de las mujeres. Al respecto, hay que precisar que la dinámica propia de los manuales y la presentación de los contenidos como verdades universales pueden limitar la capacidad de los estudiantes para cuestionar estos consensos acerca de las figuras históricas femeninas; por este motivo, es conveniente que el profesorado de la materia pueda, a partir de estudios como el presente, promover en el alumnado el desarrollo lecturas críticas y alternativas sobre los hechos históricos tratados en los libros escolares.

Metodología

Es una investigación cualitativa (Tabla 1) basada en un análisis hermenéutico (BALLÉN; PULIDO; ZÚÑIGA, 2007; BAUTISTA, 2011) de los textos e imágenes de los manuales seleccionado. Al respecto, cabe destacar que la muestra es intencionada (LINARES, 2019) y que los criterios utilizados para seleccionar los textos escolares fueron los siguientes: que sean de diferentes editoriales;¹ que aborden contenidos relacionados con el periodo prehispánico y los procesos de conquista y colonia de Chile; que abarquen distintos niveles de enseñanza; que fueran publicados entre los años 2009 y 2017; que hayan sido elaborados por equipos estables y permanentes de autores; y que sean distribuidos por el MINEDUC, lo cual constituye una herramienta de transmisión oficial del currículum vigente.

¹ Si bien los textos escolares analizados son de distintas editoriales (Zig-Zag de la familia Edwards, Santillana del grupo Prisa, Norma del grupo Carvajal y SM del grupo SM), es importante notar que los grupos propietarios de dichas empresas concentran el 90% del mercado de los libros escolares en Chile y se caracterizan por responder a lineamientos curriculares que buscan resguardar la estructura económica, política y social del orden establecido.

Tabla 1 - Muestra de manuales escolares²

Año	Autor(es)	Texto	Editorial	Grupo propietario/ Línea editorial
2009	Verónica Méndez Carolina Santelices Rodrigo Martínez Isidora Puga	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° medio	Santillana	Grupo Prisa/ Tradicional
2012	Gonzalo Álvarez Macarena Barahona	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 5° básico	Zig-Zag	Familia Edwards/ Tradicional
2012	María Moreno Abraham Paulsen Francisco Villarreal	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico	Santillana	Grupo Prisa/ Tradicional
2013	María Mendizábal Jorge Riffo	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° medio	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional
2013	María Moreno Abraham Paulsen Francisco Villarreal	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico	Santillana	Grupo Prisa/ Tradicional
2014	Constanza Icaza Karen Escobar Natalia Catalán	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico	Santillana	Grupo Prisa/ Tradicional
2015	Nuria Cot María Morán	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 4° básico	Editorial Norma	Grupo Carvajal/ Tradicional
2015	Luis Landa Victoria Pinto	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 7° básico	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional
2015	Luis Landa Victoria Pinto	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional
2015	Cristian Fernández Georgina Giadrosi	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 5° básico	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional
2016	Luis Landa Victoria Pinto	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional
2017	Natalia Riquelme Macarena Quiñones	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico	Santillana	Grupo Prisa/ Tradicional
2017	Cristian Fernández Francisco Fuentes Pedro Panza	Historia, Geografía y Ciencias Sociales 4° básico	Editorial SM	Grupo SM/ Tradicional

Fuente: Elaboración propia (2021).

² Para la selección de los textos escolares, además de las bases curriculares de 2013, se consideraron los ajustes curriculares de 2009 dado que, a partir de las movilizaciones estudiantiles acaecidas durante el periodo 2006-2009, el gobierno chileno derogó la ley educativa heredada de la dictadura militar (LOCE, 1990), que tenía un marcado carácter androcéntrico, nacionalista y neoliberal, y promulgó la Ley General de Educación (LGE, 2009), cuyo cambio legislativo implicó una reestructuración del currículum que comenzó en 2012. Por esta vía, el gobierno, en el caso de la asignatura de Historia, Geografía y Ciencias Sociales, se comprometió a visibilizar el rol de las mujeres en los procesos históricos y así contribuir a la formación de ciudadanos inclusivos, críticos y respetuosos con su entorno.

El estudio hermenéutico de los libros escolares consignados se sustenta en el análisis del discurso orientado textualmente (FAIRCLOUGH, 2003; LONDOÑO; BERMÚDEZ, 2013; VAN LEEUWEN, 2013). En este trabajo, dicho modelo ayuda a evaluar, en perspectiva crítica, los elementos discursivos que configuran y portan significados del mundo social. En este ámbito, se utiliza la semiótica por su pertinencia y rigurosidad para analizar los valores culturales dominantes, la representación simbólica de las mujeres, la oposición hombre-mujer como una cuestión problemática y la marginalidad de la posición femenina en las estructuras sociales.

La investigación se fundamenta, además, en el método histórico discursivo (SCOTT, 2009; WODAK, 2009; LONDOÑO; BERMÚDEZ, 2013). Este enfoque permite cuestionar las inconsistencias y contradicciones presentes en el discurso y ayuda a contextualizar los elementos comunicativos e interaccionales de un evento en un marco cultural más amplio. Así, este modelo permite problematizar las relaciones de género en un contexto histórico dado porque, siguiendo a Wodak (2001), posibilita la comprensión de la relación poder-historia-ideología que considera al lenguaje como una construcción social donde se replican manipulaciones, resistencias y estereotipos.

De igual modo, se utilizaron las tres modalidades discursivas previstas por Torres (1998) para interpretar las distorsiones contenidas en los manuales: 1) La primera operación discursiva subraya únicamente las parcelas o rasgos existentes de aquella realidad que ayuda a mantener el orden establecido, o bien se dedica a negar los discursos contrarios; 2) la segunda modalidad busca disfrazar una realidad difícil de ocultar, a partir de una posible justificación explicativa o evasión de responsabilidades; 3) y, por último, la tercera sostiene que, en el caso de aquellas situaciones conflictivas que no se pueden esconder, existe la alternativa de defender la imposibilidad de actuar de forma diferente, o bien de intentar convencer a la sociedad de que por el momento no es posible cambiar el *statu quo*.

A partir de la combinación de los tres modelos analíticos, se eligieron y perfilaron de forma flexible las categorías y subcategorías de análisis requeridas para desarrollar la investigación. La matriz de análisis de la tabla 2 expone el detalle respectivo: aquellas relacionadas con la presencia de actores sociales, los niveles de abstracción o concreción, los roles asignados, la representación y la relevancia histórica se encuadran en el discurso orientado textualmente; y las operaciones discursivas que distorsionan la realidad se fundamentan en el método histórico discursivo y en las tres modalidades de Jurjo Torres.

Tabla 2 - Matriz de análisis

(continúa)

Categorías	Subcategorías	Descriptor
Presencia de los actores	Supresión	No aparecen en el texto porque se pretende negar la existencia de los actores que no son claves en la historia oficial.
	Exclusión parcial	Están en un segundo plano, pues, aunque los agentes sociales aparezcan citados en el discurso, no se precisa su participación dentro de los acontecimientos o procesos históricos.
	Prominencia	Se exponen de forma frecuente y protagónica, pues son actores relevantes en las narrativas históricas tradicionales.
Roles asignados	Activos	Son representados como ejecutores de una actividad concreta.
	Pasivos	Aparecen como receptores de una acción o bien como agentes secundarios que no realizan ninguna actividad específica. De tal forma, tienden a ser presentados como un complemento adosado a la acción de los actores sociales protagonistas.
Representación	Específica	Son expuestos con una identidad individual y se pueden reconocer fácilmente mediante su nombre u otro carácter nominal. Su propósito es remarcar, de manera nominada, el protagonismo de los actores que lideran una acción o hazaña dentro del relato.
	Generalizada	Se presentan de forma colectiva y anónima para suprimir las identidades y los liderazgos de los agentes sociales que tuvieron un rol clave y hegemónico en los procesos históricos.
Relevancia histórica	Propia	Tienen relevancia histórica propia y autónoma porque los actores son reconocidos por su propio mérito, y no necesitan de otro individuo o grupo para sobresalir dentro del discurso.
	Relacional	Solo tienen relevancia cuando poseen un vínculo familiar, afectivo o político con algún actor protagónico, ya que los agentes mencionados no son valorados por sus méritos, o bien aparecen representados como un elemento dependiente de los grupos hegemónicos.
Nivel de abstracción o concreción	Se plantea que los eventos del contexto sociocultural pueden representarse en niveles concretos, intermedios o de alta abstracción, a fin de graduar la visualización de la problemática o la relación de un actor específico con el resto de los agentes sociales.	
Otras operaciones discursivas que deforman la realidad	Inventar secuencias, hechos o personas que no son tales para distorsionar el mensaje de la narrativa. Su propósito es añadir distractores que limiten la capacidad analítica del lector o que garanticen la legitimidad de la historia oficial en el discurso.	

Tabla 2 - Matriz de análisis

(conclusión)

Categorías	Subcategorías	Descriptor
Otras operaciones discursivas que deforman la realidad		Entregar datos incompletos o erróneos sobre los procesos históricos. Su función es disfrazar una realidad difícil de ocultar o brindar una posible explicación sobre hechos controversiales y antiéticos.
		Desviar la atención hacia otro objeto, suceso, personaje o lugar a través de la inundación de distracciones y datos insignificantes. Esta estrategia impide al lector interesarse por hechos controvertidos, problemas relevantes o cuestiones socialmente vivas.

Fuente: Elaboración propia (2021) basada en la propuesta de Álvarez (2021).

Estas categorías permitieron evaluar las representaciones de las mujeres presentes en los manuales escolares analizados porque posibilitó el reconocimiento de las relaciones de poder entre los grupos sociales en disputa y entender el androcentrismo como un eje transversal contenido en el relato pedagógico. De este modo, el análisis discursivo es crucial para comprender la forma en que las desigualdades de género se reproducen en el texto dentro de los contextos socioculturales (SCOTT, 1990; WODAK, 2009; FAIRCLOUGH, 2013; VAN LEEUWEN, 2014; ACHUGAR; OTEÍZA, 2014; PÉREZ, 2016; VAN DIJK, 2019). Siguiendo este principio y, a partir de las categorías apriorísticas previstas, este estudio busca, en una primera instancia, analizar las representaciones discursivas que se proyectan de las mujeres en los manuales escolares que abordan la historia chilena desde el periodo prehispánico hasta la colonia (13.000 a. C. - 1810); y, en una segunda instancia, tiene como finalidad revisar la investigación histórica reciente (2008-2021) sobre la representación de la mujer en el periodo previsto de la historia chilena, con el propósito de contrastar sus aportaciones con los hallazgos obtenidos del análisis de los libros de texto.

Resultados y discusión

Con el fin de responder a los dos objetivos del estudio, se evalúan todas las categorías de la tabla 2 de forma conjunta, describiendo y exponiendo evidencias (representaciones, imágenes, caracterizaciones, citas, entre otras) de los manuales consignados para cada una de ellas y luego se analizan las convergencias y distancias que presentan estos resultados con la investigación histórica reciente sobre la temática. Este estudio hermenéutico sigue un criterio cronológico que comprende desde el periodo prehispánico hasta la Colonia de Chile.

Chile prehispánico (13.000 a. C. - 1520)

Esta etapa comprende desde los hallazgos arqueológicos de Monteverde (13.000 a. C.) hasta la llegada del portugués Hernando de Magallanes al estrecho que hoy lleva su apellido (1520). En este periodo destaca el uso de diferentes convenciones discursivas asociadas a la representación generalizada, a los niveles de abstracción y a la exclusión parcial de mujeres, y vinculadas a la presencia prominente y al rol activo de hombres dentro del contexto histórico donde se desarrollaron las diferentes culturas prehispánicas.

En un texto de 2º medio se recurre a la representación generalizada para encasillar a las mujeres mediante el plural “pueblos indígenas” en un colectivo anónimo que ignora o no define su rol en los procesos históricos. Este patrón se evidencia, principalmente, en el siguiente párrafo del manual citado: “Cuando los españoles llegaron al actual territorio de Chile en 1536, se encontraron con distintos pueblos indígenas que formaban parte de una larga historia de adaptación humana” (MENDIZÁBAL; RIFFO, 2013, p. 14).

También, cabe señalar que los manuales escolares suelen destacar los roles sociales de los hombres (como su dedicación a la caza, a la guerra y a la construcción de la vivienda) por sobre los que desempeñaban las mujeres (como la confección de vestimenta y el cuidado de los niños), quienes son excluidas de forma parcial o desplazadas hacia un segundo plano dentro del relato. Esto, siguiendo a Fernández, Montanares y Carrillo (2018), favorece la representación del trabajo según la asignación premeditada de roles de género, ya que naturaliza el desempeño de algunos trabajos para hombres (ej. cazador o guerrero) y para mujeres (ej. diseñadora de vestimenta o cuidadora de niños), estando los primeros vinculados a la defensa y satisfacción de necesidades básicas y los segundos a la atención familiar.

Dicho rasgo se observa con bastante notoriedad en un manual de 2º básico, pues en un párrafo referido a la cultura mapuche menciona: “Los mapuches, en especial las mujeres, fabricaban vestimentas con el telar. Los hombres se dedicaban a la caza y a prepararse para ser guerreros. El líder militar recibía el nombre de toqui” (RIQUELME; QUIÑONES, 2017, p. 140). Lo mismo ocurre con el siguiente texto sobre los chonos:

los chonos fueron un pueblo pescador y recolector. Las mujeres recolectaban mariscos en la orilla de la playa y en el fondo del mar, y los hombres se dedicaban a la pesca. Eran también los encargados de armar y desarmar la vivienda en tierra firme (RIQUELME; QUIÑONES, 2017, p. 127).

Los extractos citados, además de remarcar de forma prominente y activa el rol masculino en la sociedad, se focalizan en presentar aprendizajes de primer orden que responden a cuestiones como el ¿qué? ¿quién? ¿cuándo? y ¿dónde?, cuya situación, siguiendo a Álvarez (2021), es altamente contraproducente con los nuevos lineamientos didácticos de la historia que buscan desarrollar el pensamiento histórico de los alumnos y alumnas. Por tal motivo, y si bien los textos están orientados a un estudiante de 2° básico, estos no solo deben estar centrados en aprendizajes elementales y que promuevan el ejercicio memorístico, sino que también deben velar por el desarrollo de aprendizajes de segundo orden, como el análisis de fuentes, la empatía histórica, la dimensión ética y el tiempo histórico.

De igual modo, resalta el caso de las representaciones que aparecen en apéndices o cuadros marginales que presentan a mujeres en diferentes situaciones y que son identificadas con las siguientes referencias: “Familia mapuche”, “Mujer Mapuche” y “Mujer mapuche con kultrún, el instrumento musical más importante de su cultura” (Figura 1). Esta forma de representación distancia a las mujeres de los procesos históricos, pues utiliza un elevado nivel de abstracción para exponerlas como figuras que están al margen de los acontecimientos. Además, se constata que las referencias citadas no permiten visualizar el contexto ni la relevancia histórica de la participación femenina en la sociedad mapuche.

Figura 1 - Mapuches




Fuente: Moreno, Paulsen y Villarreal, 2013, p. 92-93.

Para Fernández (2010), la presencia de mujeres en apéndices o recuadros apartados del discurso central motiva dos reflexiones: en primer lugar, se corre el riesgo de que no sean consideradas en la lectura que realizan los estudiantes y, en segundo lugar, que estos no puedan evaluar la importancia de las figuras femeninas dentro de los procesos históricos narrados en el relato principal.

Esta representación asociada a un alto nivel de abstracción se observa también a nivel latinoamericano, especialmente en la cultura maya. Por ejemplo, en un texto de 4° básico, se emplea la frase "mujer tejedora" para reseñar la imagen de un petroglifo maya (Figura 2). Además de la escueta referencia de la fuente, no se precisa el trasfondo ni la relevancia histórica de la misma.

Figura 2 - Mujer tejedora, copia de petroglifo maya (grabados sobre roca)



 Mujer tejedora. Copia de petroglifo maya (grabados sobre roca).

Fuente: Cot y Morán, 2015, p. 85.

En el mismo manual destacan, además, las representaciones discursivas presentes en un diagrama de la sociedad maya (Figura 3), donde se excluye parcialmente a las mujeres y se releva la figura del hombre en los estratos sociales altos.

Figura 3 - ¿Cómo era la sociedad maya?


Fuente: Cot y Morán, 2015, p. 86.

Como se evidencia en la figura 3, dichos rasgos se aprecian en el hecho de que se dedican entre 4 y 5 líneas a describir el rol masculino en los estratos señalados (rey, nobleza y sacerdotes), lo cual se contrapone al renglón destinado a señalar, de forma laxa, que hay registros históricos que dan cuenta de la participación femenina en cada uno de ellos. Sumado a esto, no se menciona cuáles son esas fuentes, ni tampoco se especifica el nombre de mujeres mayas. En esta línea, como señalan Rodríguez y López (2011), la pirámide de estratificación social ignora la importancia de la arqueología de género como la principal área investigativa que estudia el rol femenino en la cultura maya y desconoce, siguiendo a Barbeytia (2017), a varias mujeres de la clase privilegiada; entre ellas, se pueden citar a Yohl Ik'nal (gobernante de Baakal entre los años 583 y 604), Sak Kuk (gobernante del estado maya de Baakal entre los años 612 y 615) y Ix Tzakbu Ajaw (reina de Palenque y esposa del ahau Pakal "el Grande").

Estos resultados del periodo prehispánico son coherentes con los hallazgos de Minte (2010), único estudio que dedica un breve apartado a analizar la representación de las figuras femeninas de esta época en los textos escolares de Historia, Geografía y Ciencias Sociales, pues coinciden en señalar que el rol de las mujeres se asocia a funciones domésticas y agrícolas relacionadas con la subsistencia familiar. Si bien no hay más literatura especializada sobre el tema, el análisis realizado de este periodo plantea nuevas luces acerca del rol de las mujeres a partir de diferentes convenciones discursivas vinculadas a los niveles de abstracción, a la representación generalizada y a la exclusión parcial.

En la investigación histórica, el estudio de la mujer en el Chile prehispánico ha sido escaso; sin embargo, el trabajo desarrollado por Planella y Falabella (2008) ha marcado un importante precedente para comenzar a tratar dicha temática desde la arqueología de género con el propósito de recuperar la historia de las mujeres en las culturas originarias y de cuestionar la representación histórica androcéntrica de estas. A pesar de ello, la incorporación de la arqueología de género en la historia escolar es prácticamente inexistente debido a que el curriculum chileno de Historia, Geografía y Ciencias Sociales no tiene como prioridad develar a los estudiantes una relectura reflexionada sobre los datos, la metodología y el carácter científico de la disciplina para interpretar la experiencia histórica femenina a través del estudio de la cultura material.

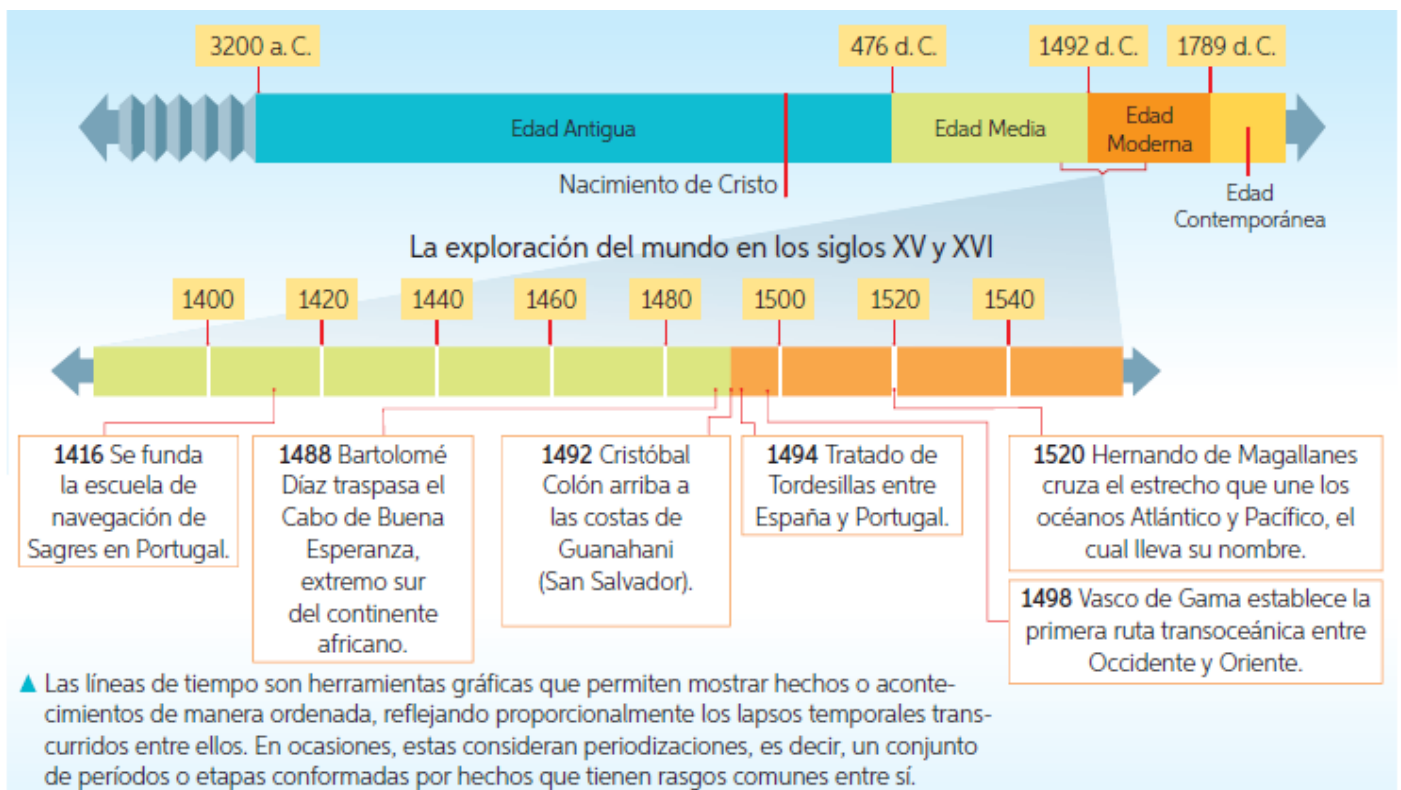
Llegada de los europeos y conquista de Chile (1520-1598)

Esta etapa abarca desde la llegada de Hernando de Magallanes (1520) al estrecho homónimo hasta la batalla de Curalaba (1598). En este periodo se observa fundamentalmente la presencia prominente y el rol activo de los conquistadores europeos, la exclusión parcial, la supresión, la representación generalizada, la relevancia histórica relacional y el rol pasivo de las figuras femeninas dentro de los hechos históricos, así como también se evidencian las tres operaciones discursivas señaladas en la última categoría de la tabla 2.

Un rasgo característico de esta etapa es la destacada presencia de colonizadores europeos (Cristóbal Colón, Francisco de Pizarro, Hernán Cortés, Diego de Almagro, Pedro de Valdivia, entre otros) y la exclusión total y/o parcial de mujeres durante el proceso de conquista. Dicho contraste se evidencia en una línea de tiempo (Figura 4) de un manual de 5° básico, ya que este recurso presenta una clara dicotomía: por una parte, destaca el rol activo de grandes hombres que estamparon su nombre en la historia; y, por otra, suprime el papel de la mujer en ella, obviando figuras tan relevantes como María Escobar (primera europea en importar y cultivar trigo en América), Catalina de Erauso (destacada

soldado de infantería que combatió en los reinos de Perú y Chile) y Janequeo (aunque su historicidad todavía es materia de discusión, vale la pena nombrarla por su destacado rol en la guerra contra los españoles) (LARA; LARA, 2018).

Figura 4 - Períodos de la historia de la humanidad



Fuente: Fernández y Giadrosi, 2015, p. 135.

La visión androcéntrica observada en la línea de tiempo tiene sus fundamentos en la postura eurocéntrica que históricamente ha transmitido la escuela y que concibe, entre otras cosas, a Cristóbal Colón como el descubridor de América (NIETO, 2013), pues la llegada de este personaje dio origen a la organización colonial del mundo, donde la totalidad del espacio y del tiempo –todas las culturas, pueblos y territorios presentes y pasados– se consignan en una sola gran narrativa universal (VÉLEZ; OTROS, 2018).

De tal modo, el eurocentrismo heredado conlleva una lógica androcéntrica porque, desde la colonización en América, se ha tendido a destacar el protagonismo de los hombres conquistadores en el discurso histórico y a marginar el rol de las mujeres europeas e indígenas como agentes de resistencia o cambio. Así, el androcentrismo legitima el punto de vista del colonizador europeo para interpretar la realidad y el eurocentrismo contribuye, a través del currículum, a difundir este relato en el país (WALSH, 2007; LUGONES, 2008; CASTRO; LANDER, 2011).

Otro caso emblemático se encuentra en el libro de 2° básico de 2017, ya que recurre al uso de plurales para representar a las mujeres de forma generalizada. A propósito de esto, el texto señala:

los españoles mientras avanzaban por América hacia el sur iban fundando ciudades. Muchas de estas aún existen; en Chile destacan las ciudades de La Serena, Valparaíso, Concepción, Chillán, Los Andes, Rancagua, Talca y Santiago. Además, a medida que avanzaron en lo que actualmente es el territorio chileno se fueron encontrando con diferentes pueblos originarios (RIQUELME; QUIÑONES, 2017, p. 185).

En el extracto se utilizan los plurales “españoles” y “pueblos originarios” para aludir a colectivos humanos que no permiten reconocer el rol ni la identidad de las mujeres que fueron partícipes en el proceso histórico descrito. Adicionalmente, también se constata de forma implícita el contraste entre civilización y barbarie, pues la primera (referida a los españoles) se aprecia en la consigna de fundación de ciudades y en su encuentro con la barbarie (aludida a los pueblos originarios). Este elemento diferenciador se basa en la citada visión eurocéntrica que, a su vez, plasma la racionalidad del enfoque androcéntrico que domina el discurso histórico. Una cuestión que se expone claramente en la ilustración del famoso óleo “Fundación de Santiago” de Pedro Lira (Figura 5) que aparece en el texto de 2° medio de 2009.

Figura 5 - *Fundación de Santiago*, Pedro Lira (1889)



Fuente: Méndez, Santelices, Martínez y Puga, 2009, p. 18.

Siguiendo a Ponce (2018), dicha pintura constituye una representación de la idea de “bien común” concebida desde el proyecto republicano de mediados del siglo XIX, alimenta la leyenda rosa de la conquista sobre la masculinidad de Pedro de Valdivia y contribuye a la exclusión de la mujer en el discurso fundacional de la historia chilena.

Asimismo, durante el periodo de conquista, las mujeres también tienden a ser representadas a partir de relatos épicos. Por ejemplo, un manual de 8° básico si bien reconoce que la historia de las relaciones hispano-mapuches se centra en hechos que involucran exclusivamente a hombres, no reivindica ni analiza el rol femenino en el proceso de resistencia indígena, pues solamente se dedica a exponer algunos extractos de poemas épicos, como de “La Araucana” de Alonso de Ercilla y del “Arauco domado” de Pedro de Oña, que narran la participación de mujeres en la Guerra de Arauco (Figura 6).

Figura 6 - Extractos de “La Araucana” y del “Arauco domado”

Mi nombre es Glaura

“Mi nombre es Glaura,
 en fuerte hora nacida,
 hija del buen cacique Quilacura,
 de la sangre de friso esclarecida,
 rica de hacienda, pobre de ventura;
 respetada de muchos y servida
 por mi linaje y vana hermosura;
 mas ¡jay de mí, cuánto mejor me fuera
 ser una simple y pobre ganadera! (...)
 iba estas cosas y otras yo diciendo
 que el repentino enojo me mostraba,
 cuando con prisa súbita y estruendo
 un cristiano escuadrón nos salteaba,
 que en cerrado tropel arremetiendo,
 nuestra alta casa en torno rodeaba,
 saltando Fresolano en mí presencia
 a la debida y justa resistencia (...).”

Ercilla, A. (2001) *La Araucana*.
 Santiago: Pehuén.

Glaura fue esposa del yanacona Cariolán, sirviente de Alonso de Ercilla (poeta y soldado español), a quien lo salvó de una emboscada.

Las cualidades de Gualeva

“La bárbara que ve la salvagina,
 No teme, no se turba, no se corta,
 mas todo lo posible se reporta
 enviando al corazón la sangre fina;
 a tal sazón la estrella matutina,
 con sus alegres rayos la confronta
 y aun visto de Gualeva el traje y traza,
 la juzga por la diosa de caza. (...)”
 ¡Oh deidad sagrada, oh Venus bella,
 de aquel tercero polo moradora,
 alegre mensajera de la aurora,
 oh símbolo de amor, oh clara estrella!
 pues sabes lo que puede su centella,
 y el bien y mal de un alma que le adora,
 (...).”

De Oña, P. (1596). *Arauco domado*.

Gualeva fue la mujer del toqui Tucapel. Lo acompañó en batalla y lo liberó de los españoles, entre quienes estuvo en calidad de invitada.

Fuente: Landa y Pinto, 2015b, p. 178-179.

Otro rasgo se relaciona con que ambos relatos presentan, a pie de página, a los dos protagonistas (Glaura y Guleva) como personajes reales, ignorando, de esta forma, su historicidad. En esta línea, conviene notar que dichas mujeres solo aparecen en los poemas épicos citados, los cuales se caracterizan por presentar hechos legendarios o ficticios relativos a las hazañas de Glaura y Guleva y a las luchas reales o imaginarias en las que presuntamente participaron. Esta perspectiva coincide con el trabajo historiográfico de Huidobro (2015) donde señala que estas figuras femeninas tienden a ser representadas como heroínas idealizadas de la resistencia indígena para contribuir a la configuración de una historia fundacional de Chile. Además, es importante señalar que en las notas mencionadas se consigna una relevancia relacional de estas mujeres, pues solo se limitan a precisar su importancia en función del lazo afectivo o conyugal que mantenían con sus respectivas parejas. En el caso de Guleva solo se valora que “fue la mujer del toqui Tucapel”, mientras que en el recuadro dedicado a Glaura se enfatiza que “fue la esposa del yanacona Cariolán”.

Resulta indispensable mencionar también que una de las mujeres más citadas de la conquista es Inés de Suárez; sin embargo, la mayoría de las veces es presentada en forma parcial porque, solo en casos puntuales, se concibe como una fuerza dinámica que realiza una acción concreta. Así lo evidencia el siguiente párrafo extraído de un manual de 2º medio:


el 11 de septiembre de 1541 atacaron e incendiaron la ciudad de Santiago en un intento por liberar a los mapuches presos. Pese a que la ciudad quedó completamente destruida, los españoles lograron el repliegue de sus atacantes. En esta acción, Inés de Suárez decapitó a los loncos apresados, provocando la huida de los indígenas (MENDIZÁBAL; RIFFO, 2013, p. 29).


La figura de Inés de Suárez igualmente aparece bajo la dimensión de la relevancia histórica relacional, la cual, siguiendo a Álvarez (2021), permite valorar el rol de la mujer solamente cuando tienen un fuerte vínculo con un hombre clave o líder dentro de los procesos históricos. El libro de 5º básico del año 2012 dedica un pequeño cuadro para hablar sobre este personaje femenino (Figura 7); no obstante, este se enmarca entre las páginas 45 y 52 que aluden a Pedro de Valdivia y a su rol protagónico en la Conquista de Chile.

Figura 7 - Inês de Suárez

Inês de Suárez

Inês de Suarez llegó a América en 1537 buscando a su esposo, quien resultó estar muerto. Como tantos españoles, decidió quedarse y hacer una nueva vida. En el Cusco conoció a Pedro de Valdivia, con quien estableció una larga relación sentimental. Participó en la hueste que organizó Valdivia, llegando a convertirse en una de las fundadoras de la ciudad de Santiago. Se transformó en una mujer acaudalada y contrajo matrimonio con Rodrigo de Quiroga, uno de los conquistadores más prestigiosos y enriquecidos del reino. El 11 de septiembre de 1541 participó enconadamente en la defensa de Santiago, y se le atribuye el descuartizamiento de unos caciques presos, lo cual ahuyentó a los indígenas.





Fuente: Álvarez y Barahona, 2012, p. 52.

Del extracto citado, resalta la afirmación: “En el Cusco conoció a Pedro de Valdivia, con quien estableció una larga relación sentimental. Participó en la hueste que organizó Valdivia, llegando a convertirse en una de las fundadoras de la ciudad de Santiago” (ÁLVAREZ; BARAHONA, 2012, p. 52). Este párrafo, además de posicionar a Inês de Suárez al margen del discurso central y de presentarla como la compañera sentimental de Valdivia, se focaliza exclusivamente en destacar su rol dentro de la historia política, obviando, de este modo, su vida más íntima y cotidiana. De esta forma, el discurso pedagógico inserto en el texto tiende a desviar la atención hacia Pedro de Valdivia, contribuyendo a restar importancia al papel asumido por Inês de Suárez en la historia chilena.

A pesar de la representación distorsionada de Inés de Suárez, resulta relevante señalar que el cuadro mencionado también concibe a dicha mujer como una fuerza activa que realiza una acción concreta al señalar que “participó enconadamente en la defensa de Santiago, y se le atribuye el descuartizamiento de unos caciques presos, lo cual ahuyentó a los indígenas” (ÁLVAREZ; BARAHONA, 2012, p. 52). Esta representación atribuye a Suárez un rol decisivo en la resistencia española contra las fuerzas picunches lideradas por el toqui Michimalonco. No obstante, aunque esta figura icónica suele aparecer como una fuerza dinámica en algunos relatos, Fernández (2010) insiste en que siempre aparece representada en un cuadro marginal o en una nota al pie de página, donde al lector/a le corresponde inferir cuál fue su participación en la conquista de Chile.

Si bien la producción historiográfica reciente entrega nuevos antecedentes sobre Inés de Suárez, como el hecho de que nació con una enfermedad al estómago o que recibió las primeras lecciones de alfabetización por el religioso Bartolomé González de Marmolejo, sigue siendo tratada por los historiadores como la “viuda alegre de Juan de Málaga” (FLORES, 2011, p. 84), la “furtiva amante del conquistador Pedro de Valdivia” (FLORES, 2011, p. 84) y la “enfermera, ama de casa, soldado y fiel amante” (SORIANO, 2014, p. 2). Esta visión sobre Suárez, según Nieto (2015), busca proyectar un heroísmo femenino funcional a los intereses del proyecto de conquista y fuertemente centrado en resaltar el rol de la mujer blanca, cristiana y virtuosa.

Chile colonial (1598-1810)

Esta etapa se extiende desde la batalla de Curalaba (1598) hasta la Primera Junta Nacional de Gobierno (1810). En este periodo se observan convenciones discursivas asociadas a la presencia prominente y al rol activo de hombres y a la supresión, a la exclusión parcial y al rol pasivo de las mujeres dentro de los procesos históricos.

Un rasgo explícito de esta etapa es la prominencia masculina. Por ejemplo, un libro de 5° básico señala: “Si bien este mundo estuvo dominado por hombres adultos, las mujeres y los niños participaron en actividades cotidianas teniendo ‘reservados’ ciertos espacios al interior de la sociedad colonial” (FERNÁNDEZ; GIADROSIC, 2015, p. 196).

Dicho extracto, además de abordar la historia colonial de Chile desde una perspectiva androcéntrica y adultocéntrica, suprime el rol de la mujer en dicho periodo. Al respecto, cabe resaltar que hubo varias mujeres que contribuyeron al desarrollo intelectual de la Colonia; entre ellas, como evidencia la investigación histórica de Montecino (2008),

de Zamora (2015) y de Rojo, Arcos y Massmann (2021), vale la pena mencionar a las monjas Tadea de San Joaquín, Úrsula Suárez y Josefa de los Dolores debido a su destacada labor literaria, que permitió expresar cierta inquietud o insatisfacción material y espiritual frente a la realidad vivida al interior de los conventos.

La omisión de tales figuras femeninas se explica por la desconexión que existe entre la historia escolar y la producción historiográfica, aunque esta última registra avances sustanciales con respecto a la reivindicación de las mujeres de la colonia como agentes sociales e históricos; sin embargo, estos no logran transferirse a la enseñanza de la disciplina a causa del fuerte predominio de la historia androcéntrica en el curriculum escolar chileno (MAROLLA; PAGÉS, 2015; GARCÍA, 2016).

El androcentrismo explícito en la cita anterior se ve reforzado con una imagen del óleo "Baile del Santiago antiguo" de Pedro Subercaseaux (Figura 8), la cual va acompañada con una breve explicación: "Las familias criollas acostumbraban a reunirse en las casas para realizar tertulias, reuniones en las que los hombres conversaban sobre impuestos o la política de la Corona, mientras las mujeres bailaban y tocaban instrumentos musicales" (FERNÁNDEZ; GIADROSIC, 2015, p. 196).

Figura 8 - *Baile del Santiago antiguo* de Pedro Subercaseaux



Fuente: Fernández y Giadrosi, 2015, p. 196.

Dicho texto, por una parte, remarca el rol activo de los hombres al enfatizar que eran los "encargados de liderar los asuntos de impuestos y política"; y, por otra, desplaza a las mujeres de la aristocracia hacia un segundo plano, pues las presenta como figuras complementarias que se limitaban a bailar o tocar instrumentos musicales. De hecho, esta situación queda expresada de forma gráfica en la imagen del óleo de

Subercaseaux, pues el tamaño reducido, la baja resolución y el plano general de la misma tienden a reafirmar a la mujer aristócrata como un actor pasivo en el periodo colonial. Esta representación coincide con el trabajo de Minte (2010), quien señala que el rol de la mujer aristócrata durante la colonia estuvo altamente influenciado por los cánones de la iglesia católica que restringían su función a la reproducción, al trabajo del hogar y a la crianza de los hijos. Esto, indudablemente, contribuye a reforzar la práctica de otorgar al varón y a su punto de vista una posición central en el discurso histórico. Este principio se refleja claramente en el siguiente texto que aparece en un manual de 5° básico:

en cuanto a la educación, al igual que en el resto de América, fueron las órdenes religiosas las principales encargadas de impartirla en el Chile colonial. Estas órdenes crearon las primeras escuelas para enseñar a leer y escribir a soldados, criollos y mestizos, los primeros seminarios para sacerdotes y la primera universidad del país: la Real Universidad de San Felipe en 1738. Como estos espacios educativos estaban reservados principalmente para los hombres, algunas mujeres encontraron en los conventos un lugar para educarse y desarrollar su intelecto (FERNÁNDEZ; GIADROSIC, 2015, p. 198).

Además de resaltar el papel del hombre de forma prominente, el párrafo citado limita el ámbito de acción de las mujeres a ciertos espacios como los conventos. De igual modo, son excluidas de forma parcial y tratadas como agentes pasivos al señalar que se educan y desarrollan su intelecto, pero sin especificar la forma en que lo hacen ni la trascendencia histórica de su labor.

Conclusión

Si bien en los textos escolares publicados durante el periodo 2009-2017 se aprecia una cierta preocupación por tratar procesos históricos relacionados con la reivindicación de la mujer en la sociedad, siguen prevaleciendo expresiones que anulan o minimizan la actuación femenina en el discurso pedagógico de la historia. En el periodo que comprende la llegada de los europeos y la conquista de Chile (1520-1598) aparecen la mayoría de las convenciones, pues se observan principalmente la presencia prominente y el rol activo de los conquistadores europeos, la representación generalizada, la supresión, la exclusión parcial, el rol pasivo y la relevancia histórica relacional de las figuras femeninas, así como también se constata las tres operaciones discursivas mencionadas en la última categoría de la tabla 2. Respecto a los periodos prehispánico (13.000 a. C.

- 1520) y colonial (1598-1810), se verifican básicamente subcategorías asociadas a la presencia prominente y al rol activo de hombres y a la exclusión parcial de las mujeres dentro de los relatos.

Por otra parte, llama poderosamente la atención que solo aparezcan mencionadas Glaura, Guleva e Inés de Suárez dentro del periodo estudiado de la historia chilena (13.000 a. C. - 1810). Estas mujeres del proceso de conquista son representadas, fundamentalmente, a través de la relevancia relacional, pues solo suelen ser reconocidas por el vínculo afectivo o conyugal que mantuvieron con sus respectivas parejas masculinas.

También, resulta importante mencionar que es frecuente el uso de la supresión para omitir la participación que tuvieron distintas mujeres como Catalina de Erauso, Isabel Barreto, Tadea de San Joaquín y Úrsula Suárez en el periodo de conquista y colonia de Chile. Esta representación no es equitativa con la presencia prominente de colonizadores europeos en América, como Cristóbal Colón, Diego de Almagro y Pedro de Valdivia, ya que los textos escolares se sustentan en un paradigma histórico eurocéntrico y androcéntrico.

Se destaca, asimismo, el hecho de que los manuales tienden a representar las actividades sociales y económicas según roles de género preestablecidos, pues la confección de vestimenta o el baile son reservados para las mujeres y las labores relacionadas con la caza, la construcción de viviendas y la política se restringen al mundo masculino.

De este modo, el encubrimiento de la mujer realizado en los textos escolares de Historia, Geografía y Ciencias Sociales ha buscado construir e imponer una sociedad patriarcal, donde la marginación de las figuras femeninas se presenta como un rasgo normalizado y extendido en el curriculum de la asignatura. Esta situación configura una memoria incompleta sobre las mujeres que aportaron al desarrollo del periodo analizado de la historia chilena (13.000 a. C. - 1810) y transmite estereotipos de género que anulan la posibilidad de concebir una narrativa capaz de resignificar la posición histórica y social de las mujeres.

Este posicionamiento responde a los lineamientos curriculares de las empresas Zig-Zag (de la familia Edwards), Santillana (del grupo Prisa), Norma (del grupo Carvajal) y SM (del grupo SM), ya que sus líneas editoriales se rigen por una perspectiva tradicional de la educación, que tienen como propósito velar por la reproducción del orden establecido. Esta situación contribuye a preservar el androcentrismo que impera en la

sociedad chilena porque favorece la construcción de visiones sesgadas de la realidad y limitan la comprensión del mundo en toda su complejidad.

A partir de estos resultados, se pueden establecer ciertos paralelismos entre la historia escolar y la investigación histórica asociada a la representación de las mujeres en las épocas abordadas de la historia chilena. Respecto al periodo prehispánico, gracias al estudio de Planella y Falabella (2008), se evidencia que la producción historiográfica va más adelantada que la que la historia escolar en cuanto a la temática porque ha introducido la arqueología de género como un marco conceptual y metodológico válido para comprender la experiencia histórica de las mujeres en los pueblos originarios de Chile.

Sobre el proceso de conquista, la investigación histórica indica, al igual que el presente estudio, que las mujeres indígenas tienden a ser representadas como heroínas de la resistencia indígena y que Inés de Suárez, la única española que aparece en las narrativas, es la máxima referente de la mujer blanca, cristiana y virtuosa que representa los ideales del proyecto de conquista; no obstante, cabe destacar que la producción historiográfica reciente (FLORES, 2011; SORIANO, 2014; NIETO, 2015) ha aportado nuevas luces sobre Suárez, tales como el hecho de que nació con una enfermedad al estómago o que fue instruida por el religioso Bartolomé González de Marmolejo.

En cuanto a la época colonial, la distancia entre la historia escolar y la producción historiográfica es mayor que la de los periodos previstos, pues la primera suprime totalmente la participación de figuras femeninas icónicas, mientras que la segunda, según los trabajos de Montecino (2008), de Zamora (2015) y de Rojo, Arcos y Massmann (2021), se ha centrado durante los últimos quince años en destacar el aporte intelectual de mujeres como Tadea de San Joaquín, Úrsula Suárez y Josefa de los Dolores.

La desconexión entre la historia escolar y la investigación histórica que se observa con sus correspondientes matices en los periodos señalados se debe a que el curriculum chileno de Historia, Geografía y Ciencias Sociales no tiene como prioridad la provisión de conocimientos actualizados que permitan a los estudiantes emprender una profunda reflexión sobre el carácter pedagógico y científico de la disciplina para interpretar la experiencia histórica femenina, puesto que su foco de atención está fuertemente centrado en mantener la tradición androcéntrica de la sociedad chilena.

REFERENCIAS

ACHUGAR, Mariana; OTEÍZA, Teresa. Recontextualización del pasado reciente: prácticas sociales multisemióticas. **Discurso y Sociedad**, Barcelona, v. 8, n. 1, p. 1-11, 2014.

ÁLVAREZ, Gonzalo; BARAHONA, Macarena. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 5° básico**. Santiago de Chile: Zig-Zag, 2012.

ÁLVAREZ, Humberto. Representaciones discursivas de las mujeres en la historia escolar chilena (1810-2017). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-25, 2021.

AURELL, Jaume; BALMACEDA, Catalina; BURKE, Peter; SOZA, Felipe. **Comprender el pasado: una historia de la escritura y el pensamiento histórico**. Madrid: Akal, 2013.

BALLÉN, Margarita; PULIDO, Rodrigo; ZÚÑIGA, Flor. **Abordaje hermenéutico de la investigación cualitativa: teorías, procesos, técnicas**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, 2007.

BARBEYTIA, Luis. **Pakal: el gran rey maya de Palenque**. México: CIDCLI, 2017.

BASES CURRICULARES DE 7º BÁSICO A 2º MEDIO. **Documento curricular**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 2016.

BAUTISTA, Nelly. **Proceso de la investigación cualitativa: epistemología, metodología y aplicaciones**. Bogotá: El Manual Moderno, 2011.

BEJARANO, María; MARTÍNEZ, Irene; BLANCO, Montserrat. Coeducar hoy. Reflexiones desde las pedagogías feministas para la despatriarcalización del currículum. **Tendencias Pedagógicas**, Madrid, n. 34, p. 37-50, 2019.

BEL, Juan. El papel de las mujeres en la Historia según las imágenes de los libros de texto. Comparación de manuales editados durante la LOE y la LOMCE. **Aula**, Salamanca, v. 22, p. 219-233, 2016.

BRITO, Juan; GÁMEZ, Virginia. La problemática de la formación de la identidad nacional en la enseñanza de la Historia: el caso afroecuatoriano. **Revista Electrónica**

Interuniversitaria de Formación del Profesorado, Murcia, v. 22, n. 2, p. 123-136 2019.

CASTRO, Santiago; LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad, 2011.

CASTRO, Luis; MANZO, Luis; PINTO, Claudia. Las imágenes femeninas en los textos escolares chilenos: revisión analítica en un escenario de cambios (1992-2012). **Revista de Pedagogía**, Caracas, v. 37, n. 100, p. 123-136, 2016.

CLARK, Roger; AYTON, Kieran; FRECHETTE, Nicole; KELLER, Pamela. Women of the world, re-write!: Women in american world history high school textbooks from the 1960s, 1980s, and 1990s. **Social Education**, Maryland, v. 69, n. 1, p. 41-45, 2005.

COT, Nuria; MORÁN, María. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 4° básico**. Santiago de Chile: Editorial Norma, 2015.

DÍAZ, Mónica; PUIG, María. Análisis de la vigencia de una educación sexista en los libros de textos de Historia de 4° de la ESO. **Social and Education History**, Barcelona, v. 9, n. 1, p. 38-64, 2020.

ESPINOZA, Juan; DE AGUILERA, Miguel. Nacionalismo y narrativas nacionales en libro de texto de enseñanza secundaria de Historia de Chile. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, Santiago de Chile, v. 14, n. 1, p. 127-142, 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. Representations of social events. *In*: FAIRCLOUGH, Norman (coord.). **Analysing Discourse. Textual analysis for social research**, New York: Routledge, 2003. p. 134-155.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Routledge, 2013.

FERNÁNDEZ, Cristian; GIADROSIC, Georgina. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 5° básico**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2015.

FERNÁNDEZ, Cristian; FUENTES, Francisco; PANZA, Pedro. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 4° básico**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2017.

FERNÁNDEZ, María. Las mujeres en el discurso pedagógico de la historia. Exclusiones, silencios y olvidos. **Universum**, Talca, v. 25, n. 1, p. 84-99, 2010.

FERNÁNDEZ, María. La valoración en el discurso de la enseñanza de la historia. Aportes para el análisis del androcentrismo. **Revista Signos**, Viña del Mar, v. 50, n. 138, p. 361-384, 2017.

FERNÁNDEZ, María; BAEZA Patricia. Androcentrismo en la co-construcción discursiva multimodal crítica de significados valorativos en la enseñanza de la historia. **Literatura y Lingüística**, Santiago de Chile, n. 38, p. 251-274, 2018.

FERNÁNDEZ, María; MONTANARES, Elizabeth; CARRILLO, Olga. Representación androcéntrica del trabajo en el discurso de textos escolares chilenos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 974-1000, 2018.

FLORES, Carlos. **Auge & caída de la educación chilena:** desde Inés de Suárez a Camila Vallejo. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2011.

GARCÍA, Antonia. Incorporar la perspectiva de género en la enseñanza-aprendizaje de la historia: un desafío didáctico formativo. **Perspectivas**, Santiago de Chile, n. 89, p. 147-149, 2016.

GAZMURI, Renato. Ideologías curriculares en el debate y negociación del currículum chileno de Historia, Geografía y Ciencias Sociales. **Estudios Pedagógicos**, Valdivia, v. 43, n. 1, p. 157-169, 2017.

GÓMEZ, Cosme; GALLEGO, Sergio. La pervivencia de estereotipos de género en la enseñanza de la historia. Un estudio a través de libros de texto y las percepciones del alumnado de educación secundaria en España. **Revista Electrónica Educare**, Heredia, v. 20, n. 3, p. 1-28, 2016.

GÓMEZ, Cosme; MOLINA, Sebastián. Narrativas nacionales y pensamiento histórico en los libros de texto de educación secundaria de España y Francia. Análisis a partir del tratamiento de los contenidos de la Edad Moderna. **Vínculos de Historia**, Ciudad Real, n. 6, p. 206-229, 2017.

GRANA, Isabel; LARA, Natalia. La excepción que confirma la regla: la ausencia de mujeres relevantes para la literatura española en los manuales escolares. **Ciencia, Técnica y Mainstreaming Social**, Valencia, n. 3, p. 13-22, 2019.

GUARDIA, Sara. Las mujeres como sujetos históricos: un derecho conquistado. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Zulia, v. 20, n. 68, p. 41-49, 2015.

GUERRERO, Rafael. Reflexiones para la didáctica de la historia de las mujeres con el aprovechamiento de fuentes documentales personales en el aula. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Latinoamericanos**, México, v. 4, n. 1, p. 49-60, 2020.

HUIDOBRO, María. La imagen idealizada de las heroínas indígenas: Guacolda, Fresia, Tegualda y Glaura. *In*: HUIDOBRO, María (ed.). **De heroínas, fundadoras y ciudadanas: mujeres en la historia de Chile**. Santiago de Chile: RIL Editores, 2015. p. 38-56.

ICAZA, Constanza; ESCOBAR, Karen; CATALÁN, Natalia. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico**. Santiago de Chile: Santillana, 2014.

LANDA, Luis; PINTO, Victoria. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 7° básico**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2015a.

LANDA, Luis; PINTO, Victoria. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2015b.

LANDA, Luis; PINTO, Victoria. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 8° básico**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2016.

LARA, María; LARA, Laura. **Breviario de historia de España: desde Atapuerca hasta la era de la globalización**. Madrid: EDAF, 2018.

LATAPÍ, Paulina; GONZÁLEZ, Elvira. Visibilización de las mujeres en los libros de texto gratuitos de historia: una mirada etiológica al caso de Secundaria en México. *In*: HERNÁNDEZ, Ana; GARCÍA, Carmen; DE LA MONTAÑA, Juan (eds.). **Una enseñanza de las Ciencias Sociales para el futuro: recursos para trabajar la invisibilidad de personas, lugares y temáticas**. Cáceres: Universidad de Extremadura - Asociación Universitaria del Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2015. p. 223-230.

LEY ORGÁNICA CONSTITUCIONAL DE ENSEÑANZA (LOCE) NÚMERO 18.962. **Documentación legal**. Santiago de Chile: Gobierno de Chile, 1990.

LEY GENERAL DE EDUCACIÓN (LGE) NÚMERO 20.370. **Documentación legal**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 2009.

LINARES, Manuel. **Infórmate, investiga y comunica**. Madrid: ACCI, 2019.

LLORENT, Vicente; COBANO, Verónica. Identity and gender in childhood. Representation of Moroccan women in textbooks. **Women's Studies International Forum**, Amsterdam, n. 74, p. 137-142, 2019.

LONDOÑO, David; BERMÚDEZ, Héctor. Tres enfoques sobre los estudios críticos del discurso en el examen de la dominación. **Palabra Clave**, Bogotá, v. 16, n. 2, p. 491-519. 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUX, Martha; PEREZ, María. Los estudios de historia y género en América Latina. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 77, p. 3-33, 2020.

MADRID, Mercedes. Enseñar historia desde la metodología de género: representaciones culturales y prácticas sociales. *In*: GALLEGO, Henar; MORENO Mónica (ed.). **Cómo enseñamos la historia (de las mujeres)**: homenaje a Amparo Pedregal. Barcelona: Icaria Editorial, 2017. p. 125-151.

MARÍN, Oscar. La representación de las mujeres prehistóricas en los textos escolares de Historia, Geografía y Ciencias Sociales en Chile (2010-2018). **Estudios Pedagógicos**, Valdivia, v. 46, n. 1, p. 7-31, 2020.

MAROLLA, Jesús; PAGÉS, Joan. Ellas sí tienen historia. Las representaciones del profesorado chileno de secundaria sobre la enseñanza de la historia de las mujeres. **Clío & Asociados**, Santa Fe, v. 20, n. 21, p. 223-236, 2015.

MAROLLA, Jesús. La inclusión de las mujeres en las clases de historia: posibilidades y limitaciones desde las concepciones de los estudiantes chilenos. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 77, p. 1-24, 2019.

MARTÍNEZ, Irene. Construcción de una pedagogía feminista para una ciudadanía transformadora y contra-hegemónica. **Foro de Educación**, Salamanca, v. 14, n. 20, p. 129-151, 2016.

MÉNDEZ, Verónica; SANTELICES, Carolina; MARTÍNEZ, Rodrigo; PUGA, Isidora. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° medio**. Santiago de Chile: Santillana, 2009.

MENDIZÁBAL, María; RIFFO, Jorge. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° medio**. Santiago de Chile: Editorial SM, 2013.

MINTE, Andrea. La imagen de las mujeres en los textos escolares de Historia de Chile. Análisis crítico. *In*: Congreso Iberoamericano de Educación Metas, Buenos Aires, 2021. **Anais [...]**, Buenos Aires, 2010. p. 1-13.

MINTE, Andrea; GONZÁLEZ, Euridice. Discriminación y exclusión de las mujeres en los textos escolares chilenos y cubanos de historia. **Revista de Investigación Educativa**, Murcia, v. 33, n. 2, 2015. p. 321-333.

MONTECINO, Sonia. **Mujeres chilenas: fragmentos de una historia**. Santiago: Editorial Catalonia, 2008.

MORENO, María; PAULSEN, Abraham; VILLARREAL, Francisco. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico**. Santiago de Chile: Santillana, 2012.

MORENO, María; PAULSEN, Abraham; VILLARREAL, Francisco. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico**. Santiago de Chile: Santillana, 2013.

NASH, Mary. Turismo, género y neocolonialismo: la sueca y el donjuán y la erosión de arquetipos culturas franquistas en los 60. **Historia Social**, Valencia, n. 96, 2020. p. 41-62.

NICHOLSON, Linda. Hacia un método para comprender el género. *In*: RAMOS, Carmen (comp.). **Género e historia, la historiografía sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992. p. 142-180.

NIETO, Mauricio. **Las máquinas del imperio y el reino de Dios: reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del siglo XVI**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2013.

NIETO, Daniel. Mujeres españolas en tiempos de la Conquista. *En*: HUIDOBRO, María (ed.). **De heroínas, fundadoras y ciudadanas**. Mujeres en la historia de Chile. Santiago de Chile: RIL Editores, 2015. p. 22-36.

NUÑO, Laura. La construcción de las mujeres como cuerpos subalternos: comunicación y narrativas de una historia interminable. **Historia y Comunicación Social**, Madrid, v. 25, n. 1, 2020. p. 181-190.

OLIVERA, María. **Estudio de uso y valoración de textos escolares**. Informe final encargado por el Ministerio de Educación (MINEDUC) y la Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (UNESCO). Santiago de Chile: Guernica Consultores, 2016.

PAGÉS, Joan; VILLALÓN, Gabriel; ZAMORANO, Alicia. Enseñanza de la historia y diversidad étnica: los casos chileno y español. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, 2017. p. 161-182.

PARRA, Sheila; MANZANERO, Delia; HERNÁNDEZ, Juan; FERNÁNDEZ, Carlos. Invisibilidad de la mujer en manuales de texto. La ausencia de referencias femeninas en el siglo XVII: el caso de sor María de Ágreda. **Opción**: Revista de Ciencias Humanas y Sociales, Maracaibo, v. 36, n. 92, 2020. p. 849-877.

PÉREZ, Carolina. La representación visual del movimiento estudiantil chileno en la prensa establecida y alternativa nacional: un análisis multimodal. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia, n. 30, 2016. p. 5-26.

PLANELLA, María; FALABELLA, Fernanda. Chile prehispano: un acercamiento a la mujer desde los estudios arqueológicos en la Zona Central. *In*: MONTECINO, Sonia (comp.). **Mujeres chilenas**: fragmentos de una historia. Santiago de Chile: Editorial Catalonia, 2008. p. 24-30.

PONCE, Héctor. Aproximaciones a una teoría de la representación. Teatralidad y visualidad. **Revista Chilena de Semiótica**, Santiago de Chile, n. 8, 2018. p. 48-59.

PROGRAMA DE ESTUDIO DE HISTORIA, GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES DE 6º BÁSICO. **Documento curricular**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 2018.

RAUSELL, Helena. ¿Qué aporta el género a la formación de docentes de historia? La valoración de la perspectiva de género entre los estudiantes del Máster de Profesor/

Profesora en Educación Secundaria. **Panta Rei**. Revista Digital de Historia y Didáctica de la Historia, Murcia, v. 14, n. 1, p. 185-203, 2020.

RIQUELME, Natalia; QUIÑONES, Macarena. **Texto del Estudiante de Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2° básico**. Santiago de Chile: Santillana, 2017.

RODRÍGUEZ, María; LÓPEZ, Miriam. **Las mujeres mayas en la antigüedad**. México: Centro de Estudios de Antropología de la Mujer, 2011.

RODRÍGUEZ, Raimundo; SOLÉ, Glória. Los manuales escolares de Historia en España y Portugal. Reflexiones sobre su uso en educación primaria y secundaria. **Arbor**, Madrid, v. 194, n. 788, p. 1-12, 2018.

ROJO, Grínor; ARCOS, Carol; MASSMANN, Stefanie. **Historia crítica de la literatura chilena**: Volumen I. La era colonial. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2021.

SÁNCHEZ, Raquel; MIRALLES, Pedro. A pensar a las mujeres en la historia y enseñar su historia en las aulas: estado de la cuestión y retos de futuro. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 278-298, 2014.

SÁNCHEZ, Dolores. Cambiar la enseñanza de la historia para enseñar historia de las mujeres. Enseñar historia de las mujeres para cambiar la enseñanza de la historia. *In*: GALLEGO, Henar; MORENO Mónica (ed.). **Cómo enseñamos la historia (de las mujeres)**. Homenaje a Amparo Pedregal. Barcelona: Icaria Editorial, 2017. p. 101-123.

SCOTT, Joan. El género, una categoría útil para el análisis histórico. *In*: AMELANG, James; NASH, Mary (comps.). **Historia y género**: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. Valencia: Alfons el Magnànim, 1990. p. 23-56.

SCOTT, Joan. **La domination et les arts de la résistance**. Fragments du discours subalterne. París: Éditions Amsterdam, 2009.

SMITH, Bonnie. **Women's studies**: the basics. London: Routledge, 2019.

SORIANO, María. Una mujer heroica: Inés de Suárez y la conquista de Chile. *In*: Congreso virtual sobre Historia de las Mujeres, VI, 2014, [s.l.]. **Anais [...]** [s.l.]: 2014. p. 1-34.

SOUTHWORTH, Erica; KEMPEN, Jenna; ZIELINSKI, Melonie. Whose story is it, now? Re-examining women's visibility in 21st century secondary world history textbooks. **Teaching Social Studies**, Wisconsin, v. 19, n. 2, 2019. p. 45-57.

TORRES, Jurjo. **El currículum oculto**. Madrid: Morata, 1998.

VAN DIJK, Teun. **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2019.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. *In*: CALDAS, Carmen; COULTHARD, Malcolm (ed.). **Texts and practices: readings in critical discourse analysis**. New York: Routledge, 2013. p. 32-70.

VAN LEEUWEN, Theo. Critical discourse analysis and multimodality. *In*: HART, Christopher (ed.). **Contemporary critical discourse analysis**. London: Bloomsbury, 2014. p. 281-295.

VÉLEZ, Gabriel *et al.* **Investigación en ciencias sociales, humanidades y artes: debates para su valoración**. Bogotá: Editorial Uniandes, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, n. 48, p. 25-35, 2007.

WODAK, Ruth. What CDA is about. A summary of its history, important concepts and its developments. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001. p. 1-13.

WODAK, Ruth. **Discourse of politics in action**. Politics as usual. London: Palgrave Macmillan, 2009.

ZAMORA, Patricio. Yo, Úrsula Suárez: testimonios desde un claustro colonial. *In*: HUIDOBRO, María (ed.). **De heroínas, fundadoras y ciudadanas**. Mujeres en la historia de Chile. Santiago de Chile: RIL Editores, 2015. p. 69-82.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Académico de la Facultad de Educación de la Universidad Católica de la Santísima Concepción. Doctor en Sociedad y Cultura y Máster en Historia Contemporánea y Mundo Actual por la Universidad de Barcelona (España). Profesor en Historia y Geografía, Licenciado en Educación

y Licenciado en Historia por la Universidad Católica de la Santísima Concepción. Investigador en la formación de profesores de Historia, la enseñanza, el aprendizaje y la evaluación de la especialidad. Colaborador de diversos proyectos de innovación docente y autor de varios artículos y capítulos de libros relacionados con la Historia y su didáctica.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Calle E 989, Talcahuano, Región del Biobío, CP 4300004, Chile.

FINANCIACIÓN

Esta investigación se enmarca en el Proyecto FAD2021-14 "Narrativas y pensamiento histórico. Evaluación de competencias históricas de los futuros profesores de educación básica y media a través de un Aprendizaje Basado en Problemas (ABP)", adscrito a la Universidad Católica de la Santísima Concepción, Chile. Se agradece a la institución patrocinante por el apoyo otorgado.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe.

María Inés Mudrovcic – Editor ejecutivo.

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Humberto Andrés Álvarez Sepúlveda.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Recibido el: 14 de marzo de 2021.

Cambiado en: 22 de julio de 2021.

Aceptado el: 02 de noviembre de 2021.

Apelativos, silencios y olvidos en torno a los animales de los Beatos en la temprana historiografía artística del siglo XIX y de inicios del siglo XX

Appellation, silence and oblivion on Beatus manuscripts' animals in Art historiographical discourses of the nineteenth and early twentieth centuries

Nadia Mariana Consiglieri ^a

E-mail: nahathor@yahoo.com.ar / nadiamariana.consiglieri@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2610-2967> 

^a Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Teoría e Historia del Arte "Julio E. Payró", Buenos Aires, Argentina

^b Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

Los animales fueron representados con creces en los Beatos, tanto en las miniaturas principales como en iniciales y *marginalia*. Sin embargo, los tempranos escritos, registros y catálogos que dan cuenta de la serie codicológica guardan importantes silencios al respecto. El coleccionismo, las exhibiciones y la necesidad de registrar y catalogar piezas del pasado medieval hispánico comenzaron no obstante a integrar determinadas menciones y juicios de valor disímiles. Este trabajo aborda y discute tanto las omisiones como los primeros intentos por comenzar a reconocer la fauna en los Beatos concentrándose en los discursos historiográficos artísticos del siglo XIX y de inicios del siglo XX.

PALABRAS CLAVE

Historia del arte y de la arquitectura; Cultura material; Imagen.

ABSTRACT

The depiction of animals in the Beatus manuscripts is abundant in the miniatures, initials and *marginalia*. However, the early sources, registers and catalogues accounting for these codices fail to provide ample, if any, references to them. Art collecting, exhibitions and the need to record and catalogue the Spanish medieval past generated the collection of certain references and different judgements about this matter. This paper explores both the omissions and attempts at recognizing the fauna in the Beatus series, focusing on the nineteenth and early twentieth century discourses on art historiography.

KEYWORDS

Art history, History of architecture; Material culture; Image.

Introducción

La serie codicológica de los Beatos ha resultado -y lo sigue siendo- un *corpus* de manuscritos incalculablemente rico en sus posibilidades de análisis y de abordaje histórico, paleográfico y artístico. Dentro del ámbito de las imágenes contenidas en sus folios, diferentes tópicos iconográficos (por lo común aquellos vinculados de manera directa con el *Comentario* textual de Beato de Liébana) han sido tratados con recurrencia. No obstante, las criaturas zoomorfas que pueblan en abundancia estos códices han sido examinadas de manera secundaria respecto de los tópicos apocalípticos principales. En esta línea, la fauna marginal y de letras capitales no ha recibido investigaciones exhaustivas en su conjunto. ¿Cómo comenzó a ser mencionado, pensado y analizado el aparato visual y pictórico de los Beatos en época moderna? ¿Qué citas o carencias de consideración historiográfica involucraron? El presente trabajo propone analizar las noticias más tempranas sobre las miniaturas de los Beatos y sus animales representados a partir de una revisión crítica del material historiográfico artístico. Se parte de la narrativa de viajes de los siglos XVI, XVII y XVIII hasta llegar a las construcciones historiográficas decimonónicas y a las tendencias formalistas de las primeras décadas del siglo XX. Se debate el impacto del coleccionismo, de las exposiciones universales y de la necesidad de catalogar manuscritos de un pasado histórico medieval hispánico tamizado por concepciones nacionalistas y positivistas del siglo XIX. Asimismo, se discute la fuerza del Formalismo y de la confección de repertorios estilísticos medievales en la historiografía artística española de esa época.¹

Los antecedentes: literatura de viajes, coleccionismo y primeras exploraciones sobre las imágenes de la serie

Las menciones más tempranas sobre algunos de los Beatos miniados que llegaron a nuestros días datan de los siglos XVI, XVII y XVIII. Si bien estos códices formaban parte del tesoro codicológico de los monasterios en donde habían sido ejecutados y/o comisionados en el Medioevo, el ímpetu coleccionista moderno promovió su activa revisión y conservación. La literatura de viajes (HERRERO MASSARI, 1999, p. 16, 19) es portadora de breves menciones a los Beatos. Aunque este tipo de narrativa no ofrece información exhaustiva sobre nuestros códices ni sobre sus representaciones pictóricas

¹ Este trabajo se focaliza en el periodo comprendido entre las primeras noticias sobre la serie, al siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX, incorporando en relación con estas primeras tendencias historiográficas sus continuidades más próximas incluso alrededor de la década de los '50. Pese a que en 1931 Wilhelm Neuss (NEUSS, 1931, v. 1 y 2) realiza su primer *stemma* de la serie, este y sus derivados, junto con las tendencias iconográficas merecen un desarrollo profundo que excedería la extensión de este texto.

en particular, sus alusiones fugaces (MENTRÉ, 1976, p. 41) aportan antecedentes sobre el estado de conservación, características, circulación y cambios sufridos por los manuscritos con el paso del tiempo.

El bibliófilo humanista oriundo de Córdoba, Ambrosio de Morales emprende en 1572 un viaje a León, Galicia y Asturias bajo órdenes de Felipe II para informar sobre panteones reales, libros antiguos y reliquias de esas tierras (ORTÍZ JUÁREZ, 1977, p. 9). En 1765, el padre agustino Enrique Flórez realiza una edición impresa de esta obra, en la cual Morales había mencionado a los Beatos² de San Millán de la Cogolla,³ de Valladolid⁴ y el de Fernando I y Sancha,⁵ aunque sin referir a sus miniaturas sino sólo a su contenido textual (MENTRÉ, 1976, p. 41). Empero, en un pasaje sobre el Beato de Valladolid, había expresado su gran admiración por la obra en su integridad, infiriendo relaciones con otras copias:

este Libro de Valcabado habían traído agora aquí à Leon, para cotejarlo con estotro de S. Isidoro, y así yo le ví. Esta obra, à mi pobre juicio, es excelente, y dignísima de andar impresa, y sospecho es una que el Padre Prior del Escorial tiene noticia, por haver otro Códice de ella en Guadalupe. Ambos adós Codices ha mas de 550. años que se escribieron, como por lo que al cabo se dice, parece (MORALES, 1765, p. 52).

El mismo Felipe II procurando perfeccionar las colecciones de su biblioteca de El Escorial adquiere diferentes copias del *Comentario al Apocalipsis* de Beato de Liébana y en el siglo XVIII, Felipe V incluye en los fondos de la biblioteca real al Beato de Fernando I y Sancha. Tanto para el caso de esta copia leonesa como del Apocalipsis de Valcavado se pone de manifiesto que además de la atención hacia el texto, la estética de estos manuscritos (MENTRÉ, 1994, p. 16) gozó de gran respeto a los ojos de humanistas, nobles y reyes modernos que llegaron a considerarlos piezas únicas a poseer y preservar.

² Ha resultado sustancial para este trabajo, la catalogación de los Beatos realizada por John Williams (WILLIAMS, 1994, p. 10-11).

³ Madrid, Real Academia de la Historia. Cod. 33. Parte mozárabe (Último cuarto del siglo X; RAH 33); Parte románica (Primer cuarto del siglo XIII; RAH 33). Procedencia: Parte mozárabe (Castilla?); Parte románica (San Millán de la Cogolla?).

⁴ Beato de Valladolid (también denominado Beato de Valcavado). Valladolid, Biblioteca de la Universidad de Valladolid. Ms. 433. (970). Procedencia: León (Valcavado?).

⁵ Beato de Fernando I y Sancha (también denominado de Facundus). Madrid, Biblioteca Nacional de España. Ms. Vitrina 14-2. (1047). Procedencia: Real scriptorium de León.

Por su parte, el aparato textual que cita y comenta los diversos pasajes del Apocalipsis dio lugar a tempranos estudios. En el siglo XVII, el jesuita sevillano Luis de Alcázar en su *Vestigatio arcani sensus in Apocalypsi* nombra al *Comentario* como un antecedente hispánico en el marco de su propia *interpretatio*, aunque refiriéndose al código de Valcavado. Alude al texto, a su importante difusión y lectura y a algunos Padres de la Iglesia como Victorino, Isidoro de Sevilla y Apringio utilizados por Beato. Indica además, que este ejemplar fue ejecutado en el año 970 en pergamino con letra visigoda y nombra la previa cita de Morales (ALCÁZAR, 1618, p. 43).

En la segunda mitad del siglo XVIII, el Padre Enrique Flórez, luego de escribir su *Hispania Sacra* y de editar los viajes de Morales (ORTÍZ JUÁREZ, 1977, p. 2-3), elabora la primera transcripción edita del *Comentario* (FLÓREZ, 1770). Esta fue el resultado de un cotejo textual entre manuscritos de los siglos X y XI (MENTRÉ, 1994, p. 16): del Beato Emilianense,⁶ del Beato de San Millán de la Cogolla, del Beato de Valladolid y del manuscrito ms 1240,⁷ aunque las ilustraciones fueron obviadas (MENTRÉ, 1976, p. 42). Flórez fue un erudito religioso interesado en las letras, así como en materia histórica y natural. Su epistolario, en el cual aún no menciona detalles sobre *In Apocalypsin*, denota no obstante su gran formación y capacidad de trabajo.⁸ De esta manera, los Beatos empiezan a ser valorados y estudiados de forma general a partir del abordaje de su texto.

La perspectiva del siglo XIX sobre los Beatos y sus zoomorfismos

No obstante, el siglo XIX trajo consigo un renovado interés por el mundo de las imágenes en los Beatos a través del impulso de la catalogación, del coleccionismo y de las exposiciones. Aunque en los dos primeros casos los motivos zoomorfos no son mencionados pues se trata de un visionado general sobre los códigos y sus tipologías, las iluminaciones de estos libros se imponen como una nueva curiosidad (MENTRÉ, 1976, p. 42) y despiertan juicios de valor de toda clase. En su viaje a Urgel, en el marco de sus visitas a diferentes conventos catalanes, Fray Jaime Villanueva Astengo refiere a la baja calidad gráfica del Beato homónimo: “[...] El código está lleno de grandes miniaturas de pésimo dibujo, en que se representan todas las visiones de aquel libro”

⁶ Beato Emilianense (también denominado Beato Vitrina 14-1). Madrid, Biblioteca Nacional de España. Ms. Vitrina 14-1. (Mediados del siglo X). Procedencia: Castilla, León, San Millán de la Cogolla (?).

⁷ Madrid, Archivo Histórico Nacional, ms. 1240.

⁸ Proveniente del convento de los agustinos de Salamanca, luego catedrático en Alcalá, hacedor de una gran biblioteca y de un gabinete de historia natural en el convento de San Felipe el Real de Madrid, también mantuvo correspondencia con grandes ilustrados de su época como con Don Pedro Leonardo de Villacevallos o Don Fernando José López de Cárdenas. (CAMPOS; FERNÁNDEZ DE SEVILLA, 2002, p. VIII).

(VILLANUEVA 1850 a, p.171). En su viaje desde Urgel a Girona adopta una actitud más positiva ante el Beato gerundense:⁹

el códice es tan apreciable, cuando menos, como el que ví en la Seo de Urgel escrito con lujo, a dos coll. en fol. max., de carácter cursivo gótico, y con mayor número de dibujos para esplicacion de las visiones del texto [...] Es graciosa la idea de pintar en la primera plana del códice la letra A, y en la ultima la Ω [...] El dibujo adjunto hará ver lo que la cosa es y el carácter de este ms. (a), que por de contado pertenece al año de Cristo 975 [...] (VILLANUEVA, 1850 b, p. 118-119).

Pese a que Villanueva Astengo señala la gran cantidad de miniaturas que este códice posee (MENTRÉ, 1976, p. 42), las ve como “reflejos” del texto. Su obra incorpora un dibujo a mano alzada de una inicial del folio 20 verso del Beato de Girona, lo que demuestra la necesidad de comenzar a hacer un registro de las formas.

Aunque la fauna no es un punto de interés en esta época, el discurso historiográfico artístico empieza a incorporar un importante carácter valorativo hacia la imagen en términos de experticia o rusticidad, de belleza o fealdad. Estos juicios de valor responden a un pensamiento positivista y evolucionista decimonónico de raigambre comtiana cuya tradición junto a la de pensar las miniaturas como reflejos de los significados del texto, proliferó sobremanera en los estudios sobre los Beatos, incluso hasta avanzado el siglo XX. La teoría estética de Hipólito Taine de gran impacto en la historiografía de fines del siglo XIX piensa las manifestaciones artísticas a partir de causas condicionadas por sus contextos de producción. Descubrir leyes resultó una solución ideal para comprender las cuestiones artísticas (TAINÉ, 1917, v. 1, p.48). Las imágenes son analizadas desde el inductivismo, la predictibilidad y el determinismo, en base a la “visión de época” y a las nociones de progreso, raza, medio y nación.¹⁰

Emerge el ímpetu por catalogar, en especial los Beatos que formaban parte de colecciones francesas a raíz del notorio fenómeno de compra y venta de manuscritos de fines del siglo XIX.¹¹ El librero Antoine Bachelin- Deflorenne se ocupa de realizar

⁹ Beato de Girona. Girona, Museu de la Catedral de Girona. Num. Inv. 7 (11). (975). Procedencia: León, Tábara (?).

¹⁰ La teoría de Taine se cierce sobre marcados aspectos positivistas vinculados al relativismo y a una permanente contextualización geográfico-cultural de los fenómenos en tantos fundamentos de determinación (AULLÓN DE HARO, 1998, p. 265).

¹¹ Otro ejemplo por fuera de los Beatos es el manuscrito sobre las *Etimologías* isidorianas (París, Bibliothèque Nationale de France, N.A.L. 2169) realizado en Silos a fines del siglo XI, el cual fue vendido

gran cantidad de catálogos basados en la venta de libros antiguos desde la década de 1860. En esos años, escribe un catálogo descriptivo de las miniaturas del Beato de Manchester¹² (BACHELIN-DEFLORENNE, 1869), donde realiza uno de los primeros esbozos descriptivos sobre los principales motivos iconográficos del códice. Admira las miniaturas al recordarle la tradición artística grecorromana (BACHELIN-DEFLORENNE, 1869, p. 2) y dentro de sus observaciones sobre cada tópico iconográfico general en paralelo al texto, nombra a ciertos animales que aparecen en ellos. El mismo relato apocalíptico y el *Comentario* de Beato guían su esporádica mención de las especies animales. Nombra al Cordero, carneros, caprinos, bueyes, zorra, leones e híbridos leoninos, al tetramorfo, bueyes, caballos, bestias, dragones, serpientes, escorpiones, aves y peces. En su obra, reproduce el águila y la serpiente mediante un grafismo detallado, así como la zorra y el gallo (BACHELIN-DEFLORENNE, 1869, p. 2, 6-9, 13-16, 18, 20-29, 31, 33, 35, 39, 40). No obstante, examina las miniaturas haciendo juicios de valor, que subrayan la maestría y la contundencia estética de los diseños: refiere a dibujos zoomorfos enérgicos, admirables, bellos y magníficos, entre otras características (BACHELIN-DEFLORENNE, 1869, p. 22, 23, 26).

Bachelin- Deflorenne ejecuta en 1878 otro catálogo de libros raros y de manuscritos de los siglos IX a XVIII (BACHELIN-DEFLORENNE, 1878). Aunque allí no incorpora a a ningún Beato, destaca las iniciales zoomorfas entrelazadas y las cabezas de animales fantásticas y bellas de otros manuscritos (BACHELIN-DEFLORENNE, 1878, p. 16, 17, 19). Empero, el tópico de la representación de animales empieza a adquirir poco a poco una cierta relevancia en los catálogos y en los estudios de la época.

A fines del siglo XIX, el bibliófilo e historiador Leopold Delisle adquiere manuscritos hispánicos medievales para nutrir las colecciones de la Bibliothèque nationale de France (LACOMBE, 1902; MENTRÉ, 1994, p.25). En *Mélanges de Paléographie et de Bibliographie* de 1880, basándose en las catalogaciones de Firmin-Didot (1870), insiste en los Beatos pertenecientes al patrimonio de dicha biblioteca (DELISLE, 1880, p. 117-148). Del Beato de Navarra¹³ realiza un cotejo de cada *titulus* con la edición del Padre Flórez y enuncia los motivos iconográficos principales de sus miniaturas. Da cuenta de

en Madrid en 1877 y Bachelin- Deflorenne lo adquiere en París en 1878. En 1891, pasa a formar parte de las colecciones de la Bibliothèque nationale de France al ser comprado por Leopold Delisle (HUGLO, 2007, p. 77).

¹² Beato de Manchester (también denominado Beato de Rylands). Manchester, John Rylands University Library. Ms. lat. 8. (ca. 1175). Procedencia: Área de Burgos, San Pedro de la Cardeña (?). Hacia 1870, el códice fue comprado por el comerciante de libros Ambroise Firmin-Didot y luego revendido a Inglaterra, su actual destino de conservación (BACHELIN- DEFLORENNE, 1879, v. 2, p. 27).

¹³ Beato de Navarra. París, Bibliothèque Nationale de France. Ms. Nouv. Acq, lat. 1366 (Finales del siglo XII). Procedencia: Navarra.

ciertas figuras zoomorfas en el marco de estas descripciones acotadas: del tetramorfo, los caballos-langostas con cabezas leoninas, el Cordero y las bestias apocalípticas (DELISLE, 1880, p. 121-122). Aunque reconoce que las miniaturas son la principal virtud del manuscrito, aludiendo también alude al Beato de Saint-Sever,¹⁴ señala que tienen un estilo grosero y tosco.

Delisle alterna la referencia a las miniaturas incorporando las frases latinas de las imágenes con explicaciones para las que no poseen una y reincide en nombrar a las bestias y al dragón en su lucha contra el Cordero, a las aves como almas de Dios, al tetramorfo y al carnero contra el macho cabrío (DELISLE, 1880, p. 139, 141-143). La gran inicial Alfa del folio 14 recto del Beato de Saint-Sever es descrita señalando algunos de los animales que aparecen en ella tales como el mono y el zorro, aunque no da cuenta del par de aves zancudas que la rematan (DELISLE, 1880, p. 139, 146). Asimismo, utiliza la denominación genérica "bestias" sin entrar en la identidad particular de cada ser zoomorfo del folio 198 recto del mismo código gasconés, motivo que no guarda relación directa con el texto. Refiere también al combate entre un león y una oveja presente en el folio 183 verso (DELISLE, 1880, p. 142), dando cuenta de la intención de reconocer y nombrar determinados animales que exceden la iconografía estandarizada de la serie codicológica.

Al ser director del Departamento de Manuscritos de la Bibliothèque nationale,¹⁵ desarrolla un catálogo de los códices integrados en las colecciones de la biblioteca a partir de las adquisiciones realizadas entre 1875 y 1891 (DELISLE, 1891). Es un estudio preliminar para efectuar un inventario, por lo que no establece ningún tipo de mención a la fauna de los Beatos, aunque plantea su gran admiración por dos de estos códices incorporados a la Bibliothèque: el Beato de Navarra y el de San Andrés de Arroyo¹⁶ (DELISLE, 1891, p. V, XLIV).

Esta efusión en la compra y venta de códices iluminados medievales entre Francia y España debe ser comprendida en el marco del contexto decimonónico de reafirmación de las identidades y del patrimonio material, en continuidad con la ideología de las Exposiciones Universales (PINOT DE VILLECHENON, 1992). En 1892 se celebran en

¹⁴ Beato de Saint-Sever. París, Bibliothèque Nationale de France. Ms. lat. 8878. (Mediados del siglo XI). Procedencia: Saint-Sever-sur- L'Ardour.

¹⁵ Su interés por la importancia de la conservación de los códices en tanto documentos históricos, lo impulsó a crear diferentes obras (DELISLE, 1856; 1868-1881; 1871; 1884; 1891; 1911).

¹⁶ Beato de San Andrés de Arroyo. París, Bibliothèque Nationale de France. Ms. nouv. Acq. Lat. 2290; New York, B.H. Breslauer Collection (Von Hirsch Coll.). (ca. 1220-1235). Procedencia: Área de Burgos, San Pedro de la Cardeña (?).

España los festejos del IV Centenario del descubrimiento de América y se ofrecen dos muestras acogidas en el Palacio de Museos y Bibliotecas Nacionales (LAYUNO, 2004, p. 253-263): la Exposición Histórico-Americana y la Exposición Histórico-Europea (FITA i COLOMÉ, 1892). Esta última ocupa veintisiete salas de la planta alta en la que se exhiben objetos artísticos, arqueológicos y documentos escritos (SARRÍA RUEDA, 1992, p. 182-184). Además de exponerse un significativo material codicológico hispánico de los siglos XIV a XVII, son expuestos algunos Beatos como piezas paradigmáticas de la identidad nacional,¹⁷ como el Beato de Girona, el del Burgo de Osma¹⁸ y el de Fernando I y Sancha (MENTRÉ, 1976, p. 43). La exposición se dividió en una sección extranjera, otra eclesiástica, otra destinada a museos, archivos y bibliotecas, otra perteneciente a la Casa Real y otra a colecciones privadas (MURO MARTÍN-CORRAL, s/d, p. 7). Al proceder de colecciones catedralicias y eclesiásticas hispánicas, estos manuscritos fueron exhibidos entre las salas V a IX (EXPOSICIÓN HISTÓRICO-EUROPEA, 1893). Mostrar al público el patrimonio español significaba resaltar su valor en el proceso de construcción de la identidad nacional (LAÍN ENTRALGO, 2005a, p. 34).

Fernand Mazerolle, archivista y paleógrafo de la *École des Chartes* (MENTRÉ, 1994, p. 25; LE GENTILHOMME, 1943, p. 391) escribe en la *Gazette des Beaux-Arts* de 1893 una reseña tripartita sobre esta exposición madrileña. Al los manuscritos exhibidos omite a los Beatos más allá de que alega el envío de importantes códices de la Biblioteca Nacional, de la Biblioteca de El Escorial y de la Biblioteca de la Universidad de Madrid (MAZEROLLE, 1893, Premier article, p. 46).

Por otro lado, el conservador de arte Paul Durrieu ofrece un apartado sobre códices oriundos de la España medieval en el marco de un estudio general de 1893. Haciendo hincapié en la importancia de las imágenes, refiere a la figura del jinete con la serpiente del Beato de Girona (folio 134 verso) indicando que dista mucho de la caballería medieval, ya que la manera de montar el caballo es árabe (DURRIEU, 1893, p. 288). Es menester repensar estas ideas en el contexto de la visión mistificadora de la Edad Media que el siglo XIX venía edificando, con especial atención en el tema de la caballería y, en el caso de España, en los influjos de lo musulmán en su encrucijada con lo "hispánico". El siglo XIX fue semilla fértil para la construcción de arquetipos, modos de denominar, categorizar y caratular conceptos que decantaron una y otra vez en la posterior historiografía sobre los Beatos. Estos aspectos de tinte positivista

¹⁷ Piezas de las colecciones del Patrimonio Nacional que figuraron en las exposiciones de los años 1888, 1892 y 1929 (REALES SITIOS: REVISTA DEL PATRIMONIO NACIONAL, 1992, p. 36-39).

¹⁸ Beato de Osma. Burgo de Osma, Cabildo de la Catedral. (1086). Procedencia: Sahagún.

y nacionalista, pueden reconocerse incluso cuando refiere al Códex Emilianensis de El Escorial, de ejecución artística “cercana a la barbarie” (DURRIEU, 1893, p. 291).

En sintonía con estos lineamientos, el director de la Escuela Sevillana de Bellas Artes, Claudio Boutelou y Soldevilla realiza estudios sobre la miniatura hispánica del siglo X al XIX difundidos en una publicación póstuma de 1906. Refiere al Beato de San Millán de la Cogolla y cuando no sabe cómo definir con certeza qué especie animal está representada, utiliza la palabra genérica *bichos*. Para contrarrestar tal ambigüedad (que al mismo tiempo le es casi irresoluble) busca determinar a qué partes de animales se asemejan los cuerpos de los extraños especímenes. En la miniatura del folio 149 recto, describe a los animales plasmados en su marco pintado como *bichos cuadrúpedos* con cuerpo de culebra y cabeza de lobo, rodeados por bolas, para luego aludir al motivo central de caballos montados por guerreros. Este último aspecto es subrayado en contraste con las figuras zoomorfas de los costados (BOUTELOU Y SODEVILLA, 1906, p. 3-4). Si bien este artículo presenta apreciaciones de marcado sesgo positivista, involucra dos grandes aportes: por un lado, el intento de buscar categorías alternativas para empezar a identificar y ordenar la heterogeneidad de especies animales en los Beatos y, por el otro, un creciente interés por la iconografía animal en otros manuscritos coetáneos. Así, determinadas apreciaciones y juicios de valor sobre lo zoomorfo genérico tiñen los discursos historiográficos franceses y españoles del siglo XIX sobre los Beatos.

Los inicios del siglo XX: entre herencias decimonónicas y el peso del Formalismo

Catálogos, exposiciones, registros

Los inicios de siglo XX no se distancian demasiado del afán descriptivo y coleccionista decimonónico.¹⁹ Timoteo Rojo Orcajo dedicado al patrimonio de la Catedral de Burgo de Osma, refiere en su catálogo al Beato homónimo, indicando la existencia de setenta miniaturas. Sólo nombra ciertos animales porque el tema iconográfico lo requiere -como la *mulier super bestiam* del folio 40 verso- o porque no están explicados en el texto y busca asociar a ciertos prototipos de fauna, como las alfas unidas del folio 1 recto con “[...] variedad de entrelazos y figuras caprichosas de perros y dragones” (ROJO ORCAJO, 1929, p. 22). En un anexo de láminas, procura describir las formas y colores de las figuras, así como los folios donde están situadas y sus *tituli*, intentando clasificar

¹⁹ En esta época se realiza una nueva edición del texto del *Comentario* (RAMSAY, 1902a, 1902b).

los zoomorfismos. Sobre el folio 43 verso, con el motivo de la mujer sobre la bestia, refiere a la bestia como a una “[...] figura como de tigre, piel de tono azulado oscuro, con negras y rojas líneas, larga cola con cabeza de serpiente enfilada hacia la mujer, desgarrada la boca, largas y tendidas crines y en actitud de galopar” (ROJO ORCAJO, 1930, p. 41).

En las primeras décadas del siglo XX se siguen celebrando grandes exhibiciones para seguir revitalizando el estatuto histórico y artístico de objetos de un pasado que se piensa remoto pero fundante para las raíces nacionales hispánicas. Se potencia el intento de fusionar el pasado con el presente, la tradición con la modernidad. Es el caso de la Exposición de Códices Miniados Españoles organizada por la Sociedad Española de Amigos del Arte que tuvo lugar en Madrid en 1924 (MENTRÉ, 1994, p. 26-27), sobre la que se publica un catálogo o guía general escrita por Pedro M. de Artiñano y Galdácano. En esta, se pone en relieve el colorido, la composición, la forma y originalidad de los Beatos (ARTIÑANO Y GALDÁCANO, 1924, p. 6-7). Remarca las influencias árabes en los ejemplares más tempranos y la impronta románica en los más tardíos. Siete Beatos aparecen en el listado del catálogo: el de Valladolid, el de Tábara,²⁰ el Emilianense, el de San Millán de la Cogolla, el de Fernando I y Sancha, el de Osma y el de Cardeña.²¹ Del último se expuso “[...] un folio, con miniatura a página entera, que representa el Cordero místico y coro de santos” (ARTIÑANO Y GALDÁCANO, 1924, p. 12-15, 17). No hay más alusiones a elementos animalísticos, aunque sí de otros códices, como de la Biblia de 920 del Archivo Catedralicio de León, con “[...] Iniciales, laberintos, arquerías y figuras humanas y animales”; del *Liber Commicus* del siglo X de la Real Academia de la Historia con “[...] Iniciales con figuras humanas, animales y lacería” y del *Paulo Osorio: Adversus Paganos* de los siglos XI-XII de la Biblioteca Nacional de España, con “Iniciales con monstruos y lazos (ARTIÑANO Y GALDÁCANO, 1924, p. 11, 15). Pese a que crece el interés por las formas animales, estos son casi ignorados en las breves descripciones sobre los Beatos en los catálogos.

Jesús Domínguez Bordona realiza un segundo catálogo retrospectivo de la exposición en 1929, con ochenta y cinco reproducciones de miniaturas. Dieciocho son dedicadas a iluminaciones de los Beatos y diez contienen animales: el Cordero con el tetramorfo, caballos, roleos con cuadrúpedos y aves, y la bestia que surge del abismo (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1929, Láminas 5, 15, 37; 18, 23; 6, 8, 22; 16, 7).

²⁰ Beato de Tábara. Madrid, Archivo Histórico Nacional. Cod. 1097B. (970). Procedencia: San Salvador de Tábara.

²¹ Beato de Cardeña. Madrid, Museo Arqueológico Nacional. Ms. 2.; New York, Metropolitan Museum of Art, París, Coll. Vasselot; Madrid, Coll. Francisco de Zabálburu y Basabe; Girona, Museu d' Art de Girona, Num. Inv. 47. (ca. 1180). Procedencia: Castilla (?), San Pedro de la Cardeña (?).

Mostrar las colecciones de manuscritos nacionales era un evento importante, pero la crítica contemporánea era la que, al fin y al cabo, alentaba la visita a estos espacios de exhibición. Ángel Sánchez Rivero redacta para la *Revista de Occidente* un artículo en el que resume los aspectos más relevantes de la exposición madrileña (SÁNCHEZ RIVERO, 1924). Relaciona a los Beatos con el cubismo y el expresionismo alemán por el uso de colores, líneas y formas sintéticas que resumían lo “trascendental” tal como lo había hecho el arte medieval, en especial el románico (SÁNCHEZ RIVERO, 1924, p. 91-92). Hace un parangón entre las imágenes de los Beatos y las vanguardias (MENTRÉ, 1994, p. 27), atribuyéndoles un espíritu “actual” con desnudos parecidos a los de Henri Matisse y con franjas cromáticas parecidas a la paleta de Paul Gauguin. Empero, los animales no son el centro de sus reflexiones. Sólo nombra a ciertos seres quiméricos cuyos cuerpos curvos construyen arcos de medio punto y de herradura en el *Libro de los Testamentos* de la Catedral de Oviedo, también expuesto en esa ocasión (SÁNCHEZ RIVERO, 1924, p. 94, 99).

Ideas similares siguieron desarrollándose durante todo el siglo XX. En la década de los '50, el medievalista Francisco García Romo publica en *Clavileño* una nota sobre los Beatos y el cubismo (GARCÍA ROMO, 1955). Esta revista pertenecía a la Asociación Internacional de Hispanismo, por lo que el interés aquí está puesto en enfatizar las raíces ibéricas de dos tendencias artísticas que, aunque separadas por siglos, formaban parte fundante de la identidad nacional:²²

aprovechemos el estímulo para tratar de modernos y medievales siempre vivos, cuyas paralelas actitudes artísticas se revalidan mutuamente: se trata de establecer un parangón entre el cubismo sintético de Pablo Picasso y las “obras próceres” de la pintura y miniatura prerrománica y románica hispana; tradiciones ambas revolucionarias, aunque suene a paradoja (GARCÍA ROMO, 1955, p. 27-28).

Además de elogiar al Beato de Silos,²³ introduce una explícita referencia a las representaciones monstruosas. Los animales del Arca de Noé del Beato de Valladolid y representaciones de Francisco de Goya y Pablo Picasso son pensados como portadores

²² Bajo esta misma intención nacionalista, Gonzalo Menéndez Pidal refería a la miniatura hispánica como poseedora de un genuino “carácter español” extensible a las representaciones modernas (MENÉNDEZ PIDAL, 1958).

²³ Beato de Silos. Londres, The British Library. Ms. Add. 11695. (Escritura terminada en 1091; miniaturas terminadas en 1109). Procedencia: Santo Domingo de Silos.

de distorsiones formales. Seres mixtos son comparados inclusive desde las imágenes incorporadas en las páginas del artículo:

'El gato y el pájaro' de 1939; 'Naturaleza muerta con paloma', de 1942 [...]; la 'Gallina' y el 'Gallo con cesta de mimbre' [...] de 1950 (cat. Exp. de Milán, num. 82, 144 y 145) [...] figurarán por derecho propio al lado del 'Arca de Noé', del Beato de Valladolid [...] de 970 (GARCÍA ROMO, 1955, p. 32).

Los animales son recuperados desde su faceta deformada y heterogénea, pues la capacidad de metamorfosis románica es lo que parece unirlos con las formas picassianas (GARCÍA ROMO, 1955, p. 33). Estas conexiones entre la iconografía medieval de los Beatos y el arte de vanguardia fueron con posterioridad retomados incluso al estudiar cómo Picasso se inspiró en las miniaturas del Beato de Saint-Sever para realizar ciertas figuras de su *Guernica*.²⁴

De formas y estilos

Esta época también inaugura la incidencia del Formalismo. Aunque en un principio surgió como una reacción antipositivista, el análisis formal fue la clave para identificar los estilos. Si bien en teoría promovía abandonar aspectos positivistas ligados al determinismo del medio, esta tendencia mantuvo muchas de sus prerrogativas al pretender buscar leyes y condicionantes. Sus postulados también adquirieron un cierto tono romántico al sostener la idea de que el espíritu está en las formas y no por fuerza en el tema. Heinrich Wölfflin en *Conceptos fundamentales de Historia del Arte* publicada en 1915 indicó que las evoluciones artísticas, aunque no mecánicas sino transformadoras, hacen que los estilos dependan de la escuela, el país y la raza. Su objetivo consistió en comprender la "evolución" del modo de ver occidental en base a condicionantes partiendo desde una concepción táctil o plástica (lineal) a otra óptico - pictórica a través de pares polares (WÖLFFLIN, 1999, p. 29, 39-41). Tras una revisión de sus escritos, elabora en 1941 *Reflexiones sobre la Historia del Arte*, en donde reafirma la evolución interna de las formas más allá del entorno social y del artista, pasando por diversos períodos: "[...] el Gótico francés o el Renacimiento italiano tienen una etapa primitiva, una etapa de madurez y una etapa tardía [...] [y] tendencias comunes" (WÖLFFLIN, 1988, p. 15). Refiere así a una tendencia general del espíritu, del ojo, de la forma como condición determinante de la producción plástica

²⁴ (BATAIILE, 1929; KLEIN; WERCKMEISTER, 2012; HENRIET, 2016).

y evolutiva de una época (WÖLFFLIN, 1988, p. 18). Este posicionamiento teleológico terminó por fortalecer los postulados positivistas.

Alois Riegl estudia las formas de objetos e imágenes marginadas hasta el momento por la historiografía, como los mosaicos del Bajo Imperio romano, la orfebrería e incluso ciertos libros iluminados. Su libro *El arte industrial tardorromano* tuvo gran repercusión desde la publicación de su primera parte en 1901 hasta su ampliación en 1923, bajo el título *Arte industrial de la Alta Edad Media*. Pese a ir contra el estricto determinismo taineano, Riegl reincide en intentar hallar leyes que determinaran el devenir las formas a través de la voluntad artística o *Kustwollen* de cada pueblo y época (RIEGL, 1992, p. 20). Tales concepciones muy vinculadas a la Viena Secesionista aunque fieles a las prototípicas ideas decimonónicas,²⁵ junto con las de Wölfflin implicaron, no obstante, una importante reconsideración del problema de la mirada desde el análisis cultural y formal.

Mientras tanto, en España resonaban los ecos de la *Generación del' 98*. Figuras como Manuel Reina, Salvador Rueda, Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet, Pío Baroja y Nessi y Antonio Machado entre otros, conformaron el movimiento noventayochista, que entroncado con el modernismo, surgió en el contexto de las guerras de España contra las Antillas y las islas Filipinas (GARCÍA VELAZCO, 1999; RULL FERNÁNDEZ, 1984, p. 30-31). En este panorama, además de la apertura hacia las vanguardias, se enfatiza la mirada introspectiva hacia el alma hispánica. Como aseguraba Unamuno en Ensayos I hacia 1895: "España -escribe- está por descubrir y sólo la descubrirán españoles europeizados. Se ignora el paisaje, el paisanaje y la vida toda de nuestro pueblo" (*apud* LAÍN ENTRALGO, 2005b, p. 36). En este propósito de reafirmar la cultura e identidad españolas (ABELLÁN, 1989, p. 34), se defiende el retorno a los pueblos y a sus producciones oriundas. Diversos pintores, entre ellos Joaquín Sorolla, retoman en sus telas a ciudades históricas del interior de España, en especial castellanas (PENA, 2017, p. 93, 96), plasmando sus paisajes, iglesias y monumentos con una mirada de añoranza al pasado medieval local (MENÉNDEZ ROBLES; DÍAZ PENA, 2015, p. 149). El registro de documentación visual sobre las obras y edificios medievales del interior de España también estuvo impulsada por impulsada por la difusión de la serie de *Monumentos de España* (PENA, 2017, p. 96). Los *Catálogos Monumentales de España* de Manuel Gómez -Moreno, estudioso de la miniatura altomedieval y de los Beatos, concuerdan con estos intentos de recuperación del pasado medieval ibérico. A raíz de estas tendencias

²⁵ Alois Riegl, siguió relacionando el arte del pasado con problemáticas ligadas al arte moderno de su tiempo: "El fondo dorado de los mosaicos bizantinos que, por el contrario, excluye normalmente el segundo plano y por tanto parece en principio un retroceso, no es ya el plano de fondo sino un fondo espacial ideal [...] La antigüedad sólo conoció la unidad y lo infinito en el plano, mientras que el arte moderno busca ambas cosas en la profundidad del espacio" (RIEGL, 1992, p. 23).

formalistas, comenzaron a ser definidos diferentes repertorios aplicados a los Beatos en los que se encontraron rasgos visigodos, “mozárabes”, herencias bizantinas, persas, coptas, carolingias, románicas y góticas (CONSIGLIERI, 2016).

Estos lineamientos de análisis fueron continuados tanto en las obras de Gómez-Moreno como en las de Jesús Domínguez Bordona. Los estudios realizados por Gómez-Moreno estuvieron ligados a las corrientes decimonónicas vistas (MENTRÉ, 1994, p. 96) y su desarrollo académico a la *Generación del 98* (BARBÉ-COQUELIN DE LISLE, 1975; GÓMEZ-MORENO, 1951a; 1952). De la misma manera que Ganivet o Unamuno pretendían rescatar el espíritu de lo español, Gómez-Moreno buscó estudiar las manifestaciones artísticas nacionales (MENTRÉ, 1994, p. 26; GÓMEZ-MORENO, 1926). Hacia 1900, como resultado de diversos viajes al interior, confecciona sus *Catálogos Monumentales de España*: completos inventarios del patrimonio material de zonas geográficas emblemáticas como León, Zamora, Salamanca y Ávila (GÓMEZ-MORENO, 1925-1926; 1927; 1967; 1983). Estos compendios fueron organizados de manera temática según los periodos primitivo, romano y godo; visigótico y mozárabe; musulmán y judaico; románico, gótico y renacentista. Sin bien estos no se detienen más que en esporádicas menciones de los Beatos, muestran su interés por descifrar a través de sus formas animales y monstruos, inclusive en otros objetos y obras medievales (CONSIGLIERI, 2016).

En el Catálogo destinado a León, al referirse al Antifonario leonés,²⁶ da cuenta de un calendario con arcos de herradura representados junto con el tetramorfo, además de aves y follajes diversos, aunque asegura que su importancia artística es “inferior” al *Beato* y a las *Horas* de Fernando I.²⁷ Incluye a este códice dentro del estilo “mozárabe”, aunque indica que éste adopta un “[...] bárbaro naturalismo tan sincero como trivial, para la representación de escenas” (GÓMEZ-MORENO, 1925-1926, p. 157). Al nombrar a la Biblia leonesa de 920²⁸ aduce que se inicia con Cristo en Majestad con los símbolos de los Evangelistas, dentro de medallas y orlas al igual que en el *Beato* de San Millán de la Cogolla. Aquí los Beatos y sus animales no son mencionados más que en comparaciones ocasionales. No obstante, describe figuras animales en monumentos y objetos coetáneos. Al referir al arte musulmán en tierras leonesas y a tejidos bagdadís, cita un fragmento decorado a partir de círculos con elefantes, leones y otros animales acompañados de leyendas cúficas. También dentro del románico, alude a capiteles y

²⁶ Antifonario (num. 8). León, Archivo catedralicio de León.

²⁷ También conocido como Diurnal de Fernando I y Sancha. Ms. 609 (Res. 1), Santiago de Compostela, Biblioteca Xeral Universitaria, León, (1055).

²⁸ Biblia de 920, León, Archivo Catedralicio de León, Ms.6.

modillones con extraños monstruos, diablos y animales de diferente tipología y forma (GÓMEZ-MORENO, 1925-1926, p. 158, 166, 188).

Dentro de sus *Catálogos Monumentales* sobre el territorio castellano, en el de Ávila escrito hacia 1901, se detiene en la arquitectura y en las manifestaciones zoomorfas de capiteles. Ubica en las proximidades del pórtico de la Iglesia de San Martín de Arévalo, capiteles del siglo XII con aves con cabeza humana, monstruos, leones y animales músicos, realizando una gran cantidad de bosquejos con capiteles zoomorfos (GÓMEZ-MORENO, 1983, p. 233).

Hacia 1889 se interesa por los monumentos romanos y visigodos de Granada y por el impacto de la cultura árabe en las formas ibéricas (GÓMEZ-MORENO, 1988). En 1919 estudia la arquitectura de iglesias mozárabes de los siglos IX a XI e incluye esquemas gráficos de pájaros, peces y cuadrúpedos al tratar algunos manuscritos procedentes de Toledo y de San Millán de la Cogolla, pues asegura que “[...] su parte decorativa parece de tipo siríaco o armenio [...] y las constituyen, a más de adornos vegetales, trenzas, etc., letras capitales estructuradas con seres zoomorfos -liebre, gallo, pavón, cigüeña, peces, culebras [...]” (GÓMEZ-MORENO, 1975, p. 359). Lo copto, lo bizantino y lo mesopotámico tiene, según el estudioso, una fuerte impronta formal en estos diseños. Sin embargo, aunque no refiere en particular a los animales en los Beatos más tempranos, sólo menciona al Beato Morgan²⁹ y al Beato de Fernando I y Sancha del siglo XI, momento que dio paso a la confección del de Osma y Silos (GÓMEZ-MORENO, 1975, p. 363). En el sector destinado a las láminas que ilustran visiones apocalípticas de códices castellanos, incluye dos reproducciones de Beatos en donde hay figuras zoomorfas (la bestia y la mujer y los caballos apocalípticos), lo que dejaría entrever el papel central de las figuras animales de la serie como figuras emblemáticas del Apocalipsis (GÓMEZ-MORENO, 1975, Lámina CXXX). En su contribución en *Ars Hispaniae*, se detiene en mayor medida en los Beatos y en el protagonismo de Maius: “[...] nos sorprende con un sentido de movimiento en figuras de animales [...] y su fantasía le inspiró un mundo decorativo con montes, árboles, ciudades, fieras, monstruos, etc. cuya emoción acentúa el colorido [...]” (GÓMEZ-MORENO, 1951b, p. 399). Así, observamos cómo comienza a colarse en el discurso historiográfico el tema de lo “fantástico” como elemento conductor de la imaginación del miniaturista. Gómez-Moreno hace una referencia (no sin cierto aire evolucionista) a la miniatura de los Beatos como a una de las cumbres de la invención humana, aunque aclarando: “a despecho de perfecciones” (GÓMEZ-MORENO, 1951b, p. 399). También recalca la influencia estilística que tuvo el arte de

²⁹ Beato Morgan. New York, Pierpont Morgan Library. Ms. M. 644. (ca. 940-945). Procedencia: Tábara (?) para San Miguel de Escalada.

Maius en otros ejemplares como en el Beato de Valladolid portador de “[...] encintados entre animales y follajes al natural” (GÓMEZ-MORENO, 1951b, p. 406).

Es en *El Arte románico español: esquema de un libro* donde busca mostrar los cambios en la imagen románica española del siglo XI en claros términos de “evolución” (GÓMEZ-MORENO, 1934, p. 141-148). Cada manifestación visual es pensada a partir de las ideas de un medio que condiciona y determina las producciones visuales según las polaridades de atraso y progreso (CONSIGLIERI, 2016). Gómez-Moreno fusiona aquí elementos formalistas wölfflianos en su intento de captar una voluntad artística colectiva epocal pretendiendo construir verdaderos repertorios de fórmulas iconográficas sustentadas en estilos y procedencias formales. Considera a las miniaturas como “artes menores” y nombra a algunos Beatos con escuetas alusiones a su fauna. Señala relaciones con elementos bizantinos, carolingios, otonianos, con Cluny y hasta con la escuela de Winchester. Asimismo, compara la gran inicial Alfa del Diurnal de Sancha con la del Beato de Fernando I y Sancha (folio 6 recto) y sus cuadrúpedos, donde el miniaturista bajo una marcada tendencia bizantinista, “[...] supo disponer sus figurillas y animales con viveza y espontaneidad bien meritorias” (GÓMEZ MORENO, 1934, p. 16). Establece paralelismos entre los folios del Alfa y el motivo del águila y la serpiente del Beato de Saint- Sever (folio 13 recto) y del de Girona (folio 18 verso). Del Beato de Osma, sostiene que: “sus decoraciones, magnificas, llevan entrelazos de varetas con brotes de hojas menudas y perros entremedias revueltos” (GÓMEZ MORENO, 1934, p. 18-19).

En línea con estos posicionamientos, Gonzalo Menéndez Pidal focaliza sus investigaciones en los *scriptoria* y bibliotecas monásticas, así como en las relaciones entre “mozárabes” y asturianos (1954). En 1958, se publica uno de sus discursos con contestaciones de Gómez-Moreno impartido en la Real Academia de la Historia, en donde este había revisado las influencias africanas, visigodas y “mozárabes” en las miniaturas de códices españoles altomedievales. Bajo esta óptica, bordea algunas cuestiones iconográficas de animales presentes en ciertos Beatos, como los “estadios evolutivos” de las lacerías zoomorfas, con raíces sármatas, escandinavas e irlandesas, el motivo de Daniel en el foso de los leones y el del pájaro oriental Simurg en relación con aspectos persa-sasánidas (MENÉNDEZ PIDAL, 1958, p. 19-21, 24-28, 31-33).

Por su parte, Jesús Domínguez Bordona también se interesa en los Beatos, mencionándolos en sus estudios y catálogos de iluminaciones hispánicas. Además de su intervención con reproducciones de motivos zoomorfos en el mencionado *Catálogo sobre la Exposición de códices de 1929*, en ese mismo compendio ubicó diferentes códices según su “pertenencia” estilística: visigótica; mozárabe (códices del siglo VIII al IX, dentro de los que nombra a los Beatos); miniatura catalana anterior al siglo XIII; románico (Beatos

de los siglos XII y XIII); gótico y miniatura castellana del siglo XV. Reincide en hablar en términos de copias e influencias, procedencias, tipos y modelos (CONSIGLIERI, 2016). Introduce juicios de valor de reminiscencia decimonónica cuando refiere a las iluminaciones de los Beatos de los siglos X y XI con fuertes rasgos "orientalistas", con dibujos de "ruda espontaneidad" y con tintas aplicadas por "voluntad o por impericia" de los miniaturistas, de manera plana o con matizaciones" (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1929, p. 20). Resulta interesante que al inicio de cada apartado, es ubicado un esquema gráfico zoomorfo intentando aludir a diseños de raíz visigoda, aunque sin especificar su origen. En la parte destinada al arte "mozárabe" refiere a motivos zoomorfos en letras iniciales, en obras leonesas a las páginas alegóricas con los Evangelistas, y a la presencia de "animales fantásticos" en manuscritos del *scriptorium* de San Millán de la Cogolla y de San Pedro de la Cardeña: seres de actitudes violentas, perfiles sinuosos, cuerpos planimétricos y con corazones dibujados en las nalgas. Aunque también realiza listados sobre motivos iconográficos generales presentes en ciertos Beatos, no analiza con especificidad los animales. Al referir al miniaturista Maius incluye la iluminación del Beato Morgan en donde se representan las langostas apocalípticas para aludir al diseño de: "[...] personajes terribles, con mirar torcido y loco, saltándose de sus órbitas los ojos [...] Los Beatos arrastran hacia un mundo misterioso, inquietante, lleno de horrores y de amenazas [...]" (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1929, p. 14-16, 21). Sobre el Beato de Osma cita como una curiosidad en el motivo del Alfa y el Omega (folios 1 recto y 163 recto), el diseño de un rombo y un rectángulo con monstruos aludiendo a la posible influencia de diseños ornamentales caninos provenientes de la Abadía de Montecassino (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1929, p. 33).

La miniatura española de 1932 es una recapitulación de estos mismos tópicos tratados en el Catálogo de 1929. Conserva la organización de los capítulos estructurados por épocas y estilos, partiendo del período visigodo y concluyendo en el siglo XVI. Al referirse a calígrafos y miniaturistas aragoneses del XII, destaca diseños de fauna y flora de remembranza francesa, motivos vegetales y monstruos en las letras capitales, así como la influencia del estilo casinense en los *scriptoria* de Silos y Osma. La ausencia de otras menciones sobre la parte zoomorfa de nuestros códices se compensa con una mayor cantidad de láminas que contienen animales, aunque sin ninguna referencia especial (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1930, T.I., p. 38, 7-15). Incluye figuraciones del Cordero y el tetramorfo en el Beato de Girona, de Valladolid y de Cardeña; de pájaros, zorras y bueyes en el Beato de Girona, del Escorial,³⁰ de Fernando I y Sancha y de Silos; bestias en los códices de Valladolid, de Fernando I y Sancha, de Navarra y de San

³⁰ Beato del Escorial. Escorial, Biblioteca del Real Monasterio. Cod. &. II. 5. (ca. 1000). Procedencia: San Millán de la Cogolla.

Andrés de Arroyo; de caballos en los ejemplares de Osma, Lorvão³¹ y Arroyo; del Arca de Noé en el Beato de Valladolid y de animales en roleos y cabecillas zoomorfas en el Beato de Silos y una vez más en el ejemplar leonés de 1047. También cita la animales sin alusión directa al texto en los Beatos de Girona y de Silos: liebres o conejos, grifos, un ave rapaz sujetando un ciervo y un león cazando a un cuadrúpedo.³² Muchas láminas incorporadas al libro tienen reproducciones de miniaturas zoomorfas, lo que mostraría que su visualización parece ser atractiva, aunque no parece merecer, al momento, estudios específicos profundos.

El arte de la miniatura española no es sino un breve resumen de las obras examinadas, en el cual se insiste sobre la importancia histórica y artística de la serie. Entre las miniaturas iniciales, cita como un prototipo de representación el motivo de la lucha entre el ave y la serpiente, aunque sin brindar más explicaciones en torno a la temática animal (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1932, p. 9-10). Esta intención de dar cuenta de las principales tendencias de iluminación medieval hispánicas se vislumbra también en su catálogo *Manuscritos con pinturas*. Pese a que allí continúa indicando la singularidad de las miniaturas de los Beatos de Girona, Urgel, San Millán de la Cogolla, Tábara, Fernando I y Sancha, y otro de posible procedencia del monasterio de Poblet sólo con iniciales pintadas florales, no da cuenta de los animales plasmados en sus folios (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1933a, p. 139, 196, 210, 211, 220, 221, 345, 441). De manera excepcional, para referirse al Fragmento de Silos³³ alude a una “[...] ilustración *muy bárbara* del capítulo IV del Apocalipsis, representando las almas de los muertos, en figura de palomas, ante el altar” (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1933a, p. 93) sugiriendo que este diseño aviario presenta una escasa “evolución”. En el Tomo segundo no menciona en ninguna oportunidad las representaciones zoomorfas de los Beatos (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1933b, p. 41). En su publicación en *Ars Hispanae*, los animales tampoco parecen ser un tema decisivo para el estudioso español, aunque los hace visibles en algunas láminas ilustrativas como las de la Mujer sobre la bestia y el Arca de Noé del Beato de Turín³⁴ (DOMÍNGUEZ BORDONA, 1962). De esta manera, vemos cómo el peso del Formalismo estuvo presente en la construcción historiográfica española en torno

³¹ Beato de Lorvão. Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (1189). Origen: San Mammas de Lorvão.

³² DOMÍNGUEZ BORDONA, 1930, T.I., Láminas n°14, 17 y 64^a; n°10, 13, 22c, 37b, 59 y 61^a; n°16a, 32, 65b y 66b; n°36, 62, 66b y 68; n°17; n°31 y 58; n°5b, 16b y 61c.

³³ Fragmento de Silos. Biblioteca de la Abadía. Archivo de la Abadía de Santo Domingo de Silos (Burgos). Frag. Visig. 4. (Última mitad el siglo IX / Primera mitad del siglo X). Procedencia: Santa María de Nájera (La Rioja); Asturias?

³⁴ Beato de Turín. Turín, Biblioteca Nazionale Universitaria. Sg. I.II.1. (Primer cuarto del siglo XII). Procedencia: zona catalana, Ripoll (?).

a los Beatos en las primeras décadas del siglo XX. No obstante, los animales de estos códices apenas tienen una tímida consideración.

Conclusión

Como fue posible comprobar a lo largo del presente trabajo, si bien los Beatos resultaron manuscritos muy preciados por su valor material e histórico desde tempranos tiempos modernos hasta incluso las primeras décadas del siglo XX, los motivos zoomorfos contenidos en sus folios no gozaron de importantes menciones o estudios profundos. En los inicios, la narrativa de viajes ignoró de por sí las particularidades iconográficas y se detuvo más en el texto y en la valoración del libro como objeto precioso. En esos momentos, el aparato de ilustraciones tampoco fue motivo de demasiadas apreciaciones. En la medida en que la imagen en los libros antiguos fue adquiriendo un mayor interés debido al afán coleccionista y expositivo del siglo XIX, los animales comenzaron a ser apenas nombrados, aunque dentro de descripciones catalográficas generales. No obstante, el auge de las exhibiciones impulsadas por su parafernalia ideológica nacionalista y su intento de recuperar las raíces medievales hispánicas a través de las principales piezas sobrevivientes a través de los siglos, generó un importante impulso para la consideración de las miniaturas de estos códices y de su fauna representada. Las apreciaciones sobre sus *bichos*, *monstruos* o *bestias* (denominados bajo estos términos genéricos e imprecisos) estuvieron teñidas de juicios de valor de corte positivista y evolucionista decimonónicos, pues sus diseños y las imágenes en general de estos manuscritos fueron considerados a partir de niveles de belleza o fealdad, de buen o mal dibujo, de experticia o incompetencia de los “ingenuos” miniaturistas.

A estas tendencias de percepción de los animales en los Beatos y en otros manuscritos medievales hispánicos, se sumó el interés por reivindicar la modernidad de las vanguardias, en especial el cubismo y la figura de Picasso. Sus criaturas deformadas, vinculándolas también a los seres expresivos y teriomorfos de la pintura negra goyesca, permitieron que la crítica de arte entretrajese un forzado puente relacional con los animales heterogéneos y apocalípticos de los Beatos. Esta actitud sin embargo, marcó un quiebre, pues terminó por consolidar la imagen arquetípica de los Beatos en directa equiparación con figuras de la pintura nacional como Goya y Picasso transformándolos en “hitos épicos” de la cultura material y artística española.

Por otra parte, el ímpetu nacionalista gestado también con fuerza gracias a la *Generación del 98* y su intención de recuperar el pasado medieval de ciudades del interior de España, se sumó al creciente movimiento de registro y catalogación de monumentos

y piezas compendiadas en catálogos monumentales. La corriente formalista resultó crucial para realizar este tipo de abordaje, ya que su metodología basada en reconocer, ordenar y clasificar formas y estilos fue de la mano con estos trabajos de catalogación del patrimonio medieval hispánico. En ellos, los seres zoomorfos de Beatos apenas son mencionados sino como complemento auxiliar en itinerarios generales de conexiones e influencias estilísticas respecto de otros códices y piezas medievales hispánicas.

Sin embargo, pese a que en las obras revisadas ninguno de los teóricos o críticos mencionados realizó investigaciones específicas sobre la fauna en los Beatos, resultan importantes sus aportes. Aunque las ausencias tienen más protagonismo que las presencias en cuanto al tratamiento de los animales en la serie, el ímpetu de confeccionar los primeros catálogos en donde se incorporan estos manuscritos generó las primeras tímidas alusiones a ciertas figuras animales en comparación con las de otros manuscritos coetáneos. Su mínima aunque creciente mención e inclusión en las láminas de reproducciones de las miniaturas implantó también un nuevo germen de interés en temas considerados secundarios.

REFERENCIAS

ABELLÁN, José Luis. La crisis de fin de siglo (1898-1905). Modernismo, Generación del 98, Novecentismo. *In*: ABELLÁN, José Luis. **Historia Crítica del Pensamiento Español**. Tomo V (II). La crisis contemporánea. II b) Fin de siglo, Modernismo, Generación del 98 (1898-1913). Madrid: Espasa- Calpe, 1989. p. 13-35.

ALCÁZAR, Luis de. **Vestigatio arcani in Apocalypsi, Sumptibus Antonij Pillehotte, ad insigne sanctissimae Trinitatis, 1618, Notatio XXVI: de interpretibus Apocalipseos**. *E-book*. Disponible en: https://books.google.es/books?id=8_IDAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesado en: 01 de mar. de 2021.

ARTIÑANO Y GALDÁCANO, Pedro Miguel de. **Exposición de códices miniados españoles**: Catálogo-guía. Sociedad Española de Amigos del Arte. Madrid: Artes Gráficas Mateu, 1924.

AULLÓN DE HARO, Pedro. Idealismo y positivismo en estética: Krause. *In*: LISSORGUES, Yvan; SOBEJANO, Gonzalo (org.). **Pensamiento y literatura en España en el siglo**

XIX: idealismo, positivismo, espiritualismo. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 1998. p. 265-272.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Catalogue de la Bibliothèque de feu M. le Baron de La Roche-Lacarelle [...]** Paris: rue des Bons-Enfants, 28, 20 novembre 1867, Me Delbergue-Cormont, Paris, 1867.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Catalogue de la bibliothèque de M. J. Gancia:** deuxième partie [...] Paris: rue des Bons-Enfants, 28, Maison Silvestre, Paris, 5 mai 1868a.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Catalogue de la bibliothèque de feu M. Fournerat.** Paris: 1868b.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Descriptio' d'un Commentaire d' l'Apocalypse, manuscrit du XII^e siècle [...]** Paris: 1869.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Catalogue de livres rares, parmi lesquels on remarque la Bible Mazarine, premier livre imprimé par Gutenberg et des manuscrits du IX^e au XVIII^e siècle.** Paris: 1878.

BACHELIN-DEFLORENNE, Antoine. **Catalogue des livres de la Bibliothèque de M.A. Firmin Didot.** v. 2, Paris, 1879.

BARBÉ-COQUELIN DE LISLE, Genevieve. Manuel Gómez Moreno en la perspectiva del 98. **Cuadernos Hispanoamericanos**, Madrid, n. 301, julio 1975. p. 1-17.

BATAILLE, Georges. L'Apocalypse de Saint-Sever. **Documents**, Paris, n. 1, 1929. p. 74-84.

BOUTELOU Y SODEVILLA, Claudio. Estudio de la miniatura española desde el siglo X al XIX. **Boletín de la Sociedad Española de Excursiones**, Madrid, t. 14, n. 155, enero de 1906. p. 3-5.

CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier. Introducción. *In:* CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier. **La correspondencia del P. Enrique Flórez con los ilustrados españoles.** Real Monasterio San Lorenzo del Escorial: Ediciones Escorialenses, 2002. p. V-XI.

CASTILLEJO, José. **Los Intelectuales reformadores de España.** 2, El Espíritu de una época, 1910-1912: epistolarios de José Castillejo y de Manuel Gómez- Moreno / cartas reunidas y enlazadas por David Castillejo. Madrid: Castalia, 1998.

CONSIGLIERI, Nadia Mariana. Pervivencia, materia, retórica y objetualidad. Nuevas posibilidades historiográficas de análisis de la imagen en los Beatos hispánicos. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievalidade**, Barcelona, v.5, n.1-1, Número Especial, p. 206-235, 2016.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre el espíritu positivo**. Buenos Aires: Aguilar, 1980.

DELISLE, M. Leopold. **Catalogue des actes de Philippe-Aguste**: avec une intr. sur les sources, les caractères et l'importance historique de ces documents. Paris: Durand, 1856.

DELISLE, M. Leopold. État des manuscrits latins de la Bibliothèque nationale au 1er août 1871. **Bibliothèque de l'école des Chartes**, t. 32, p. 20-62, 1871. Disponible en: <https://doi.org/10.3406/bec.1871.446386> Acesado en: 01 de mar. de 2021.

DELISLE, M. Leopold. **Les manuscrits de l'Apocalypse de Beatus conserve's à la Bibliothèque nationale et dans le cabinet de M. Didot**. Mélanges de paléographie et de bibliographie. Paris: Champion, 1880.

DELISLE, M. Leopold. **Le Cabinet des manuscrits de la Bibliothèque impériale (puis) nationale**: étude sus la formation de cedépôt comprenant les éléments d'une histoire de la calligraphie, de la miniature, de la reliure et du commerce des livres à Paris avant l'invention de l'imprimerie, Paris: Impr. impériale, 1868-1881.

DELISLE, M. Leopold. **Bibliothèque Nationale de France**. Département des manuscrits. Inventaire des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale: Fonds de Cluni, Paris, H. Champion, 1884.

DELISLE, M. Leopold. **Bibliothèque Nationale**. Manuscrits latins ajoutés aux fonds des Nouvelles Acquisitions pendant les années 1875-1891: preface d'un inventaire alphabétique par Leopold Delisle, membre de l'institut, administrateur général de la Bibliothèque Nationale. Paris: 1891.

DELISLE, M. Leopold. **Instructions pour la rédaction d'un catalogue de manuscrits et pour la rédaction d'un inventaire des incunables conservés dans les bibliothèques publiques de France**. Paris: Libr. ancienne H. Champion, 1911.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. **Exposición de códices miniados españoles. Catálogo**. Sociedad Española de Amigos del Arte. Madrid: Casa Miquel Rius, 1929.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. **La miniatura española**. T. I y II. Firenze: Pantheon; Barcelona: Gustavo Gili, 1930.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. **El arte de la miniatura española**. Madrid: Plutarco, 1932.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. **Manuscritos con pinturas**: notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares. 1. Ávila- Madrid. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1933a.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. **Manuscritos con pinturas**: notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares. 2. El Escorial – Zaragoza. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1933b.

DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús. Miniatura. *In*: DOMÍNGUEZ BORDONA, Jesús; AINAUD, Juan. **Ars Hispanae**: historia universal del arte hispánico, v. 18, Madrid: Editorial Plus-Ultra, p. 17-243, 1962.

DURRIEU, Paul. Manuscrits d'Espagne remarquables principalement par leurs peintures et par la beauté de leur exécution, **Bibliothèque de l'École des Chartes**, t. 54, 1893.

EXPOSICIÓN HISTÓRICO-EUROPEA. 1892 A 1893. CATÁLOGO GENERAL DE EXPOSICIÓN. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1893. Disponible en: <http://www.man.es/man/dms/man/coleccion/catalogos-tematicos/tunez/CatalogoEHE.pdf>
Acesado en: 01 de mar. de 2021.

FIRMIN-DIDOT, Ambroise. **Des Apocalypses figurées manuscrites et xylographiques**. Paris, 1870a.

FIRMIN-DIDOT, Ambroise. **Les Apocalypses figurées**. Paris, 1870b.

FITA I COLOMÉ, Fidel. **Bosquejo de la exposición histórico-europea en el día de su apertura**. Madrid, 1892.

FLÓREZ, Enrique. **Sancti Beati presbyteri hispani Liebanensis in Apocalypsin ac plurimas utriusque foederis paginas commentaria...** Nunc primum edita, 1770. Copia digital. Valladolid, Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. Disponible en: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.do?id=12999>
Acesado en: 01 de mar. de 2021.

GARCÍA ROMO, Francisco. Beatos y cubistas. Picasso en sus afinidades. **Clavileño**, Madrid, año VI, n. 33, p. 27-34, 1955.

GARCÍA VELAZCO, Antonio. **Búhos del 98**. Sobre ideas y literatura de la Generación del 98. Málaga: Centro de Ediciones de Diputación de Malaga (CEDMA), 1999.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Catálogo monumental de España**: provincia de León (1906-1908). Madrid: Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, 1925-1926.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **La novela de España**. Granada, 1926.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Catálogo monumental de España**: provincia de Zamora. Madrid: Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, 1927.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **El Arte Románico Español**. Esquema de un libro. Madrid: Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1934.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. Ángel Ganivet, estudiante. **Clavileño**, Madrid, n. 14, p. 1-4, marzo-abril 1952.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. El Unamuno de 1901 a 1903 visto por M. **Boletín de la Cátedra Miguel de Unamuno**. Salamanca, p. 13-31, 1951a.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Ars Hispaniae**: historia universal del arte hispánico. 3. El arte árabe español hasta los almohades; Arte mozárabe. Madrid: Plus-Ultra, 1951b.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Catálogo monumental de España**: provincia de Salamanca. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Dirección de Bellas Artes, Servicio nacional de Información Artística, 1967.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Iglesias mozárabes**. Arte español de los siglos IX a XI. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1919; Granada: Patronato de la Alhambra, 1975.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Catálogo monumental de la provincia de Ávila**. Edición revisada y preparada por Áurea de la Morena y Teresa Pérez Higuera. Ávila: Institución Gran Duque de Alba; Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1983.

GÓMEZ-MORENO, Manuel. **Monumentos romanos y visigóticos de Granada**. Edición facsímil. Estudio preliminar por José Manuel Roldán Hervás. Granada: Universidad de Granada, 1988.

HENRIET, Patrick. Le livre de feu de Beatus de Liébana. **L'Histoire**, París, n. 422, p. 36-37, Avril 2016.

HERRERO MASSARI, José Manuel. **Libros de viajes de los siglos XVI y XVII en España y Portugal**: lectura y lectores. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1999.

HUGLO, Michel. La tradición de la Musica Isidori en la Península Ibérica. *In*: ZAPKE, Susana (ed.) **Hispania vetus, manuscritos litúrgico-musicales**: de los orígenes visigóticos a la transición francorromana (siglos IX-XII). Bilbao: Fundación BBVA, 2007. p. 61-92.

KLEIN, Peter; WERCKMEISTER, Otto Karl. Epílogo: El Beato de Saint-Sever, el Guernica de Picasso y otras pinturas modernas. *In*: KLEIN, Peter y WERCKMEISTER, Otto Karl. **El Beato de Saint-Sever y su influencia en el Guernica de Picasso**. Valencia: Patrimonio Ediciones, D.L. 2012, p. 317-327.

LACOMBE, Paul. **Bibliographie des travaux de M. Léopold Delisle**. Paris: Imprimerie nationale, 1902.

LAÍN ENTRALGO, Pedro. **España como problema**. I: Desde la polémica de la ciencia española hasta la generación del 98. Barcelona: Galaxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2005a.

LAÍN ENTRALGO, Pedro. **España como problema**. II: Desde la generación del 98 hasta 1936. Barcelona: Galaxia Gutenberg / Círculo de Lectores, 2005b.

LAYUNO, María Ángeles. El museo como tipo arquitectónico y monumento urbano en la ciudad del siglo XIX. Francisco Jareño y el Palacio de Biblioteca y Museos Nacionales de Madrid. **Anuario de la Universidad Internacional SEK**, 9, 2004. p. 253-263.

LE GENTILHOMME, Pierre. Fernand Mazerolle (1868-1941). **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, t. 104, 1943. p. 390-392.

MAZEROLLE, Fernand. L'Exposition d'Art rétrospective de Madrid. **Gazette des Beaux-Arts. Courrier Européen de L'Art et de la Curiosité**, Paris, Trente-cinquième année -3e période, Premier article, p. 39-56; Deuxième article, p. 148-163; Troisième partie,

p. 291-306, 1^{er} janvier 1893. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France, Disponible en: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k203136t/f59.image.r=mazerolle> Acesado e n: 25 de feb. de 2022.

MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo. Mozárabes y asturianos en la cultura de la Alta Edad Media, en relación especial con la Historia de los conocimientos geográficos. **Boletín de la Real Academia de la Historia**, Madrid, v. 134, p. 137-292, 1954.

MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo. **Sobre miniatura española en la Alta Edad Media: corrientes culturales que revela**. Discurso leído ante la Real Academia de la Historia por D. Gonzalo Menéndez Pidal, y Contestación de D. Manuel Gómez-Moreno, Madrid: Talleres tipograficos de la Editorial Espasa Calpe, 1958.

MENÉNDEZ ROBLES, María Luisa y DÍAZ PENA, Roberto. **La colección de fotografía antigua del Museo Sorolla**. Catálogo. v. 1, Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte; Fundación Museo Sorolla - Palacios y Museos, 2015.

MENTRÉ, Mireille. **Contribución al estudio de la miniatura en León y Castilla en la Alta Edad Media** (Problemas de la forma y del espacio en la ilustración de los Beatos). León: Institución "Fray Bernardino de Sahagún" de la Excm. Diputación Provincial de León, Patronato "José María Quadrado" - C.S.I.C., 1976.

MENTRÉ, Mireille. **El estilo mozárabe**. La pintura cristiana hispánica en torno al año Mil. Madrid: Ediciones Encuentro, 1994.

MORALES, Ambrosio de. **Viage de Ambrosio de Morales por Orden del Rey D. Phelipe II a los reynos de Leon, y Galicia, y principado de Asturias**. Para reconocer Las reliquias de Santos, Sepulcros Reales y Libros manuscritos de las Cathedrales, y Monasterios. Dale à luz con notas, con la vida del autor y con su retrato, el Rmo. P. Mro. Fr. Henrique Florez del orden del Gran Padre S. Agustin, En Madrid: por Antonio Marín, año de 1765. Disponible en: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/8267> Acesado en: 01 de mar. 2021.

MURO MARTÍN-CORRAL, Begoña. La Exposición Histórico-Europea de 1892. **Museo Arqueológico Nacional (MAN)**, p. 1-14, s/d. Disponible en: <http://www.man.es/man/dms/man/coleccion/catalogos-tematicos/tunez/EHE1892.pdf>.

NEUSS, Wilhelm. **Die Apokalypse des Hl. Johannes in der altspanischen und altchristlichen Bibel-Illustration**. Münster in Westfalen, v. 1-2, 1931.

ORTÍZ JUÁREZ, José M^a. Prólogo. *In*: MORALES, Ambrosio de. **Viaje a los reinos de León, y Galicia, y principado de Asturias** (Edición Facsímil). Oviedo: Biblioteca Popular Asturiana, 1977. p. 9-20.

PENA, Carmen. La invención de Castilla como emblema nacional: paisaje natural y paisaje monumental. *In*: PENA, Carmen. **Sorolla desde adentro**: catálogo de exposición celebrada en el Museo Santa Cruz, Toledo, del 28 de diciembre al 8 de abril de 2018 y en Casa Zabala, Cuenca, del 18 de abril al 22 de julio de 2018. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte; Fundación Museo Sorolla - Palacios y Museos, 2017. p. 77-117.

PIEZAS DE LAS COLECCIONES DEL PATRIMONIO NACIONAL QUE FIGURARON EN LAS EXPOSICIONES DE LOS AÑOS 1888, 1892 Y 1929. **Reales Sitios**: Revista del Patrimonio Nacional, Madrid, n. 111, p. 36-39, 1992.

PINOT DE VILLECHENON, Florence. **Les Expositions Universelles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

RAMSAY, H.L. Le Commentaire de l'Apocalypse par Beatus de Liébana. **Revue d'histoire et de littérature religieuse**, Paris, VII, p. 419-447, 1902a.

RAMSAY, H.L. The Manuscripts of the Commentary of Beatus de Liebana on the Apocalypse. **Revue des bibliothèques**, Paris, 12, p. 74-103, 1902 b.

REALES SITIOS: Revista del Patrimonio Nacional, n. 111, p. 36-39, 1992.

RIEGL, Aloïs. **El arte industrial tardorromano**. Madrid: La Balsa de la Medusa, 52, 1992.

ROJO ORCAJO, Timoteo. **Catálogo descriptivo de los códices que se conservan en la Santa iglesia Catedral de Burgo de Osma**. Madrid: Tipografía de Archivos, 1929.

ROJO ORCAJO, Timoteo. **Estudios de códices visigóticos**: El "Beato" de la Biblioteca de Santa cruz de Valladolid. Madrid: Tipología de Archivos, 1930.

RULL FERNÁNDEZ, Enrique. **El modernismo y la Generación del 98**. Madrid: Editorial Playor, 1984.

SÁNCHEZ RIVERO, Ángel. En la Exposición de Códices Miniados Españoles. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 5, p. 88-103, 1924.

SARRÍA RUEDA, Amalia. La Biblioteca Nacional y las Exposiciones Bibliográficas. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, t. 42, n. 1, p. 177-215, 1992.

TAINÉ, Hippolyte. **Philosophie de l'art**. Vol. 1. Paris: Hachette, 1917.

VILLANUEVA, Jaime. **Viage a las Iglesias de España**. Tomo XI. Viage a Urgel. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1850a.

VILLANUEVA, Jaime. **Viage a las Iglesias de España**. Tomo XII. Viage á Urgel y á Gerona. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1850b.

WILLIAMS, John, **The Illustrated Beatus**: a corpus of the illustrations of the Commentary on the Apocalypse. 1, Introduction. Londres: Harvey Miller publishers, 1994.

WÖLFFLIN, Heinrich. Principios fundamentales. *In*: WÖLFFLIN, Heinrich. **Reflexiones sobre la Historia del Arte**. Barcelona: Ediciones Península, 1988. p. 13-36.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceptos fundamentales de la Historia del Arte**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Es Doctora en Historia y Teoría de las Artes por la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires (FFyL UBA) y Docteure de l'Université Paris Sciences et Lettres (PSL); becaria Postdoctoral del CONICET; Magister en Métodos y Técnicas de la Investigación Histórica, Artística y Geográfica -Itinerario Historia del Arte- (UNED); Licenciada en Artes (UBA); Licenciada y Profesora en Artes Visuales por la Universidad Nacional de las Artes (UNA ex- IUNA). Es autora del libro: *El dragón de lo imaginado a lo real. Su simbolismo y operatividad visual en la miniatura cristiana de la Plena Edad Media hispánica*, Buenos Aires, Miño y Dávila, 2020.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Instituto de Teoría e Historia del Arte "Julio E. Payró" (FFyL UBA), 25 de Mayo 221, piso 4º C1002ABE, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

FINANCIACIÓN

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

CONTEXTO DE INVESTIGACIÓN

El presente texto constituye una parte extractada, corregida y reelaborada del Capítulo 1 correspondiente a la tesis doctoral de mi autoría titulada: *La representación zoomorfa en los Beatos (ca. 900 - 1235). Un estudio sobre la retórica visual y la materialidad plástica de su fauna apocalíptica*, defendida y aprobada con nota final Sobresaliente el 15/05/2020, para acceder al título de Doctora en Historia y Teoría de las Artes por la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires (FFyL UBA) y de Docteur de l'Université Paris Sciences et Lettres (PSL) préparée à l'École Pratique des Hautes Études. Spécialité: Études médiévales. Tesis en cotutela: Directora: Prof. Ofelia Manzi; Co-directora: Dra. Marta Penhos. Director de estudios en Cotutela: Dr. Patrick Henriot. Actualmente la tesis se encuentra en proceso de edición en formato libro y será publicada en co-edición entre la FFyL UBA y Miño y Dávila.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe.

María Inés Mudrovcic – Editor ejecutivo.

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Nadia Mariana Consiglieri.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Recibido el: 21 de marzo de 2021.

Aceptado el: 01 de noviembre de 2021.

Os eternos movimentos (in)disciplinares entre a História e as Relações Internacionais: a importância do pensamento histórico

The eternal (in)disciplinary movements between History and International Relations: the importance of historical thought

Pedro Emanuel Mendes ^a

E-mail: pemanuelmendes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6321-8344> 

^a Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Português de Relações Internacionais Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo analisa os fundamentos historiográficos e teórico-metodológicos da relação (in)disciplinar entre a História e as Relações Internacionais (RI). Por meio de uma interpretação historiográfica, identifica os principais movimentos de afastamento e aproximação da História face às RI. O artigo tem dois objetivos fundamentais. O primeiro é demonstrar que, embora a História tenha um papel central na imaginação teórica da disciplina das RI, sua importância foi variável e refletiu os diferentes momentos políticos e científicos do seu nascimento, autonomização e maturidade. O segundo é problematizar as pontes e fronteiras entre as duas disciplinas, sublinhando a importância que o *pensamento histórico* tem para a análise das relações internacionais. O seu principal argumento é que o retorno do *pensamento histórico* à disciplina das RI mitiga as limitações a-históricas e sociais do neopositivismo dominante e aumenta a sofisticação da compreensão reflexiva do estudo das relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia do século XX; Interdisciplinaridade; Teoria e História da Historiografia.

ABSTRACT

This article analyzes the historiographic and theoretical-methodological foundations of the (in)disciplinary relationship between History and International Relations (IR). The main movements of distance and approach between History and IR are identified via historiographic interpretation. The article has two fundamental objectives. The first is to demonstrate that, although History holds central importance in IR theoretical imagination as a discipline, its importance was variable and reflected the different political and scientific moments of the field's birth, autonomy, and maturity. The second is to problematize the bridges and boundaries between the two fields, underlining the importance of historical thought to analyze international relations. The article's central argument is that the return of historical thought to the IR discipline mitigates the a-historical and a-social limitations of neopositivism's dominance and sophisticates the reflexive understanding of the study of international relations.

KEYWORDS

Historiography of the twentieth century; Interdisciplinarity; Theory and History of Historiography.

Introdução

A relação entre a História e as Relações Internacionais (RI) é inquestionável e é assumida tanto por historiadores quanto por cientistas políticos das RI. Todavia, o tipo de relação já é mais discutível. Uns assumem que deve ser um casamento perfeito com uma relação de cumplicidade complementar, baseada na igualdade e respeito mútuo das suas diferenças identitárias. Outros assumem que deve existir uma relação de amizade circunstancial, que não deve ultrapassar as fronteiras da sã convivência e cordialidade em ocasiões particulares. Existem ainda os mais pessimistas, que estão convencidos de que, como em todas as relações, mais tarde ou mais cedo, as diferenças se tornam insuperáveis e cada uma das disciplinas deve seguir o seu caminho, relativamente divorciada.

Para além dessas disposições emocionais face à relação entre as duas disciplinas, existe o decisivo fator de poder corporativo-institucional na demarcação científico-disciplinar. Como notaram Foucault (1979; 1980) e Bourdieu (1976; 1984; 1989) essa demarcação disciplinar tende a construir muros institucionais e simbólicos que funcionam como “campos” no sentido bourdiano. Sobretudo na origem da invenção das disciplinas, mas não só, existem vários debates e disputas metodológicas e institucionais que implicam jogos de poder acadêmico e paradigmático. Esses jogos são caracterizados por processos históricos de imposição de micro e macro poderes relativos à institucionalização e à disciplinação das diferenças e autonomias institucionais dos diferentes campos científicos.

Finalmente, não podemos esquecer que o processo de globalização contemporâneo é também caracterizado por uma explosão global e exponencial de universidades e de consequentes programas de investigação. Esse processo implica, de forma simultânea, a (re)produção das identidades disciplinares consolidadas e a produção de novas e híbridas identidades disciplinares, que é ainda intensificada pelos micro-movimentos de especialização disciplinar no interior das próprias disciplinas. Da mesma forma que a globalização produziu impactos na tradicional territorialização das fronteiras, tornando-as mais permeáveis e interdependentes, também as fronteiras das disciplinas científicas se tornaram mais difusas e transdisciplinares.

Partindo dessa problemática, este artigo analisa as relações interdisciplinares entre uma disciplina antiga, a História, e uma disciplina jovem, as Relações Internacionais. O artigo desenvolve uma leitura historiográfica das origens e desenvolvimentos principais dessa relação disciplinar, sublinhando os eternos movimentos de aproximação e diferenciação entre as duas disciplinas. Para além de uma identificação historiográfica dos principais marcos históricos e teórico-metodológicos da relação entre a História e as Relações Internacionais, o artigo sublinha o impacto que a invenção das RI teve na

afirmação de uma História das RI, bem como a importância da imaginação histórica para as RI.

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, fazemos uma contextualização da origem das relações internacionais e das suas primeiras abordagens históricas com impacto na invenção da disciplina das RI. Na segunda, analisamos a influência da invenção dessa disciplina na sua relação dialética com a História e consequentes movimentos e debates disciplinares ao longo do século XX, nomeadamente da invenção da escola europeia da História das RI. Essa análise é baseada numa interpretação historiográfica dos contributos dos historiadores que pensaram as relações internacionais e sua relação com a Teoria das RI. Na terceira, analisamos o movimento de diferenciação que a solidificação das RI provocou face à História e apresentamos os principais contributos do mundo anglo-saxônico para o debate (in)disciplinar entre a História e as RI, com destaque para uma visão historiográfica dos principais marcos que tentaram desenvolver pontes entre as duas disciplinas e identificaram suas diferenças e fronteiras. Finalmente, na quarta, desenvolvemos uma análise sobre o atual movimento de retorno da História às RI, problematizando a importância do que designamos de *pensamento histórico* para o estudo desta disciplina.

O artigo procura compreender e contextualizar os movimentos pluridirecionais que se desenvolvem entre a História e as RI e apresenta dois argumentos principais. Primeiro, defende que não é possível compreender os movimentos relacionais entre a História e as RI sem os interligarmos com a evolução histórica do *Zeitgeist* político e científico. Em seguida, apresenta um argumento que perpassa como fio condutor ao longo do artigo: a disciplina das RI sem História não é precisa, mas o *pensamento histórico* é preciso nas RI.

A invenção das Relações Internacionais e sua interrelação com os movimentos da História das Relações Internacionais: origens históricas

A disciplina das Relações Internacionais (RI) está profundamente imbricada com a disciplina da História. Primeiro, porque sua origem está ligada à História. Segundo, porque sua autodeterminação disciplinar e posteriores evoluções teórico-paradigmáticas só podem ser compreendidas de forma relacional com a (H)história. A invenção da disciplina das RI é o produto de um duplo legado histórico. Primeiro da História como disciplina e metodologia e depois como produto de importantes acontecimentos históricos que marcam sua invenção (MENDES, 2014; 2019a; 2020a; SCHMIDT; GUILHOT, 2019).

Como Buzan e Little (2000) explicam, existiu um longo processo de desenvolvimento de sistemas pré-internacionais até a constituição de sistemas internacionais. As relações internacionais, aqui entendidas como o início do processo de relacionamento entre diferentes atores coletivos com “*capacidade de interação*” se inicia perto do ano 10.000 a.C. (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 140-162). Foi nesse período que as unidades políticas que viviam em sistemas pré-internacionais – bandos, tribos e chefaturas – iniciaram um processo de transição de atores desterritorializados para unidades territorializadas. Posteriormente, sobretudo nos últimos 5.000 anos a.C., surgiram novas unidades políticas – cidades-estado e impérios –, originando a complexificação da questão das fronteiras e das conquistas territoriais (BUZAN; LITTLE, 2000). A análise e discussão histórica das relações entre atores autônomos e competitivos – cidades-estados, impérios, reinos, e depois estados-nação – existe há muitos séculos. Desse modo, podemos dizer que a História foi, simultaneamente, a primeira metodologia e disciplina que se dedicou ao seu estudo.

Contudo, na historiografia canônica das RI, é geralmente assumido que as relações internacionais e o sistema internacional terão tido seu marco inicial em 1648. Essa visão tradicional e soberanista, embora não completamente verdadeira, foi dominante nos anos fundacionais na disciplina das RI e reflete a hegemonia da visão euro-ocidental que marcou a leitura da história das relações internacionais. Nessa visão, o Tratado de Vestefália de 1648 instituiu o reconhecimento do princípio universal da soberania e um sistema internacional de Estados. É impossível negar a utilidade pedagógica de Vestefália para explicar a consolidação do sistema de Estados na Europa, mas não devemos confundir 1648 com o início dos sistemas internacionais, uma vez que estes já existiam anteriormente. Embora só a partir do século XVII é que os Estados na Europa se solidificam, gerando um sistema internacional competitivo, existiram sistemas internacionais anteriores a 1648. Na Idade Média já existiam sistemas com unidades políticas territorializadas, a começar por Portugal a partir do século XII. No caso português, o quadro geopolítico em que se move e insere a política externa de Portugal nesse período é o quadro peninsular ibérico (MACEDO, 1987; TEIXEIRA, 2015). Outro exemplo clássico é o estabelecimento de um sistema internacional do Mediterrâneo por volta do século IV a.C. (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 98-100), ou ainda os sistemas internacionais não europeus existentes entre os séculos XV e XIX (SUZUK; ZHANG; QUIRK, 2014; ZARAKOL, 2022).

As raízes da disciplina das RI estão ligadas às primeiras tentativas de escrever a história dos reinos e impérios e das suas relações. Os problemas relacionados com a convivência entre os povos e as questões ligadas à paz e à guerra foram objeto de reflexão histórica desde as primeiras civilizações. No Ocidente, podemos destacar os nove livros das *Histórias* de Heródoto, narrando a origem das Guerras Médicas (Guerras Medo-Persas), os seis livros das *Histórias* de Políbio e, acima de todos, a História da

Guerra de Peloponeso de Tucídides. Noutro contexto, Sun Tzu também estudou as estratégias político-militares no Oriente quando escreveu *A Arte da Guerra* e no mundo islâmico importa destacar a visão do historiador árabe Ibn Khaldun.

Essas obras são marcos clássicos na história e teoria das RI (LUARD, 1992). Todas essas originais análises dos fenômenos internacionais faziam apelo à perspectiva histórica. Em última análise, a História foi a primeira disciplina, *avant la letre*, a estudar as relações internacionais. Em sentido lato, a História política é a primeira disciplina a se dedicar ao estudo das relações internacionais. Depois, em sentido mais estrito é o Direito Internacional, já no século XVI, que se seguiu à subdisciplina da História Diplomática.

No século XX, a par das RI, a própria História se especializou na análise das relações internacionais e consolidou uma História das RI. Todavia, devido à necessidade de emancipação durante seu processo histórico-institucional de autonomização, as RI desenvolveram vários choques disciplinares com a História e com visões mais tradicionais (humanísticas) de estudar as relações internacionais, que culminaram com “o segundo grande debate” (MENDES, 2012). Em defesa da visão tradicional, Bull sublinhou a importância e virtudes do método histórico para analisar as relações internacionais. Contudo, também argumentou que o conhecimento histórico em RI deve apelar à teorização (BULL, 1966).

Ao contrário da História, a disciplina das RI só emerge no início do século XX no mundo anglo-saxônico. É aqui que têm lugar as primeiras cátedras de RI e nascem os primeiros *Think Tanks* e departamentos universitários com graduação e pós-graduação em RI (MENDES, 2019a). Embora na Europa Continental já se estudassem as relações internacionais, é no mundo anglo-saxônico que as RI ganham os contornos de disciplina autônoma. Por razões políticas, históricas e institucionais, as RI ganham sua emancipação no quadro da autonomização e afirmação das Ciências Sociais nos EUA. A nova potência necessitava de conhecimento útil para sua liderança hegemônica na construção da ordem liberal do pós-guerra (MENDES, 2020a).

Na sua origem, as RI foram impulsionadas pelo movimento internacionalista liderado por Wilson, mas foi com o início da Guerra Fria que as correntes realistas e neo-científicas dominaram a formação e desenvolvimento das RI. Apesar de vários movimentos contra-behavioristas, as RI se afirmaram como uma disciplina das Ciências Sociais com uma lógica dominante neopositivista (MENDES, 2020a). A invenção das RI foi um processo social, histórico e disciplinar liderado pelo mundo anglo-americano, em especial dos EUA, o que resultou na constituição das RI como uma “ciência social norte-americana” (HOFFMAN, 1977). Na Europa também existiram importantes centros de

estudo das RI, mas não houve uma preocupação em torno de consolidar sua autonomia na ótica de uma nova ciência social (MENDES, 2019a).

Teóricos e Historiadores das Relações Internacionais na Europa Continental: a escola francesa e a Commission d'Histoire des Relations Internationales

Na Europa Continental existiu um importante movimento disciplinar da História em direção às RI que consolidou uma escola histórica da disciplina. Esse movimento teve especial importância na França e foi liderado pelo historiador Pierre Renouvin a partir da década de 1930. Renouvin (1957-58) promoveu a evolução da tradicional História Diplomática para a História das Relações Internacionais. Em colaboração com Jean-Baptiste Duroselle (1952), Renouvin sistematizou um novo pensamento para estudar as relações internacionais, de que sobressaem duas ideias centrais: as *forças profundas* e os *homens de Estado* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991).

Para estudar as relações internacionais e a política externa, os historiadores não poderiam ficar limitados ao estudo das fontes e personalidades dos ministérios dos negócios estrangeiros e à correspondência diplomática. Para Renouvin era necessário compreender as “forças profundas” e relacioná-las comparativamente com os contextos históricos de cada decisor, Estado e conjuntura histórica internacional particular (RENOUVIN, 1957-58; 1964; RENOUVIN; DUROSELLE, 1991).

A sua visão inspirará seu discípulo, Jean-Baptiste Duroselle, a escrever outra obra de referência: *Tout empire périra, théorie des relations internationales* (1992). Aqui, o historiador francês reúne alguns dos melhores argumentos sobre a relação entre a teoria e história das relações internacionais e demonstra a possibilidade de apresentar teorizações com base na História. Para Duroselle, as RI devem, simultaneamente, se concentrar na observação e compreensão das “regularidades” históricas e das “regras temporárias”. Na sua visão existem regularidades históricas que traduzem semelhanças ligadas à própria natureza do *homo sapiens* que parecem transcender as épocas (DUROSELLE, 1992, p. 358).

Essas regularidades expressam analogias e correspondências entre conjuntos de acontecimentos ao longo da história das civilizações que permitem diagnosticar “forças profundas”. Mas, só por meio de um profundo conhecimento histórico é que se pode perceber as “forças profundas” das relações internacionais. Como sublinha: “l'étude scientifique des relations internationales ne peut se fonder que sur la matière fournie par l'histoire” (DUROSELLE, 1992, p. 22).

Por outro lado, a História não pode fugir ao seu objeto de estudo principal: o acontecimento singular e datado, “Il n’y a pas d’histoire sans événements” (DUROSELLE, 1992, p. 19). Todavia, a História não se limita a identificar os acontecimentos. Em RI, devemos estudar os contextos e acontecimentos históricos particulares e únicos de cada situação, tendo em conta a possibilidade de analisá-los à luz de modelos e construções teóricas abstratas. É esta análise que permite encontrar regularidades, identificar as “forças profundas” e compreender o que Duroselle designa de “recettes”.

Essas “receitas” são prescrições/recomendações relativamente intemporais no jogo político internacional e equivalem a características e práticas que teóricos, historiadores e praticantes devem ter em consideração na análise das relações internacionais (DUROSELLE, 1992, p. 277-283). Duroselle sintetiza as “receitas” por meio de quatro exemplos. Em primeiro lugar: a função da informação. A obtenção de informações e seu uso adequado é essencial. A informação disponível sobre os atores e a ordem do sistema internacional são fatores cruciais para o sucesso em política internacional. Em segundo lugar: a iniciativa e a imaginação. Os atores internacionais e suas lideranças devem ser criativos e ter espírito de iniciativa. Essas qualidades estimulam a confiança e ajudam a desenvolver e a melhorar as capacidades e a arte da negociação. Em terceiro lugar, Duroselle sublinha que, ao contrário da vida privada, na política internacional não existem realidades imutáveis. Inimigos circunstanciais podem se tornar amigos e vice-versa. Na arte da negociação internacional, os atores devem evitar considerações de natureza pessoal e ter consciência da competição de interesses, mas igualmente das possibilidades de ajustamentos táticos. A política internacional encerra negociações e ajustamentos permanentes, em que os atores devem negociar honestamente, evitando abusos, mas sem ingenuidade. Por último: a confiança. Independentemente do tipo de regimes e de liderança, a confiança é um atributo essencial nas relações internacionais. Os atores devem honrar sua palavra. Uma vez definida a sua posição, os outros atores com que o Estado se relaciona devem ter total confiança no cumprimento da sua decisão. A confiança é um ativo essencial em política internacional e na arte da diplomacia (DUROSELLE, 1992, p. 277-290).

Para compreendermos a política externa, não podemos isolar o Estado e suas elites decisoras das sociedades e contextos históricos em que atuam. É fundamental compreender a ponderação do “cálculo” e do “risco” dos decisores no seu contexto histórico (DUROSELLE, 1992). Todos os fatores e “forças profundas” das relações internacionais devem ser compreendidas no quadro da sua historicidade. Em especial a dinâmica histórica da essência e acumulação de poder dos impérios. Na sua ótica, o principal fator explicativo dessa dinâmica é a capacidade de desenvolver e acumular *poder/potência*. O sistema internacional é composto pela interação de Estados com diferentes graus de *potência*. Alguns, com grandes capacidades e potencial de poder,

se transformam em impérios. Contudo, todos os impérios têm um ciclo de vida e de morte. Na sua Teoria sobre a “Vida e Morte dos Impérios” (DUROSELLE, 1992, p. 253), Duroselle analisa as origens e o desenvolvimento dos impérios, sublinhando que todos os impérios têm um fim.

Numa época em que o neopositivismo anglo-americano dominante das RI desdenhava o conhecimento histórico e buscava leis explicativas para o objeto da disciplina, Duroselle sublinhou que, em RI, não é possível adotar os mesmos procedimentos metodológicos e epistemológicos das ciências naturais. Ao contrário das ciências naturais, em ciências sociais a interpretação e a reflexividade tornam muito difícil a obtenção de leis unânimes (DUROSELLE, 1992, p. 18).

Duroselle adverte que as Humanidades não podem utilizar a mesma racionalidade universalista das ciências naturais. Porém, apesar de os historiadores se concentrarem na compreensão e interpretação de acontecimentos únicos e datados, isso não elimina a possibilidade de teorização. Os acontecimentos podem e devem ser analisados como fenômenos (DUROSELLE, 1992, p. 18-19). A capacidade da História em captar a temporalidade oferece um ângulo de visão indispensável à Teoria (leia-se RI). Embora seu objetivo primeiro não seja a elaboração de modelos explicativos gerais, a História das RI, mesmo quando centrada na descoberta de acontecimentos únicos, deve enquadrá-los numa interpretação teórica.

Duroselle apresenta uma “teoria empírica”, assim denominada porque é baseada na História e fundada sobre a investigação de acontecimentos; mas também uma teoria “evolutiva” e “metódica”, por ser centrada na análise da sucessão dinâmica dos acontecimentos e na teorização das suas analogias e regularidades (DUROSELLE, 1992, p. 33). Ele concorda que o estudo das relações internacionais não se pode limitar ao trabalho dos historiadores, devendo apelar a outros conhecimentos disciplinares. Todavia, sublinha que, não raras vezes, os teóricos das RI abusam da História, usando de forma descontextualizada casos históricos para comprovarem suas teorias (DUROSELLE, 1992, p. 23).

Para além de uma crítica construtiva ao uso da História pelos teóricos das RI, Duroselle também aponta lacunas e preconceções que limitam o trabalho dos historiadores. Aquilo que sintetiza em quatro “fantasmas” analíticos, a saber: o abuso excessivo da explicação histórica com base na luta de classes; o recurso à “escolástica e à glosa”; a criação das “essências”, ou seja, a “reificação” dos conceitos; e a fé excessiva na quantificação, o “matematiquismo” (DUROSELLE, 1992, p. 24-30).

Apesar de demonstrar grande familiaridade com os teóricos anglo-saxônicos, Duroselle recomenda que os acadêmicos europeus não se rendam ao exercício de mimetizarem essas abordagens, nem de se guiarem apenas pelas agendas teóricas norte-americanas.

Duroselle argumenta que a História tem por base a identificação e compreensão do acontecimento único e datado, enquanto a teoria aspira à generalização e modelização abstrata. Todavia, a teorização não é possível sem a História. A escola francesa reconhece as diferenças metodológicas e epistemológicas das perspectivas analíticas da História e das RI, e desenvolve uma abordagem assente num movimento de aproximação da História à Teoria – leia-se à disciplina das RI –, mas sempre sublinhando o papel insubstituível da História.

Para além da dupla Renouvin-Duroselle, outros historiadores europeus desenvolveram movimentos disciplinares em direção às RI. Um dos mais importantes foi o historiador italiano Brunello Vigezzi, professor na Universidade de Milão, que fundou o Instituto de Estudos de Política Externa e Opinião Pública e foi um dos impulsionadores da criação da Comissão de História das Relações Internacionais (Commission d'Histoire des Relations Internationales – CHRI) filiada no Comitê Internacional de Ciências Históricas (Comité International des Sciences Historiques – CISH).

A CHRI foi criada no início dos anos 1980, em torno de Brunello Vigezzi e René Girault, professor na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. A CHRI se integrava na missão da solidificação de uma História das RI liderada por Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, cujo marco fundacional foi a publicação, em 1964, da *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1964).

Logo após o marco francês, Vigezzi (1966) publica um livro inovador sobre a política externa de Itália em que avança uma renovação teórica e metodológica do estudo da política externa na ótica da nova História das RI. Anos depois, Vigezzi (1991) apura e desenvolve a sua visão, apresentando uma das melhores análises da política externa italiana até a data. Mais recentemente, publicou uma história da Escola Inglesa (VIGEZZI, 2005), em que conjuga pormenores dos contextos históricos com uma análise do ambiente intelectual dos acadêmicos britânicos. Voltou ainda à política externa italiana, em que faz uma análise interligada da política interna e política externa da Itália na Primeira Guerra Mundial (VIGEZZI, 2017).

Quanto à relação entre a Teoria e História das RI, Vigezzi começa por sublinhar que a História e a Teoria das RI são uma criação do século XX, no período de entre guerras e particularmente no pós-guerra, momento em que a política internacional se começou a

transformar e entrou na fase “mundial” (VIGEZZI, 1992, p. 330). Vigezzi (1992, p. 330) ainda recorda que é usual ambas as disciplinas assumirem uma posição pessimista e defensiva sobre as possibilidades de colaboração. Muitas vezes, de forma pouco rigorosa, é construída uma percepção em que historiadores e teóricos das RI trabalham em territórios distintos. Essa percepção dicotômica é apenas ultrapassada quando, de forma utilitária, os investigadores lançam incursões rápidas no outro campo disciplinar.

Por norma, historiadores e teóricos revelam pouco interesse recíproco a propósito das metodologias e objetivos que motivam a investigação dos seus campos disciplinares. Pior, não raras vezes, por impulsos e tradições corporativas, historiadores e teóricos assumiam percepções rivais, sublinhando as diferenças relativas a métodos, objetivos e resultados. Vários académicos dos dois campos disciplinares insistiam em alimentar a ideia da dicotomia entre a História e as RI, criando barreiras ao invés de pontes. Nessa lógica simplista e corporativa, historiadores refutam a utilidade da universalidade dos esquemas teóricos e, por seu lado, os cientistas políticos das RI afirmam que as RI já ultrapassaram o culto inútil dos detalhes da História Diplomática (VIGEZZI, 1992, p. 330-331).

No que diz respeito à Teoria das RI – aqui entendida como na sua matriz de subdisciplina da Ciência Política com objetivos de produzir teorizações – Vigezzi recorda que foi a necessidade de refletir sobre as causas e consequências da Grande Guerra que deu origem às RI (VIGEZZI, 1992, p. 330-332). A primeira guerra mundial foi o detonador político e intelectual que originou a urgência de pensar de forma mais sistemática esse fenómeno novo. A partir daqui, iniciou-se um pensamento crítico sobre os erros que determinaram a guerra e uma reflexão sobre como implementar novas ideias e práticas para organizar melhor a ordem internacional.

Esse novo pensamento sobre as relações internacionais originou um esforço de teorização que está na origem da invenção da disciplina, mas também originou críticas ao velho pensamento internacional captado pela História Diplomática. Segundo Vigezzi, os teóricos das RI olham para a História Diplomática como uma espécie de “ovelha negra” da área, devido à excessiva atenção que dá aos pormenores e ao tricô diplomático das chancelarias e dos tratados internacionais (VIGEZZI, 1992, p. 331).

Por um lado, a História Diplomática está presa a uma visão que já não é atual nem útil para compreender as relações internacionais contemporâneas. Por outro lado, os teóricos das RI tendem a perceber a disciplina da História de forma determinista e prisioneira do passado (VIGEZZI, 1992, p. 331-332). Nessa ótica, a História teria uma

tendência ontológica de justificar o curso dos acontecimentos com base numa lógica excessivamente consequencialista face a fatos e decisões do passado.

Vigezzi reconhece que a História está mais bem apetrechada para analisar o passado e o *longo prazo* do que para analisar o tempo presente. Por definição disciplinar, o trabalho do historiador está centrado na reconstrução de acontecimentos passados (VIGEZZI, 1992, p. 332). Já os teóricos das RI estão mais centrados na análise de acontecimentos do presente (VIGEZZI, 1992, p. 332).

Contudo, Vigezzi entende que os historiadores das RI devem tentar compreender o que seus colegas teóricos expõem sobre a História e suas limitações. Uma das limitações que são apontadas é a excessiva confiança nas fontes arquivísticas. Os teóricos sublinham que vários aspetos da pesquisa histórica tradicional são falíveis, sobretudo quando recorrem exclusivamente à documentação arquivística oficial, não utilizando de forma interligada outras fontes de explicação para captar a formulação das decisões em política externa (VIGEZZI, 1992).

As Relações Internacionais e a História no mundo anglo-saxônico: origens, fronteiras e pontes

No mundo anglo-saxônico, as primeiras instituições de estudo das relações internacionais estão profundamente ligadas à História, nomeadamente à História política contemporânea e à História Global do Presente *avant la lettre*. Em Londres, a Catham House (1920), em Nova York, o Council of Foreign Relations (1921) iniciam as suas revistas, *International Affairs* e *Foreign Affairs*, que eram profundamente históricas. Também os primeiros ciclos de estudos em RI na Universidade de Gales (1919) e na London School of Economics and Political Science (LSE), (1924) são predominantemente históricos. O próprio British Committee on the Theory of International Politics (BCTIP) (1959), que está na origem da Escola Inglesa (EI), tem uma forte ligação à História, comprovando que a EI sempre cultivou o diálogo com a História e possui uma marca genética histórica.

Mesmo antes da criação do BCTIP, não podemos esquecer o papel do historiador Edward Hallet Carr. Apesar de ser possível uma diversidade de interpretações sobre seu pensamento (KUBOLKOVA, 1998) é indesmentível sua importância intelectual na fundação das RI. Em primeiro lugar porque Carr (2001 [1939]) é o autor de um dos primeiros livros que pretende ser uma introdução ao estudo das relações internacionais. Em *The Twenty Years Crisis 1919 to 1939: An Introduction to the Study of International*

Relations, Carr apresenta uma das primeiras visões ecléticas – históricas e teóricas – sobre como analisar as relações internacionais. O autor interpreta a teoria e prática dos decisores e analistas das relações internacionais de acordo com uma moldura teórica e apresenta uma dicotomia básica sobre as suas visões do mundo: a realidade e a utopia. Carr faz uma leitura teórica da história das relações internacionais entre 1910 e 1939, interligando-a com a análise clássica em Ciência Política sobre o que existe face ao que deveria existir. O historiador também critica a visão excessivamente utópica e determinista dos objetivos da nova ciência política das relações internacionais, aquilo que designa como “a passionate desire to prevent war” (CARR, 2001, p. 8).

Carr é um dos primeiros a demonstrar que estudar as relações internacionais implica sempre uma motivação teórica. No seu outro livro clássico, *What Is History?* (CARR, 1961), Carr sublinha que fazer História é sempre uma interpretação motivada por escolhas e interesses teóricos do investigador. Assim, o historiador se assemelha a um pescador: escolhe o lugar para pescar – problema e abordagem de análise –, bem como o tipo de material com que pescar, ou seja, as metodologias e técnicas (CARR, 1961, p. 20-24). Embora o historiador se baseie em fatos e em fontes fidedignas, é necessário perceber que é ele também quem seleciona esses fatos e fontes. Assim, fazer História é um processo social que reflete um diálogo entre o passado dos fatos e o presente do historiador, bem como um contínuo processo de “moldagem dos seus factos à sua interpretação e da sua interpretação aos seus factos” (CARR, 1961, p. 29).

Embora com naturais ligações à Ciência Política, no Reino Unido as RI foram se desenvolvendo de forma mais autônoma e com uma maior preocupação interpretativa-historicista, estabelecendo ligações constitutivas com a História e a Teoria Política. Nos Estados Unidos, a regra foi as RI se especializarem numa disciplina integrada na Ciência Política, com preocupações metodológicas neopositivistas e com uma forte influência racionalista e neoeconômica. Comparativamente, a EI tem uma menor preocupação com a formalização de relações inferenciais e de construção de modelos neopositivistas de influência behaviorista. Nos Estados Unidos, as RI assumiram uma abordagem tendencialmente dedutiva, nomológica e empiricista, em contraste com a existência de uma abordagem mais interpretativa e crítica do empiricismo-positivista por parte da EI (MENDES, 2019a; 2019b).

Apesar da ambição inferencial e neopositivista, nos Estados Unidos mantiveram-se fortes relações entre historiadores e cientistas políticos que estudavam as relações internacionais com base em abordagens qualitativas, agenciais e processuais. Contudo, mesmo em diálogos qualitativos, mantiveram-se alguns debates.

O principal debate disciplinar foi relativo à questão clássica da divisão de trabalho disciplinar face aos objetivos de produzir teorias generalizáveis. Como sublinharam os historiadores continentais, o objetivo principal da História não é a produção desse tipo de teorias. O que não é o mesmo que afirmar que a História é atórica ou que não produz teorizações, como demonstram vários historiadores (SCHROEDER, 2001; TRACHENBERG, 2006; 2012). Por outro lado, relevantes teorias de RI se baseiam na História (MACKAY; LA ROCHE, 2020) e vários cientistas sociais sublinham o papel da História em estabelecer correlações comparativas, identificar mecanismos, processos e regularidades, bem como relações dialéticas e dinâmicas sobre os acontecimentos (TILLY; GOODIN, 2006; TILLY, 2006)(MAHONEY; SCHENSUL, 2006; COLLIER; MAZZUCA, 2006).

A questão fundamental não é relativa à simples dicotomia entre teóricos e não teóricos, mas sim perceber que a História e as RI utilizam a teoria de formas diferentes devido à distinção clássica entre objetivos ideográficos e nomotéticos (LEVY, 2001, p. 41). Embora atualmente essa dicotomia já não corresponda ao estado da arte da teoria da História (SIMON, 2019), ainda existe o mito disciplinar dessa distinção tradicional.

Contudo, ao nível das RI, persiste uma visão dominante sobre essa distinção, que afirma que na explicação histórica o principal objetivo é a identificação descritiva de determinados acontecimentos e seus processos únicos e particulares para se atingir uma interpretação compreensiva, subjetiva e contextual. Enquanto o principal objetivo dos cientistas políticos é a construção de modelos explicativos que consigam identificar relações entre variáveis que possam permitir atingir explicações generalizáveis sobre comportamentos políticos e sociais. Na realidade, essa divisão deve ser vista como um continuum e não como uma barreira fixa (KOLIOPOULOS, 2017, p. 5).

De qualquer modo, o que é relevante para a nossa discussão é que essa divisão deve ser enquadrada historicamente. Importa recordar que as RI solidificaram uma visão teórica que especializou a disciplina no quadro de uma ciência social e política do presente. Nesse processo, as RI desenvolveram um natural movimento de diferenciação e afastamento da História. Contudo, nos Estados Unidos sempre existiu um relacionamento disciplinar entre a História e as RI e consequentes movimentos de discussão interdisciplinar. Nesse quadro, um dos trabalhos clássicos é *Diplomacy, New Approaches in History, Theory and Policy*, liderado por Paul Lauren (1979). Aqui se apresentam as tradicionais percepções diferenciadoras das duas disciplinas. Historiadores e Cientistas Políticos das RI gostavam de alimentar debates sobre os méritos respectivos das suas disciplinas. Esses debates faziam eco das diferentes abordagens que História e Ciência Política privilegiavam para estudar o mesmo objeto de estudo: as relações internacionais. Essas diferenças se baseavam no diferente, e por vezes dicotômico, valor relativo que ambas as disciplinas

atribuíam à teoria e à intuição, à gíria conceitual e ao estilo e valor literário da prosa científica, bem como sobre o quantitativo e o qualitativo, sobre a análise explicativa versus a descrição narrativa, ou, ainda, sobre os paradigmas teóricos e a construção de modelos gerais e abstratos versus o valor intrínseco dos acontecimentos únicos e circunstanciados (LAUREN, 1979).

Outro marco na discussão entre a História e Ciência Política das RI nos EUA foi o número especial da *International Security* (SYMPOSIUM, 1997), depois desenvolvido no livro *Bridges and Boundaries* (ELMAN; ELMAN, 2001). Desde a publicação de *Bridges and Boundaries* vários trabalhos problematizaram a relação entre a História e as RI, mas podemos destacar dois, um de um teórico e outro de um historiador. O primeiro, *History and International Relations* (2003), é a súpula do trabalho de David Puchala sobre como usar a teoria para interpretar a história internacional, especialmente a descoberta e explicação de padrões históricos com o objetivo de descortinar um sentido na história das relações internacionais (PUCHALA, 2003, p. 5).

O segundo, *Tact and Intelligence: Essays on Diplomatic History and International Relations* (GRAIG et al., 2008), é uma homenagem ao historiador Gordon Alexander Craig, professor em Stanford e presidente da Associação Americana de História (1982), bem como um dos impulsionadores da *Society for Historians of American Foreign Relations* (SHAFR). A SHAFR patrocina desde 1977 a revista *Diplomatic History*, que é simultaneamente indexada em História (14/95, 2018 WOS) e em RI. Existem vários exemplos de revistas que são indexadas nas duas áreas, como a *Revista Brasileira de Política Internacional* no Brasil, ou a *Colombia Internacional* na Colômbia, que, apesar de serem revistas de referência em RI, também se consideram revistas de História (SJR, 2019). Mesmo a *Revista Brasileira de História* assume a sua interdisciplinaridade com a Ciência Política (SJR, 2019), bem como a *História da Historiografia*, que apresenta uma natural interdisciplinaridade com a Filosofia e a Teoria Política.

Todavia, *Bridges and Boundaries* permanece como o marco que reúne as melhores ideias sobre as fronteiras entre historiadores e cientistas políticos das RI, a começar pelas dicotomias passado/presente; descrição/explicação e correspondente necessidade de teorização:

political scientists are more likely to look to the past as a way of supporting or discrediting theoretical hypothesis, while historians are more likely to be interested in past international events for their own sake. Although political scientists might turn to the distant past, the study of 'deep' history is relevant to their research objectives only insofar as it enables them to

generate, test, or refine theory. By contrast, for the historian, the goal of theory building and testing is secondary – the past interests for itself (ELMAN; ELMAN, 2001, p. 7).

Por regra e treino metodológico, o historiador procura reconstruir um problema do passado, tentando escolher um tema inédito uma vez que a qualidade do seu trabalho também é medida por trazer para a História fatos novos. O historiador utiliza os fatos e as fontes históricas como um objetivo científico em si mesmo, diferentemente de um cientista político, que utiliza os fatos e as fontes históricas sobretudo com o objetivo de os explicar à luz de teorias. É possível dizer que, na História, o mais importante é a descoberta de fatos novos e a descrição original do que aconteceu. Nas RI, o mais importante é a construção de uma teoria ou conceitualização nova face a um determinado fenômeno ou processo social.

Todavia, a divisão entre passado e presente não capta a essência da História, uma vez que ela é sempre um diálogo entre o passado e o presente (BLOCH, 1997; CARR, 1961; KRATOCHWIL, 2006). A História não se define apenas pela lógica do passado, mas sobretudo pela lógica da temporalidade, da sua análise contextual e explicação processual.

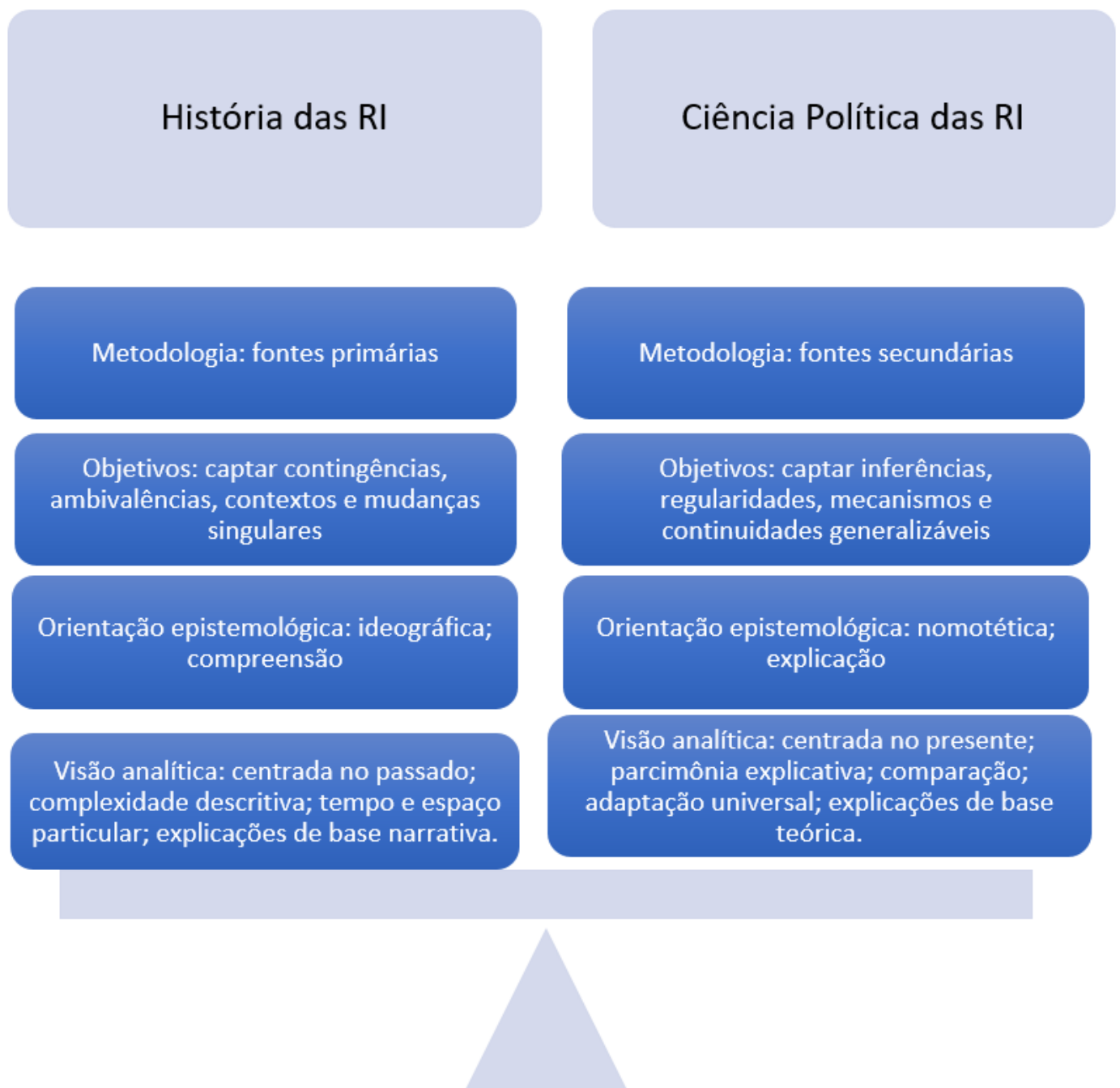
Como sublinhou Carr (1961), a história é analisada e construída socialmente do ponto de vista do presente e dos seus contemporâneos. Não podemos esquecer que todos, mulheres, homens, agentes políticos, historiadores e politólogos, somos *seres históricos* imersos em processos históricos. Vivemos e estudamos em contextos que estão em permanente diálogo com a dialética presente/passado e que influenciam a nossa investigação.

As diferenças entre a História e as RI remetem para as dicotomias clássicas entre explicação, compreensão/objetivismo/subjetivismo e sobre o valor relativo do universal ou do único. Por razões de espaço, não desenvolvemos essas questões e optamos por apresentar um quadro sintético (Figura 1) das principais diferenças, em abstrato, entre a abordagem da História e da Ciência Política em RI.

Apesar das diferenças e fronteiras, em abstrato, essa divisão é relativamente artificial na prática da investigação. As fronteiras disciplinares têm importância ao nível da formação básica dos académicos e das suas comunidades e são fundamentais na justificação institucional e corporativa das disciplinas, departamentos e associações profissionais, mas na prática da investigação sênior esbatem-se. Parece mesmo existir um fenómeno cíclico, de ascensão e queda, na defesa das soberanias

disciplinares. No início das carreiras existe um fervor disciplinar, mas à medida que a maturidade acadêmica avança, dá-se um movimento de libertação disciplinar em que a investigação tende a ser mais interdisciplinar e se busca a teorização transdisciplinar. Por outro lado, importa sublinhar que muitas vezes os disciplinadores oficiais dos campos científicos utilizam as fronteiras e os micropoderes disciplinares para camuflar suas debilidades intelectuais.

Figura 1 - Diferenciação disciplinar abstrata entre a História e as RI



Fonte: Elaboração do Autor.

Finalmente, convém referenciar o particular papel que os historiadores tiveram na invenção e solidificação das RI no mundo luso-brasileiro. Em especial no Brasil com o início do estudo e institucionalização das RI na Universidade de Brasília e sua escola histórica de RI (HERZ, 2002; LESSA, 2005, SARAIVA; CERVO, 2008; SARAIVA, 2005 SANTOS; FONSECA, 2009; ALMEIDA, 2014). Em Portugal, o início das RI também está ligado à visão da História das RI de influência francesa. Na sua origem, os cursos de RI em Portugal tiveram uma forte componente histórica. Embora essa componente histórica tenha sido diluída, refletindo o movimento de diferenciação aqui identificado, ainda hoje a História e os Historiadores de RI são importantes (MENDES, 2014).

O retorno da História e a importância do *pensamento histórico* em RI

Apesar dos movimentos disciplinares de aproximação da História às RI e das perspectivas mais reflexivas insistirem na indispensabilidade do pensamento histórico, a regra foi que as RI se autonomizaram, tentando se libertar da compreensão qualitativa de base histórica e caminhar para a teorização das relações internacionais numa lógica neopositivista e de formalização de variáveis que pretendiam encontrar inferências “if-then”.

Desde o segundo debate da disciplina, o empirismo neopositivista e a formalização racionalista foram ganhando terreno até se tornarem perspectivas epistemológicas dominantes na disciplina das RI, sobretudo nos EUA. Apesar das exceções marginais dos movimentos pós-positivistas, o pensamento *mainstream* nas RI foi construindo um discurso teórico-disciplinador sobre quais eram as boas práticas do conhecimento científico em RI. A identidade epistêmica dominante defendia que a investigação em RI era sinônimo da dedução e de metodologias nomológicas. Essa ideia dominante nas últimas décadas levou a História e suas metodologias qualitativas a serem relegadas para segundo plano.

Nesse quadro, o *pensamento histórico* foi sendo integrado numa guerra acadêmica, com ramificações metodológicas e epistemológicas, entre as abordagens clássicas e críticas das RI e as abordagens modernas e positivistas. Na lógica dominante e neopositivista, os cientistas políticos de RI olhavam para a História apenas como seu laboratório experimental.

Contudo, na virada do século acontece uma reinvenção construtivista nas RI (MENDES, 2012) e uma conseqüente ascensão das abordagens que consideram a importância da História e suas visões epistemológicas. Programas de investigação historicamente orientados, como o Construtivismo e as Teorias Críticas, mas também o

Neorrealismo Clássico e a Escola Inglesa, motivaram o retorno da História às RI. Nesse contexto, desenvolve-se um movimento disciplinar de aproximação à História que defende a libertação das RI da “prisão da Ciência Política” (ROSENBER, 2016; FORUM IR, 2017), bem como uma “viragem histórica” (MCCOURT, 2012) e “prática” nas RI. Este movimento historicista se revela na publicação de dois importantes *Handbook* da disciplina- *Handbook of the History: Philosophy and Sociology of International Relations* (2018) e *Routledge Handbook of Historical International Relations* (2021) – os primeiros a sair da caixa racionalista e a assumir uma clara visão reflexivista e histórica.

Contudo, as formas de a-historicismo não são fáceis de apagar, até porque foram consolidadas pela própria prática acadêmica e científica da comunidade de RI. Grande parte das abordagens racionalistas dominantes e mesmo algumas abordagens críticas não deixam de usar a História para comprovar suas teorias e explicações *post factum*. (ISACOFF, 2002; PUCHALA, 2003; HOBSON; LAWSON, 2008; LAWSON, 2012).

Existem duas formas principais de a-historicismo na disciplina das RI (LAWSON, 2012). A primeira é assumir a História como se fosse uma passagem das escrituras sagradas, como se contasse uma verdade absoluta e independente do seu contexto e tempo histórico. Nesse caso, a História é utilizada para demonstrar lições intemporais sobre o comportamento dos Estados e dos seus líderes. A questão é que, muitas vezes, essas lições, ou máximas, históricas, são descontextualizadas e utilizadas em situações que não são comparáveis.

A segunda forma é o que Lawson designa como “history as butterfly” (LAWSON, 2012, p. 207-213). Esta forma de pensar se baseia na ideia de que a História é um conjunto de pequenas particularidades contingenciais, episódicas e muitas vezes, aparentemente casuais que acidentalmente determinam o acontecimento de importantes fatos históricos. Essa abordagem tende a fetichizar o particular, excepcional e episódico, não conseguindo compreender que todo e qualquer acontecimento histórico, por mais particular ou excepcional que possa parecer, faz parte de um processo mais vasto e complexo.

Apesar de a história nunca estar predeterminada e o imprevisível fazer parte do seu devir, os processos históricos não são exatamente acidentais. É necessário compreender os seus complexos processos, em que vários e contínuos acontecimentos se interligam, criando sequências de eventos, enredos e movimentos. Embora muitas vezes não seja fácil e imediato discernir o seu sentido, os acontecimentos progridem de forma interligada, proporcionando o desenvolvimento de ciclos e *turning points* nas relações internacionais.

Como sublinharam os historiadores da escola francesa, a História das RI não deve se limitar ao culto do detalhe dos episódios particulares, mas antes perceber as “forças profundas” que explicam os acontecimentos (RENOUVIN; DUROSELLE, 1992).

Para além de contribuir para a assunção da importância das dinâmicas dos processos históricos e da relação dialética entre passado e presente, o movimento do regresso à História é importante para superar algumas das limitações do neopositivismo e suavizar a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo (MCCOURT, 2012). Essa divisão eterna (LAWSON, 2012) nas ciências sociais teve ecos nos segundo, terceiro e quarto “grandes debates” das RI e não terá um “fim da história”. Ela continuará, de forma cíclica e readaptada, a interligar-se com o desenvolvimento dos contextos históricos e científicos e respectivos puzzles e debates teóricos.

Em RI essa divisão foi discutida no clássico *Explaining and Understanding* (HOLLIS; SMITH, 1991) e também reflete as fronteiras entre cientistas sociais e historiadores e suas respectivas visões mais neopositivistas ou mais interpretativo-reflexivas. Embora não seja exatamente simples ultrapassar essa dicotomia, a assunção do *pensamento histórico* é uma estratégia para possibilitar o desenvolvimento de linhas de investigação ecléticas. Isto é, que proporcionem *explicações compreensivas* que demonstrem, simultaneamente, teorizações e conhecimentos históricos (MENDES; 2018; 2020b; 2021a; 2021b; 2021c).

O regresso à História é um caminho possível para tentar ultrapassar essa dicotomia e mitigar “o naturalismo ontológico” das teorias racionalistas dominantes (MENDES, 2018, p. 63-464). É fundamental ter consciência da presença inelutável da história nas interpretações científicas, na construção de teorias e na invenção dos campos de estudo da Ciência Política (MENDES, 2019a; 2020a). A contextualização histórica das próprias propostas epistemológicas é uma boa resposta aos desafios da validade de conhecimentos e à superação dos problemas do monismo neopositivista e do subjetivismo relativista.

Nesse quadro, o *pensamento histórico* deve se refletir nas técnicas, métodos e conceitos usados no estudo das RI, contribuindo para a superação do a-historicismo do neopositivismo. Apesar de utilizarmos conceitos abstratos, é fundamental perceber as suas origens, evoluções e adaptações face à diversidade de tempos e espaços históricos. A começar pelos conceitos de *soberania* e *sistema internacional*, que não surgiram em 1648 (BARTELSON, 2014; FORUM, ISR, 2018), mas também perceber a temporalidade dinâmica de conceitos como, por exemplo: revolução (LAWSON, 2019); terrorismo; nacionalismo; imperialismo; populismo etc. Existe uma historicidade nos

próprios conceitos das ciências sociais que é fundamental assumir na análise das (R) relações (I) internacionais. Não podemos esquecer que tudo o que acontece na sociedade internacional é produto da História, quer como construção social, quer como percepção sobre o passado, quer ainda no seu papel de enquadramento do presente.

Por outro lado, o retorno à História contribui para uma aproximação das RI às práticas da diplomacia e política externa e ao mundo da decisão governamental. Por meio da aproximação à História, as RI mitigam os problemas do “vírus da teorização fetiche”, do seu fechamento na torre de babel e crescente irrelevância (MENDES, 2019b, p. 112).

O retorno da História se relaciona com a reinvenção reflexiva e pragmática das RI e com a sua necessidade de ser mais relevante na prática. Após uma distanciação excessiva do mundo real e das práticas da política internacional (DESCH, 2019), a disciplina das RI pode encontrar no retorno à História uma estratégia para ter mais relevância política e social. Como sublinha Kratochwil (2006) o retorno à História é fundamental para as RI desenvolverem uma visão mais próxima da realidade prática das relações internacionais, o que não significa uma visão ateórica. Pelo contrário, a “practical turn” (ADLER; POULIOT, 2011) é um importante avanço teórico nas RI. Contudo, essa viragem prática não está isenta de problemas (KUSTERMANS, 2016; WALTER, 2019), mas uma das soluções é a sua ligação à História. Com efeito, os conhecimentos de uma teoria para a prática só são possíveis com base no conhecimento histórico (KRATOCHWIL, 2006; 2011).

Esse regresso à História remete para uma questão central: que tipo de conhecimento os acadêmicos de RI devem privilegiar na sua investigação? Devemos continuar a aumentar a “jaula da abstração” e prosseguir no caminho de formalização e empirização de grãos de areia? Ou devemos tentar diminuir o distanciamento entre o mundo acadêmico e o mundo político e desenvolver conhecimento útil e relevante para mudarmos o mundo?

Na nossa ótica, a segunda opção parece-nos aquela que melhor atinge os objetivos do projeto intelectual das RI (BUZAN; LITTLE, 2001; SMITH, 2004). Ao contrário da teorização excessivamente formal e abstrata, o regresso à História possibilita uma melhor relação entre a teoria e a prática das relações internacionais, bem como uma aproximação do mundo acadêmico ao mundo político (MCCOURT, 2012; KRATOCHWIL, 2006; 2018). Ainda que numa ótica politológica, as RI devem desenvolver trabalhos históricos, uma vez que a História tem uma especial capacidade para produzir conhecimento prático, aqui entendido como uma sabedoria prático-política ou *Phronésis* (MACCOURT, 2012).

O regresso à História originou uma maior disponibilidade intelectual para dialogar com historiadores, bem como novas avenidas teóricas sobre as limitações das leituras monistas e escriturais sobre as relações internacionais (LAWSON, 2012; VAUGHAN-WILLIAMS, 2005). Em simultâneo, esse regresso permite que as RI ganhem maior consciência sobre as limitações das ambições neopositivistas das suas teorias, assumindo a historicidade e reflexividade da sua produção (PUCHALA, 2003; MENDES, 2020a). Outra consequência do retorno à história foi a renovada importância dos estudos e análises narrativas como ferramenta para estudar e compreender os processos políticos (ROBERTS, 2006; SUGANAMI, 2008; MENDES, 2020c; 2021b; 2021c).

Como sempre acontece, não existe uma solução perfeita para a relação (in)disciplinar entre a História e as RI. Tensões relacionadas com a competição disciplinar (WOHLFORTH, 2001, p. 352-353) e até mesmo problemas relativos às tentações de colonialismo disciplinar (LAWSON, 2018) dificilmente acabarão. Contudo, é importante desenvolver diálogos críticos entre as duas disciplinas para se confrontarem de forma construtiva algumas das suas limitações. Do lado da história, é importante assumir a pluralidade de interpretações do passado e desmistificar as verdades absolutas. Sem cair na banalização metodológica e resvalar para o revisionismo pós-verdadeiro, é necessário relativizar o monismo ideológico e sublinhar a possibilidade de novas interpretações dos acontecimentos históricos. Por sua vez, os cientistas sociais têm uma tendência exagerada para alertarem para os problemas epistemológicos da História derivados do seu particularismo metodológico e dos seus princípios explicativos relativamente indeterminados.

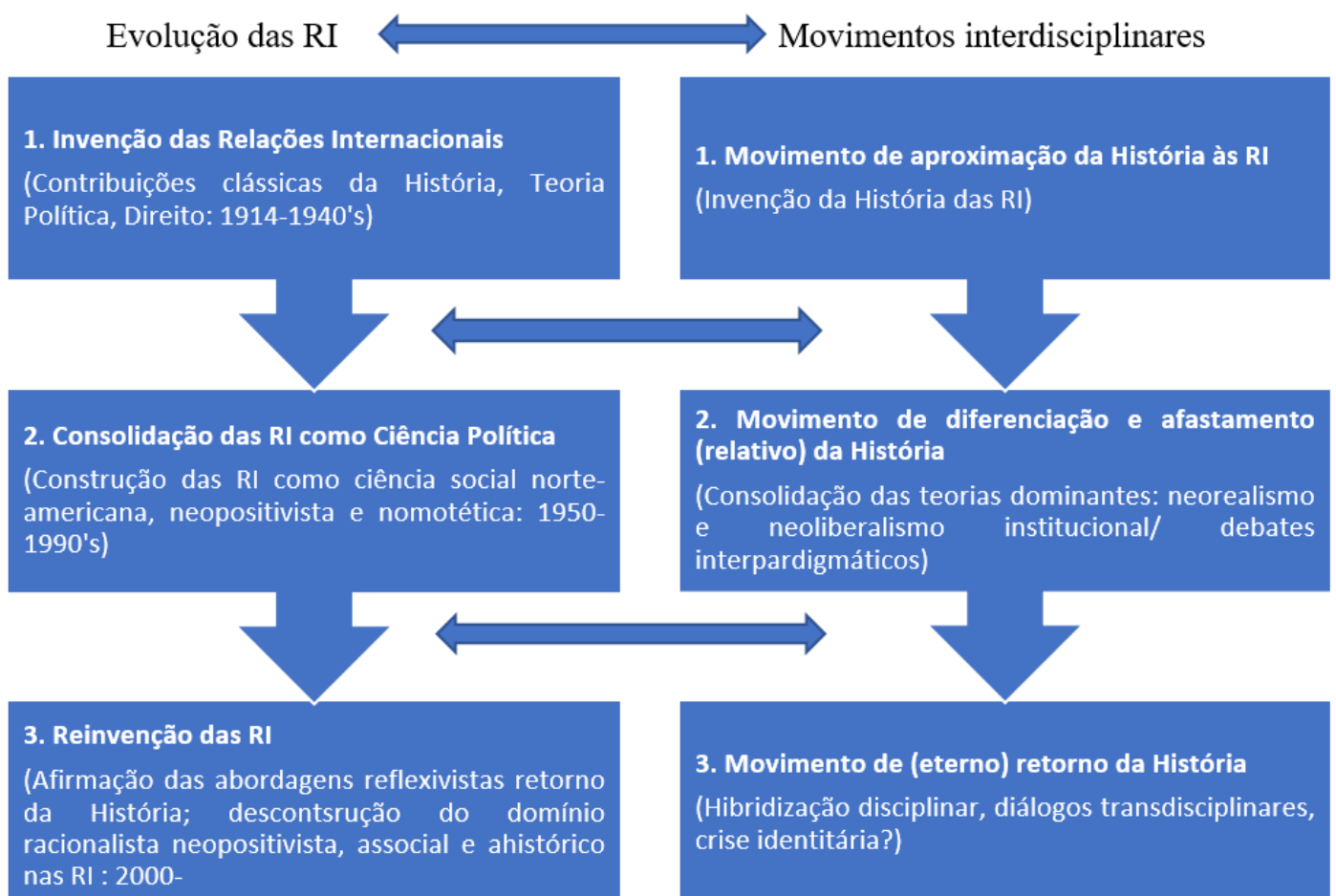
Os historiadores devem normalizar a ideia de que não existe uma verdade absoluta nas suas narrativas e os investigadores das RI devem igualmente normalizar a ideia de que não existe uma verdade intrínseca nas teorizações generalizáveis que procuram apresentar. Isso não significa o relativismo, nem o abandono dos padrões de rigor metodológico que devem nortear a investigação científica, mas é necessária uma maior humildade epistemológica no diálogo interdisciplinar.

Tudo isso não significa que seja possível e necessário apagar as naturais diferenças e estilos disciplinares de raciocínio e análise entre a História e as RI (ELMAN; ELMAN, 2001; JERVIS, 2001; SCHROEDER, 2001), mas importa desenvolver um maior diálogo eclético e interdisciplinar nas RI (MENDES, 2019b). Sobretudo o que designamos por *pensamento histórico* deve ser privilegiado no ensino e estudo das RI. Uma boa forma de explicar a importância do pensamento histórico é recorreremos à famosa metáfora sobre as imagens estáticas das fotografias e das imagens em movimento do cinema. Uma coisa é vermos várias fotografias isoladas e espaçadas no tempo, outra coisa é pegarmos nessas fotografias e tentarmos dar-lhe uma sequência e um significado

temporal. Essa capacidade de pegar em vários episódios das relações internacionais e conseguir interpretá-los de forma dinâmica, comparativa e temporal é essencial.

Ao contrário de várias análises fotogênicas que apresentam dados formalizados em equações, argumentando a sua objetividade, é necessário assumir que todos os dados e validações são históricos. Na vida humana nada existe fora da História, dos seus processos e contextos. Para compreendermos melhor as relações internacionais é necessário assumir a temporalidade processual da vida humana e dos fenômenos sociais. Em RI não basta tirar fotos do presente e identificar o que está acontecendo no imediato. As RI, como a História e a Sociologia, são uma disciplina que tem como missão produzir conhecimento (cinema) e não apenas informação (*snapshots*). Para tal, é importante que os acadêmicos de RI assumam a dinâmica temporal e processual das relações internacionais. Os fatos das relações internacionais não devem ser compreendidos de forma estática e atemporal, mas serem compreendidos de forma dinâmica e histórica. (Figura 2)

Figura 2 - Relação dialética entre a evolução das RI e seus movimentos interdisciplinares com a História



Fonte: Elaboração do autor.

Conclusão

Embora a relação entre as RI e a História tenha experienciado diversos caminhos e direções, existe uma constante inelutável: a História sempre teve um lugar central no estudo, pensamento e imaginação social da disciplina das RI.

Todavia, como argumentamos, é possível sintetizar essa relação por meio de três movimentos disciplinares principais. O primeiro é o que resulta da constatação sobre a necessidade de estudar as relações internacionais como objeto de estudo próprio e sistemático, dando origem à invenção das RI. Nesse primeiro momento existe um movimento em que várias disciplinas já consolidadas se vão reunir em torno da invenção da nova disciplina. Aqui tem particular destaque a História política e diplomática que, mesmo antes da invenção das RI, já se dedicava ao estudo das relações internacionais. Portanto, simultaneamente ao processo de invenção da disciplina das RI – que também incluiu historiadores – existiu um movimento de aproximação da História às Relações Internacionais. Daqui resultou no mundo anglo-saxônico a integração das abordagens clássicas, a começar pela História, nas RI, cujo melhor exemplo é a Escola Inglesa e, na Europa Continental, a transformação da História diplomática na nova História das Relações Internacionais, movimento liderado pela dupla Renouvin/Duroselle.

O segundo movimento disciplinar das RI face à História é um movimento de diferenciação e relativo afastamento, que resulta da consolidação teórica da disciplina das RI na sua vertente de Ciência Social Política. Como sublinhado, a consolidação da autonomia disciplinar das RI foi desenvolvida por meio de debates teórico-metodológicos que afirmaram sua componente de ciência política e minimizaram sua componente histórica e humanista clássica. Apesar de terem existido resistências ao domínio positivista e inferencial que a disciplina foi assumindo, e terem continuado alguns importantes legados históricos, humanísticos e dissidências críticas, a verdade é que durante seu período de afirmação (1950-1990) a disciplina das RI desenvolveu um movimento de relativo afastamento face à História.

Finalmente, na virada do século, e até a atualidade, tem-se assistido a um progressivo movimento de retorno da História às RI. Esse movimento se enquadra na mudança reflexiva e eclética das RI e é relevante para desconstruir as dicotomias clássicas do pensamento monista neopositivista dominante. Com esse movimento, a disciplina das RI mitiga o neopositivismo, ganha sensibilidade reflexiva e desenvolve uma melhor aproximação ao mundo da decisão política, permitindo-lhe ter mais relevância social. O retorno à História possibilita uma maior intersubjetividade reflexiva do conhecimento

produzido pelas RI e uma melhor compreensão construtivista dos significados simbólicos das identidades e do seu nexos causal entre o passado e o presente.

Contudo, como observado, continuam a existir tensões e divisões disciplinares – acadêmicas, políticas, ontológicas, epistemológicas e metodológicas – entre a História e as RI. Essas tensões são antigas e reaparecem regularmente, mesmo em trabalhos que tentam desenvolver pontes entre as duas disciplinas. As identidades disciplinares, como as identidades nacionais, são processos sociais históricos que não são possíveis de apagar. Agora, exatamente como com os estados, é possível tentar limitar as guerras disciplinares e promover a cooperação interdisciplinar.

Historiadores e Cientistas Políticos das RI concordam que, apesar de poderem estudar os mesmos fenômenos, o fazem de forma diferente. Também concordam que por razões corporativas, institucionais e acadêmico-disciplinares se foram construindo identidades epistêmicas históricas diferenciadas, muitas vezes percebidas como dicotômicas. Finalmente, também concordam que a História e as RI são disciplinas com relações próximas. Apesar dessa proximidade, é importante reconhecer e honrar as diferenças e fronteiras entre a História e as RI. Os historiadores não são cientistas políticos, nem devem querer se transformar em cientistas políticos à custa da eliminação da sua identidade histórica, o mesmo caso se aplica aos cientistas políticos que fazem trabalhos históricos. Isso não significa a defesa de muros disciplinares. É o contrário, as RI se afirmam pelo diálogo interdisciplinar. As RI devem desenvolver pontes interdisciplinares, integradoras e ecléticas, que não excluam nenhuma perspectiva paradigmática particular.

De qualquer forma, existem dois pilares que constituem uma ponte segura de ligação entre historiadores e cientistas políticos no estudo das relações internacionais. O primeiro é o seu objeto de estudo: as relações internacionais, a política internacional e a política externa. O segundo está ligado a fundamentos epistemológicos e ontológicos comuns, a saber:

- a interpretação qualitativa e reflexiva.
- a incerteza e a co-constituição dinâmica dos processos, estruturas e agentes das relações internacionais.

Da mesma forma que as RI não deviam ter abandonado a História no passado, também defendemos que as RI não devem agora abandonar a Ciência Política e sua identidade disciplinar e se tornar uma disciplina “catch all”, ou mesmo deixarem de ser

uma disciplina. A nossa argumentação não é a de eliminar a pluralidade de identidades epistêmicas dentro das RI e suas eternas relações interdisciplinares. A questão fundamental não é identificar, ou eliminar, as diferenças, que sempre existiram, entre a História das RI e a Ciência Política das RI, mas sim a de perceber a importância do *pensamento histórico* para as RI.

O *pensamento histórico* permite enquadrar compreensivamente os episódios particulares do presente numa sequência temporal de acontecimentos e processos que se estendem por períodos mais amplos, o que aumenta consideravelmente a capacidade explicativa das RI. Para compreender e estudar melhor as relações internacionais, é preciso dominar as noções de temporalidade e contextualização histórica. Situar os fatos e fenômenos das relações internacionais na sua temporalidade é essencial para compreender a complexidade das suas dinâmicas políticas e sociais, passadas e presentes. Como gostamos de salientar, os acadêmicos de RI não podem se tornar especialistas em grãos de areia e não saber o que é uma praia. Ora, precisamente, o *pensamento histórico* é uma das melhores formas para compreendermos como é que os grãos de areia se transformam numa praia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional: contribuição intelectual (1954 a 2014). **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, Brasília, v. 15, n. 146, p. 3-18, 2014.

ADLER, E; POULIOT, V. (ed.). **International Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BARTELSON, Jens. **Sovereignty as Symbolic Form**. London: Routledge, 2014.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOURDIEU Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Lyon, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit. 1984.

BULL, Hedley. International Theory: the case of classical approach. **World Politics**, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 361-377, 1966.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to Do About It. **Millennium**, Viseu, v. 30, n. 1, p. 19-39, 2011.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International System in World History**: Remaking the Study of International Relations. Oxford: OUP, 2000.

CARR, Edward. **The Twenty Years Crisis 1919 to 1939**: An Introduction to the Study of International Relations. London: Palgrave. 2001 [1939].

CARR, Edward. **What is History?** London: Penguin, 1961.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

COLLIER, R., B.; MAZZUCA, S. Does History Repeat? *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006, p. 472-489.

CRAIG, Gordon Alexander. On the nature of diplomatic history: The relevance of some old books. *In*: CRAIG, Gordon Alexander. **Tact and intelligence**: essays on diplomatic history and international relations. Palo Alto: SPSS, 2008. p. 21-42.

DE CARVALHO, B.; COSTA LOPEZ, J.; LEIRA, H. **Routledge Handbook of Historical International Relations**. New York: Routledge, 2021.

DESCH, Michael. **Cult of the Irrelevant**: The Waning Influence of Social Science on National Security. Princeton: PUP, 2019.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. L'étude des Relations Internationales. Objet, méthodes, perspectives. **Revue Française de Science Politique**, Lyon, v. 56, p. 676- 701, 1952.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra**: théorie des Relations Internationales. Paris: Armand Colin, 1992.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (ed.). **Bridges and Boundaries**: Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations. Cambridge: MIT Press, 2001.

FORUM IR. Forum on IR in the Prison of Political Science. **International Relations**, [s.l.] v. 31, n. 1, p. 71-75, 2017.

FORUM ISR. Forum: In the Beginning there was No Word (for It): Terms, Concepts, and Early Sovereignty. **International Studies Review**, Oxford, v. 20, n. 3, p. 489-519, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**. New York: Pantheon, 1980.

GOFAS, Andreas; HAMATI-ATAYA, Inanna; ONUF, Nicholas (ed.). **Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations**. New York: Sage, 2018.

HERZ, Mônica. O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HOBSON, John, LAWSON George. What Is History in International Relations? **Millennium**, Viseu, v. 37, n. 2, p. 415-435, 2008.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, Cambridge, v.106, n. 3, p. 41-60, 1977.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

ISACOFF, Jonathan. On the historical imagination of International Relations: The case for a 'Deweyan reconstruction. **Millennium**, Viseu, v.31, n. 3, p. 603-626, 2002.

JERVIS, R. International history and international politics: Why are they studied differently? *In*: ELMAN, C.; ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists, and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 385-402.

KOLIOPOULOS, C. International Relations and the Study of History. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford: Wiley-Blackwell, 2017.

KRATOCHWIL Friedrich. **Praxis: On Acting and Knowing**. Cambridge: CUP, 2018.

KRATOCHWIL, Friedrich. History, Action and Identity: revisiting the second great debate and assessing its importance for social theory. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 5-29, 2006.

KRATOCHWIL, Friedrich. Making Sense of 'International Practices'. *In*: ADLER, E.; POULIOT, V. (ed.). **International Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 36-60.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. The Twenty Year's Catharsis: E.H. Carr and IR. *In*: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International Relations in a constructed World**. NY: M.E. Sharpe, 1998. p. 25-57.

KUSTERMANS, J. Parsing the Practice Turn: Practice, Practical Knowledge, Practices. **Millennium**, Viseu, v. 44, n. 2, p. 175-196, 2016.

LAUREN, Paul Gordon. **Diplomacy, New Approaches in History, Theory and Policy**. London: Free Press, 1979.

LAWSON, G. International relations as a historical social science. *In*: GOFAS, Andreas; HAMATI-ATAYA, Inanna; ONUF, Nicholas (ed). **Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations**. New York: Sage, 2018. p. 75-89.

LAWSON, G. **Anatomies of Revolution**. Cambridge: CUP, 2019.

LAWSON, G. The eternal divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v.18, n. 2, p. 203-226, 2012.

LESSA, Antônio C. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação. **Rev. Bras. Polít. Int**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005.

LEVY, J. S. Explaining events and testing theories: History, political science, and the analysis of international relations. *In*: ELMAN, C.; ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists, and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, p. 39-83, 2001.

LUARD, Evan (ed). **Basic Texts in International Relations: the evolution of ideas about International Society**. London: Macmillan, 1992.

MACEDO, J. B. **História Diplomática Portuguesa**. Constantes e Linhas de Força, IDN: Lisboa, 1987.

MACKAY, J.; LAROCHE, C. Historical Theories of International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford: Oxford University Press, 2020.

MAHONEY, J.; SCHENSUL, D. Historical Context and Path Dependence. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006. p. 454-471.

McCOURT, David. What's at Stake in the Historical Turn? Theory, Practice and Phronēsis in International Relations. **Millennium**, Viseu, v. 41, n.1, p. 23-42, 2012.

MENDES, P. E. A (re) invenção das relações internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 105-118, 2012.

MENDES, P. E. As relações internacionais como ciência social: dialética entre história e teoria. *In*: SOUSA, F.; MENDES, P. (ed.). **Dicionário das Relações Internacionais**, Porto, Afrontamento, 2014. p. xvi-xxxvi.

MENDES, P. E. Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português. **Análise Social**, Lisboa, 227, LIII (2), p. 458-487, 2018.

MENDES, P. E. The birth of International Relations as a social science: a comparative analysis of the Anglo-American world and continental Europe. **Austral: BJS&IR**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 19-50, 2019a.

MENDES, P. E. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 61, p. 95-122, 2019b.

MENDES, P. E. R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 64-88, 2020a.

MENDES, P. E. Percepções e imagens na política externa do Estado Novo: a importância do triângulo identitário. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63 n. 3, p. 1-35, 2020b.

MENDES, P. E. Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-36, 2020c.

MENDES, P. E. Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944): uma teorização histórico-sociológica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n.1, p. 121-144, 2021a.

MENDES, P. E. Os choques perçecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 87, v. 42, p. 255-279, 2021b.

MENDES, P. E. Marcelo Caetano e a sua circunstância rumo à liderança: poder simbólico, ambição e adaptação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 1024-1057, 2021c.

PUCHALA, Donald. **Theory and History in International Relations**. London: Routledge, 2003.

RENOUVIN Pierre. **Histoire des relations internationales**. Tomes 7 et 8. Les Crises du xxe siècle. I, De 1914 1929. II. De 1929-1945. Paris: Hachette, 1957/1958.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'Histoire des Relations Internationales**. Paris: A. Colin, 1964.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'Histoire des Relations Internationales**. Paris: A. Colin, 4^a edition, 1991.

ROBERTS, Geoffrey. History, Theory and the Narrative Turn in IR. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 703-714, 2006.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the Prison of Political Science, **International Relations**, Califórnia, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.

SANTOS, Norma Breda dos; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 353-380, 2009.

SARAIVA, José Flávio; CERVO, Amado (org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.

SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas. (ed.). **Historiographical Investigations in International Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

SCHROEDER, P. W. International history: Why historians do it differently than political scientists. *In*: ELMAN, C., ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, 2001, p. 403-416.

SIMON, Z. B. Os teóricos da História possuem uma Teoria da História? Reflexões sobre uma não disciplina. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019.

SMITH, Steve. Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11, **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 48, n. 3, p. 499-515, 2004.

SUGANAMI, Hidemi. Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics. **Millennium**, Viseu, v. 37, n. 2, p. 327-356, 2008.

SUZUKI, S, ZHANG, Y, QUIRK, J. (eds). **International Orders and the Early Modern World**. Abingdon: Routledge, 2014.

SYMPOSIUM: HISTORY AND THEORY, **International Security**, v. 22, n. 1. 1997.

TEIXEIRA, Nuno. Portugal. *In*: FREIRE, M. (ed.). **Política Externa**: as Relações Internacionais em Mudança. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 355-364.

TILLY, Charles; GOODIN, Robert. It Depends. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006a. p. 3-34.

TILLY, Charles. Why and How History Matters. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006b. p. 417-434.

TRACHTENBERG, M. **The Cold War and After**: History, Theory, and the Logic of International Politics. Princeton: PUP, 2012.

TRACHTENBERG, M. **The Craft of International History**. Princeton: PUP, 2006.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. International Relations and the problem of History. **Millennium**, Viseu, v. 34, n. 1, p. 115-136, 2005.

VIGEZZI, Brunello. **L'Italia di fronte alla prima guerra mondiale**. L'Italia neutrale. Milano-Napoli: Ricciardi, 1966.

VIGEZZI, Brunello. **Politica estera e opinione pubblica in Italia da l'Unità ai nostri giorni (1855-1980)**: orientamenti degli studi e prospettive di ricerca. Milão: Edizioni Universitarie Jaca, 1991.

VIGEZZI, Brunello. **L'Italia di fronte alla prima guerra mondiale**. Milão: Mondadori Bruno, 2017.

VIGEZZI, Brunello. **The British committee on the Theory of International Politics (1954-1985)**: the rediscovery of History. Milão: Edizioni Unicopli, 2005.

VIGEZZI, Brunello. Théoriciens et Historiens des relations internationales: discussions et perspectives. *In*: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra**. Paris: Armand Colin, 1992, p. 330-346.

WALTER, T. The road (not) taken? How the indexicality of practice could make or break the 'New Constructivism'. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 538-561, 2019.

WOHLFORTH, Postscript: Historical science and Cold War scholarship. *In*: ELMAN, C., ELMAN, M. (eds). **Bridges and Boundaries**: historians, Political Scientists and the study of International Relations. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 351-358.

ZARAKOL, A. **Before the West**: The Rise and Fall of Eastern World Orders (LSE International Studies). Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS / INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Pedro Emanuel Mendes é um cientista político com especial interesse na interação entre ideias, factos, poder e conhecimento. É Doutorado em Relações Internacionais pela FCSH da Universidade Nova. É investigador Auxiliar do IPRI-NOVA e Professor Auxiliar de Relações Internacionais. Tem dezenas de trabalhos publicados nas suas áreas de interesse: Teoria das Relações Internacionais, Análise da Política Externa, Teoria Política; Elites e História Contemporânea. Os seus artigos aparecem na *Análise Social*; *Relações Internacionais*; *Brazilian Journal of International Relations*; *População e Sociedade*; *Estudos Internacionais*; *Austral*; *Tempo e Argumento*; *Dados*; *Tempo Social*; *Revista Brasileira de História*; *História da Historiografia*; *Opinião Pública* e *Ler História*.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

IPRI-NOVA, Rua D. Estefânia, 195, 5º Dto., 1000-155, Lisboa.

FINANCIAMENTO

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal no quadro do EEC- FCT, IPRI, FCSH-NOVA.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

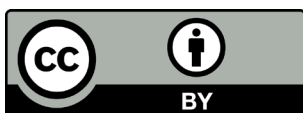
Luisa Rauter Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Pedro Emanuel dos Santos Mendes.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 1 de abril de 2021.

Alterado em: 13 de junho de 2021.

Aprovado em: 21 de junho de 2021.

A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva

The “corruption” in Medieval History writing: the challenges of
a discursive sustaining effect

Leandro Duarte Rust ^a

E-mail: leandro.rust@unb.br

<https://orcid.org/0000-0002-7410-1635> 

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

Este artigo traça linhas gerais para o lugar ocupado pela ideia de “corrupção” na escrita da história da Idade Média Latina nos últimos setenta anos. O objetivo consiste em explicar uma assimetria epistêmica: como é possível que “corrupção” raramente seja estudada como tema do passado medieval latino e, ao mesmo tempo, incida amplamente sobre a produção de significados a respeito desse passado? A busca por uma resposta foi conduzida como um estudo de Análise do Discurso da eventual Função Paradigmática das teorias sobre corrupção em âmbito historiográfico. Aplicando premissas conceituais e procedimentos metodológicos estipulados por Michel Pêcheux e Thomas Kuhn sobre obras de notório impacto historiográfico, este artigo articula a hipótese de que a ideia de “corrupção” tenha figurado como fonte de um contínuo, mas variável, Efeito de Sustentação Discursiva, que funda e delimita a elaboração de sentido na escrita da história medieval latina.

PALAVRAS-CHAVE

História Medieval; Análise do Discurso; Teoria e História da Historiografia.

ABSTRACT

This article traces some general lines for the place occupied by the idea of “corruption” in the writing of the Latin Middle Ages’ history during the last seventy years. The objective is to explain an epistemic asymmetry: how is it possible that “corruption” is rarely studied as a theme of the Latin medieval past and, at the same time, greatly impacts the production of meanings about that very past? The search for an answer was conducted as a discourse analysis study of the possible Paradigmatic Function of theories on corruption in the historiographical scope. Applying conceptual premises and methodological procedures stipulated by Michel Pêcheux and Thomas Kuhn on works of notorious historiographical impact, this article articulates the hypothesis that the idea of “corruption” has figured as a source of a continuous, but variable, Discursive Support Effect, which founds and delimits the elaboration of meaning in the writing of Latin medieval history.

KEYWORDS

Medieval History; Discourse Analysis; Theory and History of Historiography.

Uma história em branco?

Aparentemente, a história da corrupção na Idade Média Latina é uma escrita sem peso. O levantamento de estudos dedicados ao tema resulta em lista exígua, formada por pouco mais que um punhado de artigos. Publicações de fôlego são espécimes raros.¹ Em pouco tempo constata-se a escassez de livros onde o assunto figure como objeto histórico, isto é, como o foco investigativo capaz de atrair uma atenção abrangente, empenhada em ir além dos limites impostos pela condição de tema transversal ou de interesse acalentado nas margens de uma pesquisa.

De fato, ter à mão uma bibliografia especializada é tarefa árdua, quiçá quixotesca. Em grande medida porque muitas publicações que estampam “corrupção” como um nome próprio, na realidade, pouco o empregam como categoria de análise. Tal é o caso de *The Corruption of Angels: The Great Inquisition of 1245-1246* (PEGG, 2009) e *The Corrupter of Boys: Sodomy, Scandal, and the Medieval Clergy* (ELLIOT, 2020). Em ambas, noções como abuso, violação e segredo ocupam o primeiro plano da argumentação sem formar uma unidade conceitual diferenciada, sem fazer da “corrupção” uma história específica. Essas noções marcam intercorrências no interior de um campo de forças já identificado. São um índice para a extensão do poder inquisitorial, no primeiro caso; e para a vazão da sexualidade eclesiástica, no segundo. A noção de corrupção não comporta aí conotações próprias, não recobre motivações, significados ou tramas específicos.

Não se trata de exceção. Diferentemente do que ocorre com “ilícito” (FERRARA, 1914; KARRAS; KAYE; MATTER, 2008), “roubo” (GEARY, 1978; CÂNDIDO DA SILVA, 2014), “crime” (GAUVARD, 1991; HANAWALT; WALLACE, 1999; DEAN, 2001; NIETO SORIA, 2006; TOUREILLE, 2013; COLLARD, 2015; YOUNG, 2018), “fora-da-lei” (KEEN, 1961; OHLGREN, 1998) ou mesmo com “submundo” (MCCALL, 1979; GAZZINI, 2017), “corrupção” desponta nos estudos medievais como um predicado genérico para o cotidiano – raramente como substantivo sociológico. Sua utilidade para a escrita da história consistiria em realçar aspectos ou instâncias alcançadas por um curso de eventos que já tomou forma. O estado da arte de nossos conhecimentos parece guardar a lição de que em tal nome encontramos uma expressão alternativa para algo já percebido. Um vocábulo para realce, sinal de destaque, polimento sobre o real. Uma presença textual que distingue, mas não acrescenta conteúdo histórico. Palavra luminosa, mas sem peso.

Contudo, é possível vislumbrar as coisas de outra maneira. O que foi dito até aqui resulta de uma leitura assaz formalista, que dimensiona a historiografia superficialmente,

¹ Exemplos dessa produção são mencionados no artigo, ao final da última seção.

pois limita a presença de um referencial histórico ao ato da enunciação formal. Leitura construída a partir da premissa de que o impronunciado é um estado de ausência, um lugar textual desocupado, tornado vago por esquecimento ou indiferença. Porém, e se o silêncio historiográfico for a marca de uma *interdição* – não de ausência? E se o não-dizer for uma *exigência* discursiva? É possível que o espaço em branco seja, no final das contas, o ponto de controle fixado por um pensamento profundamente familiarizado com a ideia de corrupção? Será que a historiografia medievalista de fato não enuncia "corrupção" em função da escassez de interesse ou de fontes, ou ela estaria *impedida de dizer* por estar *tão saturada pela incidência do conceito que já não pode objetivá-lo*? Observar as coisas por esse ângulo é a proposta de leitura que toma forma daqui em diante.

A hipótese de trabalho é a seguinte. Consiste em cogitar que a noção de corrupção tenha exercido um prolongado *efeito de sustentação* sobre a escrita da história medieval. "Efeito de sustentação" é uma nomenclatura cunhada por Michel Pêcheux para enfatizar como certos elementos atuam no interior de um regime discursivo como uma "proposição explicativa que intervém como suporte do pensamento contido em uma outra proposição" (PÊCHEUX, 2009, p. 101). No caso, a expressão destaca uma relação de implicação entre propriedades discursivas. O "efeito" é uma espécie de transmissão encoberta de critérios semânticos, uma sutil movimentação – amiúde, imperceptível aos sujeitos falantes – dos parâmetros de identificação e valorização de objetos no interior de um pensamento. Isso implica considerar que a noção de corrupção possua amplo caráter incidente. Ou seja, que afete a historiografia na caracterização de temas diversos, funcionando como a "evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto" então selecionado (PÊCHEUX, 2009, p. 101-102, 114, 119). Como enunciado-base que confere coesão e certa densidade explicativas que se propagam além da literalidade, a noção de corrupção modelaria a compreensão. Efeito que cessaria no instante em que a ideia fosse circunscrita aos limites de objeto de estudos. Ser disposta como um conteúdo delimitado, capturado em recorte explícito – cujo alcance semântico seria, então, mensurável, passível de monitoramento –, removeria "corrupção" da condição de ser o próprio lugar discursivo a partir do qual se produz sentido histórico.

Nas páginas a seguir, a historiografia é considerada discurso. E um discurso nunca se resume ao que é dito; afinal, há sentido no impronunciado. Com o intangível, enuncia-se (PÊCHEUX, 2009, p. 77-93; GADET; PÊCHEUX, 2010). Portanto, olhemos de novo.

A constância da alma tribal: os bárbaros como sombra do “Terceiro Mundo” (1950-1970)

As credenciais científicas do estudo da corrupção não são uma novidade. Já se vão décadas desde que as conclusões publicadas sobre o tema começaram a ser reconhecidas como resultados alcançados no interior de um campo disciplinar singular. A apresentação de investigações desse tipo como realizações inovadoras, que justificavam a constituição de uma comunidade científica singular, formada por adeptos de um inédito compromisso profissional – que implicava a solução de desafios teóricos estipulados sob pontos de vista recentes e a criação de métodos que satisfizessem novas expectativas (KUHN, 1998, p. 29-32) –, se difundiu nos anos 1950 e 1960. Foi então que o estudo da corrupção passou a ser concebido como dirigido por um “paradigma” próprio.

Na perspectiva dos autores da época, a criação dessa unidade científica foi tarefa árdua e morosa. Denúncias incisivas como “a investigação sistemática da corrupção está atrasada” (LEYS, 1965, p. 215) reapareciam constantemente nas páginas dos periódicos especializados. A queixa mais frequente recaía sobre a fragmentação dos conhecimentos alcançados. A literatura existente era uma colcha de retalhos, mosaico irremediavelmente desalinhado por resultados díspares e desconexos, de uma incongruência desconcertante – insistiam economistas, sociólogos e cientistas políticos. A razão para tal dispersão era simples: o tipo de pesquisa então conduzida. “Tipos” – para ser mais exato. Pois as críticas asseguravam que o desarranjo intelectual era consequência do predomínio de três classes de estudos: a) memórias e relatos de experiências, nos quais prevaleciam as valorações pessoais (autobiográficas, na maioria dos casos); b) análises sociológicas incidentais, que mencionavam a corrupção ao flanquear a formulação dos problemas, reduzindo-a a fonte marginal de informações; c) abordagens moralizantes, em cujas respostas transpareciam exigências da lógica monocausal e os critérios de afinidade emotiva (tais como simpatia e repulsa pelos registros)(MCKITRICK, 1957, p. 502-514; LEYS, 1965, p. 215; NYE, 1967, p. 417).

Em constante dispersão, sendo soprado para todas as direções por qualquer vento – tanto pelo vendaval do absolutismo ético como pela brisa do recorte convencional –, o conhecimento alcançado parecia não sedimentar. Na avaliação dos autores que então se engajavam na pesquisa científica, aquele não era um saber cumulativo. Porém, as opiniões convergiam igualmente para outra certeza. A de que havia uma rota segura para escapar da fragmentação. Havia um modo para constituir uma tradição de pesquisas e desenvolver uma compreensão melhor equipada para observar fatos com rigor, captar

a complexidade do real e redigir sínteses densas. A rota para a ciência consistia em formular uma "teoria da corrupção" (MCMULLAN, 1961, p. 181-201).

O paradigma – a "teoria" – que emergiu nos anos 1950 e 1960 não é uma unidade lógica simples, tampouco homogênea. Trata-se de um modelo não apenas intrincado, mas flexível, aberto a variações, cujos pontos nodais mudavam de autor para autor. Mas duas características se repetiram com regularidade, sendo determinantes para sua constituição. A adoção do "estrutural-funcionalismo" como matriz epistemológica foi a primeira delas. Empréstimos intelectuais vultosos foram contraídos junto a obras como *The Structure of Social Action*, de Talcott Parsons (1937), e *Social Theory and Social Structure*, de Robert Merton (1968)/[1949], então estimadas como repositórios da "grande teoria" que proporcionava à sociologia as ferramentas adequadas para esquadrihar e dissecar a realidade em todos os seus quadrantes (Ver ainda: PARSONS; SHILLS, 1951; NISBET, 1967). Com efeito, a corrupção ganhou novo figurino. Deixou de ser considerada mero equivalente de delito ou de malversação para ser conceituada como uma ação social (de algum modo) integrada ao *funcionamento da sociedade*. Aquilo que os "moralistas", em sua "ignorância militante a respeito da teoria e da pesquisa sociológicas" (LEYS, 1965, p. 217) recriminavam como "um mal" era um componente ajustado à dinâmica de uma cadeia de operações culturais e comportamentais que compunham a dinâmica da vida coletiva. O vocábulo "corrupção" designava a parte de um todo estruturado, certa rotina comum. Precisamente aqui emerge a segunda característica. Pois essa hipotética sociedade era reiteradamente encontrada nas mesmas circunstâncias. As geografias, as populações e os contextos a preencher o modelo se repetiam. Publicação após publicação, países de independência recente como Nigéria, Malásia, Sudão e Etiópia se revezavam na condição de material empírico comprobatório. Por conseguinte, a segunda característica consistiu na eleição de ex-colônias africanas e asiáticas como matriz ontológica que respaldava a nova corrente científica. Assim tomou forma o paradigma para o estudo da corrupção: como uma teoria estrutural-funcionalista reservada ao "Terceiro Mundo". E essa foi a fonte de um prolongado *efeito de sustentação* sobre a escrita da história medieval.

O efeito era causado pelo magnetismo da autoridade intelectual então atribuída a esse tipo de macrointerpretação, mas também por algo mais: um atributo particularmente influente sobre o pensamento histórico. O paradigma consolidado no início dos anos 1960 era igualmente um *vetor temporal* de largo alcance. A macrointerpretação sociológica era também uma macronarrativa histórica. Observe-se. De maneira irregular, mas crescente, os estudos convergiam para a prática de conceituar a corrupção como um comportamento padronizado no qual a ação social rompia regras definidoras de identidades, prerrogativas e competências decisórias de figuras e instituições públicas.

Ocorre que tal conceituação conduzia, regularmente, à conclusão de que esses padrões de conduta funcionavam como obstáculo à modernização das sociedades. A corrupção era uma força retrógada universal, funcionalidade que freava a passagem do tempo onde quer que fosse. Afinal, asseguravam os autores, a observação de cotidianos asiáticos e, sobretudo, africanos demonstrava que a vigência de laços de clientelismo, redes de patronagem e circuitos de obtenção de dons e benefícios pessoais impedia que o sistema social investigado – qualquer que fosse ele – avançasse para certo nível de complexidade. Ao embotar o compromisso com o interesse público, o padrão social regia o ritmo da história. A equação foi regularmente aplicada à Idade Média.

Pois o mundo latino se tornou medieval quando os comportamentos padronizados dos sistemas sociais bárbaros inviabilizaram o funcionamento da ordem pública romana. É o que se lê em *Les Structures Politiques de l'Occident Medieval*, publicado por Marcel Pacaut em 1969. O estabelecimento dos povos bárbaros – eis o ponto de partida adotado – significou a instalação de um “estado de coisas” que “alterar[ia] gravemente a noção de poder público” (PACAUT, 1969, p. 36). Pois um líder bárbaro, um chefe, “possuía apenas poder militar e devia exercer, antes de mais nada, uma função militar: ele não poderia agir em todos os lugares e em todas as áreas” da vida em sociedade. Com efeito, “o campo de ação do poder se encontrava limitado e o valor da autoridade, diminuído”. Portanto, o autor conclui, “a ideia de Estado, conceito e organismo que contém, define e coordena os deveres de indivíduos e grupos, obrigando-os a cumpri-los e respeitá-los, estava ausente da realidade da Idade Média nascente” (PACAUT, 1969, p. 36-37). Note-se que todo raciocínio é uma conjugação assídua de *função* – que, portanto, não é mero vocábulo, mas uma proposição explicativa, um “elemento saturado de pensamento” (PÊCHEUX, 2009, p. 101). O uso do substantivo articula diversas asserções que sustentam a argumentação como rede semântica, cuja teia vai além dos enunciados explícitos. Eis alguns fios: como uma função, a liderança militar é necessariamente uma parte que se interrelaciona com o todo – a sociedade. Tal esquema conceitual fundamenta e mantém a ideia de que o modo bárbaro de comandar foi um fator de impacto sistêmico, que gerou consequências de longo alcance, afetando o ordenamento e a regulação das atividades coletivas. O status de *função* lastreia a caracterização de um comportamento “essencialmente militar” como o epicentro de um efeito dominó que deslocou toda engrenagem social vigente.

A parte abalou o todo, deixando a vida pública em ruínas. Coberto por escombros, o mundo latino retrocedeu no tempo: o sistema de valores que então passou a prevalecer tornou-se uma fonte de entraves para o desenvolvimento institucional. Afinal, “medieval” é o predicado cabível à época em que “o chefe se torna o rei, a violência leva à conquista, o rei conquistador exerce seu poder sobre seu reino, que representa

a verdadeira estrutura da ação política." E Pacaut arrematou: "superficialmente, pelo menos em alguns Estados, essa organização parece firme; na realidade, ela é frágil e rude" (PACAUT, 1969, p. 61). É a Idade Média como corrupção contínua de instituições e normas romanas. A conclusão a que chegou o autor de *La Théocratie: l'Église et le pouvoir au Moyen Âge*, de 1957, era "uma espécie de retorno do saber ao pensamento" (PÊCHEUX, 2009, p. 102) já elaborado e amplamente divulgado como "teoria da corrupção". A esta altura, já não era tarefa fácil saber se uma frase como "[o] modo de vida aceitável [era] um enorme obstáculo para o desenvolvimento econômico e uma causa maior de instabilidade" se referia às ex-colônias britânicas na África contemporânea ou às realezas bárbaras da Europa de mil e trezentos anos atrás (MCMULLAN, 1961, p. 181).

Uma das ênfases do paradigma daquele meados de século era que a corrupção não se resumia a venalidades, vantagens, interesses e favorecimentos, mas abrangia a questão maior da reprodução de um sistema de valores que entravam em conflito com os códigos institucionais. Os altos níveis de corrupção presentes nas sociedades africanas resultavam – explicava M. McMullan em um artigo de 1961 que repercutiu rapidamente –, "de uma ampla divergência entre as atitudes, os propósitos e métodos do governo [...] e aqueles da sociedade". Em outras palavras, "níveis de corrupção [...] dependem da extensão em que governo e sociedade são homogêneos." Portanto, esclareceu o autor, "meu argumento é que esta colisão de antigos costumes, atitudes, etc., com novas formas de governo é o que dá origem à corrupção" (MCMULLAN, 1961, p. 184-185, 186). O mesmo argumento foi defendido por Norman Cantor em *The Civilization of the Middle Ages*, síntese que veio a público em 1963 e ganhou muitas edições nas décadas seguintes.

O argumento reaparece em várias passagens. No entanto, a mais eloquente talvez seja esta: "efetivamente, pode-se dizer que os germânicos não possuíam o conceito de um Estado, nenhuma ideia de autoridade pública, e nenhuma compreensão de lealdade a não ser de lealdade pessoal a um líder. Com algum exagero," o trecho continuava, "pode-se dizer que a teoria política germânica não estava acima do nível mantido hoje por gangues de rua saqueadoras" (CANTOR, 1993, p. 95). Repare a lógica do texto. Ele não dispõem os bárbaros como uma força antirromana. Não está dito que suas ações estavam dirigidas contra o Estado imperial; que, tendo tomado de assalto espaços e postos de governo, eles o tivessem desmantelando, destruindo. As ideias seguem noutra direção: que seu modo de viver tornava o Estado obsoleto como *sistema de valores coletivos*. O argumento histórico é que as invasões bárbaras solaparam a ordem pública como arranjo sistêmico, não como acontecimento; como padrão de uma radical heterogeneidade entre governo e sociedade, não tanto como evento crítico. A imagem

do modo de vida germânico como um sistema de sentido e ação que desequilibrou a ordem cultural e inviabilizou sua continuidade reapacera com frequência, retocada por Jacques Le Goff (2005 [1964], p. 19-42), Luís García Moreno (1989, p. 21, 27-28, 54-72), Michel Banniard (1995 [1989], p. 66-68).

Do Império Romano ao Britânico, a vida tribal se opunha ao aparato de governo em um conflito estrutural, incompatibilidade difusa, latente. A Idade Média validou uma tese já aplicada ao “Terceito Mundo”: de que em certas sociedades a corrupção não é uma investida subversiva e revolucionária contra instituições, mas um cotidiano de “fricções emolientes” que corróem a governança contínua e silenciosamente (MCMULLAN, 1961, p. 196). E então nos vemos diante deste raciocínio em que a cultura de certo período surge como grande sabotador de necessidades políticas e administrativas desse mesmo período. À letra de Cantor, tal lógica conduzia à defesa de argumentos como “a construção política altomedieval era constantemente desafiada e inibida pela inabilidade dos germânicos de conceber a lealdade pública”, ou que “os líderes do tribunal germânico não teriam sabido como avaliar a evidência [estipulada pela lei romana para determinar culpa e inocência] mesmo se ela lhes fosse apresentada” (CANTOR, 1993, p. 95, 96).

A noção de corrupção emprestava nova sustentação a um corolário historiográfico antigo: que as realezas bárbaras eram instituições fracas porque inautênticas. Assim John Michael Wallace-Hadrill caracterizou, por exemplo, o poderio franco no início do século IX, quando a linhagem dos carolíngios foi a força hegemônica do mundo latino. Em páginas que ele pôs em circulação pela primeira vez em 1952, consta que “a realização de Carlos Magno foi uma coisa, seu legado, outra. Seu herdeiro herdou um tesouro vazio, um séquito corrupto e rebelde, um império mal-acabado, uma zona rural frequentemente governada por vinganças, atingida pela fome e transpassada pela praga” (WALLACE-HADRILL, 1962, p. 121). Raciocínio intrigante. Afinal, como pode o “legado de Carlos Magno” não ser a “realização de Carlos Magno”? Se tal ideia não desponta no texto como um dilema, um espinho lógico, provavelmente é porque o imperador do ano 800 foi aí exceção, interlúdio breve e intenso na longa história de uma impossibilidade política que teve início no século IV.

Com os anos 1980, asserções características do paradigma se repetiam até mesmo em obras díspares. Reincidência que criava um denominador comum entre interpretações reconhecidamente divergentes. Como, por exemplo, entre *Romans and Barbarians: The decline of the Western Empire*, de Edward Arthur Thompson (1982), e *Before France and Germany. The creation and transformation of the Merovingian World*, de Patrick Geary (1988). A leitura de ambas conduz a uma fórmula cara à “teoria da corrupção”: a ideia de que a implantação de uma nova ordem política – como ocorria com a Descolonização

da África e da Ásia – significava a ascensão, ao posto de classe governante, de uma "minoría sem nenhuma experiência anterior, e sem ideologia prévia, quanto ao papel de órgãos e instituições públicas em relação ao interesse público" (LEYS, 1965, p. 227; HUNTINGTON, 1968, p. 59-71; SCOTT, 1969, p. 317-321).

Thompson martelou tal ideia como fundamento sociológico para a argumentação histórica: "em uma sociedade tribal não há 'leis'"; "não há um governante autocrático que possa atuar como fonte da lei"; "uma sociedade tribal governa a si mesma não de acordo com leis, mas com tradicionais costumes, obrigações, [...]". Certo detalhe não deve passar despercebido – o tempo verbal das frases. "Não há", "possa atuar", "governa a si mesma": o autor baseou a leitura em um modelo genérico ("uma sociedade tribal") que sua sintaxe tornava atual, contemporâneo ao horizonte da leitura, inscrito no próprio presente de seus leitores. Sob a regência dessa sincronidade, o autor apresentou a formação das realezas bárbaras como ascensão de classes governantes arreadas à racionalização política. Godos, vândalos, francos, saxões permaneceriam atados ao "antigo sistema social" por gerações, perpetuando uma atmosfera política hostil aos líderes que "desejaram [...] incorporar seus seguidores à organização demasiado diferente do Império Romano, onde sua barbárie não mais seria desenfreada" (THOMPSON, 1982, p. 45-46, 208-248). De modo geral, Geary apresentou pontos de vista mais sofisticados, sobretudo ao demonstrar o artificialismo das dicotomias sociológicas entre romanos e bárbaros. Nas relações com a guerra, a taxaço, a violência: em muitos aspectos "os romanos não eram diferentes dos francos". Contudo, é precisamente em trechos assim, onde o autor revisava o modelo historiográfico vigente, que reencontramos as elites como classe destituída de "ideologia pública", caracterizadas por baixíssima coesão política e, por isso mesmo, regularmente propensas a desfigurar prerrogativas estatais. "O único grupo a manter alguma coisa de um sentido tradicional da *res publicae*, de esfera pública, foi o clero" – anotou o autor (GEARY, 1988, p. 122-123). Não obstante a descrição das elites bárbaras como deserto da eficácia pública, Geary preservou uma equação aplicada à Antiguidade clássica: interesses institucionalizados = efetividade do poder. Afinal, "mais do que qualquer outro," era o alto clero, o "único a manter algum sentido de esfera pública", que "detinha as chaves para o poder" (GEARY, 1988, p. 123). Aos leitores, o desafio de alinhar o quebra-cabeças: no mundo pós-romano, o exercício do poder foi deslocado para novas direções e agentes enquanto permanecia ancorado nas mesmas bases e fórmulas sociológicas.

O efeito de sustentação reverberou em publicações dos anos 1990 e 2000. Talvez, hoje, ele não arrebate com a intensidade de meio século atrás, mas se faz sentir nas atuais maneiras de pensar a Idade Média Latina. A enunciação da ascensão das realezas bárbaras como consolidação de um *padrão social* que levou à *corrosão* da governança,

desatou o acidentado curso de uma *desintegração* da escala de operatividade e dos níveis de eficácia institucional, causando o *retrocesso* das relações de poder a um *nível primitivo*, ocorreu em obras de grande circulação, assinadas por Roger Collins (1991, p. 144-161), Claudio Azzara (2002, p. 17-19, 135), Wim Blockmans e Peter Hoppenbrouwers (2007 [2002], p. 41-43, 86-90), Clifford Backman (2003, p. 52-54, 86-99), Jacques Le Goff (2007 [2003], p. 47-48), Jérôme Baschet (2006 [2004], p. 52-54), Emilio Mitre Fernández (2009, p. 58, 60, 62, 66, 168, 177-178), Umberto Eco (2010, p. 71-78).

Se “a corrupção” não é identificada como um conjunto de fatos a ser analisados é porque “o que está em jogo aqui é a ideia de uma ‘sociedade corrompida’” (LEYS, 1965, p. 228), não só a de condutas e indivíduos corruptos. Nesse regime discursivo, a ideia de corrupção dificilmente surgirá como tema de estudo porque é um elemento metanarrativo que permite dizer o passado. Não pode ser um objeto a ser vislumbrado enquanto for um dos músculos que move o olho do observador.

Riqueza, presentes, dinheiro: a sociabilidade feudal e a corrosão da política (1970 - meados dos anos 1990)

Os anos 1970 frustraram as expectativas paradigmáticas que governavam o estudo da corrupção. Diante dos efeitos inflacionários globais acarretados pela crise do petróleo, cuja onda de choque foi sentida em 1973 e 1979; de um “Primeiro Mundo” estacionado na recessão econômica e ameahando índices alarmantes de criminalidade e pauperização; e da multiplicação de “milagres econômicos” em países vergados por regimes ditatoriais, como Brasil, Argentina, Chile, Nigéria, Níger, Coréia do Sul, Indonésia e Grécia; tomou forma a constatação: a realidade se encarregou de “violiar a integração entre observação e teoria” (KUHN, 1998, p. 91) costurada pelos estudos sobre corrupção. Sociedades liberais estagnando em inércia econômica e estados autoritários consolidando-se como vetores de modernização eram “novidades” embaraçosas entre as possibilidades empíricas admitidas pela teoria.

O tom de impaciência se tornou frequente na bibliografia. Com o passar dos anos, engrossou o número de vozes atestando que o alegado potencial de certos conceitos para assimilar as dinâmicas do mundo social havia resultado em fracasso evidente na produção de ganhos analíticos. Apesar das ambiciosas agendas investigativas e de toda tinta vertida para publicações, “nenhuma ‘teoria geral’ da corrupção emergiu” (VAN ROY, 1970, p. 86). Cravada por um antropólogo estadunidense que se destacara pela pesquisa de campo na Tailândia – em pleno “Terceiro Mundo” –, uma declaração

como essa repercutia como a linha final do relatório apresentado por uma rigorosa auditoria epistemológica. Da qual o trabalho científico das décadas anteriores saiu coberto de ressalvas: os tipos conceituais, estimados durante anos como robustos, foram taxados como destituídos de precisão; antes valorizado pela abrangência, o parâmetro de causalidade ganhou o rótulo de ambíguo; as conclusões apresentadas perderam o selo de "resultado", sendo rebaixadas a "tentativas" (ABRAMS; ROTHMAN, 1971, p. 118-134; CHIBNALL; SAUNDERS, 1977, p. 138-154; GONBRECK, 1978, p. 155-172; SEIDMAN, 1978, p. 48-52, 66-77). As ressalvas, contudo, não eram redigidas como argumentos sobre a inutilidade da busca por uma teoria da corrupção, mas como o alarme de emergência: urgia atualizá-la. "O fracasso das regras existentes é o prelúdio para a busca por novas regras". A máxima de Thomas Kuhn (1998, p. 95) traduz a impaciência das críticas. Havia pressa para revitalizar o paradigma (BENDOR, 1974, p. 83).

A substituição das regras teóricas transcorreu de modo gradual e, por muitos anos, como ajustes periféricos no território disciplinar. As ciências seguiram irrigadas por um caudaloso rio de páginas a descrever a corrupção como "desvios funcionais nas dinâmicas sociais do Terceiro Mundo", "padrões de conduta característicos das elites de sociedades em desenvolvimento" ou consequência da "colisão entre dois sistemas de normas em uma coletividade" (GOLDTHORPE, 1975, p. 105-106, 265-271; PADIOLEAU, 1975, p. 33-58; JABBRA, 1976, p. 673-691; DOBEL, 1978, p. 958-973). Mas, em conjunto, os reparos traçavam outra rota de navegação para o conhecimento científico. O novo norte estava nitidamente cartografado quando Susan Rose-Ackerman publicou *Corruption: a study in political economy*.

A colheita de citações não demorou. Densa, metódica e integralmente voltada para o exame das democracias ocidentais, a obra propunha, sem rodeios: o estudo da corrupção requer modelos sociológicos mais realistas. A caracterização da vida social como sistema integrado, totalidade coerente a se mover no tempo como uma orquestração funcional das partes, era demasiado problemática. "Sociedades obviamente não empregam um único e consistente método para realizar decisões", dizia a autora, pulverizando, logo nas linhas de abertura da obra e com aparente simplicidade, um dos mais caros princípios estrutural-funcionalistas – a viabilidade em se aferir dinâmicas comportamentais a partir de padrões de valores sociais. Não que fosse o caso de abandonar a noção de sistema, mas de admitir que "sistemas mistos são comuns, e muitos mecanismos alocativos [de recursos, materiais assim como simbólicos,] não se encaixam facilmente sob uma ou outra rubrica" (ROSE-ACKERMAN, 1978, p. 1). Em outras palavras, a reprodução da vida coletiva embaralha os sistemas sociais. As interações sociais são eventos heterogêneos e abertos à fusão.

Segundo tal leitura, todo sistema social continha um grau intrínseco de flutuação. Na África ou na Europa, no “Terceiro” e no “Primeiro Mundo”, a normalidade cotidiana comportava certo nível de instabilidade, de assimilação de contradições normativas. Para dimensionar adequadamente as condutas designadas “corrupção” – para identificar sua singularidade, a extensão de sua cadeia causal e o alcance de seus impactos – um estudo precisava ser capaz de captar essa baixa frequência sociológica. Era necessário, portanto, recalibrar o método. E, segundo Rose-Ackerman, a principal especificação a ser ajustada era a *definição de ação social*: “pode-se realizar progresso substancial com modelos que considerem gostos e valores como dados e percebem indivíduos como seres racionais em busca de realizar seus interesses próprios em um mundo de recursos escassos” (ROSE-ACKERMAN, 1978, p. 5). O entendimento da ação social como execução de um código de valores comum que precedia as circunstâncias e os fatos deveria ceder lugar à ideia de comportamento estratégico: de que os sujeitos buscam maximizar oportunidades a partir das possibilidades finitas impostas por cenários sociais específicos, mesmo que isso exija deslocar o equilíbrio entre a norma comum e a realização individual.

Embora continuasse relevante, a ideia de estrutura social deixava de ser o eixo em torno do qual a teoria era articulada. O lugar foi reservado à noção de “racionalidade”. A ênfase, *per se*, não era uma inovação. Afinal, havia sido marca característica da sociologia weberiana na virada para 1900. Todavia, seria um erro taxar a reorientação metodológica de mero “retorno a Max Weber”. O que se propunha era um modelo combinatório aberto, mais maleável quando se tratava de enquadrar as interações entre indivíduo e instituições – em sintonia com as prioridades elencadas por Pierre Bourdieu (1972) em *Esquisse d’une Théorie de la Pratique* e por Erving Goffman (1974) em *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Para um estudo sobre corrupção, a valorização da noção de racionalidade deslocava o foco do funcionamento para o *agenciamento* das condutas. “A relação de ‘agenciamento’ é a unidade básica de análise”, anunciava a autora antes de formular sua definição: “tal relação conecta ao menos dois atores. De um lado, o superior expressa um conjunto de preferências com os resultados desejados específicos. Do outro lado, há o agente, aquele que o superior encarregou de realizar esses resultados.” (ROSE-ACKERMAN, 1978, p. 6). O vínculo, contudo, não é contíguo. Entre o superior e o agente abre-se um campo de ação variável, que se expande ou encolhe conforme a incidência de fatores como a cultura política, os custos de monitoramento e, acima de tudo, a satisfação dos interesses econômicos. Quando a *performance* dos agentes é aí afetada por estímulos ilegais, lidamos com a corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1978, p. 6-10, 25-29).

Aqui, é preciso ênfase. No bojo desse arranjo, relações sociais consideradas como *especificamente econômicas* figuram como relações de forças *necessariamente exógenas* às formas de governança. Eis um desdobramento decorrente do principal ajuste teórico operado nas engrenagens do paradigma. Observe-se. À medida que substituíam a ideia de função estruturada pela de racionalidade – ou “agenciamento”, conforme Rose-Ackerman –, os autores inscreviam uma caracterização muito particular entre as noções primordiais do pensamento: uma forma de governo é um sistema autossuficiente. Todo Estado deve ser encarado como a realização material de uma lógica social autônoma, de um conjunto de valores, metas e práticas. Conjunto que, supostamente, é autorreferencial do ponto de vista da sua coerência comportamental e que se perpetua por retroalimentação, isto é, ao estimular a produção de um excedente material que, expropriado e controlado, retorna à fonte do estímulo como recursos reservados à manutenção da rotina governamental. Aí está a concretização da racionalidade específica. Assim definida, ela assume a forma de circuito-fechado, que um pesquisador ou pesquisadora *deve* declarar violado tão logo se depare com sinais de que *o controle dos recursos materiais se tornou um fim em si mesmo*. O indício de que os agentes são movidos por prioridades materiais deve ser considerado um “x” assinalando o ponto onde incide sobre o sistema uma força externa – e, como tal, disruptiva, suspensiva, debilitante. Em tal perspectiva, “sistematicamente, a corrupção é uma forma de coerção, principalmente coerção econômica” (FRIEDRICH, 1972, p. 16; WERLIN, 1972, p. 247-266; WATERBURY, 1973, p. 533-555).

Trata-se de uma clivagem epistemológica de grande relevância. A partir dos anos 1970, uma variável ganhou enorme peso no estudo da corrupção. O que até então era um componente teórico, um de muitos fios entrelaçados, foi transformado em núcleo duro do paradigma: a tendência para prescrever uma natureza econômica subjacente aos diversos estímulos e ações ilegais. As relações econômicas saltaram do patamar de fator contextual para o de princípio geral que conecta e une episódios particulares; de causa eficiente, elas foram elevadas a *causa suficiente* da corrupção. Por um lado, a clivagem tornou o modelo interpretativo mais coeso, compacto, ao prescrever a existência de uma unidade em meio à diversidade de decisões, condutas e omissões abrigadas sob o guarda-chuva semântico de “corrupção”. Por outro, ela emoldurou o interesse econômico como fator antitético do poder público (FRIEDRICH 1972, p. 16; WERLIN, 1972, p. 247-266; WATERBURY, 1973, p. 533-555; ROSE-ACKERMAN, 1975, p. 187). E foi assim que a clivagem afetou o *efeito de sustentação* exercido pelo paradigma na escrita da história medieval. Embora as temáticas envolvendo “os bárbaros” continuassem a ser saturadas de enunciados sobre “corrupção”, as recentes proposições convergiram para outro foco: o feudalismo.

A caracterização do vínculo feudal como um contrato em que o interesse material era uma fonte de prejuízos à governança não era nova. Na verdade, era a quintessência de sua definição tal como nós a conhecemos – na versão que tomou forma no século XVIII e foi, literalmente, dicionarizada pela historiografia como *feodalité* (GUERREAU, 2002, p. 437; 1989, p. 49-141). Poucas narrativas estão tão entranhadas, tão naturalizadas no conhecimento histórico quanto a que assegura ter sido a consolidação dos direitos de propriedade sobre “o feudo” o epicentro de um processo multissecular de privatização de jurisdições monárquicas (e com elas, da autoridade régia); processo que teria resultado na “patrimonialização” de prerrogativas públicas e na “fragmentação” do poder decisório. A conclusão de que direitos feudais de propriedade eram fonte de uma pressão politicamente desagregadora – força motriz da segmentação da soberania em uma galáxia de poderes locais pouco eficientes conhecida como “o regime feudal” – foi repetida vezes sem conta, seguidamente certificada ao longo do século XX. E em sua interminável lista de avalistas constam as assinaturas de Max Weber (2004, [1922], p. 233-287), Marc Bloch (1987, [1939], p. 204-224, 409-437), François Ganshof (1976, [1944], p. 177-222), José Luis Romero (1979, [1967], p. 85-183), Robert Boutruche (1973, [1968], p. 144-164), Guy Fourquin (1987, [1970], p. 21-59).

Mas *não é aí*, na descrição dos direitos feudais de propriedade, que encontraremos o ponto onde os estudos medievais foram saturados pela reformulação do paradigma da corrupção. O *efeito de sustentação* modelou o significado e as implicações extraídos de *outra conclusão*. Da afirmação maior da era feudal como “tempo da arrancada material”, o palco dos “primórdios do *crescimento econômico* europeu”. O que confere importância seminal aos estudos de Georges Duby. Principalmente a *Guerriers et Paysans, VII^e – XII^e siècles: premier essor de l'économie européenne*, de 1973. Era a segunda síntese de fôlego que o autor oferecia a respeito da histórica econômica medieval – a primeira, *L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Medieval*, contabilizava uma década de vida editorial. O novo ensaio exploratório (assim o definiu o próprio autor) inscreveu o predomínio das relações feudais como a alavanca que moveu o processo de dilatação das fronteiras latinas, elevação regular dos índices globais de produção agrícola, incremento tecnológico, crescimento demográfico, integração e monetarização das redes mercantis. Não era incomum que historiadores se referissem ao “feudalismo” como um longo tempo que “representou certo progresso” (C.E.R.M., 1978, p. 21), mas a ênfase adotada por Duby era distinta. Ela inflava a magnitude histórica da “organização social e política” feudal ao situá-la na raiz do “desenvolvimento interno” que, na longa duração, abasteceria a Europa com os recursos, as armas e as técnicas que tornaram possíveis as conquistas globais e os impérios coloniais. Esse é precisamente o ponto que interessa. Afinal, tal ênfase era mais que uma questão

de estilo. Era marca de uma inovação. Se Duby foi incisivo ao apresentar o que "os historiadores têm o hábito de chamar 'o sistema feudal'" (DUBY, 1993, p. 173) como sinônimo de "expansão", "vitalidade" e "crescimento" é porque também identificou esse "sistema" como ambiente de uma *racionalidade* diferenciada.

"Por meu lado, penso que a mais importante força motriz do crescimento interno da economia europeia foi o exercício do poder banal," dizia Duby destacando o exercício, por parte da classe senhorial, dos "encargos anteriormente assumidos pelos governantes". Com efeito, prosseguia o autor, "o papel econômico outrora assumido pela corte de Carlos Magno, como foco de concentração e redistribuição da riqueza, era agora desempenhado pela corte de cada 'senhor'." Como tal, cada corte se tornou fonte de distribuição de bens e dons para clérigos, monges, cavaleiros, camponeses. Logo, "uma das consequências do estabelecimento duma rede de relações feudais foi a de haver [...] centenas [...] de pontos de encontro para a complexa rede de presentes e de redistribuições de presentes" (DUBY, 1993, p. 246). Detenhamo-nos aqui, pois há algo que convém reparar: a ideia de inversão sociológica.

De maneira muito sutil, a argumentação desenhou o processo de "estabelecimento duma rede de relações feudais" como processo de *inversão da lógica das relações sociais*. Segundo Duby, a distribuição de presentes cimentava a adesão coletiva ao – e, com ela, a legitimidade do – "exercício do poder banal", que, por seu turno, consistia na principal modalidade de "exploração dos homens": principal meio para que os senhores obtivessem o elevado nível de rendimentos consumidos pela posição de classe. Consequentemente, a manutenção da "complexa rede de presentes" resultava da necessidade que os "senhores tinham para tirar partido dos seus direitos e tirar à população sua dependente tudo o que esta podia dar". Noutras palavras, a sociabilidade política foi colocada à serviço da lógica econômica; ou, à letra do autor, "os poderes e as necessidades dos inúmeros herdeiros dos antigos reis formavam o eixo de toda a engrenagem econômica da época" (DUBY, 1993, p. 246). Precisamente a relação sociológica inversa foi enunciada ao se referir "à corte de Carlos Magno". Afinal, neste caso, atuar como "foco da concentração e redistribuição da riqueza" era um "*papel econômico assumido*" por uma instituição *já estruturada*. Se na era carolíngia a economia permaneceu comprimida pelos estreitos limites de "proventos da guerra", assim ocorreu porque "a moral [...] da aventura política [...] recaía sobre o desenvolvimento". Com o feudalismo veio a desforra "das relações econômicas": o apetite aristocrático por "lucro" subjugou a política (DUBY, 1993, p. 90, 125-126, 173-181, 193, 243, 246).

Duby fez da exploração senhorial o núcleo que irradiava um "padrão sociológico". Isto é, um intrincado universo de atitudes mentais, comportamentos e normas.

Tratava-se de uma sociabilidade composta pela já mencionada “rede de presentes e de redistribuições de presentes”; “costumes” (categoria que incluía das práticas devocionais ao imposto, do parentesco aos arrendamentos); a “violência militar” (a guerra, os torneios, a cavalaria); “modelos ideológicos” (para a paz, a justiça, a liberdade, as “três ordens”); o *ethos* de um “prazer do desperdício” – ou, como prefere o autor a certa altura, o “espírito da emulação [...] e extravagância” de festas, banquetes, cerimônias castelãs etc (DUBY, 1993, p. 173-193). Em todos esses quadrantes, o cotidiano feudal “se ajustava à realidade das relações econômicas e [...] lhe dava uma maior solidez” (DUBY, 1993, p. 180). Esse ajuste gerou uma consequência que deve ser notada com atenção. Ao conferir maior solidez às relações econômicas, a vida senhorial foi irrigada por fluxos monetários perenes e crescentes. Ou seja, segundo Duby, a sociabilidade feudal era caracterizada pela presença do dinheiro.

Guerriers et Paysans contém diversas passagens eloquentes a esse respeito. “E foi sem dúvida a mais profunda penetração da moeda de prata no mecanismo da economia doméstica que aparentemente produziu as maiores alterações”. Outra: “assim, as colossais necessidades [da elite, neste caso, monástica] [...] causavam a infiltração de moeda numa comunidade essencialmente camponesa.” Próxima: “não é de admirar que os pagamentos em dinheiro substituíssem agora os serviços [...]: o senhor cortava as suas ligações com a terra e o camponês podia ganhar dinheiro”. Por fim, a que talvez seja a mais emblemática: “os senhores banais arrecadavam mais dinheiro do que ninguém” (DUBY, 1993, p. 231, 233, 246). Como tal, o dinheiro surgia como elemento fulcral desse “padrão sociológico” perpetuado por inversões; cuja vigência ditava a transformação de desígnios políticos em subsídios econômicos, inculcando uma propensão espontânea para converter prioridades governamentais em esteio de interesses materiais. Consolidava-se a tese de que o dinheiro senhorial corroía o tecido político da vida pública.

Esse conjunto de asserções funcionou como *abertura discursiva* para a semântica dos novos enunciados que redirecionavam o paradigma da corrupção. Duby cimentou as condições necessárias para que o “regime feudal” se tornasse a fórmula histórica padrão para (1) uma racionalidade que agencia *performances* governamentais ao (2) antepor uma lógica de ação que afeta a relação entre superior (o rei) e agente (comumente, um senhor ou alguém que aspira posição senhorial), (3) tornando este último suscetível a estímulos extra-legais e potencialmente ilegais (já que resultava de lógica social contrária – inversa – ao fortalecimento de instituições políticas). Enunciar a relação senhorial com a riqueza se tornou o novo eixo em torno do qual gravitaria aquela “espécie de cumplicidade” entre a escrita da história medieval e a teoria da corrupção; lugar que alojaria “o ideal implícito da reflexão”; o nicho textual em que um

argumento se ligava imperceptivelmente a certos predicados "que já estão em jogo", condicionando aquilo "que pode e o que deve ser dito" (PÊCHEUX, 2009, p. 104-105, 108, 147). A "riqueza senhorial" estava configurada para ser um destacado ponto de incidência do *efeito de sustentação*.

O impacto foi amplo. Ganhou terreno em pouco tempo, incidindo, inclusive, sobre proposições formuladas segundo as regras de um paradigma antigo e metodologicamente consolidado como o marxismo. Já em 1974, Perry Anderson citava a "magistral obra de Duby" para atrelar a "natureza da forma de governo feudal" e suas constantes "cisões de legitimidade" ao fato de que "no sistema senhorial como um todo, a produtividade líquida na propriedade senhorial era substancialmente mais elevada [...]; prova [...] da relativa racionalidade econômica de sua exploração." Assim, quando, em nota de rodapé sobre as "oscilações de vocabulário [...] e dificuldades reais de análise de Duby", Anderson cravou a crítica de que "é impossível, sem dúvida, imputar proporções econômicas precisas aos papéis subjetivos das classes", sua argumentação já acolhera e perpetuava o fundamental (ANDERSON, 1987, p. 148, 180, 182). Quando aquele tiro de discordância foi disparado, o *efeito de sustentação* já havia aberto uma fenda na trincheira teórica e irrompia sobre a historiografia marxista. Aliás, a postura de Anderson parece prenunciar o posicionamento de diferentes autores reunidos pelo célebre "debate Brenner" a respeito da transição entre Feudalismo e Capitalismo (ASTON; PHILPIN, 1985, p. 68, 72, 123, 125, 140, 143, 156, 159, 236, 238, 244, 259).

A penetração discursiva avançou nos anos 1980. Delineou não só definições, mas a própria cronologia adotada por veteranos como Charles Parain e Pierre Vilar (PARAIN; VILAR, *et al.* 1985. De modo emblemático, ver: p. 37-40). Embasou investigações onde a "superestrutura política" figurava como tema tangencial, um objeto secundário, caso do memorável *Class Conflict and the Crisis of Feudalism*, de Rodney Hilton (1985, p. 227-238). E assumiu uma função exponencial, elevado a nova potência pela mão de Guy Bois, para quem os tempos senhoriais "insuflaram na economia uma dinâmica própria, que lhe conferiu uma maior autonomia frente à esfera política"; o que, por sua vez, teria selado a "impotência do poder político", arrastando as gerações do Ano Mil para uma "tempestade social [...] de violência e crise" (BOIS, 2000, p. 159, 173-179).

No limiar dos anos 1990, a enunciação da riqueza senhorial como ácido que corrói a vida política atuava como proposição-base, o "'já-dito' do intradiscursivo, no qual ele [o discurso historiográfico] se articula por 'co-referência'" (PÊCHEUX, 2009, p. 114). É precisamente o que ocorria em trechos de obras da envergadura de um *Fiefs and Vassals*, onde a riqueza – não somente o direito – senhorial surgia como obstáculo no caminho da autoridade (REYNOLDS, 1994, p. 131). A exploração senhorial como

poder agrário que restringia possibilidades políticas (POLY; BOURNAZEL, 1991, p. 246-248) era um ponto sobre o qual a razão historiográfica se “apoia[va] para realizar a tomada de posição” sobre temas diversos (PÊCHEUX, 2009, p. 114-154). Como fizeram Thomas Bisson (1994, p. 6-42; 2010, p. 49-330), David Crouch (2005, p. 259-278) e Patrick Gilli (2015, p. 1-9), para quem o fortalecimento do Estado após os séculos XIII e XIV exigiu a “politização” do Ocidente Latino nos mais diversos setores da vida em sociedade.

A magnitude da obra de Georges Duby foi decisiva. Às vésperas do século XXI, sua influência, já incontornável no estudo das mentalidades, foi também divisor de águas na incidência da ideia de corrupção para significar as relações de poder na Idade Média Latina. A essa altura, a clivagem paradigmática que, assentada nos anos 1970, prescrevia o enriquecimento em economias de mercado como a principal relação de agenciamento e de corrupção contava com uma versão historiográfica de peso. Versão que se propagava como a certeza de que, há um milênio, o dinheiro que corrompia era sempre feudal.

Um arremate: a exuberância do indeterminado e a emersão da corrupção na história da Idade Média Latina (idos de 1990 – hoje)

O acervo de estudos científicos sobre a corrupção agigantou-se a partir de meados dos anos 1990. A menção a um *boom* bibliográfico se repete nas publicações como refrão (JAIN, 1998, p. 1; ROBINSON, 1998, p. 1; AMUNDSEN, 1999, p.1). Em um punhado de anos, a onda de triunfalismo neoliberal que se seguiu à queda do muro de Berlim e ao colapso da União Soviética passou a atingir os círculos intelectuais como a ressaca de um mar temível. A escalada de guerras civis e genocídios, o estalo planetário dos ataques terroristas, a radicalização das mobilizações nacionalistas, o aprofundamento da desigualdade social e o avanço da miséria e da fome em um mundo incomparavelmente mais rico encabeçavam a lista dos motivos que, em 1994, conduziam à conclusão de que “o colapso de uma parte do mundo revelou o mal-estar do resto” (HOBBSAWM, 1995, p. 19-20). O mal-estar atingiu a comunidade científica como a maré alta de uma suspeita: acaso o estado atual dos conhecimentos sobre a corrupção partilhava do mesmo destino? A teoria acumulada se conformava com precisão ao casos observáveis ou será que, como o “Consenso de Washington”, deixava na sombra experiências dissonantes? Essa “tensão essencial” (KUHN, 2011, p. 341) era descarregada sobre os leitores de muitos modos. O mais frequente era revelar a existência de um ponto-cego crítico, uma área oculta onde o resultado científico se acoplava ao desconhecimento ideológico: “os escândalos políticos na maior parte

dos países europeus ocidentais significavam que não há mais escapatória quanto à sua presença [da corrupção] sistemática nas democracias em desenvolvimento" – a afirmação, em tom de protesto, era o abre-alas de uma publicação de 1996 (NEKLEN; LEVI, 1996, p. 1)(DELLA PORTA; PIZZORNO, 1996, p. 73-74; HEYWOOD, 1997, p. 417). Já não havia escapatória para a teoria, ideologicamente encurralada pelos fatos.

Do protesto ao decreto. Se a pesquisa criava um campo de visão estreito é porque articulava fórmulas sem consistência, insuficientes para dedução de resultados coerentes, ineficientes para abrir as portas da observação. Lidava-se com falácias – resumiu Anthony Maingot. O estudo da corrupção baseava-se em concepções desprovidas de rigor lógico e cuja autoridade, de natureza não-científica, reduzia a complexidade multifatorial do real a uma monocausalidade superficial e artificial. Era o caso da "falácia da personalização", através da qual acreditava-se que um indivíduo corrupto é a causa de tudo. Outra "falácia a ser evitada é esta da odiosa comparação moral de culturas inteiras": isto é, da ambição para impor códigos morais transculturalmente e ensinar a outras sociedades abordagens específicas para alcançar a probidade na administração pública (MAINGOT, 1994, p. 51-52). A nítida aplicação da crítica ao etnocentrismo revela mais do que a forte presença da Antropologia e dos Estudos Culturais em um território até então dominado pela Ciência Política e pela Sociologia. Revela que o primeiro passo para a busca por novas definições consistia em admitir a *indeterminação como dado científico*: a precisão e a abrangência da teoria eram incógnitas, características opacas porque ainda em plena construção. "A primeira tarefa ao formular qualquer definição operacional de corrupção", dizia Maingot, "é compreender que [...] [se deve] proceder em dois níveis conceituais: primeiro, tentar alcançar algum entendimento teórico dos motivos e causas do comportamento corrupto. Completamente distinta, conceitual e empiricamente, é a necessidade de compreender a dinâmica por trás da natureza cíclica da preocupação da sociedade com corrupção." Tanto a precisão quanto a abrangência de uma abordagem eram horizontes possíveis, não pontos de partida pré-definidos (MAINGOT, 1994, p. 54)(LEDENEVA, BRATU, KÖKER 2017, p. 1-20; MUIR, GUPTA 2018, p. 4-15).

A incorporação das incertezas descortinou a imensidão do que faltava conhecer e, em face dela, o minimalismo de muitas conclusões alcançadas. A atmosfera revisionista levou Herbert Werlin, conhecido autor da teoria em voga nos anos 1970, a partir em busca de uma "nova definição de corrupção". As justificativas para refazer o caminho constam em um texto de 1994: grande parte do se sabia, dizia ele, consistia na combinação de uma "concepção simplista de moralidade", "uma equivocada dicotomia entre setor público e setor privado" e "uma visão unidimensional de política" (WERLIN, 1994, p. 551-553)(GOUDIE, 1998, p. 113-159). Todo um espectro de premissas e

fundamentações foi colocado sobre o crivo da dúvida. E mesmo a ideia de que a corrupção era universalmente composta pela venalidade e pelo abuso passou a ser vista como unanimidade suspeita: “virtualmente sem exceção, teorias da corrupção são derivadas das teorias do desvio” (MAINGOT, 1994, p. 54). Remover o véu das generalizações tornou-se palavra de ordem. Com a relativização dos padrões de conceituação, o tema abriu-se a possibilidades imprevisíveis. “A corrupção [...] deu forma a uma erupção conceitual [...] de significados múltiplos” (NAÍM, 1995, p. 247; JOHNSTON, 1996, p. 321-323; HEYWOOD, 2017, p. 21-48).

O indeterminado fecundou a pesquisa científica. Os anos 1990 aceleraram o ritmo de apresentação de novas descobertas – não ao consolidar as certezas de uma teoria, como antes, mas porque inscreviam a receptividade ao inesperado e à alteridade no coração do trabalho empírico. É sob influência dessa transformação que “corrupção” tem despontado como objeto de estudos na historiografia acerca da Idade Média Latina. Publicações como *Anti-corruption campaigns in thirteenth-century Europe* e *Corruption in the Fourteenth-Century English State*, artigos de William Chester Jordan (2009) e Gwilym Dodd (2011), respectivamente; *Officers and Accountability in Medieval England 1170-1300*, livro de J. Sabapathy (2014); e os capítulos dedicados ao Ocidente medieval em coletâneas como *Corruption: expanding the focus* (BARCHAM; HINDESS; LARMOUR, 2012, p. 53-95) e *Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era* (KROEZE; VITÓRIA; GELTNER, 2018, p. 77-121) têm em comum a constatação de que a ideia de “corrupção” reflete percepções contraditórias e a competição de normas típica de sociedades marcadas pelo pluralismo jurídico – perspectiva virtualmente insustentável antes dos idos de 1990.

Contudo, a atual “erupção da corrupção” no interior dos estudos medievais não é, a rigor, um descobrimento, mas uma *emersão*. A ideia de “corrupção” não é um território virgem, inexplorado pela escrita da história da Idade Média Latina. Ao contrário, quando se percebe o longo *efeito de sustentação* irradiado por ela sobre a compreensão do passado medieval nota-se que foi, em casos importantíssimos, o solo firme sobre o qual caminhou o pensamento. Seu recente aparecimento como objeto de estudos não é a incorporação de nova fronteira temática, mas o processo de delimitação de uma imensa massa semântica. Escrever a história da corrupção na Idade Média Latina é, antes de mais nada, proceder à separação de muitas camadas de sentido, à remoção de grande quantidade de sedimentos conceituais, à prospecção de uma longa crosta de postulados e pressupostos implícitos. É diminuindo sua massa epistemológica, que ela vem à tona do oceano da história.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Philip; ROTHMAN, David J. Sociology and History. **Past & Present**, Oxford, n. 52, p. 118-134, 1971.

AMUNDSEN, Inge. **Political Corruption**: an introduction to the issues. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1999.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, Charles Harding English (Ed.). **The Brenner Debate**: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge: CUP, 1985.

AZZARA, Claudio. **L'Italia dei Barbari**. Bologna: Il Mulino, 2002.

BACKMANN, Clifford R. **The Worlds of Medieval Europe**. Oxford: OUP, 2003.

BANNIARD, Michel. **Génesse Cultural da Europa, séculos V-VIII**. Tradução: Alice Nicolau. Lisboa: Terramar, 1995.

BARCHAM, Manuhua; HINDESS, Barry; LARMOUR, Peter (ed.). **Corruption**: expanding the focus. Canberra: ANU E Press, 2012. p. 53-95.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: do ano mil à colonização da América. Tradução: Marcelo Rede. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

BEN-DOR, Gabriel. Corruption, Institutionalization, and Political Development. **Comparative Political Studies**, Thousand Oaks, v. 7, n. 1, p. 63-83, 1974.

BISSON, Thomas. The Feudal Revolution. **Past and Present**, Oxford, n. 142, p. 6-42, 1994.

BISSON, Thomas. **La Crisis del Siglo XII**: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea. Barcelona: Crítica, 2010.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Tradução: Liz Silva. Lisboa: Ed. 70, 1987.

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. **Introduction to Medieval Europe, 300-1500**. Nova York: Routledge, 2007.

BOIS, Guy. **La revolución del año mil**. Barcelona: Critica, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d' une Théorie de la Pratique**. Genève: Droz, 1972.

BOUTRUCHE, Robert. **Señorio y Feudalismo**: primera época, los vínculos de dependência. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

C.E.R.M. **Sobre o Feudalismo**. Tradução: Maria de Fátima Martins Pereira. Lisboa: Estampa, 1978.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **Uma História do Roubo na Idade Média**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

CANTOR, Norman. **The Civilization of The Middle Ages**. Nova York: Harper Collins, 1993 [1963].

CHIBNALL, Steven; SAUNDERS, Peter. Worlds apart: notes on the social reality of corruption. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 28, n. 2, p. 138-154, 1977.

COLLARD, Franck. **Le Crime de Poison au Moyen Âge**. Paris: PUF, 2015.

COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe, 300-1000**. Londres: MacMillan, 1991.

CROUCH, David. **The Birth of Nobility**: constructing aristocracy in England and France, 900-1300. Nova York: Taylor & Francis, 2005.

DEAN, Trevor. **Crime in Medieval Europe: 1200-1550**. Nova York: Routledge, 2001.

DELLA PORTA, Donatella; PIZZORNO, Alessandro. The Business Politicians: reflections from a study of political corruption. **Journal of Law and Society**, Cardiff, v. 23, n. 1, p. 73-94, 1996.

DOBEL, J. Patrick. The Corruption of a State. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 72, n. 3, p. 958-973, 1978.

DODD, Gwilym. Corruption in the Fourteenth-Century English State. **International Journal of Public Administration**, Londres, v. 34, p. 720-730, 2011.

DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses**: os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII. Tradução: Elisa Pinto Ferreira. Lisboa: Estampa, 1993.

ECO, Umberto (Ed.). **II Medioevo**: barbari, cristiani, musulmani. Milão: Encyclomedia, 2010.

ELLIOT, Dyan. **The corrupter of boys**: sodomy, scandal, and the Medieval Clergy. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 2020.

FERRARA, Francesco. **Teoria del negozio illecito nel diritto civile italiano**. Milão: Società Editrice, 1914.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Tradução: Fátima Martins Pereira. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRIEDRICH, Carl J. **The Pathology of Politics**: violence, Betrayal, Corruption, Secrecy, and Propaganda. Nova York: Harper Collins, 1972.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: RG, 2010.

GANSHOF, François-Louis. **Que é o Feudalismo?** Lisboa: Europa-América, 1976.

GARCÍA MORENO, Luís A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989.

GAUVARD, Claude. **De grace especial**: crime, État et Société en France à la fin du Moyen Age. Paris: Pub. de la Sorbonne, 2 vol., 1991.

GAZZINI, Marina. **Storie di vita e di malavita**: Criminali, poveri e altri miserabili nelle carceri di Milano alla fine del medioevo. Florença: FUP, 2017.

GEARY, Patrick J. **Furta Sacra**: thefts of relics in the Central Middle Ages. Princeton: Princeton University Press, 1978.

GEARY, Patrick. **Before France and Germany**: The creation and transformation of the Merovingian World. Oxford: OUP, 1988.

GILLI, Patrick. **La Pathologie du Pouvoir**: vices, crimes et délits des gouvernants. Leiden: Brill, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Cambridge: Havard University Press, 1974.

GOLDTHORPE, John E. **The Sociology of the Third World**: Disparity and Involvement. Londres: CUP, 1975, p. 105-106, 265-271.

GONBRECK, Bruce Ed. The rhetoric of political corruption: sociolinguistic, dialectical, and ceremonial processes. **Quarterly Journal of Speech**, Londres, v. 64, n. 2, p. 155-172, 1978.

GOUDIE, A. W.; STASAVAGE, David. A framework for the analysis of corruption. **Crime, Law and Social Change**, Amsterdam, v. 29, p. 113-159, 1998.

GUERREAU, Alain. Feudalismo. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial, v. 1, 2002. p. 437-455.

GUERREAU, Alain. **Feudalismo**: um horizonte teórico. Lisboa: Edições 70, 1989.

HANAWALT, Barbara A.; WALLACE, David (ed.). **Medieval Crime and Social Control**. Londres: Univ. Minnesota Press, 1999.

HEYWOOD, Paul. Political Corruption: problems and perspectives. **Political Studies**, Londres, v. 45, p. 417-435, 1997.

HEYWOOD, Paul. Rethinking Corruption: Hocus-Pocus, Locus and Focus. **The Slavonic and East European Review**, Londres, v. 95, n. 1, p. 21-48, 2017.

HILTON, Rodney. **Class Conflict and the Crisis of Feudalism**: essays in Medieval Social History. Londres: The Hambledon Press, 1985. p. 227-238.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **Political Order in Changing Societies**. Nova Haven/Londres: Yale University Press, 1968.

JABBRA, Josph G. Bureaucratic Corruption in the Third World: causes and remedy. **Indian Journal of Public Administration**, Nova Delhi, v. 22, n. 4, p. 673-691, 1976.

JAIN, Arvind K. (ed.). **Economics of Corruption**. Nova York: Springer Science, 1998.

JOHNSTON, Michael. The search for definitions: the vitality of politics and the issue of corruption. **International Social Science Journal**, Nova Jersey, v. 48, n. 149, p. 321-335, 1996.

JORDAN, William Chester. Anti-corruption campaigns in thirteenth-century Europe. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, vol. 35, n. 2, p. 204-219, 2009.

LEYS, Colin. What is The Problem About Corruption? **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, vol. 3, n. 2, p. 215-230, 1965.

KARRAS, Ruth Mazo; KAYE, Joel; MATTER, E. Ann (ed.). **Law and the Illicit in Medieval Europe**. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 2008.

KEEN, Maurice. **The Outlaws of Medieval Legend**. Nova York: Routledge, 1961.

KROEZE, Ronald; VITÓRIA, André; GELTNER, Guy (ed.). **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: OUP, 2018.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUHN, Thomas. **A Tensão Essencial**. Tradução: Marcelo Amaral Penna-Forte. São Paulo: EdUNESP, 2011.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Tradução: José Rivair de Macedo. Bauru: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEDENEVA, Alena; BRATU, Roxana; KÖKER, Philipp. Corruption Studies for the Twenty-First Century: Paradigm Shifts and Innovative Approaches. **The Slavonic and East European Review**, Londres, v. 95, n. 1, p. 1-20, 2017.

MAINGOT, Anthony P. Confronting Corruption in the Hemisphere: A Sociological Perspective. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Cambridge, v. 36, n. 3, p. 49-74, 1994.

MCCALL, Andrew. **The Medieval Underworld**. Nova York: Barnes & Nobles, 1979.

MCKITRICK, Eric L. The Study of Corruption. **Political Science Quarterly**, Nova York, v. 72, n. 4, p. 502-514, 1957.

MCMULLAN, M. A Theory of Corruption. **The Sociological Review**, Lancaster, v. 9, n.2, p. 181-201, 1961.

MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968 [1949].

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. **Una Primera Europa**: romanos, cristianos y germanos (400-1000). Madrid: Encuentro, 2009.

MUIR, Sarah; GUPTA, Akhil. Rethinking the Anthropology of Corruption. **Current Anthropology**, Chicago, vol. 59, n. 18, p. 4-15, 2018.

NAÍM, Moisés. The Corruption Eruption. **The Brown Journal of World Affairs**, Providence, v. 2, n. 2, p. 245-261, 1995.

NEKLEN, David; LEVI, Michael. The Corruption of Politics and the Politics of Corruption: An Overview. **Journal of Law and Society**, Cardiff, vol. 23, n. 1, p. 1-17, 1996.

NIETO SORIA, José Manuel. **Un Crimen en la Corte**: caída y ascenso de Gutierre Álvarez de Toledo, Señor de Alba (1376-1446). Madrid: Sílex, 2006.

NISBET, Robert. **The Sociological Tradition**. Nova York: Basic Books, 1967.

NYE, Joseph S. Corruption and Political Development: a cost-benefit analysis. **The American Political Science Review**, Cambridge, vol. 61, n. 2, p. 417-427, 1967.

OHLGREN, Thomas H. (Ed.). **A Book of Medieval Outlaws**: ten tales in Modern English. Gloucestershire: Sutton Pub., 1998.

PACAUT, Marcel. **Les Structures Politiques de l'Occident Medieval**. Paris: Armand Colin, 1969.

PACAUT, Marcel. **La Théocratie**: l'Église et le Pouvoir au Moyen Âge. Paris: Aubier, 1957.

PADIOLEAU, Jean G. De la corruption dans les oligarchies pluralistes. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 16, n. 1, p. 33-58, 1975.

PARAIN, Charles *et al.* **El Feudalismo**. Madrid: Sarpe, 1985.

PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward (ed.). **Toward a General Theory of Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action: a study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers**. Nova York: McGraw-Hill Book, 1937.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: EdUnicamp, 2009.

PEGG, Mark Gregory. **The Corruption of Angels: the great inquisition of 1245-1246**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. **The Feudal Transformation, 900-1200**. Nova York: Holmes & Meier, 1991.

REYNOLDS, Susan. **Fiefs and Vassals: the medieval evidence reinterpreted**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

ROBINSON, Mark. Corruption and development: an introduction. **The European Journal of Development Research**, Londres, v. 10, n. 1, p. 1-14, 1998.

ROMERO, José Luis. **La Revolución Burguesa en el Mundo Feudal**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1979.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption: a study in political economy**. Boston: Academic Press, 1978.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The economics of corruption. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 4, n. 2, p. 187-203, 1975.

SABAPATHY, John. **Officers and Accountability in Medieval England 1170-1300**. Oxford: OUP, 2014.

SCOTT, James. The Analysis of Corruption in Developing Nations. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 11, n. 3, p. 315-341, 1969.

SEIDMAN, Robert B. Why Do People Obey the Law? The Case of Corruption in Developing Countries. **British Journal of Law and Society**, Londres, v. 5, n. 1, p. 45-68, 1978.

- TOUREILLE, Valérie. **Crime et Châtiment au Moyen Âge (Ve-XVe siècle)**. Paris: Seuil, 2013.
- THOMPSON, Edward Arthur. **Romans and Barbarians**: the decline of the Western Empire. Londres: Univ. Wisconsin Press, 1982.
- VAN ROY, Edward. On the theory of corruption. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 19, n. 1, p. 86-110, 1970.
- WALLACE-HADRILL, John Michael. **The Barbarian West**: the Early Middle Ages, A. D. 400-1000. Nova York: Harper Torchbooks, 1962.
- WATERBURY, John. Endemic and Planned Corruption in a Monarchical Regime. **World Politics**, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 533-555, 1973.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdUnB, v. 2, 2004.
- WERLIN, Herbert H. Revisiting Corruption: With a New Definition. **International Review of Administrative Sciences**, Thousand Oaks, v. 60, n. 4, p. 547-558, 1994.
- WERLIN, Herbert. The Roots of Corruption: The Ghanaian Enquiry. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 10, n. 2, p. 247-266, 1972.
- YOUNG, Francis. **Magic as a Political Crime in Medieval and Early Modern England**. Londres: I.B. Taurus, 2018.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2010) e professor da Universidade de Brasília, onde se dedica à pesquisa e ao ensino da História Medieval, da História do Papado e da História da Violência e Corrupção. É autor, entre outras obras, de *Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central* (Annablume, 2011), *Bispos Guerreiros: violência e fé antes das Cruzadas* (Vozes, 2018) e *Os Vikings: narrativas da violência na Idade Média* (Vozes, 2021). É vice-líder do *De Corruptione*, grupo de pesquisas sobre a História da Corrupção na Idade Média.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 70297-400.

FINANCIAMENTO

Decanato de Pesquisa e Inovação/Decanato de Pós-Graduação (UnB), edital DPI/DPG n. 02/2021.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Maria Filomena Coelho e a todos os colegas do Programa de Estudos Medievais (PEM-UnB), que generosamente leram e debateram a versão preliminar do artigo, e ajudaram, de modo decisivo, a aprimorá-lo. Agradeço igualmente aos pareceristas e revisores destacados pela Revista História da Historiografia.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Breno Mendes – Editor executivo.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Leandro Duarte Rust.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 15 de maio de 2021.

Alterado em: 28 de setembro de 2021.

Aprovado em: 08 de outubro de 2021.

As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico

The injustices of Clio revisited: Clóvis Moura and the critique of whiteness in the historiographic field

Marcello Felisberto Morais de Assunção ^a

E-mail: marcellofma@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6978-6564> 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

Pretendemos neste artigo esboçar as diversas interpelações de Clóvis Moura (1925-2003) a História disciplinar na obra *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990). Para isto, abordaremos, em um primeiro momento, através da trajetória intelectual de Clóvis as críticas que este fez ao cânone do “pensamento social brasileiro” antes da publicação da referida obra. Em seguida, explicitaremos as principais linhas de força da obra em questão, para assim explicitar a tese de que esta é pioneira na análise marxista da branquitude e do racismo na história da historiografia.

PALAVRAS-CHAVE

Pensamento Afrodiaspórico; História da Historiografia; Branquitude.

ABSTRACT

In this article, we intend to outline the diverse inquires of Clóvis Moura (1925-2003) to the disciplinary historiography in the work *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990). For this, we will approach, in a first moment, through the intellectual trajectory of Clóvis the criticisms that he made to the canon of “Brazilian social thought” before the publication of the referred work. Then, we will explain the main lines of force of the work in question, to thereby make explicit the thesis that he is a pioneer in the Marxist analysis of whiteness and racism in the history of historiography.

KEYWORDS

Aphrodiasporic Thought; History of Historiography; Whiteness.

As interpelações mourianas ao cânone do “pensamento social brasileiro”

Faz 32 anos que a obra *Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990a) foi publicada sem que a mesma tenha tido uma maior atenção do campo da história da historiografia. Clóvis é mais lido enquanto o propositor de uma “ruptura epistemológica” no âmbito da leitura sobre o negro na história do Brasil, por meio de *Rebeliões da Senzala* (1959) enquanto obra paradigmática, do que um intelectual multifacetado propositor de interpelações sobre a historiografia e aos chamados “interpretes do Brasil”.

Na realidade as polêmicas aos quais endereça ao pensamento social brasileiro remontam muito antes da publicação desta obra, tendo já constituído críticas ao cânone intelectual nacional desde pelo menos nos anos 1940, enquanto ainda residia em Juazeiro (1942-1949), no sertão baiano. Os prefácios de *Rebeliões da Senzala* (1959; 1972; 1981a [1972]; 1988a) são peças chaves para compreender a sua posição crítica no interior dos cânones vigentes na sua época e que podem ser sintetizados em pelo menos três interpelações: a) o confronto a noção que reduzia as rebeliões escravas como lutas contra a aculturação (Arthur Ramos, Edison Carneiro, etc.);¹ b) a crítica à leitura freyiriana da escravidão e da noção subjacente de democracia racial; c) os seus embates contra a teoria do “escravo-coisa” (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni etc) e há um certo marxismo ortodoxo estruturalista que apaga a agência negra frente às estruturas escravistas.

Desde a primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, Clóvis buscou interpelar em um mesmo movimento às referidas interpretações culturalistas sobre o negro e as suas resistências e ao mesmo tempo a leitura conciliatória e harmônica dos “equilíbrios de antagonismos” de viés freyriano. No prefácio da segunda edição de 1972 este aponta que desde os primórdios das pesquisas de *Rebeliões da Senzala*, iniciado em 1948 e finalizado em 1952, este encontrou uma série de “barreiras históricas que dificultaram enormemente o trabalho” (MOURA, 1981a, p. 13). Estas “barreiras históricas” estão ligadas em nossa leitura não somente a novidade radical ao qual *Rebeliões da Senzala* trazia ao cenário intelectual, mas também à uma série de denegações em torno da figura de Clóvis Moura enquanto negro, nordestino (piauiense), autodidata e comunista.

Rebeliões da Senzala demorou mais de sete anos para ser publicado em razão de um intrincado processo com diversas tentativas por parte de Clóvis ao longo dos

¹ Apesar das críticas Moura nunca abandonou por completo o diálogo com a antropologia cultural, tomando uma postura híbrida entre esta tradição e o materialismo histórico, que se torna propriamente predominante paulatinamente no processo de escrita de *Rebeliões da Senzala* (MALATIAN, 2019, p. 126).

anos 1950 frente a Editora Brasiliense, na figura de Caio Prado Junior. Este nega a publicação do mesmo em uma carta de 1954 por razões “comerciais” visto que estes estavam focados na publicação de um conjunto de obras de Monteiro Lobato. Poucas coisas seriam mais simbólicas do tipo de branquitude hegemônica mesmo no interior da esquerda comunista: Caio Prado opta por publicar obras de um personagem com um conhecido passado eugenista no lugar de lançar uma das primeiras obras de viés marxista e materialista a analisar sistematicamente as rebeliões escravas enquanto lutas de classes. A obra acaba sendo lançada por uma micro editora chamada “zumbi”, não tendo nesse primeiro momento a notoriedade que terá nos anos 1970-1980. Na realidade antes disto, em uma troca de cartas com Caio Prado, em 1949, o mesmo já apontava que Clóvis deveria focar em alguma outra pesquisa ali mesmo no “sertão” (estava em Juazeiro nesse período) e abandonar o projeto do *Rebeliões da Senzala*, por compreender que não seria possível constituir essa pesquisa pela ausência de arquivos em sua proximidade como por acreditar ser de pouca relevância o projeto (OLIVEIRA, 2009, p. 58).

Mas, as interdições do acesso de Clóvis Moura ao establishment intelectual não acabam por aí. A reedição da sua obra só será constituída em 1972, treze anos após a publicação e vinte anos após está estar finalizada em sua primeira versão, em 1952. Nesse processo houve também como já apontaram pesquisadores (OLIVEIRA, 2009; SOUZA, 2013) uma série de “barreiras históricas” que impediram novamente a reedição em editoras de grande circulação do establishment intelectual. Clóvis buscou por quase uma década, através de diálogos com Nelson Werneck Sodré,² publicar a reedição do seu livro na editora Civilização Brasileira. Apesar de diversos avanços nesse processo em 1966 Ênio Silveira, editor-chefe da editora, recusa a publicação em razão de aspectos “comerciais”,³ mas ao que tudo indica tem mais haver com um certo medo de publicar uma obra sobre rebeliões escravas, e todo sentido político explícito em torno disto, em plena ditadura militar.

As “barreiras históricas” ao qual refere-se Clóvis estão, portanto, intimamente ligadas à um processo de negação, mesmo no interior da esquerda comunista, de intelectualidades negras no âmbito do establishment intelectual. Entretanto, existem outros fatores importantes que Clóvis aponta neste mencionado prefácio da segunda edição para referir à esta denegação sistemática de suas reflexões, como este reitera:

² Para uma análise sistemática desses diálogos (SOUZA, 2013).

³ Em onze de janeiro de 1967, Ênio Silveira respondeu negativamente a possibilidade de publicação na Civilização Brasileira, após quase quatro anos de diálogos por intermédio de Nelson Werneck Sodré (SOUZA, 2013, p. 124).

uma delas, talvez a mais arraigada e difundida mesmo entre historiadores empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, e sociólogos era a de que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de acomodação foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social no Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes da nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história (MOURA, 1981a, p. 13).

Estes entraves mencionados já estão em uma outra ordem do pensável, são “epistemológicos”, posto que ao apontar para as interpretações sobre o negro no âmbito de sua agência radical (é este não se defronta neste momento com nenhuma leitura em particular) Clóvis encontra um campo de interpretações voltadas para o seu contrário: a ausência de lutas e a sua acomodação. Estes dois fatores levam Clóvis a criticar de um lado de forma mais ampla os estudos sobre o negro e a ausência de sua agência na história nacional e de forma mais direta o viés freyriano (e culturalista) sobre parte dominante destes estudos. A crítica a Gilberto Freyre fica ainda mais clara mais a frente no referido prefácio de 1972:

nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica, desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada (MOURA, 1981a, p. 14).

Ainda nesse prefácio aponta que a despeito do escravizado não ter constituído com suas rebeliões um Estado próprio aos moldes do Haiti foi ele que solapou as “bases materiais” e as “relações de trabalho existentes entre senhor e escravo”, sendo sua agência um elemento fundamental para ir na contramão de uma análise demasiado passiva deste enquanto meramente “coisa”. É curioso que ele trás esta reflexão para em seguida citar uma longa citação do famoso texto de Octavio Ianni *As metamorfoses do Escravo* (1965), que afirma a falta de “significação política” do negro no âmbito da ação social coletiva, sendo sua revolta, na leitura de Ianni, “individual”, atos ‘delinquentes’, não sendo passível de se transformar em “formulação coletiva” pela “total alienação da pessoa”, posto que o cativo estava “impossibilitado de romper o círculo fechado em que se encontrava” (IANNI *apud* MOURA, 1981a, p. 15).

O que poderia ser uma aparente adesão a teoria do “escravo-coisa” logo em seguida é desmistificada com uma posição que está explícita desde o início da introdução à segunda edição: a valorização da agencia negra sem, no entanto, abandonar a violência da estrutura escravista “Mas, ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para a outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir” (MOURA, 1981a, p. 16). O estudo do negro e das suas resistências enquanto uma agenda de pesquisa se consubstanciará cada vez mais nitidamente na oposição radical às duas posições divergentes aos quais Clóvis se defrontará ao longo de sua trajetória e que aparecem neste prefácio: a interpretação freyriana e a teoria do “escravo-coisa”,⁴ posto que ambas trataram o negro enquanto mero epifenômeno de uma rígida estrutura (material ou cultural):

nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira indústria em tal sentido. Por tudo isto, procuramos ver o escravo, no presente livro, como negação de um sistema que, para afirmar-se em sua amplitude, tinha de estabelecer toda uma mecânica de sujeição. Neste sentido procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos mas desprezados, para melhor se compreender a essência do processo que teve início com o estabelecimento da escravidão e desaguou na Abolição (MOURA, 1981a, p. 16).

Estas interpelações às interpretações sociais dominantes sobre o negro se tornarão ainda mais evidentes nos prefácios da terceira e quarta edição de *Rebeliões da Senzala*. Na terceira edição, de 1981, o seu cavalo de guerra é objetivamente a teoria do “escravo-coisa” e às leituras da tradição do projeto UNESCO e da Escola de Sociologia Paulista que se tornam hegemônicas nos anos 1950-1970, colocando a sua própria obra na contramão:

a sua primeira edição surgiu num momento em que os setores mais categorizados das nossas ciências sociais afirmavam o contrário. O próprio

⁴ João José dos Reis e Flávio Gomes afirmarão que esse entre-lugar da interpretação mouriana trás uma dimensão sui generis que pode ser interpretada como uma verdadeira ruptura epistemológica (GOMES; REIS, 1996, p. 13; REIS, 2003, p. 75).

Fernando Henrique Cardoso escrevia que “os escravos foram testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”. Este discurso que leva a se encarar o escravo como coisa, descartando a sua condição de ser, reflete-se, por extensão, em muitos historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas que estudaram o escravismo brasileiro. O escravo praticamente não existia. Era como se fosse uma abstração que funcionava de acordo aqueles mecanismos que asseguravam a normalidade da estrutura. Em face do aparecimento de *Rebeliões da senzala* o assunto foi reposicionado e a discussão sobre o tema/problema adquiriu nova dimensão. Vários trabalhos e pesquisas surgiram procurando ver o negro escravo não apenas como objeto histórico, mas, também como seu agente coletivo. As discussões aumentaram em face de outro componente da realidade: a conscientização progressiva da comunidade negra, especialmente nas grandes cidades, que iniciou a questionar o problema da história oficial ou oficiosa do Brasil, especialmente no que diz respeito ao papel do negro não apenas na construção da riqueza comum, mas como contestador da construção desse tipo de riqueza da qual ele foi sistemática e totalmente excluído (MOURA, 1981a, p. 29-30).

Esta afirmação não está isolada dos diversos outros trabalhos sobre a história do negro no Brasil que foram publicados por este entre a publicação da segunda edição (1972) e a terceira (1982) e a quarta (1988a). Isto porque nesse momento Clóvis Moura já é um intelectual com notoriedade, sendo considerado um intelectual orgânico do movimento negro organizado, com vários escritos sobre o passado e o presente do negro no Brasil (MOURA, 1976a; 1977; 1980; 1981b; 1983; 1987; 1988b). É nesse contexto que também irá obter um título “*Doutor honoris saber*” pela Universidade de São Paulo (USP), o que possibilita participar de bancas de defesa de mestrado e doutorado. Entretanto, este reconhecimento é, em nossa visão, demasiado tardio, já faziam pelo menos trinta anos que Clóvis constituía sua trajetória enquanto interprete do Brasil e do cânone intelectual brasileiro.

O polemismo de Clóvis e sua condição de autodidata levou à que este não se enquadrasse por tanto tempo dentro no estrito hall de interpretes (brancos) do Brasil, mesmo tendo já desde os anos 1950 publicações que iam desde a leitura crítica sobre Euclides da Cunha (MOURA, 1952; 1954; 1964) até interpretações mais teóricas sobre o campo sociológico (1978) e historiográfico (MOURA, 1981c; 1990a; 1990b). Ou seja, suas interpelações ao pensamento social brasileiro iam muito além das reflexões sobre o negro e a escravidão em *Rebeliões da Senzala* e outras obras, mesmo que estas estivessem sempre “transversalmente” presentes na sua crítica.

Isto é importante para efeito desse texto, posto que nossa intenção não é somente enquadrar Clóvis Moura enquanto um crítico ao cânone do “pensamento social brasileiro”, mas também afirmar o mesmo enquanto um “historiador da práxis negra”⁵ que usou desta perspectiva particular para criticar o cânone branco da historiografia dominante. Sobre esta perspectiva escritos como *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964) já abordavam este cânone sobre o olhar crítico de uma crítica ao racismo que está explícito nas reflexões de Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902). Não analisaremos especificamente este escrito neste artigo, mas é importante ressaltar os quão diversos elementos metodológicos de crítica ao racismo do pensamento social de Euclides serão retomados na análise do *Injustiças de Clio* (1990a) ao cânone historiográfico.⁶

As diversas divergências de Clóvis em relação às interpretações sobre o negro hegemônicas no seu tempo e a crítica ao academicismo burocratizado da intelectualidade o faz se posicionar em diversos momentos não só contra uma sociologia hegemônica do seu período, mas também com as leituras da historiografia dominante de sua época. Diríamos que Clóvis Moura ao analisar o cânone historiográfico nacional desde *Rebeliões da Senzala*, o referido livro sobre Euclides da Cunha até *Injustiças de Clio* este o fazia sob a ótica de reconstrução de um olhar sobre a historicidade da história-conhecimento que teve pouca atenção de seus interpretes mais contemporâneos (MESQUITA, 2003; OLIVEIRA, 2009; SOUZA, 2013; OLIVEIRA, 2014; FARIAS, 2019; ANDRADE, 2019). Isto porque as indagações sobre o campo sociológico são muito mais conhecidas do que propriamente suas interpelações à historiografia. Enquanto propositor de uma “historiografia da práxis negra” concebemos que seu olhar partia daquilo que como veremos a frente combinava análise marxista e um olhar acurado para as “denegações” da branquitude em torno da construção de um cânone racializado que silencia a contribuição do negro para a história e historiografia nacional.

Clio e as desventuras da branquitude na obra *Injustiças de Clio: O negro na Historiografia Brasileira* (1990)

A história da historiografia brasileira retratou (e ainda narra) a trajetória da história-conhecimento tal como Pedro Américo e Victor Meireles pintavam seus quadros: os

⁵ Referimo-nos aqui a designação que OLIVEIRA (2009) atribui ao sintetizar a obra de Clóvis enquanto uma “sociologia da práxis negra”, ao nosso ver concomitante a esta também temos também a construção de uma “historiografia da práxis negra”.

⁶ Poderíamos destacar a influência da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e do marxismo historicista que irão também estar presentes em *Injustiças de Clio*.

negros e não-brancos aparecem como “paisagem” e os “brancos como agentes”. Esse “não-lugar” expressa uma profunda *geopolítica do conhecimento* (DUSSEL, 1993; MALDONADO-TORRES, 2009) e um ordenamento da razão que afirma um lugar epistêmico branco, masculino e eurocentrado (QUIJANO, 2005; GROSGOUEL, 2016; BARBOSA, 2018). Contrapor esse “privilegio epistêmico” por uma ética da historicidade significa um processo radical de reavaliação do cânone por meio do estudo dos elementos e formas que fundaram e legitimaram esses silêncios que naturalizaram a condição de “outros” a uma infinidade de agentes sociais.

Walter Benjamin dizia em suas *Teses sobre o conceito de História* ([1940] 1987) que “nem os mortos estão salvos” do “cortejo triunfante daqueles que não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987). Clóvis Moura consubstancia em *As Injustiças de Clio* (assim como nas outras reflexões mencionadas no tópico anterior) esse historiador atento aos perigos de uma “história empática” com o discurso do “vencedor”. É na contramão dessa “segunda morte” (a simbólica) das classes subalternas é que Clóvis constrói o seu projeto historiográfico e sociológico, sua historiografia/sociologia da práxis negra parte de uma profunda reavaliação das formas aos quais a história oficial (e o pensamento social como um todo) construiu seus cânones.

Esta construção da memória disciplinar da história parte de um lugar racializado constituído por uma profunda “amnesia da gênese”, ou seja, por aquilo que Pierre Bourdieu denomina como doxa: uma dimensão simbólica tão autoevidente que não está na ordem do “pensável” (BOURDIEU, 2007, p. 18). No fundo a pergunta fundamental de Clóvis em *As Injustiças de Clio* é: o que fazem os historiadores brancos quando fazem história? Esta leitura racial do cânone historiográfico não detinha ainda um lugar quando olhamos para o contexto em que nasce essa obra. Os pioneiros no campo da história da historiografia não detinham ainda um olhar (é ainda hoje não o têm) tão apurado para as questões raciais, como pode ser aferido em José Honório Rodrigues, Amaral Lapa, Nilo Odália, Manoel Luiz Salgado. Mesmo que estes analisassem esporadicamente o “racismo”, este não era um critério fundamental em suas análises do cânone.

Injustiças de Clio nasce como uma tentativa de reavaliar esse olhar sobre o negro a partir da crítica (marxista) da branquitude no âmbito historiográfico. Clóvis não usa o conceito em si, mas é isto que este faz quando reavalia o cânone por meio da crítica do olhar racializado da elite nacional branca sobre a historiografia. É nesta obra que nasce talvez uma das primeiras reavaliações da memória disciplinar da história de um ponto de vista afrodiaspórico, negro, comunista e autodidata. Estas características não trabalham em desfavor em Clóvis, pelo contrário é sua experiência fora de institucionalidades acadêmicas e oficializantes é que contribui para um horizonte menos eivado de certas

chaves interpretativas viciadas. Isto é verdade tanto para a sua interpretação sobre a história do negro no Brasil (que já retratamos na primeira parte deste texto), como para repensar o cânone da história da historiografia.

Mas voltemos a análise da obra em questão. Na orelha do livro está explicitado que esta obra era em princípio o tomo introdutório de um projeto maior intitulado *História Geral do Negro no Brasil*, coordenado por Clóvis, Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos. Entretanto, este projeto, que seria constituído com o apoio do *Ministério da Educação* (na gestão de Celso Furtado), não têm continuidade, tendo saído somente este primeiro volume.

Injustiças de Clio tem como principal eixo a construção de uma genealogia do racismo antinegro no âmbito da História. A noção de raça e do racismo ao qual Clóvis mobiliza para interpretar os historiadores do cânone é fundamentalmente sociológica e estrutural. Seu nascedouro está imbricado para Clóvis ao momento inaugural do projeto moderno-colonial: o genocídio indígena e a escravização negra. Portanto, se alimenta de uma noção de etnicidade, e das suas formas discriminatórias conexas, através de uma perspectiva que necessariamente entende o racismo para além da mera discriminação individual, mas integrante de uma história que produziu “outros” racializados a partir de um padrão relacional que institui uma norma branca, fundada em padrões valorizados socialmente, e estes “outros” como desviantes. A noção de branquitude ao qual a ciências sociais (CARDOSO, 2014) e a psicologia social (SCHUCMAN, 2012) se fundam certamente encontram eco na própria análise de Clóvis dos padrões de racialização, até porque estes estão em franco diálogo com pensadores que eram presentes no pensamento mouriano (Du Bois, Frantz Fanon, Guerreiro Ramos etc).

A singularidade radical de Clóvis em *Injustiças de Clio* reside no fato deste pensar a branquitude enquanto uma abordagem para a (re)construção de uma história da historiografia, o que certamente não encontra respaldo até hoje no cânone nacional (e possivelmente até internacional). Além disso, da sua veia marxista este se apropria da noção gramsciana de “intelectual orgânico” enquanto procedimento heurístico para apreender a relação entre o discurso historiográfico dominante e a estrutura de classe e dos modos de produção. Nesta linha os historiadores seriam intelectuais orgânicos do sistema escravista, em um primeiro momento, e, posteriormente, de um capitalismo dependente.

Esta perspectiva, das relações entre poder de classe e historiografia no âmbito da análise da analítica da historicidade (ARAUJO, 2013), está presente em Moura desde pelo menos o referido escrito sobre Euclides da Cunha (MOURA, 1964), e na realidade

encontrava eco em outros escritos de importantes historiadores que pensavam criticamente a produção da história-conhecimento em seu tempo, como é o caso de José Honório Rodrigues, Amaral Lapa e Nilo Odália. Alias, estes historiadores pioneiros na construção do cânone da história da historiografia encontram-se constantemente em interlocução nas obras de Clóvis Moura, o que demonstra que *Injustiças de Clio* não é uma obra isolada, mas integrante de suas reflexões mais gerais sobre os interpretes do Brasil e sobre a história da historiografia em particular.

Uma outra originalidade de *Injustiças de Clio* está ligado ao fato de que apesar de existirem estudos específicos sobre o imaginário branco sobre o negro, como o caso do estudo de Celia Maria Marinho de Azevedo *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)* (1987) – que foi defendida enquanto dissertação de mestrado com a participação de Clóvis enquanto arguidor –, estes não tratavam especificamente da genealogia de longa duração do racismo nos discursos historiográficos sobre o negro. Para isto, Clóvis opta por reconstruir estes discursos desde os escritos de Salvador Correia (XVI) e Rocha Pita (XVII) até a escrita da história do século XIX (Southey, Abreu e Lima, Varnhagem, João Armitage, Handelman) e do início do século XX (Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). O próprio autor considera complexo definir Salvador Correia e Rocha Pita como parte deste cânone, mas por considerar suas visões sobre o negro como fundamentos para os estigmas que surgirão no século XIX e XX, este acaba também os analisando.

Sua tese fundamental é de que a mutação da visão da historiografia sobre raça e racismo expressam uma espécie de “forma do mesmo” ao qual legitima a dominação (de classe e raça) seja do modo de produção escravista ou do capitalismo dependente:

da mesma forma como, na era atual, inúmeras correntes históricas surgem para racionalizar as contradições e dilaceramentos do sistema capitalista, durante a escravidão, no Brasil, a sua historiografia era cooptada para justificar o modo de produção escravista, a sua necessidade econômica e a impossibilidade de se apresentar outro modo de produção capaz de substituí-lo. Se não partirmos da posição teórica de que essa historiografia existia como suporte ideológico desse sistema, como apoio institucional das suas estruturas de poder, não poderemos compreender como seus autores trataram o negro e o escravo (uma coisa estava imbricada na outra) nas suas obras e nas suas posições políticas (MOURA, 1990a, p. 31).

Os historiadores seriam, no geral e com importantes nuances, racionalizadores de um ideário racista que fundamentava a dominação de um sistema escravista, é

em grande parte o legado racista do presente se justifica por essa genealogia racista do passado:

a nossa produção historiográfica, quer na colônia, império e república, foi ferramenta ideológica dos senhores de escravos, no início, e, depois, instrumento racionalizador da estrutura que se formou após a abolição, quando o negro egresso das senzalas foi ocupar as grandes franjas marginalizadas que existem até hoje, sendo usado o preconceito de cor, subjacente, para justificar o imobilismo social em que a população negra e não-branca de um modo geral se encontra (MOURA, 1990a, p. 36).

A relação desta escrita com o poder dominante evidentemente não reduzia todos estes há uma espécie de discurso uníssono. Moura aponta diferenças importante entre esses historiadores, mas o fundamento essencial de exclusão das classes subalternas e dos negros e não-brancos encontra-se bastante vivo em praticamente todos estes em diferentes modalidades. O impasse étnico dessa historiografia da elite branca é discutida em nove obras: *História do Brasil* (FREI VICENTE DO SALVADOR, 1627), *História da América Portuguesa* (ROCHA PITA, 1730), *História do Brasil* (ROBERT SOUTHEY, 1810), *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (ABREU E LIMA, 1835), *História do Brasil* (FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN, 1854), *História do Brasil* (JOÃO ARMITAGE, 1836), *História do Brasil* (HEINRICH GOTTFRIED HANDELMANN, 1860), *Os sertões* (EUCLIDES DA CUNHA, 1902), *Evolução do povo brasileiro* (OLIVEIRA VIANNA, 1923).

Poderíamos apontar dois elementos gerais dessa genealogia da escrita da história do Brasil: a) a coisificação do negro que é constituída por meio da imagem do negro como “bárbaro” (fundada em um discurso em grande parte religioso), nos séculos XVII ao XVIII, até a imagem do “não-civilizado” e “biologicamente inferior” de um pensamento mais laicizado e “moderno”; b) a construção pejorativa de Palmares como um modelo de selvageria do negro, e do “medo branco” ao negro enquanto “outro”; c) a aversão desta escrita às manifestações e rebeliões populares (Conjuração Baiana, Balaiada, Sabinada, etc.); d) a construção de um ideário elitista da história nacional que cria um falso universalismo do branco “civilizador” frente uma massa informe “incivilizada”.

Clóvis mobiliza um vasto corpus documental para compreender as mutações das taxinomias sociais sobre o “outro” negro-escravo ao negro-livre (e os não-brancos no geral) e as diversas simbolizações que foram constituídas com o intuito de forjar um imaginário negativo. Como reiteramos o negro era visto como um cenário, visto que o “palco da história” era constituído por estas elites brancas:

fruto de um pensamento que assimila e reflete uma visão desfocada da realidade étnica e social do Brasil, essa historiografia, tendo como embasamento teórico um conjunto de pensamento elitista, eurocêntrico e racista muitas vezes, jamais colocou o negro como agente histórico-social dinâmico, quer como indivíduo, quer como grupo ou segmento. Essa imagem produzida em consequência da necessidade de se instrumentalizar um pensamento capaz de dar um perfil branco à nossa dinâmica social, configura um dos exemplos mais típicos e significativos a incapacidade ideológica desses produtores de repensarem a nossa história a partir das classes, segmentos ou grupos oprimidos e etnicamente discriminados, e, por isto mesmo, interessados em dinamizar a sociedade na direção de novas formas de convivência social (MOURA, 1990a, p. 11).

Dos preconceitos bíblicos aos cientificismos racialistas temos repetidas construções sobre a população negra que na realidade não vão se diluindo aos poucos desde Salvador Correia à Oliveira Vianna, mas se agravando (MOURA, 1990a, p. 12). Essas taxinomias redutoras não estão encerradas há um passado distante, na realidade diversas vezes Clóvis aponta a sua permanência ao reiterar que o “escravo-passivo” se transmuta no pós-abolição no mal cidadão, seja por razões “biológicas” ou por construções sociológicas como a da “anomia” (MOURA, 1990a, p. 13). A historicidade da história-conhecimento permite apreender como essas taxinomias tem uma história de longa duração, visto que o discurso historiográfico não nasce espontaneamente como “cogumelos” (como ele costumava dizer), mas tem um chão social, uma ideologia de classe subjacente.

Para Clóvis a mera acumulação factual da história pela história, e de suas cartografias na história da historiografia, não daria conta de compreender as raízes problemáticas da escrita da história seja no âmbito de sua origem elitista/classista ou racista. Em um certo momento considera a reflexão de Varnhagem sobre o “outro” não-branco como ideal-típica de uma forma que se transmuta no tempo, mas que detém uma estrutura ao se perpetua:

rastreando o pensamento de Varnhagem em relação ao negro como agente histórico e social, assim como os não-brancos em geral, incluindo-se os índios, podemos concluir que ele, durante a elaboração de sua História Geral do Brasil, via como centro dinâmico, responsável pela mudança social, as classes dominantes, autoridades, os blocos de poder que expressavam os interesses dos dominadores identificados simbolicamente com a raça branca. Mas, no particular, conforme vimos anteriormente, ele não está sozinho. Pelo contrário, esse racismo muitas vezes conscientemente expresso, outras vezes larvar, é uma constante do nosso pensamento histórico e atua como um multiplicado no particular, difundindo essa

filosofia elitista e alienadas em todas as áreas e camadas que ela penetrar (MOURA, 1990a, p. 128).

Essa visão aristocrática e elitista de Varnhagem é somente a ponta do iceberg, pois como este reitera nessa trajetória da história da historiografia, o negro foi constituído como “outro” por excelência. O chamado “impasse étnico” no fim do século XIX para o início do XX é, como já foi referido, intensificado, visto que as doutrinas sobre a arianização, o cientificismo, a opção imigrantista se consubstanciam na historiografia a partir da reprodução de uma mentalidade correspondente à uma econômica dependente. Isto fica ainda mais claro quando analisa Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, ao explicitar a internalização de doutrinas eurocêntricas e colonizadoras sobre o pensamento social e historiografia nacional. Diante disso, chega a seguinte conclusão geral sobre esse cânone:

depois desta revisão do comportamento dos principais autores que escreveram a história do Brasil de forma sistemática podemos dizer que, em todos eles, ou quase todos, há um continuum ideológico quando abordagem a participação das populações não-brancas e do negro em particular na formação e desenvolvimento da nação brasileira. E essa continuidade de pensamento reflete uma ideologia que procura excluir ou minimizar a contribuição dessas populações à dinâmica social. Apesar das diversas posições em que esses historiadores se situam, uma coisa lhes é comum: a visão de que os negros, índios e mestiços em geral são elementos bárbaros, pagãos, gentios sem capacidade civilizadora e os brancos, detentores das estruturas de poder, aqueles elementos que impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização (MOURA, 1990a, p. 213).

Esses historiadores seriam, portanto, “acordes num particular”, visto que os “negros não tinham condições de dirigir a sociedade; eram por determinação divina, ou por outra ordem condenados a serem massa dominada pelos brancos, detentores do poder e do privilegio divino ou racial de dominar o mundo” (MOURA, 1990a, p. 213). Esse movimento de expansão das mutações do racismo de uma forma mais coercitiva, no período da escravidão, para uma mais “consensual”, no pós-abolição, lembra bastante a construção do próprio Frantz Fanon no que tange aos discursos do colonizador sobre o colonizado. Um outro elemento análogo tem haver com sua perspectiva estrutural do racismo: o mesmo não é prática individual, mas está imbricado a estrutura social, não é meramente um elemento “psicológico”. Por isso a homologia entre o discurso historiográfico e a estrutura social escravista, em um primeiro momento, e a estrutura

social do capitalismo dependente, no pós-abolição, são fundamentais para pensar as mutações do racismo.

Por isso, para Clóvis Moura, fundamentado em Immanuel Wallerstein, há uma diferença substantiva entre a xenofobia de outros sistemas sociais e o racismo: posto que as asserções ideológicas estão imbricadas à legitimação das formas de hierarquização da força de trabalho fundadas na etnicidade (MOURA, 1990a, p. 215). Esse “etnocentrismo do branco em relação ao negro e ao não-branco” (MOURA, 1990a, p. 215) serão fundamentais na construção de barreiras que serão fundantes para uma limitada mobilidade social destes setores historicamente subalternizados. É fundamental para Clóvis pontuar que essas construções não estão encerradas no passado, posto que essa “imagem desfigurada” se perpetua no presente. No entanto, considera que nos últimos anos em decorrência da ação dos movimentos negros via uma mudança substantiva nessa forma “colonial” e “etnocêntrica” de escrever a história:

uma visão crítica sobre o assunto está surgindo por parte de setores universitários e elementos de diversos movimentos negros ora em atividade no Brasil e que estão procurando desviar a nossa produção historiográfica deste caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar, resgatando, com isto, o papel social, política, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento do Brasil. É uma corrente revisionista que apenas se inicia, mas tende a aumentar à medida que a sociedade brasileira, através dos seus setores dinâmicos, avançar no sentido de criar em nosso país uma democracia social, política e econômica que terá o seu coroamento com uma democracia racial (MOURA, 1990a, p. 216-217).

A despeito de questões metodológicas duvidosas – a escolha por rastrear aspectos dessa escrita da história com o enquadramento de Salvador Correia e Rocha Pita no cânone – ou de ausências gritantes – como é o caso de não mencionar Von Martius em seu *Como se deve escrever a História do Brasil* (1845) e Capistrano de Abreu no *Necrológico à Varnhagem* (1878) como um possível contraponto – concebemos que Clóvis Moura trás em germe uma abordagem inovadora em relação a analisar à história da historiografia sobre o ponto da crítica (marxista) da branquitude. A própria abordagem estrutural do racismo enquanto procedimento heurístico para análise estes discursos, analisando a relação de homologia entre etnicidade e estrutura socioeconômica, também denota perspectivas que tem se tornado hegemônicas somente nos últimos anos. Em nossa percepção o projeto mouriano de revisão do cânone historiográfico por meio de um olhar crítico sobre o racismo, em suas diferentes formas, deve ter continuidade em uma

analítica da historicidade (ARAUJO, 2013) que refunde criticamente essa geopolítica do conhecimento que constituiu taxinomias sociais e silêncios que ainda não foram de todo purgados do cânone nacional.

Considerações Finais

Reconstruir a faceta de Clóvis Moura enquanto “historiador da práxis negra” e crítico do cânone historiográfico oficial nós parece fundamental para abordar de forma mais integral a complexa trajetória do sociólogo, historiador, poeta, jornalista em seu longo percurso enquanto um autêntico intelectual orgânico do movimento negro e das classes subalternas. Seus estudos sobre a história, ao qual este trabalho é uma pequena contribuição, e suas interpelações sobre a história da historiografia constituem uma verdadeira indisciplina historiográfica, na contramão dos cânones dominantes. A experiência afrodiaspórica de Clóvis Moura oferecia em conjunto à outras camadas (nordestino, autodidata, comunista, independente institucionalmente etc) um horizonte social privilegiado para visibilizar aspectos aos quais o pensamento social brasileiro, predominantemente, branco não conseguia apreender.

É significativo que *Rebeliões da Senzala* tenha demorado mais de vinte e seis anos para ser reeditado (tendo uma edição em 2014 e uma outra em 2020, ambas pela Fundação Mauricio Grabois) e que *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira* (1990a) tenha passado pelo crivo da história da historiografia sem a merecida atenção. Na realidade nenhuma das inúmeras coletâneas sobre interpretes do Brasil ou mais focadas em historiadores do século XIX ou XX citam o nome de Clóvis Moura, ou mesmo de qualquer outro/a historiador/a negro/a. Poderíamos atribuir a isto ao fato deste ser reconhecido como sociólogo, mas a verdade é que a construção do cânone nacional se fundou em um lugar epistêmico que reduz a alteridade à uma geopolítica do conhecimento de homens brancos.⁷

O próprio Clóvis Moura já nos anos 1970-1980 estabeleceu diversos vínculos com pioneiros no campo da história da historiografia e teoria da história, como é o caso emblemático de José Honório Rodrigues que recomendou (segundo o próprio Moura no prefácio da segunda edição) documentações para a ampliação da segunda edição de *Rebeliões da Senzala*. Moura também estabeleceu um diálogo com Amaral Lapa através de uma resenha de 1976 ao seu livro *A História em Questão: Historiografia Brasileira*

⁷ Rafael Petry Trapp demonstrou em um artigo recente (2019) como a imensa maioria das coletâneas sobre historiadores e interpretes do Brasil consolidaram um silêncio sobre a presença de intelectuais negros enquanto interpretes do Brasil.

Contemporânea (1981c [1976]), ao qual é publicada na segunda edição desta obra em conjunto a uma carta que responde às interpelações mourianas ao seu escrito (MOURA, 1981c). O que torna esse diálogo significativo é que além de Moura estão em anexo no fim deste livro as trocas de cartas com Francisco Iglesias e Nilo Odália, que são segundo pesquisas recentes fundamentais (em conjunto ao Jose Honório Rodrigues e o próprio Amaral Lapa) na reflexão sobre história da historiografia no Brasil nos anos 1960-1980 (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

O projeto mouriano de interpelar o cânone da história da historiografia no âmbito de uma crítica marxista à branquitude hegemônica constitui uma inovação radical na crítica da história-conhecimento. Certamente os historiadores no século XXI formados em um contexto formativo mais sensível ao racial continuarão o projeto de *Injustiças de Clio* de analisar criticamente a história da historiografia sob a ótica da crítica da branquitude. Este legado de Clóvis Moura é um dos seus principais tributos a uma história atenta à uma memória disciplinar extremamente racializada e que excluiu por tanto tempo tal dimensão da sua “analítica da historicidade” (ARAUJO, 2013).

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Necrólogico de Francisco Adolfo de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro [1878]. In: ABREU, Capistrano de. **Ensaios e estudos**: crítica e história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. p. 81-91.

ABREU E LIMA, J. I. **Bosquejo histórico, político e literário do Brasil**. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835.

ANDRADE, José Maria Vieira. **Sem candura nas palavras**: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959-1995). 2019. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019.

ARAUJO, Valdei Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, 2013. p. 34-44.

ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Ana Carolina. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr/jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940]. p. 222-232.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. São Paulo: **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 88-106, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DUSSEL, Enrique. **1492**: O Encobrimento do Outro (A Origem do “Mito da Modernidade”). Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petropolis: Vozes, 1993.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

GOMES, Flávio S.; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo/ epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Brasileira: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

MALATIAN, Teresa. Da antropologia cultural ao materialismo histórico: primeiros estudos de Clóvis Moura sobre o negro. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 02, p. 123-136, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 337-382

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 6, n. 24, p. 389-411, jan. 1845.

MOURA, Clóvis. No Cinquentenário de Os Sertões. São Paulo: **Fundamentos**, n. 28, p. 7-9, 1952.

MOURA, Clóvis. Euclides da Cunha e a realidade nacional. São Paulo: **Fundamentos**, n. 38, p. 11-14, 1954.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Clóvis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.

MOURA, Clóvis. **O preconceito de cor na literatura de cordel**: tentativas de análise sociológica. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. Apêndice: Uma abordagem sociológica do conceito de História. *In*: MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 132-133.

MOURA, Clóvis. Organizações negras. *In*: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Editora Brasileira de Ciências, 1980. p. 143-175.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 3. ed. São Paulo: LECH, 1981a [1972].

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981b.

MOURA, Clóvis. "O diálogo da História e os historiadores do diálogo". *In*: LAPA, J. Amaral. **A história em Questão**: Historiografia Brasileira Contemporânea. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981c [1976]. p. 227-231.

MOURA, Clóvis. **Brasil**: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988a.

- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988b.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990a.
- MOURA, Clóvis. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Princípios**, Natal, n. 19, p. 53-57, nov. 1990b.
- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. Salvador: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 557-577, 2003.
- NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro; PEREIRA, Mateus. **Uma introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.
- OLIVEIRA, Denis. Uma análise marxista das relações raciais. *In*: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2014. p. 15-22.
- REIS, João José. A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia. *In*: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003.
- SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.
- SEBASTIÃO, Rocha Pitta. **História da America Portuguesa**. Bahia: Impressor da Academia Real, 1878.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro. v. I. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

SOUZA, Gustavo Orsolon. **"Rebeliões da Senzala"**: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. 2013. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.

TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: Notas sobre descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 52-77 2019.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda**: por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Professor Adjunto de Educação das Relações Étnico-Raciais (UFRGS/FACED, 2021). Professor Visitante de Teoria e Filosofia da História (UNILA/ILAACH, 2020-2021). Pós-Doutorado em Letras (USP/DLCV, 2017-2022). Doutorado Sanduíche na Universidade de Lisboa (UL/ICS, 2015-2015). Graduação, Mestrado e Doutorado em História (UFG/FH, 2008-2017). Realiza pesquisas na fronteira entre o campo da Teoria da História e das Relações Étnico-Raciais.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110 - Farroupilha, Porto Alegre - RS, Brasil, 90046-900.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao debate sobre questões raciais no campo da história da historiografia com diversos interlocutores (ao vivo e à distância) nos últimos quatro anos, nomeadamente, os pesquisadores/professor Allan Kardec Pereira, Rafael Petry Trapp, Petrônio Domingues, Fernando Baldraia, Ana Carolina Barbosa, Lídia Maria de Abreu Generoso, Felipe Alves e Maria Dolores Sosin Rodriguez.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

CONTEXTO DE PESQUISA

O artigo é uma versão expandida da minha apresentação virtual (transmitida pelo YouTube dos Históriadx Negrxs) na mesa redonda "Historiografia e Branquitude", ao qual dividi com o professor Dr. Petrônio Domingues (UFS), no evento "I Jornada Pensamento Afrodiaspórico e suas Conexões (UNILA)", no ano de 2020. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=dC-697WCWkc&ab_channel=HistoriadorxsNegrxs.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Ana Carolina Barbosa Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Marcello Felisberto Moraes de Assunção.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Data de submissão: 25 de maio de 2021.

Data de aprovação: 13 de dezembro de 2021.

José Carlos Mariátegui, el materialismo histórico - dialéctico del Sumak Kawsay: entre la religión y el mito

José Carlos Mariátegui, the historical materialism - dialectic of Sumak Kawsay: between religion and myth

César Miguel Salinas Ramos ^a

cesarsalinasramos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6304-1924> 

^a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Anchieta de Pesquisas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Brasil

RESUMEN

En diálogo con José Carlos Mariátegui caracterizamos su materialismo histórico y dialéctico en relación con el Sumak Kawsay o Buen Vivir. Revisamos el uso que el peruano le da al pensamiento crítico occidental para la comprensión y transformación de las sociedades latinoamericanas. Examinamos su crítica al progreso; al concepto de historia; la importancia atribuida a la cultura, la religión y el mito en relación dialéctica con la infraestructura económica; su crítica al positivismo y a la comprensión monolítica del sujeto histórico o clase de la revolución socialista. El pensamiento de Mariátegui podría ubicarse en el marxismo romántico y/o melancólico. Se profundiza en el Sumak Kawsay, la religión andina, que se relaciona con el colectivismo y con la vida comunitaria. El comunismo indígena reproduce variadas formas de cooperación y asociación. Observamos cómo las instituciones milenarias como la minga, basadas en la redistribución y la reciprocidad son base de otra economía – política - estética, de otro mundo por venir.

PALABRAS CLAVE

Sumak Kawsay; Religión; Materialismo andino.

ABSTRACT

In dialogue with José Carlos Mariátegui we characterize his historical and dialectical materialism in relation to that of Sumak Kawsay or Buen Vivir. We review the use that the Peruvian gives to Western critical thinking for the understanding and transformation of Latin American societies. We examine his critique of progress; to the concept of history; the importance attributed to culture, religion and myth in dialectical relation to the economic infrastructure; his critique of positivism and the monolithic understanding of the historical subject or class of the socialist revolution. Mariátegui's thought could be located in romantic and / or melancholic Marxism. He delves into the reference to Sumak Kawsay, the Andean religion, which is related to collectivism and community life. Indigenous communism impels reproduces various forms of cooperation and association. We observe how millenary institutions like the minga, based on redistribution and reciprocity, are the basis of another economy - political - aesthetic, of another world to come.

KEYWORDS

Sumak Kawsay; Religion; Andean materialism.

Introducción

José Carlos Mariátegui (La Chira; Moquegua, 1894 – Lima, 1930) es considerado el primer marxista latinoamericano según Antonio Melis (1942-2016)(BALAREZO, 2016) por su original comprensión del pensamiento crítico occidental y su uso para la transformación de las sociedades latinoamericanas, particularmente las andinas. El peruano consume el pensamiento de origen europeo y recupera fragmentos esenciales del mundo precolombino roto por la colonización, para alimentar la praxis revolucionaria en la formación social concreta de nuestro continente. La criticidad es una de las características esenciales del marxismo que desarrolla el pensador socialista, principalmente su crítica al positivismo, al sujeto histórico o clase monolítica de la posible revolución socialista, a la ideología del progreso, al concepto de historia, y a la importancia de la cultura, la religión y el mito en relación dialéctica con la infraestructura económica material de la sociedad.

El peruano llevó una activa vida intelectual y política, fue fundador del Partido Socialista Marxista Peruano (1928), periodista y fundador de la Revista Amauta (1926), miembro del Consejo General de la Liga Anti-imperialista (1929) impulsada por la Tercera Internacional Comunista y fue promotor de la creación del Comité Organizador Pro-Central General de Trabajadores del Perú (1929). Dentro de su quehacer teórico y práctico concibe que la labor de construir el socialismo en Latinoamérica no es un proceso de copia y calco, sino un proceso de "creación heroica". En el presente artículo se resaltaré la particular relación entre la religión y el mito en la composición del materialismo histórico andino.

Para comprender la costelación de conceptos y categorías que dan cuenta de la formación social de los países andinos y la constitución latinoamericana de una concepción socialista a partir de los aportes de Mariátegui, se realiza en primer lugar una aproximación a nuestro pensador y su tiempo. Se identifican los rasgos y características de la llamada "edad de piedra", periodo de la vida del socialista peruano que él mismo caracterizó de tal modo y que Guillermo Rouillon Duharte (1917-1978), autor de Bio-Bibliografía de José Carlos Mariátegui (1963), principal obra de consulta biográfica del Amauta; reafirma para identificar el periodo de juventud del filósofo.

Posteriormente nos sumergimos en la producción teórica de Mariátegui luego de su exilio en Europa. El filósofo de regreso al Perú encuentra definitivamente en el pensamiento marxista las posibilidades de comprensión y transformación de las sociedades andinas. Este periodo histórico en la vida política del Perú es conocido como el Oncenio de Leguía (1919-1930), durante el cual se construye un proyecto socialista que se avizora

global y que considera las particularidades materiales e históricas del lugar en el que surge. El materialismo histórico de Mariátegui se resiste al eurocentrismo, dogmatismo, mecanicismo y teleología, características de la concepción marxista de origen oficial o hegemónica vinculada al socialismo real. Al marxismo andino de Mariátegui se lo podría definir como romántico o melancólico, confrontación que permite una lectura crítica de su pensamiento. Y finalmente se teje la relación entre la crítica marxista andina y la figura del indio y la tierra, como alegorías vivas de la posibilidad de un socialismo andino y una concepción materialista y dialéctica de lo que podríamos denominar materialismo histórico del Sumak Kawsay.

La metodología del presente artículo consiste en una revisión bibliográfica de textos clásicos y producciones académicas calificadas. El texto presenta tres apartados: 1. José Carlos Mariátegui y su tiempo; 2. Entre un marxismo romántico y melancólico; y, 3. Sumak Kawsay: la religión andina del indio y la tierra.

José Carlos Mariátegui y su tiempo

José del Carmen Eliseo Mariátegui La Chira, nació en Moquegua, ciudad profundamente católica y conservadora, ubicada en el valle costero del río del mismo nombre, en este lugar se manifiesta la existencia de diversos grupos humanos antes de la constitución del imperio Inca. La infancia de José Carlos está marcada por la pobreza, la religión y misticismo católico, la ausencia del padre, la muerte de su hermana Amanda (1897-1898), el sacrificio materno para la supervivencia y el traslado familiar a Lima en busca de mejores condiciones de vida.

Otro evento que marcó la vida del peruano es un accidente que sufrió durante su infancia, que le obligó en primera instancia a internarse en la clínica Maisón de Santé y posteriormente a una larga recuperación de aproximadamente cuatro años. El accidente vivido por el joven Amauta le provocó inmovilidad y dolencia crónica en su pierna izquierda. Debido a este incidente José Carlos se ve obligado a retirarse de la escuela y se convierte en un autodidacta y asiduo lector. Entre 1909 y 1919 se vincula precozmente a la vida laboral en el periódico La Prensa, donde en un inicio se desenvuelve como mensajero, asistente de linotipista, corrector de textos y finalmente periodista (ARCHIVO José Carlos Mariátegui, 2021).

Para comprender la dimensión y orígenes del pensamiento del socialista peruano es necesario que analicemos su periodo histórico y la formación social del Perú. Los países andinos se caracterizan por dos hechos significativos, "la primera etapa nace

de la Conquista. La segunda etapa se inicia con la Independencia. Pero, mientras la Conquista engendra totalmente el proceso de la formación de nuestra economía colonial, la Independencia aparece determinada y dominada por ese proceso” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 10). Avanzando en este sentido, según el filósofo Bolívar Echeverría, (1941-2010) en el siglo XVII se constituyen dispositivos e instituciones que caracterizan a nuestras sociedades hasta siglos después,

una cosa decae al principio, el régimen de la encomienda, propio del feudalismo modernizado, que asegura con dispositivos mercantiles un sometimiento servil del explotado al explotador, y otra diferente lo que se fortalece al final, la realidad de la hacienda, propia de una modernidad afeudalada, que burla la igualdad mercantil de propietarios y trabajadores mediante recursos de violencia extraeconómica como los que sometieron a los siervos de la edad media en Europa (ECHEVERRÍA, 1988, p. 50).

Precisamente este proceso se prolonga en el modelo hacendatario andino que en el siglo XIX es dinamizado por la llegada de la ideología del progreso y el desarrollo mediante la expansión imperial del capitalismo monopolista, dándole forma al carácter periférico, dependiente y colonial de nuestras sociedades.

La constitución de la república del Perú en 1821 significó “la apertura de sus puertos a todas las potencias marítimas. [...] La liquidación del monopolio español abrió las posibilidades de acceso a un vasto mercado a los comerciantes europeos, y de manera predominante a los británicos” (BONILLA, 1980, p. 13). De esta forma se abre Perú republicano al mundo,

al Occidente capitalista empezaron a enviar los productos de su suelo y su subsuelo. Y del Occidente capitalista empezaron a recibir tejidos, máquinas y mil productos industriales. Se estableció así un contacto continuo y creciente entre la América del Sur y la civilización occidental. Los países más favorecidos por este tráfico fueron, naturalmente, a causa de su mayor proximidad a Europa, los países situados sobre el Atlántico (MARIÁTEGUI, 2005, p. 12).

En los países del Cono Sur de Sudamérica, “la democracia burguesa y liberal pudo [...] echar raíces seguras, mientras en el resto de la América del Sur se lo impedía la subsistencia de tenaces y extensos residuos de feudalidad” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 12). El proceso de creación de una burguesía nacional se da en relación a

la “expansión imperialista del capital monopólico y la disputa entre las burguesías de Inglaterra y de Estados Unidos por la hegemonía en el control de ese proceso” (QUIJANO, 2007, p. 12). La Era del Guano (1845 – 1866) y del salitre impulsaron “las concesiones del Estado y los beneficios [...] crearon un capitalismo y una burguesía. Y esta clase, que se organizó luego en el ‘civilismo’, se movió muy pronto a la conquista total del poder” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 15). La naciente burguesía peruana expresa los “primeros elementos sólidos de capital comercial y bancario” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 14) pero se mantiene “enlazada en su origen y su estructura con la aristocracia, formada principalmente por los sucesores de los encomenderos y terratenientes de la colonia, pero obligada por su función a adoptar los principios fundamentales de la economía y la política liberal” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 15).

Si bien en los “primeros tiempos de la Independencia, la lucha de facciones y jefes militares aparece como una consecuencia de la falta de una burguesía orgánica”, el Partido Civil (1871) asumió el gobierno del Perú en 1872 e impulsó un proyecto modernizador ligado a la burguesía internacional de carácter imperialista. Proyecto político burgués truncado por la guerra del Pacífico que mantuvo el Perú aliado con Bolivia contra Chile (1879-1883), lo cual aceleró el endeudamiento con capitales europeos principalmente. Proceso de endeudamiento que comenzó con el financiamiento de las guerras de independencia (1808 – 1833), que se incrementó como inversión para la producción en las haciendas costeñas del Pacífico de guano y/o salitre, y posteriormente de algodón. De tal suerte que en 1890 “los tenedores de bonos de la deuda externa, [...] obligaron al gobierno [...] la firma del Contrato Grace, [...] acreedores se organizaron en la Peruvian Corporation Ltd. Y obtuvieron la concesión [...] de los ferrocarriles, por un período de 75 años” (QUIJANO, 2007, p. 16). Este es un ejemplo significativo de la disputa entre los capitales transnacionales por la administración colonial de las economías dependientes mediante la alianza con la burguesía comercial local.

De manera concreta, Aníbal Quijano caracteriza al Perú entre 1894 – 1930, en el que vivió Mariátegui, como un

auténtico puente histórico entre la sociedad colonial y la actual, porque durante él tiene lugar una compleja combinación entre los principales elementos de la herencia colonial, apenas modificados superficialmente desde mediados del siglo XIX, y los nuevos elementos que con la implantación dominante del capital monopolista, de control imperialista, van produciendo una reconfiguración de las bases económicas, sociales y políticas, de la estructura de la sociedad peruana (QUIJANO, 2007, p. 10).

Objetivamente el Perú de la época estuvo compuesto de tres grandes elementos profundamente interrelacionados:

bajo el régimen de economía feudal nacido de la Conquista subsisten en la sierra algunos residuos vivos todavía de la economía comunista indígena. En la costa, sobre un suelo feudal, crece una economía burguesa que, por lo menos en su desarrollo mental, da la impresión de una economía retardada (MARIÁTEGUI, 2005, p. 20).

La burguesía peruana políticamente agrupada en los civilistas, pierde la hegemonía política en 1919 con el golpe de Augusto Leguía (1908-1912 y 1919-1930), cuyo periodo de gobierno se conoce como el Oncenio. Este gobierno caracterizado por el caudillismo y la actitud tiránica del mandatario, promovió un proceso de modernización del país mediante el endeudamiento con capitales norteamericanos. Por otro lado, son significativas las manifestaciones de carácter campesino y proletario que comienzan a darse durante este periodo tanto en la irrupción social como en la literatura. Un ejemplo de aquello fue la rebelión indígena campesina de Huaraz en 1885, ante el restablecimiento del tributo indígena decretado por el gobierno del presidente Miguel Iglesias (1883 – 1886). Este año también se escribía la primera novela indigenista, *La trinidad del indio o costumbres del interior* (1885). Contexto histórico que movilizó a un sujeto social invisibilizado y explotado que enciende en los intelectuales y políticos de la época aires de transformación y justicia social. Una de las figuras centrales de este periodo histórico e influyente en las generaciones posteriores de revolucionarios peruanos es Manuel González Prada (1844-1918), reconocido político, pensador y poeta anarquista. “El radicalismo burgués del primer González Prada evolucionó al anarquismo y formó parte de esa corriente ideológica en las luchas y organizaciones del proletariado fabril, semifabril y rural” (QUIJANO, 2007, p. 31).

Mariátegui ya siendo un reconocido crítico de arte, de cultura y de la política nacional colaboró desde 1916 con el diario El Tiempo. En 1918 junto a César Falcón y Felix del Valle fundaron la Revista Nuestra Época, “cuyos redactores se agruparán en el Comité Organizador del Partido Socialista, (NODARI, 2018, p. 152) desde este espacio “Mariátegui empezó a atacar al gobierno peruano por los excesivos gastos en la defensa armada y la indiferencia hacia el desarrollo de una política de trabajo y educacional” (NODARI, 2018, p. 152). Y en 1919 Falcón y Mariátegui en busca de libertad, autonomía e independencia en el ejercicio del periodismo crítico que realizan, fundan el periódico La Razón.

La relación con Falcón, del Valle y Abraham Valdelomar “muy influidos por el d’annunzianismo y las corrientes futuristas, [marcaron] los escritos juveniles de Mariátegui” (NODARI, 2018, p. 151). Es importante resaltar que “la primera época de la carrera periodística de Mariátegui fue caracterizada por una “predominancia de lo estético y [...] una preocupación por los temas religiosos y místicos” (MESEGUER, 1974, p. 21). Sobre el misticismo católico del Amauta “Flores Galindo, [...] Guillermo Rouillon, Anibal Quijano y, [...] Monica Bruckmann atribuyen la fe religiosa de Mariátegui a la influencia maternal. Robert Paris [...] [a] contenido más literario” (MELO, 2019, p. 62). De hecho, la vida de las familias peruanas y de la sociedad en su conjunto se caracteriza por una férrea fe católica. Leila Escorsim sobre el catolicismo de Mariátegui “sostiene que, ‘en busca de Dios’, se volvió menos hacia cualquier forma de teísmo (o salvación personal) que hacia el aspecto estético de la experiencia religiosa” (MELO, 2019, p. 62). Experiencias que serán determinantes para el desarrollo de su futura comprensión del marxismo. A nivel Latinoamericano, dos eventos significativos dejaron huella profunda en el pensador peruano y en la vida política de la región, primero la Revolución Mexicana de 1910 y la Reforma Estudiantil en Córdoba (Argentina) de 1918. Primer evento del que Mariátegui admira principalmente la labor de José Vasconcelos (1882–1959). Y por otro lado, el joven pensador simpatizó profundamente con la reforma universitaria acontecida en Argentina, evento que incentivó la organización estudiantil en el Perú, específicamente en Lima “en la Universidad San Marcos, [...] ya desde 1917, empezó a nacer un movimiento izquierdista, dirigido por Haya de la Torre, miembro de la Federación de Estudiantes de Perú” (NODARI, 2018, p. 152).

La creciente oposición popular en contra de la República Aristocrática de los civilistas tuvo eco en el trabajo periodístico de Mariátegui y Falcón. “La Razón continuó, [también] [...] con una línea editorial francamente crítica con el nuevo gobernante, respaldada por el creciente apoyo que encontró en los sectores organizados de los trabajadores. (MELO, 2019, p. 68) En el primer número de La Razón, del 14 de mayo de 1919, Mariátegui expresó “enérgicamente la necesidad de una reforma universitaria apoyando el movimiento estudiantil de la Universidad de S. Marcos y tomó partido por el levantamiento de los obreros limeños, que el 13 de enero de 1919 marcharon [...] pidiendo ocho horas de trabajo.” (NODARI, 2018, p. 152) Pero esta publicación “fue cerrada ante la inminente salida de un artículo de Falcón contrario a Leguía” (CARRASCO, 2011, p. 281). Precisamente, “la principal respuesta a los jóvenes periodistas sería de Augusto Leguía, ahora presidente de Perú, quien había asumido el cargo luego de un golpe de Estado que destituyó a José Pardo del poder, el 4 de julio de 1919” (MELO, 2019, p. 68). Falcón y Mariátegui se vieron forzados a exiliarse en Europa, “aceptando [...] la oferta por parte del gobierno de una subvención para [...] propagar una imagen positiva

del Perú en el extranjero –función que, por cierto, nunca desempeñó” (CARRASCO, 2011, p. 281). De tal suerte que “el 8 octubre de 1919, custodiados por la policía, se embarcaron: Falcón con dirección España y Mariátegui a Italia. Empezaba así el exilio dorado de José Carlos” (NODARI, 2018, p. 153).

Entre un marxismo romántico y melancólico

En el presente apartado se caracteriza lo esencial del materialismo histórico y dialéctico de origen marxista, que el pensador peruano configuró de forma esencial durante su exilio por Europa. De manera concreta se desarrolla una comprensión del pensamiento crítico de Mariátegui entre el romanticismo y la melancolía, lo cual nos permite acercarnos a la particular comprensión del concepto de historia, dialéctica, praxis, redención y principalmente a la importancia de la superestructura en su relación con la estructura económica, para pensar cualquier posibilidad de transformación radical de la sociedad. Dentro de la superestructura, se analiza el papel de la religión y el mito como parte de la costelación conceptual de la teoría propuesta por el pensador peruano. Para lo cual en esta sección revisaremos una serie de artículos publicados entre 1924 y 1928, en las revistas *Amauta*, *Mundial*, *La Jornada* y *Variedades*, agrupadas en el libro *El Alma Matinal y otras estaciones del hombre de hoy* (1928).

Sobre su exilio Mariátegui menciona, “residí más de dos años en Italia. Donde desposé una mujer y algunas ideas” (MARIÁTEGUI, 1930a), además visitó Francia, Alemania, Austria, Hungría y Checoslavaquia. Así consolidó su formación teórica y práctica, y adhesión al marxismo,

participó como testigo en importantes eventos como el Congreso del Partido Socialista Italiano en Livorno, el Congreso Económico Mundial auspiciado por la Sociedad de las Naciones, y las huelgas obreras en el norte de Italia. Fue también testigo de excepción de las consecuencias en Europa de la Primera Guerra Mundial: la situación alemana, el problema de las reparaciones, la derrota del gobierno soviético húngaro y el ascenso del fascismo de Mussolini. Sus impresiones fueron publicadas por el diario *El Tiempo* bajo el epígrafe general de “Cartas de Italia” (FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004).

En 1923, Mariátegui retornó al Perú e inició una participación política activa con una filiación ideológica abiertamente socialista, aunque nuestro autor menciona que “desde 1918, nauseado de [la] política criolla me orienté resueltamente hacia el

socialismo, rompiendo con mis primeros tanteos de literato inficionado de decadentismo y bizantinismo finiseculares, en pleno apogeo” (MARIÁTEGUI, 1930a, p. 1). El exilio le brindó experiencias teóricas y prácticas que orientaron su fe al materialismo histórico y dialéctico. “Mariátegui leyó a Marx con el filtro del historicismo italiano y su polémica contra cualquier visión trascendental, evolucionista y fatalista del desarrollo de las relaciones sociales, característica del marxismo de la Segunda Internacional” (ARICÓ, 2020, p. 465). La lectura de Marx hecha por José Carlos estuvo acompañada por el estudio de “Benedetto Croce (1866 – 1952), Antonio Labriola (1843-1904), Georges Sorel (1847 – 1922) y Piero Gobetti (1901 – 1926) [que] lo inclinó a percibir la realidad peruana con una mirada diferente a la que caracterizaba a los [...] marxistas latinoamericanos” (ARICÓ, 2020, p. 473). Además, profundizó su afinidad por el arte en general y por la literatura particularmente, se acercó al dadaísmo y al surrealismo que surgieron con fervor en Francia y le impresionó el humanismo de Romain Rolland (1866 –1944).

El ambiente objetivo que encuentra en Europa, sus intereses y afinidades subjetivas e ideológicas lo relacionan con el romanticismo,

movimiento cultural que nace a finales del siglo XVIII como una protesta en contra el advenimiento de la civilización capitalista moderna, una rebelión en contra de la irrupción de la sociedad industrial/burguesa –una sociedad fundada en la racionalidad burocrática, la reificación mercantil, la cuantificación de la vida social y el “desencantamiento del mundo” (según la célebre fórmula de Max Weber). Una vez surgido, con Rousseau, William Blake y la Frühromantik alemana, el romanticismo no desaparecerá más de la cultura moderna y constituye, hasta nuestros días, una de las principales estructuras de sensibilidad de nuestra época (LÖWY, 2005, p. 50).

La condición periférica de los latinoamericanos respecto a Europa y Norteamérica se relaciona orgánicamente con propender a tener una mirada crítica respecto a la modernidad de origen occidental. Los sudamericanos nos encontramos dentro y fuera, somos objetos y/o sujetos en el proyecto moderno capitalista. Nuestras sociedades se caracterizan por la existencia latente de una premodernidad precolombina profunda. La crítica romántica a la modernidad capitalista “se hace en nombre de valores sociales, éticos, culturales o religiosos pre-capitalistas, y constituye, en último análisis, una tentativa desesperada de ‘re-encantamiento del mundo’” (LÖWY, 2005, p. 50). Dentro del marxismo podemos considerar una corriente romántica que se relaciona con el pensamiento crítico de origen en Frankfurt, cuya tradición se mueve entre Georg Lukács y Ernst Bloch o de Walter Benjamin a Herbert Marcuse. La comprensión de Mariátegui

como romántico la seguimos desarrollando más adelante al relacionar el pensamiento del peruano con Walter Benjamin.

Por otro lado, un acercamiento al pensamiento del peruano como melancólico nos permite analizar su particular comprensión del marxismo. La palabra melancolía proviene del griego, *melankholia*, combinación de *melanos* (negro) y *kholé* (bilis). Se refiere a las dolencias del hígado, cuyo principal síntoma es la producción de una bilis oscura, cuyos principales efectos son la depresión e irritación. Siguiendo a Leandro Konder (1936-2014), lector de Walter Benjamin, define la vinculación del filósofo alemán de origen judío con un marxismo melancólico,

La apasionada dedicación al combate estuvo acompañada de reticencias que le impidieron ceder al entusiasmo acrítico que a menudo sienten los revolucionarios por lo que están haciendo. La melancolía no se disipó, pero tuvo que adquirir un carácter especial, convirtiéndose en una "melancolía heroica", según palabras de Ernst Fischer. Tenía que estar en sintonía con las demandas de "venganza" de las clases sociales tradicionalmente explotadas, estimulándolas en sus movimientos de protesta. Benjamín descubrió, con nostalgia, que no bastaba con protestar: era necesario actuar, tomar iniciativas, ir a la lucha. El capitalismo nos asfixia, nos destruye, nos toca a nosotros - sin ilusiones - movilizarnos contra él. Si no nos movilizamos para superarlo, estamos perdidos, porque - advirtió nuestro autor - "El capitalismo no morirá de muerte natural" (KONDER, 1999, p. 119).

La descripción que hace el comentador sobre la melancolía marxista de Benjamin, nos sirve para comprender el pensamiento del peruano, cuya condición de clase, las constantes crisis de salud o larga agonía que vivió, la autoformación y reticencia a la educación formal, el abandono del padre y la prematura muerte de su hermana hacen que el pensador se refugie y se recoja inicialmente en una fe y mística católica que se transformará en acciones y prácticas políticas contundentes con su adhesión al marxismo. Podemos observar una relación dialéctica entre la postración agónica obligada y la desesperada participación política para redimir a los oprimidos de las sociedades andinas, cuya figura se centra en el indio, campesino y pobre. Otra característica relevante del melancólico es que "se abstrae de las exigencias de los sueños del día a día, se rinde a las pesadillas, pero también a los sueños proféticos. El mayor riesgo que corre es caer en la acedia, [...] la apatía" (KONDER, 1999, p. 18). Para combatir la apatía aparece la agonía, comprendida de acuerdo a la acepción usada por Unamuno, "agonía no es preludio de la muerte, no es conclusión de la vida.

Agonía [...] quiere decir lucha. Agoniza aquel que vive luchando; luchando contra la vida misma. Y contra la muerte” (MARIÁTEGUI, 1977, p. 116). Precisamente los sueños proféticos en Mariátegui se relacionan con una mística religiosa que encuentra sus orígenes en los andinos.

Se identifica, una relación dialéctica entre un marxismo romántico promovido por las condiciones coloniales objetivas de nuestras sociedades y una afinidad con la subjetividad melancólica de la biografía de nuestro pensador. Mariátegui encontró en Europa el caldo de cultivo para desarrollar su singular pensamiento, ambiente en el que encuentra afinidad con lo expuesto por Antonio Gramsci (1891–1937), un pesimismo de la inteligencia y un optimismo de la voluntad revolucionaria, pese a que Mariátegui no tuvo un contacto con la obra del italiano.

El peruano con profunda agudeza consigue identificar las características esenciales de la modernidad occidental capitalista de origen europeo, “la filosofía evolucionista, historicista, racionalista, unía en los tiempos prebélicos, [...] a las dos clases antagónicas. El bienestar material, la potencia física de las urbes habían engendrado un respeto supersticioso por la idea del Progreso (MARIÁTEGUI, 1930b, p. 13). El agudo análisis identifica el paradigma matemático y positivista que se impone como característica principal en la filosofía y la ciencia en occidente. El positivismo se encuentra atrapado en un racionalismo empirista basado en el desarrollo técnico de la producción industrial de bienes y servicios que podría garantizar el bienestar material y espiritual de la población, pero que al contrario ha recreado un sistema económico basado en la exclusión, la guerra y la deshumanización. El desencantamiento del mundo se sustenta en una fe profana, matematizada y basada en el valor de cambio de las relaciones posibles en el mundo de la vida moderna, dicha ideología es el progreso. Existe una afinidad entre el descubrimiento del peruano con lo expuesto por Walter Benjamín, pese a que ninguno conocía la producción teórica del otro. “Ambos comparten una crítica romántica de la civilización occidental moderna y un rechazo al dogma del progreso en la historia.” (LÖWY, 2020, p. 14). Otra afinidad que llama la atención es la “adhesión (en una forma poco ortodoxa) a las ideas comunistas, simpatía por la figura de León Trotsky, un gran interés por Georges Sorel, una verdadera fascinación por el surrealismo y una visión «religiosa» del socialismo” (LÖWY, 2020, p. 14).

De forma similar a lo hecho por Walter Benjamin (1892–1940) al vincular la *Cabala* (*Kabbalah*) del judaísmo con el materialismo histórico, Mariátegui combina la religiosidad andina con el marxismo. La propuesta apocalíptica y del juicio final de la filosofía benjaminiana se basa en la posibilidad de encontrar fuentes revolucionarias en la reivindicación de las clases vencidas y olvidadas a lo largo de la historia por el

ejercicio imperial de los vencedores. Benjamin nos propone un rescate y reparación de las tradiciones oprimidas. Su filosofía se basa en la *Cabalá*,¹ específicamente en el *Tikkun*,² la redención de los oprimidos como renovación desde lo primogénito de la humanidad. Esta *restitutio amnium* en la tradición cristiana se refiere a la apocastasis.³ En términos seculares, se refiere al rescate de tradiciones revolucionarias derrotadas en el pasado.

El objetivo del filósofo judío alemán “es profundizar y radicalizar la oposición entre el marxismo y las filosofías burguesas de la historia, agudizar su potencial revolucionario y elevar su contenido crítico” (LÖWY, 2020, p. 15). En las Tesis de la *Filosofía de la Historia* (1945), y muy particularmente con la reconocida Tesis IX, en la cual mediante una particular interpretación del *Angelus Novus* de Paul Klee (1879–1940), Benjamin describe como el tiempo y la historia se movilizan enajenadas por la modernidad capitalista, avance imparable del progreso automatizado y rítmicamente mecanizado en y por la producción y consumo de bienes y servicios, seres humanos y naturaleza, reducidos a mercancías. Es decir, se exponen las relaciones humanas y con los elementos del cosmos reducidas a su valor de cambio e impulsadas por el movimiento del aparataje técnico – industrial, cuya principal expresión es la constitución de las ciudades modernas. Esta alienación del tiempo es evidente en el taylorismo, la programación para la producción y consumo es incuestionable e indetenible, las condiciones objetivas de miseria y muerte de la vida moderna son dinamizadas dogmáticamente por la fe e ideología del progreso. Benjamin propone “limpiar la historia hacia atrás cepillar a contrapelo [Gegen den Strich], considerando el punto de vista de las víctimas del “Progreso”, y de aquellos que, como Espartaco, lucharon por la emancipación de los oprimidos” (LÖWY, 2020, p. 15).

El pensamiento benjaminiano se dinamiza por “la idea de un paraíso perdido – el comunismo primitivo de la teoría marxista, el matriarcado según Bachofen, la “vida anterior” de Baudelaire – [...] [que] inspira la idea de la utopía, de una sociedad sin clases, sin Estado y sin dominio patriarcal” (LÖWY, 2020, p. 16). Precisamente en *París capital del siglo XIX* (1935) el filósofo de origen judío bosqueja una definición de la utopía comunista “los sueños del futuro están siempre “casados” con elementos

¹ Conjunto de tradiciones místicas judías, de carácter esotérico, que buscan una comprensión teosófica de Dios y una interpretación simbólica y numérica de la realidad (SENSAGENT, 2021).

² Tikún olam en hebreo significa “reparar el mundo”. En *Cabalá*, [...] el Universo que conocemos está literalmente quebrado y necesita reparación (SENSAGENT, 2021).

³ Apocatástasis, (del gr. apokatástasis, “restitución a su condición original”). Un día en que todas las criaturas participarán de la gracia y de la salvación, en particular los diablos y las almas desviadas (ENCICLOPEDIA DE LA RELIGIÓN CATÓLICA, 2021).

provenientes de la historia arcaica [...] una "sociedad sin clases" primitiva. Depositadas en el inconsciente colectivo, las experiencias de esta sociedad, 'en conexión recíproca con lo nuevo, dieron nacimiento a la utopía'" (LÖWY, 2005, p. 16). Utopía que en el caso de Mariátegui se relaciona con un comunismo primitivo propio de los pueblos andinos precolombinos.

Reflexiones de Benjamin sobre América Latina, son rescatadas por Michäel Löwy, quién analiza un comentario publicado en la revista alemana *Die Welt Literarischeel*, en 21/06/1929, sobre el libro de Marcel Briones *Bartholomé de Las Casas*. "Père des Indiens", París, Plon, 1928,

la Conquista, primer capítulo de la historia colonial europea, escribe Benjamin, transformó el mundo recién conquistado en una sala de tortura. Las acciones de la "soldadesca hispana" crearon una nueva configuración del espíritu (Geistesverfassung) "que no se puede representar sin horror (Grauen)". Como toda colonización, la del Nuevo Mundo tuvo razones económicas – los inmensos tesoros de oro y plata de las Américas – que los teólogos oficiales trataron de justificar con argumentos jurídico - religiosos: «América es un bien sin propietarios; la sumisión es una condición de la misión; intervenir contra los sacrificios humanos de los mexicanos es un deber cristiano". Bartolomé de Las Casas, "un combatiente heroico en las posiciones más expuestas, luchó por la causa de los pueblos indígenas enfrentando, durante la célebre disputa de Valladolid (1550), al cronista y cortesano Sepúlveda, "el teórico de la razón de Estado" logrando finalmente obtener del rey de España la abolición de la esclavitud y de la "encomienda" (forma de esclavitud), medidas que nunca fueron efectivamente aplicadas en las Américas" (LÖWY, 2020, p. 17).

Podemos ubicar con claridad la afinidad entre la redención indígena propuesta por Mariátegui y la de los oprimidos expuesta por Benjamin, coinciden en la crítica teológica y romántica al marxismo y en la identificación y rechazo a la ideología del progreso y al imperialismo europeo. Mariátegui de acuerdo a sus circunstancias "rompe con todo el enfoque eurocéntrico: escribe desde el punto de vista de los indígenas de la América Latina, rechaza la visión de la historia del colonialismo europeo, y reclama un comunismo inca para pensar el socialismo indoamericano del futuro" (LÖWY, 2020, p. 18).

Benjamin y José Carlos Mariátegui representan dos formas muy diferentes – por su contexto cultural y su gramática filosófica – de ruptura en nombre del marxismo con la ideología del Progreso, el evolucionismo positivista, las concepciones lineales de la historia, como también en su forma burguesa

aquella del “progresismo” de izquierda [...] Ellos contribuyeron, cada uno a su manera singular y atípica, a repensar en nuevos términos el curso de la historia, la relación entre pasado, presente y futuro, las luchas emancipadoras de los oprimidos y la revolución (LÖWY, 2020, p. 20).

La I Guerra Mundial demostró que el orden de la modernidad capitalista no garantiza la paz y bienestar social, más aún demostró que la expansión del capitalismo se reproduce mediante la disputa imperialista de las potencias mundiales por la administración global de la economía capitalista. Y por otro lado, la Revolución Rusa demostró lo equivoco de la comprensión gradualista, racionalista, armónica, evolucionista y teleológica que predecía que primero debía avanzarse en la consolidación del modo de producción capitalista para encontrar las bases materiales y posteriormente espirituales del socialismo. Mariátegui por el contrario considera,

la Revolución Rusa insufló en la doctrina socialista un ánimo guerrera y mística. Bolcheviques y fascistas no se parecían a los revolucionarios y conservadores pre-bélicos. Carecían de la antigua superstición del progreso. Eran testigos, conscientes o inconscientes, de que la guerra había demostrado a la humanidad que aún podían sobrevenir hechos superiores a la previsión de la Ciencia y también hechos contrarios al interés de la Civilización (MARIÁTEGUI, 1970, p. 15).

Los fascistas si bien buscaban sus orígenes ontológicos en el romanticismo alemán es cuestionable pensar que la ideología del progreso no dinamizaba su quehacer, como es demostrado por Benjamin. Por otro lado, parece acertada la observación del andino al comprender que la razón esencial por la que la Revolución Rusa (1917) habría sucedido en la periferia europea es porque la ideología del progreso no se había consolidado, por lo que el horizonte de lo posible no se limitaba a las previsiones programadas por el racionalismo positivista. Europa abandonó a “Don Miguel de Unamuno que predicaba el quijotismo. La mayoría de los europeos habían perdido el gusto de las aventuras y de los mitos heroicos” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 14). A diferencia del caso ruso, donde se visibilizaba la existencia de una mística particular que movilizó dicha sociedad hasta revolucionar su realidad.

Lo que [...] diferencia en esta época a la burguesía y al proletariado es el mito. La burguesía no tiene ya mito alguno. Se ha vuelto incrédula, escéptica, nihilista. El mito liberal renacentista, ha envejecido demasiado. El proletariado tiene un mito: la revolución social. Hacia ese mito se mueve

con una fe vehemente y activa. La burguesía niega; el proletariado afirma. La inteligencia burguesa se entretiene en una crítica racionalista del método, de la teoría, de la técnica de los revolucionarios. ¡Qué incompreensión! La fuerza de los revolucionarios no está en su ciencia; está en su fe, en su pasión, en su voluntad. Es una fuerza religiosa, mística, espiritual. Es la fuerza del Mito. La emoción revolucionaria, como escribí en un artículo sobre Gandhi, es una emoción religiosa. Los motivos religiosos se han desplazado del cielo a la tierra. No son divinos; son humanos, son sociables (MARIÁTEGUI, 1970, p. 22).

Mariátegui baja la religión de las abstracciones metafísicas hacia una comprensión materialista, comprende su papel como categoría sociológica - política que permite comprender los procesos de transformación social. Siguiendo a Henri Bergson (1859–1941), entiende “que no sólo la religión puede ocupar la región del yo profundo, los mitos revolucionarios también pueden ocuparla” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 23). Mariátegui toma el concepto de mito de George Sorel “y [lo] reformulara dentro del contexto de su concepción revolucionaria, [...] como oportunamente nos recuerda William Rowe, para comprender la manera en que el autor concibe la articulación entre tradiciones político-religiosas andinas y tradiciones político-seculares occidentales” (D’ALLEMAND, 2016, p. 541). Precisamente en *Réflexions sur la violence*, Sorel manifiesta una sintética reflexión sobre los mitos,

la experiencia nos prueba que las construcciones de un futuro indeterminado en el tiempo pueden ser muy eficientes y tener muy pocos inconvenientes, cuando son de cierta naturaleza; esto ocurre cuando se trata de mitos en los que se encuentran las tendencias más fuertes de un pueblo, de un partido o de una clase, tendencias que vienen a la mente con la insistencia de los instintos en todas las circunstancias de la vida, y que dan aspecto de plena realidad a las esperanzas de acción inminente en las que se basa la reforma de la voluntad. Sabemos que estos mitos sociales de ninguna manera impiden que el hombre sepa aprovechar todas las observaciones que hace durante su vida y no le impiden llevar a cabo sus ocupaciones habituales (SOREL, 2003, p. 82).

Mariátegui siguiendo a Sorel define el concepto de mito buscando, “definir un clima espiritual, un pathos. Entregar una perspectiva a los intelectuales” (FERNANDEZ, 1988, p. 184). El Amauta busca encender los sentimientos vernáculos que orienta a los oprimidos a enfrentar a la oligarquía nacional e imperialismo global mediante una revolución socialista. “La noción de mito cubre una zona aún no constituida, que por el momento se resuelve en su pura dinámica, en una voluntad histórica que

solo alcanza a expresarse programáticamente” (FERNANDEZ, 1988, p. 184). De esta manera, Mariátegui establece una relación dialéctica entre un pathos revolucionario y un programa que viabilice la construcción objetiva del comunismo.

El mito y la religión para los revolucionarios es la profanación de la religión como monopolio ideológico exclusivo de la Iglesia católica y sus aliados de clase, el peruano concibe una dimensión revolucionaria de la teología al servicio de la transformación del mundo de los hombres, es decir la construcción mesiánica de la sociedad. Precisamente, siguiendo a Ernest Renan (1823–1892) y a Sorel, “advirtió sobre la fe religiosa de los socialistas, afirmando su inexpugnabilidad a todo desánimo” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 23).

La comprensión de la religión en Mariátegui se da como producto de la voluntad y acción humana, precisamente esa es la relación con la política, la posibilidad de reconstituir el orden social y político, redimiendo a los oprimidos y explotados. “El mesiánico milenio no vendrá nunca. El hombre llega para partir de nuevo. No puede, sin embargo, prescindir de la creencia de que la nueva jornada es la jornada definitiva” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 24).

La filosofía de la historia desarrollada por José Carlos se puede comprender con el concepto psicoanalítico, tiempo de ahora propuesto por Sigmund Freud (1856-1939), que permite analizar la configuración histórica del aquí y ahora en términos que rebasan la comprensión empirista de la coyuntura y pone en perspectiva el pasado y futuro como agentes vivos de la identidad que se configura en el presente, cuya premisa es desarrollada en *El escritor y lo fantasioso* (1907) donde menciona,

puede decirse que una fantasía oscila en cierto modo entre tres tiempos, tres momentos temporales de nuestro representar. El trabajo anímico se anuda a una impresión actual, a una ocasión del presente que puede despertar importantes deseos de la persona; desde ahí puede remontarse al recuerdo de una vivencia del pasado, infantil en muchas ocasiones, en que aquel deseo se cumplía, y entonces crea una situación referida al futuro, que se figura como el cumplimiento de ese deseo, justamente el que se manifiesta en el ensueño diurno o la fantasía, que lleva las huellas de su origen en la ocasión y en el recuerdo. En definitiva, pasado, presente y futuro aparecen encadenados o anudados por el deseo que corre a través de ellos y que los reanima (FREUD, 1908, p. 5).

En las fantasías sociales se mueven los mitos y utopías mesiánicas, y para Mariátegui “todo es parte de un proyecto de transformar la sociedad que le toca vivir. Sin embargo, los temas que él abordó en vida continúan plenamente vigentes. Con todos sus desdoblamientos contemporáneos, el pensamiento del Amauta se nos presenta con una actualidad sorprendente” (CUADRA, 2020, p. 4669). La resistencia de los pueblos originarios de Latinoamérica han expresado su propuesta civilizatoria y alternativa a la modernidad capitalista mediante la filosofía del Buen Vivir que “representa, posiblemente, la propuesta más original y con mayor potencialidad revolucionaria como horizonte de superación del capitalismo, como organización político-económica y como propuesta civilizatoria. Su inmenso valor tiene que ver con su origen popular y su profunda latinoamericanidad” (FRIGGERI, 2020, p. 14).

La filosofía de Mariátegui se relaciona con el Sumak Kawsay en la medida que propone la renovación o actualización civilizatoria dinamizada por los principios de las comunidades originarias andinas, en las que existe una comunión armónica entre los diversos elementos del cosmos, en el que todo ente y ser vivo poseen una anima⁴ y por tanto la posibilidad de encontrarse en una misma comunidad. A diferencia del romanticismo reaccionario que profesa el fascismo latinoamericano, cuyo proyecto se relaciona con la reconstitución del medioevo, la propuesta revolucionaria propone romper con el horizonte de lo posible impuesto por la ideología dominante, retomando las tradiciones explotadas para la reconstrucción de un futuro utópico.

Encontramos una relación profunda entre el mito, la religión y el arte, por la relevancia que Mariátegui le otorga a la fantasía y a la imaginación para vislumbrar otras posibilidades distintas de construir la historia. Esta es una de las razones por las que la ciencia y filosofía positivista no dan cuenta de las posibilidades del pensamiento revolucionario, “ninguna revolución prevé la revolución que vendrá después, aunque en la entraña porte su germen. Para el hombre, como sujeto de la historia, no existe sino su propia y personal realidad. No le interesa la lucha abstractamente sino su lucha concreta” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 24). Es decir, en la subjetividad, en el mito, en la religión, en la idea de las clases despreciadas, invisibilizadas y explotadas se encuentran las posibilidades de despertar el germen revolucionario, “el hombre no prevé ni imagina nada más que lo que ya está germinando, madurando, en el corazón oscuro de la historia” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 38).

4 Animismo (Del latín: ánima, alma, espíritu). El animismo es una tendencia filosófica que consiste en animar los fenómenos naturales, imaginarse que detrás de cada objeto de la Naturaleza se oculta un espíritu invisible que lo dirige (IUDIN, 1946).

El escepticismo y el relativismo, ponen en duda la verdad hegemónica para darle el mismo valor a todo, reduciendo el mundo a un entendimiento que se basa en la equiparación cuantificable de las distintas mercancías o conceptos, en la enajenación y represión de las fantasías, de la imaginación y de las historias distintas, constituyéndose un mundo clausurado para la emergencia de otras posibilidades. El mesianismo nos recuerda que comprender la verdad histórica no puede reducirse al racionalismo positivista.

Sumak Kawsay: La religión andina del indio y la tierra

Uno de los aportes fundamentales de nuestro autor es la comprensión original de la realidad peruana, comprensión heterodoxa del materialismo histórico situado en el contexto andino que rompe con la comprensión binaria de los antagonismos y privilegia la relación dialéctica entre los elementos existentes en nuestra realidad. “Bajo el régimen de economía feudal nacido de la Conquista subsiste [...] todavía la economía comunista indígena. En la costa, sobre un suelo feudal, crece una economía burguesa [...] una economía retardada” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 19). De tal forma que la administración del Estado es la “asociación de intereses de dominación, entre la burguesía capitalista peruana y los terratenientes, ambos subordinados, aunque de distinta manera, a la burguesía imperialista” (QUIJANO, 2007, p. 28).

En este contexto, los oprimidos, invisibilizados y explotados dentro de las sociedades andinas esencialmente se representan en la figura del indio, pobre, campesino y obreros de origen agrario. Precisamente de los oprimidos nacerá la posibilidad de revolucionar nuestras sociedades.

La fé en el resurgimiento indígena no proviene de un proceso de “occidentalización” material de la tierra keswa. No es la civilización, no es el alfabeto del blanco, lo que levanta el alma del indio. Es el mito, es la idea de la revolución socialista. La esperanza indígena es absolutamente revolucionaria. [...] La consanguinidad del movimiento indigenista con las corrientes revolucionarias mundiales es demasiado evidente para que precise documentarla. Yo he dicho ya que he llegado al entendimiento y a la valoración justa de lo indígena por la vía del socialismo. [...] resuelve políticamente su indigenismo en socialismo (MARIÁTEGUI, 1927, p. 11).

El marxismo andino propuesto por nuestro autor se caracteriza en uno de sus aspectos fundamentales en la definición del concepto de religión y su vinculación

profunda con el mito, dicha definición no se relaciona con la comprensión racionalista, funcionalista y dogmática del marxismo hegemónico que reduce la religión a opio del pueblo o ideología como falsa conciencia. Para el peruano dicho concepto ha crecido en extensión y profundidad. “No reduce ya la religión a una iglesia y un rito. Y reconoce a las instituciones y sentimientos religiosos una significación muy diversa de la que ingenuamente le atribuían, con radicalismo incandescente, gentes que identificaban religiosidad y oscurantismo” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 134). Precisamente como ya se ha expresado, es fundamental la relación dialéctica que despierta los rasgos esenciales de la superestructura en juego con la estructura económica. ¿Cuáles son las características de la religión de los indios que podría encender la llama de la revolución socialista?

Los rasgos fundamentales de la religión incaica son su colectivismo teocrático y su materialismo. [...] La religión del quechua era un código moral antes que una concepción metafísica, hecho que nos aproxima a la China mucho más que a la India. El Estado y la Iglesia se identificaban absolutamente; la religión y la política reconocían los mismos principios y la misma autoridad. Lo religioso se resolvía en lo social. [...] La propagación de las religiones orientales cambió todo esto: inculcó la idea de que la comunión del alma con Dios y su salud eterna eran los únicos fines por los cuales valía la pena de vivir, fines en comparación de los cuales la prosperidad y aun la existencia del Estado resultaban insignificantes (MARIÁTEGUI, 2005, p. 135).

Lo fundamental de la religión incaica se relaciona con el colectivismo, es decir su centro está en la vida comunitaria. La vida espiritual no se diferencia de la reproducción material, ambas dimensiones tienen que ser satisfechas como parte de un orden cósmico. “Lo que tenía que subsistir de esta religión, en el alma indígena, había de ser, no una concepción metafísica, sino los ritos agrarios, las prácticas mágicas y el sentimiento panteísta” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 136). Lo fundamental se relaciona con la comunión religiosa y materialista con la naturaleza, la tierra y los astros. Lo cual podemos comprenderlo en la definición del Suma Qamaña de los pueblos originarios bolivianos o el Sumak Kawsay de los pueblos Kichwas del Ecuador y las comunidades andinas del Perú. “El Buen Vivir y Sumak Kawsay están relacionados con la lucha y resistencia de los pueblos indígenas del continente, [...] irrumpen con fuerza en la política a inicios de la década de los 90 del siglo XX, (AROCA, 2020, p. 41) en Ecuador. El término “Sumak Kawsay fue escrito por primera vez como modelo de vida alternativo al desarrollo en el Plan Amazónico de la Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza (1992)(AROCA, 2020, p. 42). Desde la amazonia ecuatoriana, considerada una región periférica dentro de la estructura y distribución demográfica de los pueblos indígenas,

que principalmente se encuentran concentrados en los Andes, surge a finales del siglo pasado e inicios del nuevo milenio una noción que rearticula las distintas luchas indígenas, campesinas y obreras que emergen en Latinoamérica.

El Sumak Kawsay implica una estrecha relación con la tierra, con las chacras donde florece la vida y el alimento, con el cuidado y la crianza de los animales, con la fiesta en el trabajo colectivo, en la minga. [...] está asociado a la vida en comunidad; la vida dulce o vida bonita de los pueblos andinos nos propone un mundo austero y diverso, en equilibrio con la naturaleza y con el mundo espiritual. Los pueblos amerindios, los pueblos campesinos y en general los pueblos ligados a la tierra, no buscan transformar el mundo sino entenderlo, aspiran a la crianza mutua entre todas las formas de vida (AVENDAÑO, 2009, p. 17).

El Buen Vivir es un “pensamiento unificador en torno a la vida ya que la vida es el gran elemento totalizante y relacional” (FRIGGERI, 2021, p. 4). La filosofía indígena se propone frente al antropocentrismo de occidente un “paradigma biocéntrico. El concepto utilizado por la Ecología Profunda y la Ecología Política” (FRIGGERI, 2021, p. 4). Las relaciones sociales son parte de un orden cósmico y sagrado, que se mueven en un tiempo distinto al moderno capitalista, “una dinámica que consiste en un “mirar atrás para ir hacia adelante” como expresa el principio aymara del quip nayra/quip ñawi” (FRIGGERI, 2021, p. 4). A nivel político religioso se expresa mediante “el valor de la asamblea: “es una reverencia misma a la vida”; “es el poder real que está en el pueblo, en la base, cuando toma decisión una asamblea comunal” (FRIGGERI, 2021, p. 4). El Buen Vivir articula diversas dimensiones alternativas para la vida mediante el rescate de valores y prácticas de los pueblos originarios.

Tomando este aporte de Mariátegui, podemos animarnos a decir que el Buen Vivir está expresando básicamente esa misma idea. Desde la periferia de la periferia emerge una alternativa superadora del capitalismo y el sujeto político y epistémico de esta propuesta invita a reformular quién es el sujeto revolucionario en América Latina, quién sería ese “proletariado” latinoamericano que inspira la lucha popular y superadora del capitalismo (FRIGGERI, 2021, p. 7).

Regresando a una mirada a largo plazo, el contexto material y espiritual de la conquista española encarnó el espíritu de la contrarreforma, que buscó mantener la homogeneidad en el mundo según el orden medieval. América en su diversidad es

reducida por el proyecto colonizador a un apéndice del orden de la España imperial. Los pueblos colonizados responden a los intereses reaccionarios y divinos de la corona y la iglesia católica. Razón por la cual “los países latinoamericanos llegan tarde a la competencia capitalista, las primeras posiciones ya están definitivamente asignadas. El destino de estos países, dentro del orden capitalista, son simples colonias” (MARIÁTEGUI, 1927, p. 2). Mas aún, pese al genocidio colonizador y la imposición de un orden colonial, Hispanoamérica mantiene una religión agraria basada en la comunión entre la tierra y el ser,

la Conquista fue la última cruzada y que con los conquistadores tramontó la grandeza española. Su carácter de cruzada define a la Conquista como empresa esencialmente militar y religiosa. La realizaron en comandita soldados y misioneros. [...] Tocaba a un clérigo el papel de letrado y mentor de la compañía. Luque representaba la Iglesia y el Evangelio. Su presencia resguardaba los fueros del dogma y daba una doctrina a la aventura. En Cajamarca, el verbo de la conquista fue el padre Valverde. La ejecución de Atahualpa, aunque obedeciese sólo al rudimentario maquiavelismo político de Pizarro, se revistió de razones religiosas. Virtualmente, aparece como la primera condena de la Inquisición en el Perú (MARIÁTEGUI, 2005, p. 140).

El significado de la conquista en términos religiosos se relaciona con una prolongación de las cruzadas de la Contrarreforma, “los misioneros no impusieron el Evangelio; impusieron el culto, la liturgia, adecuándolos sagazmente a las costumbres indígenas. El paganismo aborigen subsistió bajo el culto católico” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 144). Lo cual fue usado en el caso de los jesuitas “con su orgánico positivismo, mostraron acaso, en el Perú como en otras tierras de América, aptitud de creación económica” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 10). Postura dentro de la iglesia que había sido defendido por “el padre Las Casas, en quien florecían las mejores virtudes del misionero, el evangelizador tuvo precursores y continuadores” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 143). Esta tendencia en los primeros siglos de América fue derrotada por el avance de la conquista reaccionaria.

El “encomendero” español había frecuentemente algunos hábitos nobles de señorío. El “encomendero” criollo tiene todos los defectos del plebeyo y ninguna de las virtudes del hidalgo. La servidumbre del indio, en suma, no ha disminuido bajo la República. Todas las revueltas, todas las tempestades del indio, han sido ahogadas en sangre. A las reivindicaciones desesperadas del indio les ha sido dada siempre una respuesta marcial. El silencio de la puna ha guardado luego el trágico secreto de estas respuestas. La República ha restaurado, en fin, bajo el título de conscripción vial, el régimen de las “mitas” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 36).

Las sociedades andinas se encuentran atrapadas en la administración gamonalista de nuestra economía, la clase terrateniente de origen criollo no tuvo interés o capacidad para convertirse en burguesía. Los más visionarios latifundistas en el mejor de los casos se transformaron en burguesía comercial o bancaria, o esta surgió de las capas medias de la sociedad en expansión. Las élites se volvieron dependientes de las burguesías imperialistas, simples intermediarios que mediante la sobreexplotación de la mano de obra se enriquecen. “Este sistema económico, ha mantenido en la agricultura, una organización semifeudal que constituye el más pesado lastre del desarrollo del país (MARIÁTEGUI, 2005, p. 21). Precisamente la constitución de la República modernizó el sistema semifeudal, pero no lo eliminó.

El gamonalismo,⁵ comprende una larga jerarquía de empleados e intermediarios, todo un sistema burocrático. El propio indio se convierte en explotador de sus propios hermanos al servicio del gamonalismo. Las haciendas en los Andes, desvinculadas de cualquier orden democrático en relación a la República, existen bajo el orden de los poderes hacendatarios locales. El indio nunca ha pasado de un régimen mixto de comunismo vernáculo y servidumbre latifundista a un régimen de salario libre, pues “el individualismo no puede prosperar, y ni siquiera existe efectivamente, sino dentro de un régimen de libre concurrencia” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 67).

Por lo cual la propuesta política - económica de la redención del indio y explotados de la tierra, “tiene sus raíces en el régimen de propiedad de la tierra. Cualquier intento de resolverlo con medidas administrativas o policiales, con métodos didácticos o con obras viales, constituye un trabajo adjetivo superficial, mientras se mantiene la feudalidad de los gamonales” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 29). La alternativa es “la vitalidad del comunismo⁶ indígena que impulsa invariablemente a los aborígenes a variadas formas de cooperación y asociación” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 67). Existen instituciones milenarias como la minga, basadas en la redistribución y la reciprocidad, ejemplo de la comunión religiosa y política de la comunidad y el cosmos.

El marxismo entendido como método por Mariátegui prioriza la praxis, “filosofía [que] santifica los valores de la práctica” o la transformación como acto de justicia (MARIÁTEGUI, 2008, p. 104). El filósofo andino realiza una lectura singular de la moral

⁵ Caciquismo y gamonalismo, designan al poder terrateniente. “Oligarquía, en el Perú, es un término que comenzó a usarse en el siglo pasado, bajo la primera administración civil burguesa, designando un estilo de dominación política (QUIJANO, 2007, p. 24).

⁶ “El comunismo moderno es una cosa distinta del comunismo incaico. [...] Uno y otro comunismo son un producto de diferentes experiencias humanas. Pertenecen a distintas épocas históricas” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 63).

nietzscheana, que opone la moral de los esclavos a la moral de los amos. Mariátegui invierte esta relación a favor de la redención de los vencidos; propone una moral de los productores en contra de la moral de los amos. El proletariado busca reconfigurar la historia de acuerdo a un principio moral y de justicia.

Nuestra esperanza es, precisamente, que, en una sociedad asentada sobre una amplia base económica, constituida por una federación de talleres donde los obreros libres estarían animados por un vivo entusiasmo por la producción, el arte, la religión, la filosofía podrán tomar un impulso prodigioso y el mismo ritmo ardiente y frenético transportará hasta las alturas (MARIÁTEGUI, 2008, p. 58).

Podemos hallar una vinculación entre la transformación del aparataje industrial y las formas de organización milenaria. Dicha superestructura se puede transformar en la base de una economía socialista o comunista, que no niega la técnica moderna, pero la subsume a los intereses comunes,

propiedad colectiva de la tierra cultivable por el ayllu o conjunto de familias emparentadas, aunque dividida en lotes individuales intransferibles; propiedad colectiva de las aguas, tierras de pasto y bosques por la marca o tribu, o sea la federación de ayllus establecidos alrededor de una misma aldea; cooperación común en el trabajo; apropiación individual de las cosechas y frutos (MARIÁTEGUI, 2005, p. 43).

La religión de los Andes, el Sumak Kawsay como paradigma de la redención de los seres humanos, naturaleza y cosmos tiene su expresión política en el socialismo andino. Me gustaría cerrar este artículo con un apartado retomado por Mariátegui del indigenista Valcárcel que sintetiza la dialéctica materialista e histórica del Sumak Kawsay de origen marxista desarrollada en los Andes,

la tierra [...] en la tradición regnícola, es la madre común: de sus entrañas no sólo salen los frutos alimenticios, sino el hombre mismo. La tierra depara todos los bienes. El culto de la Mama Pacha es parte de la heliolatría, y como el sol no es de nadie en particular, tampoco el planeta lo es. Hermanados los dos conceptos en la ideología aborígen, nació el agrarismo, que es propiedad comunitaria de los campos y religión universal del astro del día (MARIÁTEGUI, 2005, p. 42).

REFERENCIAS

ARCHIVO José Carlos Mariátegui. **Archivo José Carlos Mariátegui**. Lima, Lima, Perú. Disponible en: <https://www.mariategui.org/jose-carlos-mariategui/biografia/> Acceso en: 19 de jan. de 2021.

ARICÓ, J. **Dilemas del marxismo en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos: CLACSO, 2020.

AROCA, K. R. Buen Vivir: críticas y balances de un paradigma. **Diálogo Andino**, Arica, n. 62, p. 41-51, 2020.

AVENDAÑO, T. R. El Sumak Kawsay en Ecuador y Bolivia. Bien vivir, identidad, alternativa. **Ecología Política**, Barcelona, p. 15-19, 2009.

BALAREZO, A. R. (09 de 2016). **Antonio Melis, in memoriam**. Pacarina del Sur. Disponible en: <http://pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/1393-antonio-melis-in-memoriain> Acceso en: set. de 2016.

BENJAMIN, Water. Teses sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Water. **Magia e técnica, arte**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BONILLA, H. **Un siglo a la deriva**: ensayos sobre el Perú, Bolivia y la guerra. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980. Disponible en: https://www.repositorio.iep.org.pe/bitstream/handle/IEP/583/Bonilla_unsigloaladeriva.pdf;jsessionid=42A516A9E2DBE3A48F0C8860F8B95217?sequence=2 Acceso en: 05 de nov. de 2021.

BURGA, M.; GALINDO, A. F. **Apogeo y crisis de la República Aristocrática**: oligarquía, aprismo y comunismo en Perú 1895-1932. Lima: Ediciones Rikchay Perú. 1987. Disponible en: <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/113675/9986-Texto%20del%20art%20c3%adculo-39529-1-10-20140805.pdf>.

CARRASCO, O. M. Vivencias peruanas: el exilio y la Guerra Civil española. **Revista de Filología Románica**, Madrid, p.279-287, 2011.

D'ALLEMAND, P. "Todo lo humano es nuestro": una nueva mirada al legado de José Carlos Mariátegui. **Cuadernos de Literatura**, Bogotá, v. XX, n. 40, p. 537-559, 2016.

ENCICLOPEDIA DE LA RELIGIÓN CATÓLICA. Filosofía en español. Disponible en: <http://www.filosofia.org/enc/erc/t1c0795.htm> Acceso en: 25 de jan. de 2021.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifiesto comunista**. Madrid: Ediciones Elaleph.com, 2000.

FERNANDEZ, D. O. Notas para un estudio del mito en Mariategui. **América: Cahiers du CRICCAL**, Paris, p. 173-190, 1988. Disponible en: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1988_num_3_1_934.

FERNÁNDEZ, T. **Biografías y Vidas**: la enciclopedia biográfica en línea, 2004. Disponible en: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/mariategui.htm>.

FRIGGERI, F. P. Buen Vivir y Socialismo Indoamericano una búsqueda epistémico-política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 36, p. 1-17, 2020.

FUENTE, J. A. Víctor Raúl Haya de la Torre, el APRA y el Indoamericanismo. **CUYO**, Mendoza, v. 24, p. 79-101, 2007. Disponible en: <https://bdigital.uncu.edu.ar/3433>.

GUERRA, M. D. **El pensamiento social de Georges Sorel**. México: Centro de Estudios Constitucionales, 1968.

HUAYNATES, J. R. Mito y agonismo: un contrapunto filosófico en el marxismo. **LETRAS**, Araraquara, p. 153-187, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.30920/letras.90.131.7>.

IUDIN, P. **Diccionario filosófico marxista**. Montevideú: Pueblos Unidos, 1946. Disponible en: <http://www.filosofia.org/urss/img/1946dfm.pdf>.

KONDER, L. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

LÖWY, M. Mística revolucionaria: José Carlos Mariátegui y la religión. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, p. 48-59, 2005.

LÖWY, M. Walter Benjamin y José Carlos Mariátegui: dos marxistas disidentes contra la ideología del "progreso". **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, p. 13-21, 2020. Disponible en: <http://doi.org/10.5281/zenodo.3740117>.

LUGONES, M. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, 2008. p. 73-101.

MARIÁTEGUI, J. C. Prólogo a *Tempestad en los Andes*. In: VALCÁRCEL, L. E. *Tempestad en los Andes*. Lima: **Archivo Chile**, Web del Centro Estudios Miguel Enríquez, 1927. p. 1-5. Disponible en: <http://www.archivochile.com//entrada.html>.

MARIÁTEGUI, J. C. **Prólogo a *Tempestad en los Andes de Luis E. Valcárcel***. Lima: La Sierra, 1927.

MARIÁTEGUI, J. C. **Autobiografía**: la vida literaria, crítica, información, bibliografía. 1930a. Disponible en: http://www.archivochile.com//Ideas_Autores/mariategui_jc/d/mariategui0000.pdf.

MARIÁTEGUI, J. C. **Dos concepciones de la vida**. Amauta, 1930b. p. 4-7.

MARIATEGUI, J. C. **El hombre y el mito**. Amauta, 1930c. p. 1-4.

MARIÁTEGUI, J. C. **El Alma Matinal y otras estaciones del hombre de hoy**. Lima, Biblioteca Amauta, 1970.

MARIÁTEGUI, J. C. **Signos y Obras**. Lima: Bibliote Amauta, 1977. Disponible en: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/Tomo7.pdf. Aceso en: 11 de nov. de 2021.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Orbis Ventures S.A., 2005.

MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

MELO, S. Periodismo, mística e política: José Carlos Mariátegui entre 1914 e 1919. **Crítica Marxista**, Campinas, p. 53-72, 2019. Disponible en: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2020_05_06_12_15_02.pdf . Aceso en: 11 de nov. de 2021.

MESEGUER, D. **Illán Revolucionario, José Carlos Mariátegui y su pensamiento**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

NIETO, M. P. **Municipalidad Provincial Mariscal Nieto**. Disponible en: <http://munimoquegua.gob.pe/turismo/historia-de-la-provincia> Aceso en: 19 de jan. de 2021.

NODARI, G. Mariátegui antes de Mariátegui. El viaje a Italia y el fin de la. **Izquierdas**, Santiago, p. 147-181, 2018.

PETITO, G. V. Reflexiones italianas sobre el. **Perfiles Latinoamericanos**, México, p. 9-41, 2010.

PINTO CALAÇA, I. Z.; CARNEIRO DE FREITAS, P. J.; DA SILVA, S. A.; MALUF, F. La naturaleza como sujeto de derechos: análisis bioético de las Constituciones de Ecuador y Bolivia. **Revista Latinoamericana de Bioética**, Bogotá, n. 18, p. 155-172, 2018.

PONCE, S. C. **Estados plurinacionales en Bolivia y Ecuador**. Nueva Sociedad, s.d. p. 134-147. Disponible en: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3885_1.pdf Acceso en: ago. de 2012.

QUIJANO, A. Prólogo José Carlos Mariátegui: reencuentro y debate. *In*: MARIÁTEGUI, J. C. **7 Ensayos de la Realidad Peruana**. Lima: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. p. IX-CXXIX.

SENSAGENT, D. **Diccionario Sensagent**. Disponible en: <http://diccionario.sensagent.com/tikun%20lam/es-es/> Acceso en: 25 de jan. de 2021.

SOREL, G. **Réflexions sur la violence**. Québec: Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi, 2003. Disponible en: https://cras31.info/IMG/pdf/sorel_reflexions_violence.pdf Acceso en: 12 de nov. de 2021.

VALE. **Vale**. Disponible en: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx> Acceso en: 25 de jan. de 2021.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Master en Estética y Filosofía del Arte por la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP 2020) e doctorando en Ciencias Sociales en la Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Licenciado en Sociología mención en Ciencias Políticas por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Investigador asociado al Grupo de Investigación en Economía Solidaria y Cooperativa (EcoSol) da UNISINOS e membro do grupo de pesquisa Paidéia, Laboratório de Metodologias Integrativas para Educação e Gestão Social, do(a) Universidade Federal do Sul da Bahia.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Calle Argentina, entre Chile y Bolivia, 531-136, Loja, Loja, 110101, Ecuador.

FINANCIACIÓN

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES. Número de registro 88887.503112/2020-00.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

CONTEXTO DE INVESTIGACIÓN

Este artículo fue retirado del texto “José Carlos Mariátegui y el materialismo histórico del Sumak Kawsay : entre la religión y el mito” presentado en el evento “20 Congresso Brasileiro de Sociología”, en 2021.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe.

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor ejecutivo.

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 César Miguel Salinas Ramos.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Recibido el: 24 de agosto de 2021.

Cambiado en: 14 de septiembre de 2021.

Cambiado en: 02 de noviembre de 2021.

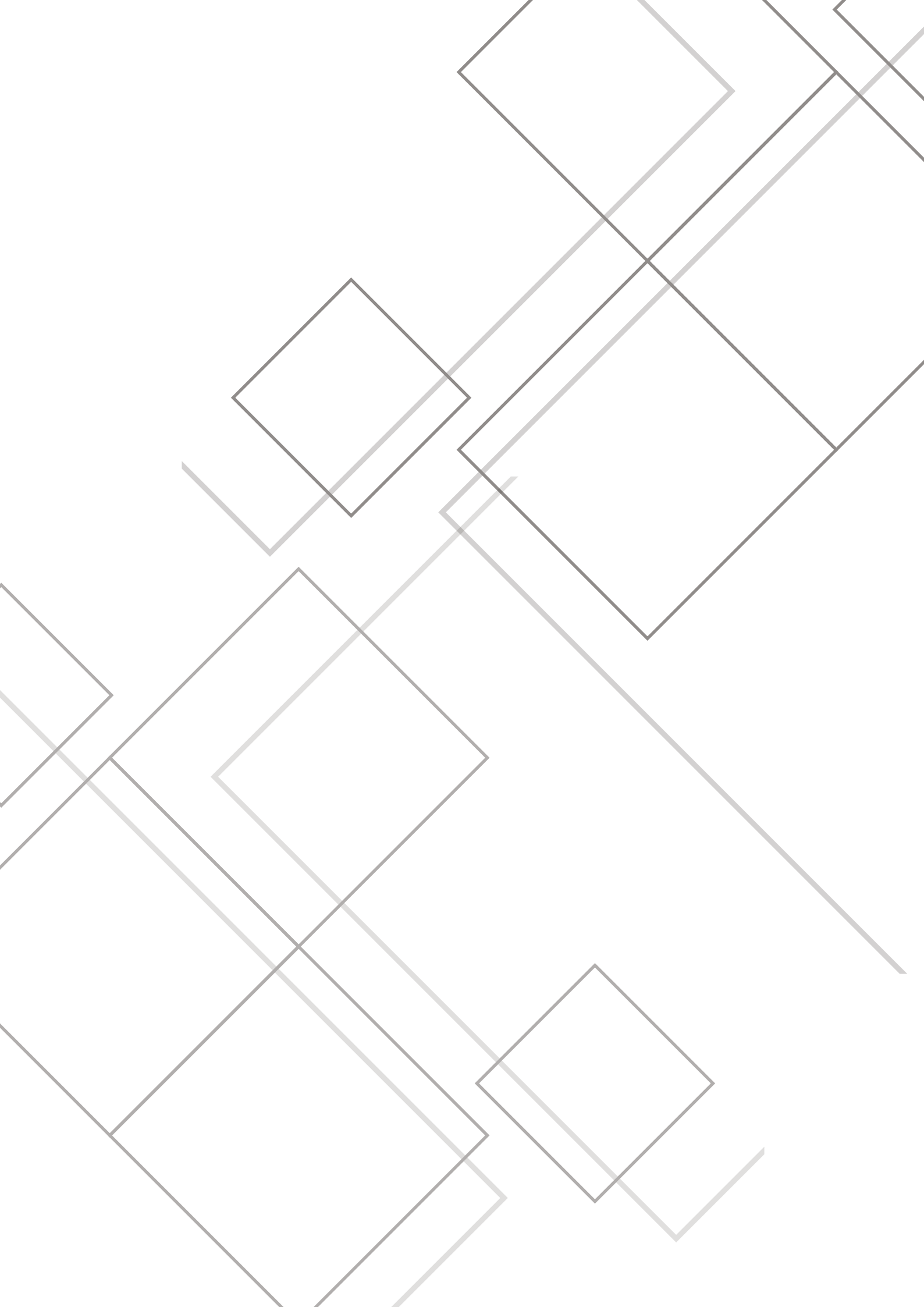
Aceptado el: 23 de noviembre de 2021.



ARTIGO DE REVISÃO



REVIEW ARTICLE



Os sentidos do anacronismo

The meanings of anachronism

Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves ^a

E-mail: bru.galeano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4140-9588> 

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O objetivo deste balanço é sintetizar o que foi escrito nas últimas décadas sobre o conceito de anacronismo em diferentes campos do conhecimento. O panorama oferecido revela que o anacronismo compreende vários significados (dentre eles: atribuição conceitual, ferramenta heurística, tabu profissional e índice de consciência histórica) e que existem estratégias para lidar com ele (criação de tipologias e critérios de admissão, reafirmação do tabu, crítica radical, entre outras). Além disso, o conceito desempenha papel de grande importância nas disputas intelectuais, cuja reflexão oferece uma ocasião privilegiada para o exercício de poder sobre a historiografia. Conclui-se que o anacronismo é um conceito polissêmico, duradouro e polêmico, e que seu valor normativo parece comprometer o estudo de sua história.

PALAVRAS-CHAVE

Anacronismo; Conceito de História; Teoria e História da Historiografia.

ABSTRACT

This review aims to summarize the written production on the concept of anachronism in distinct fields of knowledge in recent decades. This overview shows anachronism is given several meanings (e.g., conceptual attribution, heuristic tool, professional taboo, and index of historical consciousness) and reveals strategies for dealing with it (e.g., the establishment of typologies and admission criteria, reaffirmation of the taboo, and radical criticism). Anachronism also plays a critical role in intellectual disputes and thinking about this concept provides an opportunity to rule over historiography. The conclusion is that anachronism is a meaningful, lasting, and polemical concept, whose normative value seems to undermine its own historical investigation.

KEYWORDS

Anachronism; Concept of History; Theory and History of Historiography.

O anacronismo é um conceito familiar aos historiadores de formação e dele se costuma lançar mão de modo intuitivo. Essa familiaridade é, porém, enganosa e não se pode dizer que o anacronismo seja propriedade dos historiadores de formação ou conceito autoevidente. Em primeiro lugar, ele transita por diferentes debates e disciplinas, como a História da Ciência, a Teoria Política, a História da Arte, a Filosofia e a Ética, a Estética e os Estudos Literários. Nesses diferentes campos, engendra problemas particulares, ganha novos sentidos e serve de argumento em disputas por métodos, autores e fronteiras disciplinares. Em segundo lugar, a reflexão a seu respeito, salvo exceções pontuais (SPOERHASE, 2004; ROOD; ATACK; PHILIPS, 2020), está dispersa em artigos, capítulos, coletâneas, ensaios, conferências e em textos sobre outros assuntos. E mesmo essas reflexões partem com frequência de pressupostos e definições arbitrárias sobre o conceito, estabelecendo diálogo com esse ou aquele texto em particular, mas sem um olhar abrangente sobre o conjunto da literatura a respeito do anacronismo.

Diante disso, propõe-se uma revisão dessa literatura e que se entenda por sentidos do anacronismo tanto os significados atribuídos ao conceito quanto os caminhos percorridos por ele. O objetivo principal é descrever e organizar o que se falou sobre o anacronismo, sobretudo nos últimos trinta anos. Pretende-se assim oferecer uma visão de conjunto que contribua para adensar o debate teórico sobre o assunto e instigue futuras pesquisas históricas a respeito. Para tanto, foi preciso selecionar uma multiplicidade de textos e evitar que essa seleção fosse puramente arbitrária ou, pior ainda, destinada ao fracasso pela possibilidade infinita de aprofundá-la. Sabe-se que discutir o anacronismo pode invocar tradições intelectuais inteiras e trazer problemas da maior profundidade, porém não é possível representar tudo isso num balanço. Optou-se por lidar basicamente com textos que trataram do conceito de anacronismo de forma explícita e literal e somou-se pontualmente ao conjunto outros textos referenciados por essa literatura. O material reunido foi descrito e organizado em torno de quatro eixos, tendo em vista destacar os sentidos e os problemas particulares suscitados pelo anacronismo: entendimento histórico, poética, prática do historiador e história do conceito.

A despeito das particularidades das definições atribuídas ao anacronismo, dos problemas suscitados por ele e dos ambientes disciplinares e linguísticos em que transitou o conceito, a maioria dos autores reunidos neste panorama buscou normatizar a prática dos historiadores e os produtos dela a partir de suas reflexões sobre o assunto. Falar sobre o anacronismo surge como ocasião privilegiada para exercício de poder, isto é, uma espécie de ato normativo que generaliza premissas e abordagens específicas a dado autor e faz delas elementos desejáveis para a historiografia como um todo. Suspeita-se que a possibilidade de se utilizar o anacronismo dessa maneira seja central

para explicar por que o conceito mantém até hoje a condição de categoria analítica e é tão pouco convidativo à investigação histórica acerca dos seus próprios sentidos e usos. Busca-se aqui evitar essa tendência.

Anacronismo e entendimento histórico

O anacronismo foi encarado frequentemente como um obstáculo a se superar. David Hackett Fischer (1970, p. 132-5) definiu-o como qualquer descrição, análise ou juízo sobre um evento que situe tal evento num ponto do tempo distinto daquele que, de fato, ocorreu – se o evento tiver ocorrido antes, o erro é chamado “pedantemente” de procronismo, e se depois, metacronismo (FISCHER, 1970, p. 133). Entendido como falácia, o anacronismo deveria ser identificado, expurgado ao máximo e estipuladas regras racionais para lidar com esse problema argumentativo do conhecimento histórico (FISCHER, 1970, p. xvii-xviii).

Na mesma época, Quentin Skinner (1969) fazia da crítica ao anacronismo o cavalo de batalha para desafiar uma história das ideias fundada na autonomia dos textos e no valor atemporal dos clássicos. Os anacronismos implícitos nesse modo de fazer história comprometeriam a recuperação do sentido dos textos nos termos disponíveis aos agentes históricos. Essa “ortodoxia” historiográfica foi subdividida em “mitologias” (entre 4 e 19 delas), caracterizadas por diferentes anacronismos (SYRJÄMÄKI, 2011, p. 93-118). Skinner mencionava expressamente o anacronismo ao caracterizar os equívocos da mitologia da doutrina e da mitologia da coerência. No primeiro caso, a busca por um conjunto particular de ideias em cada autor colocaria as biografias e as histórias das ideias sob o risco de anacronismos absolutos (SKINNER, 1969, p. 7-12). Enquanto as biografias tomariam semelhanças de vocabulário como prova de que certos sujeitos fizeram descobertas que sequer tinham condições linguísticas de enunciar, as histórias das ideias despreveriam o movimento histórico de entidades intelectuais, imputando uma dose de presciência a determinados agentes considerados visionários. No segundo caso, a mitologia da coerência orientaria o historiador do pensamento a classificar autores de acordo com a consistência sistemática de cada um deles. Como desdobramento disso, seria autorizado ao historiador, em flagrante anacronismo, completar lacunas nos textos e desfazer eventuais contradições argumentativas (SKINNER, 1969, p. 16-22).

Skinner foi tomado, explícita ou implicitamente, como o grande expoente de uma orientação contextualista na interpretação das obras de pensamento por várias reflexões sobre o anacronismo, sobretudo em língua inglesa. Tais respostas a Skinner se

utilizaram de algumas estratégias para lidar com o anacronismo no âmbito da História Intelectual, da Filosofia e Pensamento Político e, principalmente, da História da Ciência.

Um primeiro tipo de resposta foi fazer o problema do anacronismo desaparecer por decreto. Definido como resultado indesejável de um exercício de predicação, o anacronismo deixaria automaticamente de ser objeto de polêmica caso fossem alterados alguns pressupostos na compreensão dos conceitos em geral. Para Mark Bevir (2004), o problema seria resolvido pela adoção de um “princípio de individualismo procedimental”, isto é, o entendimento de que os conceitos seriam atribuídos sempre a alguém em particular, incluindo o próprio historiador. Tal princípio autorizaria a dar aos textos significados indesejados ou inacessíveis aos seus autores, bem como dissolveria o ideal historiográfico de reencenação da vida mental das pessoas do passado. Posteriormente, Bevir (2015) converteu seu princípio numa teoria da história e incorporou o anacronismo ao problema mais abrangente, e historicamente mais recente, da distância histórica: a superação do embate entre modernos e pós-modernos por meio da integração entre fato e teoria, passado e presente, dissiparia a necessidade da discussão desse problema. Já para Branko Mitrović (2011), a imensa maioria das polêmicas entre os historiadores em torno do anacronismo seria tóxica e repetitiva, recolocando sempre a questão se dado conceito poderia ou não ser atribuído a determinada figura histórica. Para o autor, a solução do problema consistia em dois passos: abandonar o pressuposto de que nomes e coisas teriam uma relação exclusiva de referência, isto é, de que existiria uma única denominação adequada para cada coisa; e entender os conceitos como “descrição identificante”, ou seja, dotados de requisitos mínimos de pertencimento. Assim, boa parte das controvérsias simplesmente deixaria de existir, já que uma mesma figura histórica poderia ficar sob a égide de um ou mais conceitos.

Outros tipos de respostas foram: restringir o alcance de Skinner ao plano do método (JARDINE, 2000; TOSH, 2003), encontrar critérios para admitir determinados anacronismos como legítimos (PRUDOVSKY, 1997; JARDINE, 2000; BRUSH, 2004; HADDOCK, 2004; LYNCH, 2004; DUCHEYNE, 2006; BARROS, 2017), e oferecer tipologias para a pluralidade dos anacronismos (CONDREN, 1997; ŠPELDA, 2012). Em muitas dessas respostas, a abordagem de Skinner foi traduzida como aposta radical de entendimento por meio da linguagem dos agentes históricos, de modo que tudo o que extrapolasse essa linguagem seria considerado anacrônico e, portanto, reprovável.

Para Nick Tosh (2003), o sucesso dessa abordagem na História das Ciências seria explicável pela retórica de Skinner. Ela seria hábil em cegar seus leitores e amedrontá-los com uma bateria de exemplos de interpretações anacrônicas. Porém, a argumentação filosófica de Skinner seria menos persuasiva. Ela seria incapaz de

refutar a posição privilegiada dos historiadores para entender os feitos dos agentes do passado, bem como para oferecer explicações para processos históricos imperceptíveis aos agentes. Esse privilégio repousaria em algo exterior à linguagem, no movimento unidirecional e inegável da flecha do tempo (TOSH, 2003, p. 652-653) – fenômeno nem sempre entendido de maneira tão inequívoca (GASKILL, 2006). O que estava em jogo na crítica a Skinner era a natureza e a extensão da História da Ciência. Para Tosh, era uma história fundamentalmente centrada no presente: ao historiador da ciência estariam disponíveis quaisquer categorias que bem explicassem as ações no passado, estivessem ou não à mão dos sujeitos da época. E, completava Tosh, seria um imperativo para o historiador da ciência recusar a concepção de agência de Skinner, já que ela, vinda de fora da História da Ciência, estaria restrita exclusivamente às interações humanas e transformaria qualquer causalidade de fato em mero acidente histórico (TOSH, 2003, p. 655-658).

Já Nick Jardine (2000) definiu o anacronismo como “anotropismo”, isto é, uma forma particular de estar fora de lugar, e saiu em defesa da legitimidade de se utilizar categorias disponíveis no presente para justamente evitar essa inadequação e recuperar o sentido histórico dos atos do passado. Para ele, escapar desse anotropismo exigiria identificar os pressupostos dos atos intelectuais e sociais dos agentes históricos à luz de todo um sistema de ideias ou modo de vida. E esse sistema ou modo de vida não poderia ser expresso exclusivamente nos termos dos agentes históricos (JARDINE, 2000, p. 253-259). O anacronismo seria ilegítimo, portanto, quando não houvesse finalidade no seu uso ou quando o historiador rejeitasse o compromisso de investigar os pressupostos intelectuais e sociais dos agentes do passado (JARDINE, 2000, p. 259-266). Nesse segundo caso, não haveria regra geral sobre quais categorias admitir legitimamente na reconstituição dos pressupostos da ação histórica, mas apenas orientações práticas sobre como fazê-lo caso a caso. Jardine propunha uma maneira de fazer história que seria mais ou menos condizente com determinadas abordagens da História da Ciência: enquanto seria prejudicial para uma história didática da ciência, a reconstituição racional ou o construtivismo, ela favoreceria a história das mentalidades, a história de gênero, a sociologia histórica e a história da cultura material (JARDINE, 2000, p. 265).

Essa busca por critérios de admissão do anacronismo é usual nas reflexões no âmbito da História da Ciência. Gad Prudovsky (1997), por exemplo, examinou um episódio emblemático de atribuição conceitual nessa historiografia: o uso feito por Alexandre Koyré de um conceito, o de massa inercial, para reconstituir o pensamento de Galileu, embora ele nunca tenha usado o termo. Também para Prudovsky, a historiografia não se restringiria aos meios linguísticos disponíveis aos agentes e, por isso, o intérprete estaria autorizado a preencher lacunas nos discursos históricos (PRUDOVSKY, 1997,

p. 22-26). Em primeiro lugar, a falta de um conceito poderia ter razão intencional ou acidental, como o temor do agente em se expressar livremente ou por algum deslize argumentativo. Em segundo e mais importante, o recurso ao anacronismo permitiria assinalar o desenvolvimento histórico de um conceito, marcando os primeiros passos de noções que, apenas depois, adquiririam expressão linguística. Restrito apenas à linguagem dos agentes, o historiador da ciência não teria meios para descrever, como fizera Koyré, desenvolvimentos históricos e revoluções conceituais como algo mais do que epifenômenos de mudanças sociais (PRUDOVSKY, 1997, p. 27-31).

Posteriormente, Steffen Ducheyne (2006) retomou o mesmo problema da atribuição conceitual feita por Koyré. Seu ponto era simples: não se deveria atribuir conceitos olhando apenas para a totalidade deles. A atribuição consistiria num exercício comparativo das partes constituintes dos conceitos. Sendo assim, no caso em questão, apenas uma identidade parcial poderia existir entre a noção de inércia de Galileu e o conceito científico de massa inercial (DUCHEYNE, 2006, p. 278-285). A busca por identidades parciais abriria um espaço intermediário entre as ideias dos agentes e as categorias do analista. Nele, seria possível listar os conteúdos de cada conceito, compará-los e até mesmo quantificar as semelhanças e diferenças (DUCHEYNE, 2006, p. 285-90). Assim, certas atribuições conceituais seriam menos ou mais anacrônicas e legitimadas pela capacidade de tornar inteligíveis os agentes do passado. Não se poderia esquecer que os conceitos teriam uma dimensão comunicativa e, no que diz respeito a ela, talvez seria melhor recorrer a algum anacronismo didático em vez de lançar mão de mitos da historiografia (BRUSH, 2004) ou reconhecer o caráter intuitivo da atribuição conceitual para os historiadores (BARROS, 2017).

À luz dessas críticas, Daniel Špelda (2012) se utilizou de uma tipologia fundada no anacronismo para agrupar boa parte dos trabalhos em História da Ciência. A partir de duas modalidades de anacronismo (conceitual e relacional), ele identificou três tipos comuns de anacronismo nessa historiografia: a transferência de matriz disciplinar, que consistiria no recurso da ciência contemporânea para explicar investigações pretéritas; a avaliação de determinadas obras segundo sua importância posterior; e o estabelecimento retrospectivo de conexões temporais teleologicamente orientadas (ŠPELDA, 2012, p. 94-111). O autor destacava ter escolhido seus exemplos de maneira aleatória e dizia que eles não deporiam contra a qualidade profissional dos trabalhos selecionados (ŠPELDA, 2012, p. 93). Apesar disso, é difícil negar que o anacronismo oferecia não apenas o critério constitutivo para uma tipologia, mas ainda criava a ocasião para classificar e julgar a produção de toda uma disciplina.

Anacronismo e poética

Se até aqui o anacronismo foi entendido como um obstáculo ao conhecimento, tomando a forma de atribuição conceitual equivocada, abordá-lo de outro modo exigia uma definição diferente. Annette e Jonathan Barnes (1989) rejeitaram que o anacronismo pudesse ter qualquer virtude epistêmica enquanto tivesse a definição de dicionário, isto é, erro de cronologia. Para eles, o uso da linguagem evidenciava que o anacronismo não seria um erro de datação, mas uma impossibilidade histórica que, nas mãos de um artista, poderia se tornar uma mistura de tempos frutífera, como, por exemplo, em *Júlio César* (Ato II, Cena I) de William Shakespeare, quando um relógio mecânico anuncia a morte iminente do líder romano.

Ao se deslocar para os Estudos Literários e a História da Arte, o balanço revela que o conceito de anacronismo foi incorporado a questões sobre verdade e verossimilhança e a duração dos objetos artísticos. É na alçada das artes que o anacronismo adquire sentido existencial proeminente, entendido como desdobramento engenhoso da dimensão temporal da condição humana (MOST, 2004), e a reflexão alcança uma radicalidade notória. Novamente, não é proposto aqui esgotar qualquer discussão ou se aprofundar em debates inerentes a essas áreas, mas apenas mapear argumentos e estratégias usados para lidar com o assunto diante de anacronismos tão famosos, como o relógio de Shakespeare, o retrato dos filósofos antigos de *A Escola de Atenas* de Rafael Sanzio ou as *madeleines* de Marcel Proust.

Nesse âmbito, a tipologia é também um recurso comum. Ela permite classificar o anacronismo na pluralidade de suas formas e, principalmente, apontar para experiências e arranjos distintos do tempo, alguns deles dignos de celebração.

Um exemplo é Thomas Greene. Preocupado em caracterizar minuciosamente os procedimentos de imitação do humanismo renascentista, Greene (1982) associou a criatividade literária ao anacronismo. O projeto humanista de reviver a Antiguidade seria resposta particular para uma condição universal: o passado chegaria sempre incompleto e restaurá-lo criaria nova incompletude. Identificáveis na poesia de Petrarca, os tipos de imitação humanista (reprodutiva ou sacramental, eclética ou explorativa, heurística e dialética) trariam sempre consigo alguma maneira de encarar a distância histórica. A mais efetiva delas, do ponto de vista literário, seria a imitação dialética, que transformaria o anacronismo numa “fonte dinâmica de poder artístico” (GREENE, 1982, p. 46). Quatro anos depois, Greene (2002) ampliou esse quadro e organizou a produção artística do Renascimento à luz de cinco tipos de anacronismo: o ingênuo, resultante de uma cultura desprovida de sensibilidade histórica; o abusivo, expressão

grosseira e inapropriada de consciência histórica; o anacronismo feliz ou fortuito, isto é, quando um equívoco histórico produziria alguma obra notória; o criativo, presente nas melhores obras e resultante de emulação do passado; e o anacronismo patético ou trágico, que lamentaria a degradação das coisas e concluiria fatalmente que o anacronismo (ou seja, a perda de atualidade) seria um destino inevitável. Para Greene, anacronismo criativo e trágico disputariam, no bojo da consciência histórica moderna, a vitalidade da arte na sua relação com a história.

O anacronismo surge frequentemente na literatura examinada como subtexto ou intertextualidade, bem como meio de resistência à cronologia e atualização permanente da criatividade artística. Sob a égide do texto, apresenta-se como figura de linguagem que permitiria ao artista se apropriar do passado e, num choque de temporalidades, fundi-lo ao presente (ARNOVICK, 1993; LUZZI, 2009; STRAND, 2013). Exemplo disso seriam as apropriações da ode famosa de Catulo à Lésbia, feitas tanto por Ben Jonson na Inglaterra do século XVII quanto por Primo Levi em meio ao Holocausto (GREENE, 1982, p. 52; LUZZI, 2009, p. 76). A invocação do poeta romano traz a lírica da fruição imediata do amor, porém efeitos estéticos peculiares são produzidos ao invocá-lo em contextos tão diferentes.

É nesse anseio por liberdade e diálogo com o passado que estão fundadas reflexões sobre usos criativos do anacronismo. Para Jeremy Tambling (2010), o anacronismo deliberado resistiria à cronologia na pintura, escultura, literatura, dramaturgia e música, e a melhor síntese ficcional de um anacronismo poético seria o Pierre Menard de Jorge Luís Borges. Nele, a opção literária pela verdade apareceria como performance e, no interior dela, os atos de ler e escrever, de criar e compor, criaram uma maneira anacrônica de pensar e agir (TAMBLING, 2010, p. 12-13; OLIVEIRA, 2016). No anacronismo poético se daria a decomposição e o deslocamento de formas e significados, diante do que a obra perderia unidade substancial e identificação com o contexto de produção. Entendida como texto, a obra traria todas as suas leituras e, por consequência, todos os seus tempos. Nessa perspectiva, o anacronismo deliberado seria ferramenta máxima de intertextualidade. Já na música, segundo Tambling, o anacronismo surgiria como contra ritmo, não sendo antítese da cronologia, mas uma dissonância no interior dela, tal qual o acaso poderia subsistir no interior do destino, e assim serviria de matéria-prima tanto para a criação artística quanto para uma história a contrapelo (TAMBLING, 2010, p. 14-22; 149-50).

A circunscrição de um anacronismo poeticamente desejável aponta para uma reformulação radical da historicização da arte e da interpretação histórica em geral. É o

que fez, nos anos 1990, Georges Didi-Huberman (2017), ao escrever tanto um ensaio sobre o anacronismo quanto um manifesto de como fazer História.

Didi-Huberman se propôs, na História da Arte, a superar uma “longa tradição teórica” de interpretação, que teria se organizado, no século XX, em torno de Erwin Panofsky. Seria preciso superá-la em razão de sua insuficiência para lidar com a complexidade temporal das obras de arte. Essa constatação foi introduzida pelo autor na forma de uma epifania: ao observar uma parte do afresco de Fra Angelico no Convento de São Marcos, em Florença, Didi-Huberman teria se recordado da *action painting* do artista contemporâneo Jackson Pollock (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 18-19). Aquele pedaço de pano avermelhado, cheio de manchas erráticas semelhantes a fogos de artifícios teria permanecido invisível aos historiadores da arte e não poderia ser explicado do modo convencional. Usualmente, se buscaria a “consonância eucrônica” entre forma e tempo, isto é, o historiador da arte recorreria a fontes históricas da época do artista e delas tiraria a chave para a interpretação formal da obra. Porém, no caso do afresco de Fra Angelico, essa consonância se mostraria insuficiente e seria preciso recorrer ao anacronismo para lidar com a policronia dos objetos artísticos (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 25-28).

Aparecem no texto três sentidos para o anacronismo. O primeiro é como mal-estar do método. O anacronismo surge como fenômeno, isto é, uma ocasião inquietante que iria contra a interpretação eucrônica (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 27). Na epifania de Didi-Huberman, o anacronismo figura como soberano, intuitivo e irresistível, e a partir da abertura fenomênica instaurada por ele, desdobra-se um segundo sentido, que consiste na complexidade temporal das obras de arte. O anacronismo revelaria ao historiador uma montagem de tempos inerente aos objetos artísticos, organizada de maneira semelhante à memória e capaz de extrapolar o contexto de produção (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 23-26). Do anacronismo-fenômeno se chegaria ao anacronismo-constitutivo das obras de arte (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 16). Nesse ponto, a investigação apenas poderia prosperar com a superação de um terceiro sentido. O anacronismo seria também a parte maldita das disciplinas históricas, uma verdadeira “pedra no sapato”, e enquanto tal existiria como impensado, tendo destaque na prática disciplinar cotidiana, mas ignorado nos manuais (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 33-34). A superação do impasse entre a potencialidade heurística do anacronismo e a interdição a ele na pesquisa histórica exigiria da História da Arte uma mudança de paradigma e a recuperação de um autor em especial, Aby Warburg.

O anacronismo conteria tanto a cronologia quanto seu contra ritmo e, por isso, seria capaz de interromper simultaneamente o movimento das formas e a sucessão do

tempo (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 44). Ao produzir essa suspensão, o anacronismo convidaria o historiador a investigar um tempo profundo, descontínuo e repetitivo que dialogaria com a poética. As obras de arte surgiriam, sob o prisma do anacronismo, como “sintoma” de uma espécie de inconsciente coletivo. Aqui, Didi-Huberman se aproximava de Carlo Ginzburg, outro interessado em Warburg, ao mesmo tempo que se utilizava da reflexão sobre o anacronismo para reivindicar a primazia de uma tradição específica na fundação de outro paradigma de pesquisa histórica.

Em meados dos anos 1960, Ginzburg (2007a) enfatizou o caráter incompleto, fragmentado e ambicioso da obra de Warburg, cujo lema “Deus está no particular” conjugaria a particularidade da iconografia à profundidade da mentalidade ou da psicologia histórica. Porém, argumentava Ginzburg, o “transplante” da biblioteca e do pensamento de Warburg para o meio acadêmico anglo-americano teria resultado na metodologização de suas ideias. No caso de Panofsky, um dos principais herdeiros de Warburg, isso teria levado ao abandono da principal preocupação do mestre alemão (a relação profunda entre forma e tempo) em favor da segurança da descrição iconográfica das obras (GINZBURG, 2007a, p. 65-70). Posteriormente, no final dos anos 1970, Ginzburg (2007b) acomodou o legado de Warburg dentro do “paradigma indiciário”, que teria emergido justamente na época do autor, isto é, no final do século XIX, e seria capaz de reorganizar as ciências humanas em torno da experiência particular, da intuição sensorial e da universalidade. Para isso, seria preciso abandonar o “paradigma galileano”, cujo apelo à abstração e quantificação condenaria o conhecimento individualizante como “antropocêntrico, etnocêntrico” (GINZBURG, 2007b, p. 164) e, poderia se acrescentar, anacrônico.

Essa reivindicação do anacronismo permitiu a Maria Bernardete Ramos Flores (2014) explicar a recepção do modernista Ismael Nery na arte contemporânea brasileira e fundamentou a interpretação de Alexander Nagel e Christopher Wood (2005, 2010) dos objetos artísticos do Renascimento. No último caso, os dois autores rejeitaram a ideia de Panofsky de que a criatividade artística renascentista seria essencialmente performativa, isto é, uma sacração da individualidade, bem como a diferenciação entre bons e maus anacronismos. Interessava a eles uma chave mestra para todos os anacronismos da época. Segundo Nagel e Wood, a arte renascentista surgiria numa dupla historicidade: os objetos artísticos seriam admiráveis tanto enquanto fabricações do presente quanto por atestarem certa antiguidade. Ao princípio performativo de Panofsky deveria se somar um princípio de substituição, de acordo com o qual cópias e acréscimos feitos às obras de arte se converteriam em substitutos e partes efetivas delas. Os objetos artísticos do Renascimento teriam sido formados na dialética entre tempo cronológico e tipológico, isto é, entre o tempo irremediavelmente passageiro e o tempo sempre atualizado das

formas e significados. Tais objetos ocupariam alguma posição entre dois extremos: de um lado, as relíquias que não poderiam ser substituídas e, de outro, os textos cuja autenticidade não dependeria de algum livro em particular. O modelo de Nagel e Wood buscou dar conta da duração propriamente artística dos objetos ao extrapolar os marcos cronológicos do Renascimento. Todavia, para Matthew Bowman (2014), ao excluir o futuro de sua análise e restringi-la a apenas dois momentos (o passado da obra e o instante da sua criação), Nagel e Wood não superaríamos a melancolia de uma História da Arte obrigada a viver “a perda sem um objeto perdido”, resultado do distanciamento entre sujeito e objeto traduzido, erroneamente, em termos cronológicos.

Anacronismo e a prática do historiador

Até agora, o balanço revelou sentidos particulares do anacronismo (falácia, predicação e atribuição de conceito, atualização do passado, mistura e arranjo de tempos, abertura fenomênica e ato criativo deliberado) e apresentou estratégias e tentativas de normatizar a pesquisa histórica a partir dele (mudança de pressupostos, redução do apelo ao contexto, tipologias e admissão heurística do anacronismo). Toda essa variedade existe, no entanto, à luz do anacronismo enquanto tabu profissional. É como interdição sacralizada que ele regula as relações dos historiadores e do saber histórico com o que lhes é externo.

Embora muito criticada pela literatura, a regra de se evitar o anacronismo não está obsoleta. Na virada do século, ela foi reafirmada em contextos políticos e sociais diversos, como no leste da Europa, nos Estados Unidos, Austrália e Colômbia (HOBBSAWM, 1998; HUNT, 2002; OLDROYD, 2006; SILVA OLARTE, 2009). Em todos esses casos, apelou-se a ela para preservar o trabalho dos historiadores da instrumentalização política. Na Austrália, por exemplo, a interdição ao anacronismo foi mobilizada pelo conservadorismo político para confrontar, na opinião pública, interpretações históricas pretensamente ideológicas que denunciavam o genocídio dos aborígenes na Tasmânia. Mesmo a oposição ao tabu do anacronismo reconhece seu poder de fixar fronteiras: o zelo historiográfico ameaçaria o saber histórico de se tornar inútil, isolando os historiadores dos demais especialistas, afastando-os da sociedade e das responsabilidades para com ela (LESLIE, 1970; RUBIN, 2017). O tabu do anacronismo se torna, do ponto de vista ético, uma questão sobre como lidar com a alteridade (TOLENTINO GARCIA, 2017) e, do ponto de vista sociológico, indica quão fechada é ou deveria ser uma disciplina.

O anacronismo se apresenta como pecado para os historiadores, uma afronta à verdade e ao bem. Lorraine Daston (2006) qualificou-o como “provincianismo da

mente”: tal qual o etnocentrismo dos antropólogos e o antropocentrismo dos biólogos, o anacronismo faria ruir as bases epistemológicas e éticas da profissão. Para Aviezer Tucker (2006), esse provincianismo tomaria a forma de uma cultura a ser combatida. Segundo o autor, enquanto o olhar retrospectivo seria uma virtude epistêmica marcada pela diligência, coragem, ação e pela capacidade de comparar hipóteses e avaliar fontes históricas, o anacronismo não passaria de um vício, cheio de covardia e preguiça, incapaz de julgar hipóteses e vestígios do passado (TUCKER, 2006, p. 312-315). O anacronismo atrairia pessoas iletradas do ponto de vista histórico, versadas numa única língua e cultura, apegadas à literalidade; em oposição, a retrospectiva produziria uma cultura globalizada, letrada, versátil e virtuosa (TUCKER, 2006, p. 316-317).

Tal é a importância do anacronismo entre os historiadores, que Conal Condren sugeriu adotá-lo como elemento de continuidade para a história da historiografia. Apesar disso, furtou-se a investigar a persistência do anacronismo como acusação (CONDREN, 2004, p. 292-293). Acusações de anacronismo são frequentemente entendidas como efeito de algum tipo de incompreensão. Porém, é justamente aí que o anacronismo adquire conteúdos específicos e se mostra como tabu. Piet Blaas (1978) mostrou, por exemplo, como a preocupação com o anacronismo na Inglaterra do começo do século XX não foi uma genérica tomada de consciência: tratava-se de uma ofensiva contra a historiografia vitoriana. E talvez não seja porque aquele apelo à cientificidade tenha saído de moda que o anacronismo deixou de ter lugar nas disputas entre historiadores.

Um exame breve da chamada escola dos *Annales* e alguns de seus tributários mostra como falar sobre o anacronismo evoca ambições epistemológicas, envolve a deferência a certas figuras e põe em disputa o programa e afinidades dessa tradição.

A enunciação mais conhecida do tabu do anacronismo foi feita por Lucien Febvre no ataque ao historiador da literatura Abel Lefranc. O motivo era a atribuição da qualidade de ateu a François Rabelais. *O problema da incredulidade no século XVI* é uma acusação gigantesca de anacronismo que não pedia ao réu a emenda dos erros ou se contentava em estabelecer o que seria dito posteriormente sobre o assunto. Ela exigia a conversão a uma profissão de fé e reivindicava o domínio das ideias para um tipo de historiador.

A caracterização do anacronismo como “pecado dos pecados” e “o pecado entre todos imperdoável” (FEBVRE, 2009, p. 33) não era propriamente nova – em 1910, por exemplo, o anacronismo foi chamado de “idolatria” ao se condenar leituras atualizadoras de Shakespeare (STOLL, 1910). O que esse recurso ao vocabulário religioso sugere é tanto o moralismo embutido nas acusações de anacronismo quanto a possibilidade de confessionalizar os historiadores por meio delas. Febvre considerou a tese de Lefranc uma

“quimera”, “absurda e anacrônica” e que incorreria no mais ridículo anacronismo: “é, no domínio das ideias, munir Diógenes de um guarda-chuva e Marte de uma metralhadora” (FEBVRE, 2009, p. 306). O absurdo em dar um guarda-chuva para Diógenes ou uma metralhadora a Marte não está apenas em fazer coexistirem todas essas coisas, mas ainda, e principalmente, contrariar a pobreza virtuosa de Diógenes e a bravura militar de Marte. O anacronismo deporia contra a coerência dos sujeitos históricos e o sentido de suas ações, que apenas poderia ser capturado por um olhar em perspectiva. O erro de Lefranc estaria em não dispor um cenário ou segundo plano detrás de Rabelais, recusando assim o paralelo entre o ofício do historiador e a prática do pintor ou do fotógrafo (FEBVRE, 2009, p. 32-33). A sobreposição entre sujeito e época permitiria ao historiador julgar as condições de possibilidade disponíveis às pessoas do passado (FEBVRE, 2009, p. 43-4). E, segundo essa lógica, dizer que Rabelais era ateu seria uma ilusão de ótica, um erro anti-histórico (FEBVRE, 2009, p. 386; 390).

Nada disso, porém, fazia de Lefranc um pecador. Apesar do estilo bombástico de Febvre, é possível apenas entrever a transformação da acusação metodológica em falha moral. Febvre assumia ter importado do campo da moral a ideia de suficiência intelectual de cada época (FEBVRE, 2009, p. 33-34) e, a partir dela, pôde pintar em cores mais vivas a acusação: dizer que Rabelais era ateu faria do sujeito ou um covarde que se furtara ao próprio destino ou um doido cujos atos e palavras foram incompreensíveis (FEBVRE, 2009, p. 34-35; 304-305). A liberdade existiria efetivamente sempre dentro dos limites materiais e intelectuais de cada época (FEBVRE, 2009, p. 390-391). E, para Febvre, esses limites eram estreitos. Seu livro foi escrito e publicado durante a ocupação nazista na França “como um ato de fé nos destinos do espírito livre, como uma afirmação dessa vontade de compreender e ‘fazer compreender’” (FEBVRE, 2009, p. 30; 35-36). E dizia, ao expor suas motivações para atacar o adversário, que se não tivesse vivido para ver a tragédia política do país, a simples leitura da introdução de Lefranc às obras completas de Rabelais teria o alertado do que estava por vir (FEBVRE, 2009, p. 30-31). Esse é um trecho obscuro do texto que, embora não permita inferir uma acusação de colaboracionismo, fustiga de modo evidente uma figura então bem estabelecida no meio acadêmico francês e condena sua maneira de fazer história, associando-a à desgraça política da França.

A acusação de Febvre fazia parte do esforço de reivindicar o terreno das ideias e das crenças para os historiadores (e não quaisquer historiadores, mas aos adeptos da história econômica e social). E muito da legitimidade dessa reivindicação residia em evitar o anacronismo para compreender a alteridade dos sujeitos históricos, o que diferenciaria esses historiadores dos outros. Posteriormente, a contestação ao tabu do

anacronismo criou um impasse: o que fazer com a condenação ao anacronismo feita por uma figura tão importante quanto Febvre?

Uma primeira estratégia foi justapor a condenação de Febvre e a crítica ao tabu do anacronismo. Isso acontece na apresentação de Hilário Franco Júnior para a edição brasileira de *O problema da incredulidade no século XVI* (FEBVRE, 2009, p. 9-14). Ao tocar a questão do anacronismo, Franco Júnior não podia, tal qual tinha feito até então, simplesmente celebrar a contribuição de Febvre para a historiografia. Pesava em especial a crítica de Jacques Rancière. Assim, diante da conclusão de que Febvre teria envelhecido nesse quesito, a saída foi admitir a crítica e deixar o assunto para lá, reafirmando em termos gerais a importância e deferência a Febvre e sua obra (FEBVRE, 2009, p. 14).

Outra estratégia foi buscar apoio em Marc Bloch. Esse é um ponto em comum nas reflexões de Nicole Loraux, Carlo Ginzburg e Didi-Huberman sobre o anacronismo (MALDONADO CHAVES, 2016). Bloch é celebrado pela descoberta de um anacronismo psicológico e necessário: o fato de que todo historiador traz consigo sua própria época ao fazer história. A partir daí, foi possível enfraquecer historiograficamente a interdição ao anacronismo e fazer dele um elemento ativo na prática do historiador.

A proposta de Loraux (1992) de um uso controlado do anacronismo prometia aos historiadores ganhos intelectuais e relevância política ao preservar a audácia deles em assumir o presente como motor de seu trabalho. Era isso que diferenciaria Loraux de seus mestres, Jean Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet. A devoção deles ao tabu do anacronismo serviu, nos anos 1950 e 1960, para combater uma ideia eternizada de homem e compreender os gregos nos seus termos, porém às custas do apagamento do próprio historiador. O uso controlado do anacronismo se justificava tanto na denúncia feita por Loraux do efeito paralisante do tabu quanto em duas passagens de *Apologia da História*, de Marc Bloch. Essas passagens forneceram a Loraux, em primeiro lugar, o pressuposto de que existiria algo de imutável “na natureza e nas sociedades humanas”, o que autorizaria supor alguma comensurabilidade entre as épocas, e em segundo, um direcionamento metodológico ao comparar o historiador ao tradutor (LORAUX, 1992, p. 60-61). O recurso a Bloch (e a nenhum outro historiador) permitiu à autora que sugerisse outro modelo para a prática historiográfica, abandonando a analogia com a pintura ou a fotografia em favor da tradução, e propor uma historiografia preocupada com constâncias e repetições (LORAUX, 1992, p. 68). Tudo isso sem abandonar os *Annales*.

Bloch é evocado por Ginzburg como figura de vanguarda no que diz respeito ao anacronismo (GINZBURG, 2012). Ele teria situado o conceito no interior do problema

da nomenclatura: enquanto as palavras seriam as mesmas, os significados mudariam com o tempo. Assim, o historiador deveria escolher entre repercutir acriticamente o vocabulário das fontes ou investigá-las por meio de palavras estranhas a elas. A opção de Bloch pela segunda alternativa era acompanhada pela esperança de que o compromisso do historiador com a alteridade, incrustado no tabu do anacronismo, levasse a uma linguagem descritiva própria à historiografia (GINZBURG, 2012, p. 97-100). Ginzburg discordava desse último ponto. Porém, ao propor outra saída, baseada na Antropologia, dizia ecoar e desenvolver uma passagem ignorada de Bloch (GINZBURG, 2012, p. 106-108). As categorias do observador teriam lugar na formulação de perguntas inevitavelmente anacrônicas, mas à medida que elas recuperassem as categorias do observado, o vocabulário das respostas ganharia espaço no texto do historiador. Para Ginzburg, Bloch teria percebido que o anacronismo se limitava às perguntas, de modo que muito desgaste teria sido evitado se adeptos e adversários do tabu do anacronismo tivessem lido com cuidado o historiador francês.

De maneira semelhante, Didi-Huberman retirou de Bloch dois pressupostos: o anacronismo estrutural na prática do historiador e a convicção de que a História não seria “ciência do passado”, mas poética da memória (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 35-36; 39-42). Porém, diferentemente de Loraux e Ginzburg, a crítica a Febvre era aberta. Didi-Huberman e Jacques Rancière adotavam, a partir de lugares teóricos distintos, uma terceira estratégia: confrontar a interdição de Febvre e torná-la obsoleta.

Didi-Huberman se perguntava como sua proposta prolongava e abria fissuras nas “lições da escola dos *Annales* e da Nova História” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 44). O sucesso da agenda que propunha dependia não apenas de sua sustentação interna, mas ainda das relações estabelecidas com os *Annales*. Didi-Huberman criticou nominalmente expoentes dessa tradição: Febvre, Jacques Le Goff, Robert Mandrou e Georges Duby. Usou um neologismo, “eucronia”, para qualificar o método de pesquisa defendido por Febvre. O apego à eucronia e a impossibilidade de se livrar do anacronismo psicológico ou estrutural, descoberto por Bloch, levaria a uma busca infrutífera por dosagens seguras de um anacronismo entendido como “*pharmakon*”, isto é, capaz de curar ou de liquidar uma historiografia enferma (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 36-38). Além disso, denunciava a barreira criada pelo tabu do anacronismo ao redor da história das mentalidades e da psicologia histórica, a qual excluía modos não francófonos de lidar com o tempo. Admitir o anacronismo abria espaço, na perspectiva de Didi-Huberman, para uma “constelação” de historiadores não acadêmicos de língua alemã, como Warburg, Walter Benjamin e Carl Einstein (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 50-57). E embora isso contradissesse os *Annales*, prolongaria as lições de Fernand Braudel: reforçaria a história problema, o caráter múltiplo dos tempos e heterogêneo das durações (DIDI-HUBERMAN, 2017,

p. 44-45). Assim, desfazer o tabu do anacronismo significava apelar para a exogamia teórica, bem como disputar o usufruto da herança dos *Annales*.

Rancière (2011) fez a crítica mais radical ao “pecado do anacronismo” – e que foi entendida, entre outras coisas, como resposta à crença política em agentes historicamente privilegiados (VOIGT, 2017). Ao contrário do que suporiam os historiadores, a rejeição ao anacronismo seria um esforço para paralisar o tempo e homogeneizar os sujeitos a partir da ideia de época. O tabu do anacronismo seria crucial num regime de verdade que encapsularia a eternidade metafísica no tempo histórico e comprometeria a liberdade na história. Febvre pressuporia que fenômenos e sujeitos históricos manteriam entre si uma mesma relação de pertencimento à qualidade de um período, de modo que o anacronismo contrariaria essa noção de tempo produtor de si mesmo (RANCIÈRE, 2011, p. 28-30). Não estava em jogo se Rabelais fora ateu, mas se poderia sê-lo. O historiador julgaria a possibilidade de existência das coisas (RANCIÈRE, 2011, p. 38) e fazê-lo exigiria transformar o tempo em símile da eternidade, convertendo as épocas em puro-presente, isto é, numa qualidade homogeneamente partilhável. Para Rancière, era preciso confrontar o pecado do anacronismo, pois ele ocultaria aquilo de mais característico à historicidade, o movimento (RANCIÈRE, 2011, p. 47). Rancière usou outro neologismo para marcar posição: “anacronia”. O conceito permitiria viabilizar o interesse dos historiadores pela dessemelhança em relação ao tempo (RANCIÈRE, 2011, p. 49) e afastaria o opróbrio religioso do tabu do anacronismo. Assim, abria-se caminho para uma espacialização do tempo, capaz de qualificar a história como coexistência.

A história do anacronismo

A essa altura, o balanço revela três coisas: o anacronismo tem sentidos diversos (e não excludentes) na literatura, ele foi incorporado a questões distintas em diferentes âmbitos do conhecimento e invocado como tabu em contextos específicos de disputa. Além disso, a maioria dos autores não se furtou de normatizar a prática do historiador a partir da reflexão sobre o anacronismo, propondo definições arbitrárias para o conceito, prescrevendo modos de utilizá-lo e, no limite, avaliando os produtos historiográficos e seus produtores. Foram apresentadas numerosas soluções para os problemas articulados por meio do anacronismo, mas pouco se perguntou na literatura sobre a história dessa categoria – inclusive, a manutenção do estatuto de categoria é central para que o anacronismo seja tomado de maneira a-histórica, examinado em seus pressupostos e nas suas implicações contemporâneas, e se mantenha útil aos embates entre historiadores.

A história do anacronismo forma um eixo menor na literatura. Ela costuma aparecer de maneira fugaz em clivagens ontem/hoje nas reflexões sobre o anacronismo, ao se reconstituir algum grande processo histórico ou quando se fala de figuras que, no passado, invocaram a noção de anacronismo. É o que se vê em Srinivas Aravamudan (2001) e François Dosse (2005). Para o primeiro, as definições dadas por Giambattista Vico ao anacronismo serviam de instrumento para pensar a escrita pós-colonial da história, enquanto a reflexão sobre o uso controlado do anacronismo oferecia, para o segundo, ocasião para encaixar sua proponente, Nicole Loraux, numa longa tradição metódica francesa que remeteria à Idade Moderna. Em ambos os casos, embora haja apelo ao passado, a história do conceito de anacronismo fica em segundo plano.

Peter Burke é exemplo de um esforço duradouro de enfrentar essa história e das dificuldades envolvidas em interpretá-la.

No final dos anos 1960, Burke (1969) delineou os contornos gerais dessa história, e nela, o Renascimento era ponto de inflexão. Teria existido ali um pensamento histórico próprio e passível de reconstituição sob o guarda-chuva do conceito de “sensibilidade histórica”. Debaixo dele, três fatores: a sensibilidade ao anacronismo, a atenção com as evidências e o interesse pela causalidade. Tal é a importância do primeiro fator que, ao longo do texto, a sensibilidade ao anacronismo costuma ser identificada com a totalidade da ideia renascentista de história. Essa sensibilidade estaria na vida cultural da época: no movimento antiquário, no estudo crítico das leis, na descoberta da história da religião, da literatura e da arte, bem como no interesse pela cronologia, “o aspecto mais técnico da nova sensibilidade” (BURKE, 1969, p. 21-49). Ela se tornaria mais evidente pelo contraste com as experiências de tempo na Idade Média, China e Grécia antigas, e nas “sociedades primitivas” (BURKE, 1969, p. 1; 145-148; 138-139; 18-19). Porém, apesar de fundamental aos renascentistas, a sensibilidade ao anacronismo seria uma atitude partilhada, em maior ou menor grau, com os antigos romanos e com os românticos do século XIX (BURKE, 1969, p. 139-141; 144). À luz da comparação histórica, Burke concluía: a consciência do anacronismo é um fenômeno cultural europeu, resultado provável da interação entre rápida mudança social e acesso amplo à escrita (BURKE, 1969, p. 144; 149).

Nas últimas décadas, Burke revisitou essa interpretação em vários textos (BURKE, 2006; 2011; 2013a; 2013b). O essencial do argumento foi mantido: existiria, entre os séculos XV e XVII, uma ideia específica de história. Mas afirmá-lo trazia dificuldades. Antes de tudo, era preciso situar-se historiograficamente. A ideia de um pensamento histórico renascentista remeteria, em grande medida, aos estudos sobre a arte e o pensamento humanista feitos por Warburg e seus herdeiros. Além

disso, nomear essa percepção de tempo exigiria escolher um nome dentre vários disponíveis ("perspectiva histórica", "sensibilidade antiquária", "espírito arqueológico", "historicismo", "consciência histórica") e traria consigo o incômodo persistente, que pode parecer trivial, de se falar do anacronismo antes que "anacronismo" fosse uma palavra disponível aos modernos. Burke abandonou o paralelo entre a ideia de história do Renascimento e do Romantismo e expressou ceticismo ante à possibilidade de reunir as atitudes renascentistas para com o passado no modelo de historicidade de François Hartog. A história do anacronismo pediria uma explicação mais complexa e menos pretensiosa, que não homogeneizasse os sujeitos históricos e apagasse as disputas entre eles à luz de um único tipo ideal de passado. Para Burke, o sentido histórico do anacronismo poderia ser acomodado no interior da história do distanciamento histórico que mostraria a pertinência do anacronismo ao historiador atual, cujo ofício (semelhante ao do tradutor ou cineasta) exigiria controlar o grau de estranhamento das palavras e gerenciar diversos pontos de vista.

Apesar dessas revisões, persiste o vínculo entre o sentido histórico do anacronismo e a consciência histórica moderna. Falar sobre o anacronismo exige definir quanto do passado pode ser incorporado ao presente e esse não é um passado genérico, mas se trata, no caso da literatura examinada, de um patrimônio reivindicado como ocidental e inerente à modernidade. A Idade Moderna tem lugar de destaque em tais reflexões, feitas majoritariamente por autores europeus e norte-americanos, e não parece ser mero acaso que o conceito de anacronismo apareça frequentemente em interpretações sobre Shakespeare e Galileu, o Renascimento e o Iluminismo.

É comum que momentos da Idade Moderna sejam tomados como pontos de inflexão na história do anacronismo (BLAAS, 2006). É o caso do Renascimento. Assim como Thomas Greene e Peter Burke, Zachary Schiffman (2011) identificou ali a gênese da ideia moderna de passado. Segundo ele, subsistiria no Renascimento uma noção de "passado vivo", que permitiria a exploração criativa do anacronismo pela aproximação dialógica entre presente e passado. Porém, por volta do século XVI, ganhava força o anacronismo enquanto erro de cronologia e esse significado triunfou no fracasso humanista de conciliar o caráter exemplar e histórico da Antiguidade. Ao fim do Renascimento, o passado estaria morto e pronto para ser historicizado.

Outro momento de inflexão na história do anacronismo é o século XVIII. É conhecida a explicação de Reinhart Koselleck para a interpretação de Friedrich Schlegel sobre *A batalha de Alexandre* de Albrecht Altdorfer (KOSELLECK, 2006, p. 21-23). Nos trezentos anos que separavam o filósofo do pintor, isto é, entre o início e o final da Idade Moderna, teriam ocorrido mudanças estruturais no modo de encarar o tempo e que tornaram

perceptível para Schlegel o anacronismo de Altdorfer. Particularmente nos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento gradativo de um conceito moderno de história teria se dado a partir de alguns elementos: a unificação de histórias individuais na ideia singular de História; a contestação e abandono das lições morais do passado; as metáforas óticas e a perspectiva como expressão da condição do historiador; e a compreensão da pesquisa histórica como produção de um sujeito que se reconheceria no passado (KOSELLECK *et al.* 2016, p. 85-118). A Idade Moderna se tornava assim autoestrada do contemporâneo e a consciência do anacronismo era a medida do percurso.

A crítica da vinculação entre consciência histórica e modernidade está no centro de uma agenda de pesquisa, a história das temporalidades. Um dos defensores dessa abordagem, Stefan Hanß (2019) chamou de “fetiche da precisão” a predisposição de historiadores como Febvre e Koselleck de generalizar, para as sociedades do passado, o desejo contemporâneo de precisão temporal, padronizando e julgando-as por esse critério. Para Matthew Champion (2019b, 2019a), outro defensor da causa, a história das temporalidades seria fundamentalmente interdisciplinar (ela reuniria estudiosos da História, História da Arte, da Sociologia e dos Estudos Literários) e, ao se diferenciar da história do tempo e abdicar da ruptura abrupta entre passado e modernidade, buscaria inspiração nos *Annales*, sobretudo em Braudel. Segundo Allegra Fryxell (2019) e Vanessa Ogle (2019), a história das temporalidades evitaria narrativas ocidentalizantes ao rejeitar o fetiche da precisão e exigiria um vocabulário mais preciso para se lidar com a pluralidade das experiências com o tempo.

Essa crítica e outras reflexões podem ser consideradas desnecessárias, tendo em vista a distinção do próprio Koselleck entre conceitos e categorias – o anacronismo não passaria de uma categoria analítica para traduzir conceitos do passado. No entanto, não se pode garantir que essa distinção seja estanque, e categorias meta-históricas podem ser trazidas ao plano histórico dos conceitos. Ao explorar a resposta de Koselleck para o anacronismo, Kari Palonen (2012) mostrou como a própria categoria de “politização” utilizada pelo autor era passível de historicização, da mesma forma que um conceito. Diante disso, a sugestão de Palonen foi que categorias não fossem tomadas como tais enquanto elas estivessem em disputa numa fonte ou período em questão (PALONEN, 2012, p. 92-93). Ora, essa orientação convém ao próprio anacronismo. O apelo ao seu estatuto de categoria para normatizar individualmente a prática historiográfica produziu, no conjunto das reflexões, disputas em torno do assunto que abrem espaço para que, agora, o anacronismo seja abordado como conceito.

A preocupação com o vocabulário do anacronismo é indicativa disso. A despeito de exceções (EBELING, 1937), até a última década deu-se pouca atenção para a

palavra “anacronismo”, suas definições, termos correlatos e usos particulares. Fazer isso exige suspender, mesmo que por um momento, a tendência de legislar por meio do anacronismo, evitando arbitrariamente dar a ele definições e povoar sua vizinhança semântica. Graças a isso, sabe-se, por exemplo, que não era pedantismo falar em “procronismo” ou “metacronismo”.

Quando o anacronismo surgiu no vernáculo europeu, entre os séculos XVI e XVII, ele existia em outro contexto linguístico. Margreta de Grazia (2010) mostrou como os termos “anacronismo”, “procronismo” e “metacronismo” tinham equivalentes na retórica: “hysteron proteron”, “prolepsis” e “analepsis”. A retórica (e não a consciência histórica moderna) explicaria a sensibilidade de sujeitos da época, como Lorenzo Valla. A fraude da *Doação de Constantino* seria evidente para Valla graças ao manejo inábil do latim, e não em razão de anacronismos. Achim Landwehr e Tobias Winnerling (2019) destacaram que o anacronismo e termos correlatos formariam um conjunto de marcadores temporais, chamados por eles de “cronismos”, e expressariam uma temporalidade particular. Nela, os personagens e eventos eram dispostos dentro de uma ordem sacralizada do tempo, de modo que “datar algo erroneamente” (significado que se encontra até hoje associado ao termo anacronismo) tinha implicações escatológicas. Por fim, Tim Rood, Carol Atack e Tom Philips (2020) examinaram um amplo conjunto documental e mapearam as relações estabelecidas pelo anacronismo em vários domínios da cultura. A história que contaram remete à Antiguidade e, ao transitar pela Idade Moderna, está repleta de atos de enunciação e releituras do anacronismo.

Tais pesquisas sobre a história do anacronismo não estão isoladas das disputas que se dão em torno do conceito. Elas retornam a esse debate maior, indicando, porém, o caráter contingente da discussão. De Grazia contrariava a ideia de que o tabu do anacronismo fosse simples respeito genérico à alteridade. Tal interdição seria resposta imediata a um modelo contemporâneo de conhecimento disciplinar que exigiria distanciamento. Landwehr e Winnerling propuseram que os cronismos da Idade Moderna fossem utilizados hoje em dia como “cronoferências”, isto é, termos de orientação cronométrica para descrever com precisão a disposição voluntariosa do tempo. Em vez de se oferecer explicações extensas ou cunhar neologismos, poderia se reciclar o vocabulário pretérito e orientá-lo para lidar contemporaneamente com arranjos não cronológicos de tempo. Rood, Atack e Philips se valeram da pesquisa histórica para mostrar o caráter ideológico da relação entre anacronismo e consciência histórica moderna e criticar pilares dessa interpretação (Petrarca, Valla, Altdorfer, entre outros). Para eles, classistas de formação, o anacronismo foi tanto conceito quanto categoria, o que permitiu que explorassem a riqueza das noções históricas dos antigos

gregos e romanos, bem como que argumentassem que os modernos produziram, anacronicamente, a Antiguidade.

Considerações finais

Ao final deste balanço, é seguro dizer que o conceito de anacronismo possui múltiplos sentidos que por vezes coexistem. É atribuição conceitual, obsolescência e erro de cronologia, criatividade artística, mistura deliberada de tempos, condição existencial, ferramenta intelectual, tabu e acusação profissional, e índice de consciência histórica. Tais significados atravessam disciplinas e se articulam a problemas particulares, como a relação entre conceito e contexto, a duração das obras de arte, a natureza do ofício do historiador e da consciência histórica moderna. Por isso, o conceito traz sempre ambiguidade e expressa com clareza o problema da nomenclatura: a palavra é a mesma; os significados, muitos. Em ambientes linguísticos diferentes, as discussões e os cânones mudam radicalmente e é razoável perguntar se existe, de fato, um único grande debate sobre o anacronismo. A despeito disso, não se deixa de reconhecer que o conceito, em sua multiplicidade de significados, existe numa paisagem historicamente heterogênea, se articulando a outros conceitos e problemas mais ou menos recentes.

O balanço oferece amplo panorama da bibliografia. Os quatro eixos da exposição permitiram apresentar autores, significados e problemas específicos ligados ao conceito, porém existem continuidades entre eles. No geral, as reflexões sobre o anacronismo estão entre a negatividade e a positividade que são características às suas definições. O anacronismo pode se apresentar, por um lado, como erro, obsolescência, tabu ou algo pré-moderno (isto é, ser indicativo de ausência) ou, por outro, como instrumento heurístico, policronia, agência histórica e sensibilidade própria da modernidade (isto é, ser marcador de presença). Diante dessa oposição, a literatura apresentou estratégias interdisciplinares para lidar com o anacronismo, como a elaboração de critérios e tipologias, a mudança e crítica de pressupostos, a negociação com a tradição e também a reafirmação do tabu. A multiplicação das reflexões produziu, além da positividade do anacronismo, condições para sua investigação histórica. Mas acima de tudo, o panorama mostra que o conceito de anacronismo não tem uma dinâmica ou história linear.

Um balanço não se resume, porém, a uma reunião de textos, e a própria opção por descrevê-los desempenhou aqui duas funções argumentativas. A primeira foi, por meio de uma revisão ampla das reflexões sobre o anacronismo, demonstrar que o conceito é utilizado por estudiosos em diversas áreas. O que leva à segunda função da descrição: colocar em suspensão a tendência intuitiva de normatizar a prática historiográfica por

meio do anacronismo. Recusou-se, de pronto, atribuir qualquer sentido ao anacronismo e avaliar suas implicações em favor de expor a polissemia já sedimentada no conceito. Desse modo, toda essa revisão tem um argumento fundamentalmente prático: ela evita o tabu e se afasta da polêmica imediata, busca espaço para respirar e, o mais importante, convida a olhar com estranhamento a naturalidade com que o conceito é invocado e mobilizado, sobretudo pelos historiadores de formação. Se o presente balanço inspirar pesquisas e reflexões, em especial o estudo histórico do anacronismo, terá cumprido seu propósito.

REFERÊNCIAS

ARAVAMUDAN, Srinivas. The return of anachronism. **Modern Language Quarterly**, Durham, v. 64, n. 4, p. 331-354, 2001.

ARNOVICK, Leslie K. It's a sign of times: uses of anachronism in medieval drama and postmodern novel. **Studia Neophilologica**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 157-168, 1993.

BARNES, Annette; BARNES, Jonathan. Time out of joint: some reflections on anachronism. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, Oxford, v. 47, n. 3, p. 253-261, 1989.

BARROS, José d'Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, Lisboa, v. 71, p. 155-180, 2017.

BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 18, p. 11-28, 2015.

BEVIR, Mark. When can we apply our concepts to the past? **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 282-287, 2004.

BLAAS, Piet B. M. **Continuity and anachronism**: parliamentary and constitutional development in whig historiography and in the anti-whig reaction between 1890 and 1930. Hague: Martinus Nijhoff, 1978.

BLAAS, Piet B. M. Some general remarks after thirty years. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 332-336, 2006.

BRUSH, Stephen G. Anachronism and the History of Science: Copernicus as an airplane passenger. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 255-264, 2004.

BOWMAN, Matthew. Shapes of time: melancholia, anachronism, and de-distancing. *In*: BOETZKES, Amanda; VINEGAR, Aron (org.). **Heidegger and the work of art history**. Farnham: Ashgate, 2014. p. 173-194.

BURKE, Peter. A short history of distance. *In*: PHILLIPS, Mark S.; CAINE, Barbara; THOMAS, Julia Adeney (org.). **Rethinking historical distance**. New York: Palgrave Macmillan, 2013a. p. 21-33.

BURKE, Peter. Exemplarity and anti-exemplarity in early modern Europe. *In*: LIANERI, A. (org.). **The Western time of ancient history: historiographical encounters with the Greek and Roman pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 48-59.

BURKE, Peter. O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 39, p. 195-220, 2013b.

BURKE, Peter. **The Renaissance sense of the past**. London: Edward Arnold, 1969.

BURKE, Peter. Triumphs and poverties of anachronism. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 291-298, 2006.

CHAMPION, Matthew S. A fuller history of temporalities. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 255-266, 2019a.

CHAMPION, Matthew S. The history of temporalities: an introduction. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 247-254, 2019b.

CONDREN, Conal. A reflection on the problem of anachronism in intellectual history. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 288-293, 2004.

CONDREN, Conal. Political theory and the problem of anachronism. *In*: VINCENT, Andrew (org.). **Political theory: tradition and diversity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 45-66.

DASTON, Lorraine. The center cannot hold. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 231-236, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A história da arte como disciplina anacrônica. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 15-68.

DOSSE, François. De l'usage raisonné de l'anachronisme. **Espaces Temps**, [s. l.], v. 87-88, p. 156-171, 2005.

DUCHEYNE, Steffen. Ascribing contemporary scientific concepts to past thinkers: towards a frame-work for handling matters more precisely. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 274-290, 2006.

EBELING, Herman. The word anachronism. **Modern Language Notes**, [Baltimore], v. 52, n. 2, p. 120-121, 1937.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FISCHER, David Hackett. **Historians' fallacies**: towards a logic of historical thought. New York: Harper Perennial, 1970.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Elogio ao anacronismo: para os andróginos de Ismael Nery. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 414-443, 2014.

FRYXELL, Allegra R.P. Time and the modern: current trends in the history of modern temporalities. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 285-298, 2019.

GASKILL, Malcolm. Time's arrows. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 237-252, 2006.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E.H. Gombrich: notas sobre um problema de método. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a. p. 41-93.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b. p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. Our words, and theirs: a reflection on the historian's craft, today. *In*: FELLMAN, S; RAHIKAINEN, M. (org.). **Historical knowledge**: in quest of theory, method and evidence. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 97-119.

GRAZIA, Margreta de. Anachronism. *In*: CUMMINGS, Brian; SIMPSON, James. (org.). **Cultural Reformations: Medieval and Renaissance in Literary History**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 13-32.

GREENE, Thomas M. **Le texte vulnérable**: essais sur la littérature de la Renaissance. Tradução de Max Vernet. Paris: Champion, 2002.

GREENE, Thomas M. Imitation and anachronism. **Light in Troy**: imitation and discovery in Renaissance poetry. New Haven: Yale University Press, 1982. p. 28-53.

HADDOCK, Adrian. Anachronism and the individuation of concepts. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 265-272, 2004.

HANß, Stefan. The fetish of accuracy: perspectives on early modern time(s). **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 267-284. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Dentro e fora da história**: sobre história. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-21.

HUNT, Lynn. Against presentism. **Perspectives on History**: the newsmagazine of the American Historical Association, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Qhb6RZ> Acesso em: 10 de jul. de 2020.

JARDINE, Nick. Uses and abuses of anachronism in the history of the sciences. **History of Science**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 251-270, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LANDWEHR, Achim; WINNERLING, Tobias. Chronisms: on the past and future of the relation of times. **Rethinking History**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 435-455, 2019.

LESLIE, Margaret. In defense of anachronism. **Political Studies**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 433-447, 1970.

- LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. *In*: NOVAES, Adauto. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.
- LUZZI, Joseph. The rethoric of anachronism. **Comparative Literature**, Durham, v. 61, n. 1, p. 69-84, 2009.
- LYNCH, William T. The utility of the present in reconstructing science's past: historical counterfactuals and contemporary possibilities. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 241-250, 2004.
- MALDONADO CHAVES, Maria Eugenia. El anacronismo en la historia: ¿error o posibilidad? A proposito de las reflexiones sobre el tiempo em Carlo Ginzburg, Marc Bloch y Georges Didi-Huberman. **Historia y Sociedad**, Medellin, v. 30, p. 45-73, 2016.
- MITROVIC, Branko. Attribution of concepts and problems with anachronism. **History and Theory**, Middletown, v. 50, p. 303-327, 2011.
- MOST, Glenn W. Anachronisms. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 294-297, 2004.
- NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher. **Anachronic Renaissance**. New York: Zone Books, 2010.
- NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher. Towards a new model of Renaissance anachronism. **Art Bulletin**, New York, v. 87, n. 3, p. 403-415, 2005.
- OGLE, Vanessa. Time, temporality and the history of capitalism. **Past and Present**, Oxford, v. 243, p. 312-327, 2019.
- OLDROYD, David. Anachronism and the 'history wars' in Australia. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 337-365, 2006.
- OLIVEIRA, Gustavo Ponciano Cunha de. A tipologia do anacronismo em Borges. **Remate dos Malês**, Campinas, v. 36, n. 1, p. 219-237, 2016.
- PALONEN, Kari. Reinhardt Koselleck on translation, anachronism and conceptual change. *In*: BURKE, Martin; RICHTER, Melvin. (org.). **Why concepts matter**: translating social and political thought. Leiden: Brill, 2012. p. 73-92.
- PRUDOVSKY, Gad. Can we ascribe to past thinkers concepts they had no linguistic means to express? **History and Theory**, Middletown, v. 36, n. 1, p. 15-31, 1997.

- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.
- ROOD, Tim; ATTACK, Carol; PHILIPS, Tom. **Anachronism and antiquity**. London: Bloomsbury Academic, 2020.
- RUBIN, Miri. Presentism's useful anachronisms. **Past and Present**, Oxford, v. 234, p. 236-244, 2017.
- SCHIFFMAN, Zachary Sayre. Renaissance. **The birth of the past**. Baltimore: John Hopkins University Press, p. 138-198, 2011.
- SILVA OLARTE, Renán. Del anacronismo en Historia y en Ciencias Sociales. **Historia Critica**, Bogotá, p. 278-299, 2009.
- ŠPELDA, Daniel. Anachronisms in the History of Science: an attempt at a typology. **Almagest**, Turnhout, v. 3, n. 2, p. 91-119, 2012.
- SYRJÄMÄKI, Sami. **Sins of a historian**: perspectives on the problem of anachronism. 2011. (Mestrado em História) School of Humanities and Social Sciences, University of Tampere, Tampere, Finlândia, 2011.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.
- SPOERHASE, Carlos. Zwischen den zeiten: anachronismus und präsentismus in der methologie der historischen wissenschaften. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 8, p. 169-240, 2004.
- STOLL, Elmer Edgar. Anachronism in Shakespeare criticism. **Modern Philology**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 557-575, 1910.
- STRAND, Daniel. A plea for anachronism. *In*: KÄLLÉN, Anna (org.). **Making Cultural History**: new perspectives on Western heritage. Lund: Nordic Academic Press, 2013. p. 141-150.
- TAMBLING, Jeremy. **On anachronism**. Manchester: Manchester University Press, 2010.
- TOLENTINO GARCIA, J. Adrán. La observación del anacronismo: una llave para la ética historiadora. **Historiografías**, Zaragoza, v. 14, p. 34-50, 2017.

TOSH, Nick. Anachronism and retrospective explanation: in defence of a present-centred history of science. **Studies in History and Philosophy of Science**, [s. l.], v. 34, p. 647-659, 2003.

TUCKER, Aviezer. Temporal provincialism: anachronism, retrospection and evidence. **Scientia Poetica**, Berlin, v. 10, p. 299-317, 2006.

VOIGT, André Fabiano. Qual a importância de uma época: anacronismo e história. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 23-44, 2017.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves é bacharel em História e Filosofia, mestre e doutorando em História Social. Dedicou-se predominantemente às áreas de História Intelectual e História Moderna e, atualmente, desenvolve pesquisa de doutorado a respeito das práticas eruditas do antiquário seiscentista inglês John Selden. É também autor do livro *Uma ilha assombrada por demônios*, publicado em 2014 e derivado da dissertação de mestrado, na qual investigou o discurso demonológico na Inglaterra do século XVII.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Alberto Nascimento Júnior, 178, apto 103 bloco 3, São Paulo, SP, 05595-040, Brasil.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP, Processo 2016/22915-9).

AGRADECIMENTO

Agradeço, pelas leituras, críticas e sugestões, aos professores Miguel Palmeira e Luis Filipe Silvério Lima, aos colegas Adriana Salay Leme, Branca Zilberleib, Bruno Zorek, Franco Della Vale, Isabela Amatucci, Júlio César da Silva, Lívia Orsati, Mariana Osés, e à minha companheira, Daniela Perutti.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor executivo.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 26 de abril de 2021.

Alterado em: 06 de julho de 2021.

Aprovado em: 13 de julho de 2021.



DIRETRIZES

PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS

1) Submissões

1.1. O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. Acesso em uma conta existente ou Registrar uma nova conta.

1.2. Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Declaro que o artigo submetido é de minha autoria;
- Atesto que o artigo submetido é original e não está sendo avaliado por outra revista. Caso o artigo seja derivado de material contido em tese ou dissertação, confirmo que ele apresenta avanço substancial, principalmente na seção conclusão;
- Confirmo que o texto enviado está em formato .doc ou .docx, compatível com Word, e que estou seguindo todas as orientações presentes nas Diretrizes para autores;
- Confirmo que tenho número ORCID;
- Estou ciente que as palavras-chave devem ser retiradas da lista de palavras-chave da revista.

2) Diretrizes

2.1. Para submeter um artigo à História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography é necessário ter um registro na página da revista e fazer o login no sistema. Sugerimos que resenhas, entrevistas e documentos comentados sejam enviados para a HH Magazine, nossa plataforma de história pública.

2.2. Informações sobre a submissão

- Os arquivos enviados deverão utilizar o template padrão da revista.
- Os autores deverão enviar a declaração de Conformidade com a Ciência Aberta.
- Por favor, verifique se seu trabalho enquadra-se na Política de publicação prévia.

- Todos os artigos submetidos à revista são analisados por software de similaridade. Saiba mais em Política anti-plágio.
- Declaração de preocupação e investimento na correção das assimetrias entre Norte e Sul Global.
- A revista História da Historiografia encoraja seus autores a desenvolverem diálogos plurais, recorrendo a referências especializadas tanto do Norte quanto do Sul Global, promovendo a horizontalização do debate acadêmico e o enriquecimento das reflexões epistemológicas, teóricas e historiográficas.

3) Normas de apresentação dos manuscritos

- Os artigos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem também apresentar um resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.
- Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.
- A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.
- O financiamento da pesquisa deve ser indicado de forma detalhada no campo informações sobre o artigo presente no template padrão da revista.
- Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.
- Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações.

- Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Executivo fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista.
- As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.
- Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.
- As notas de rodapé devem ser de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço cada uma e restritas ao máximo de 12 notas por artigo. Caso um número maior de notas seja essencial para a compreensão do argumento do artigo, o autor deve entrar em contato com a secretaria que avaliará o pedido. Quando for realizada a tradução de uma citação, o texto original não deve ser inserido como nota.
- As referências devem vir em corpo de texto no seguinte formato: (ABREU, 2005, p. 36). Em caso de dúvidas, favor consultar a ABNT NBR 10520 (2002).
- A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, nas Referências.
- Somente deve ser listado nas Referências material citado no texto. Os autores não devem utilizar siglas para identificar obras, pois este procedimento compromete o processo automatizado de identificação das referências. Todas as submissões realizadas deverão utilizar as normas da ABNT NBR 6023: 2018. Disponibilizamos exemplos dos principais tipos de documentos, a eles devem ser acrescentados os dados de consulta em caso de publicação eletrônica.

4) Informações sobre a submissão

4.1. Livro autoral

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

4.2. E-book

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. E-book. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011. Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

4.3. Capítulo de livro

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. p. pp-pp.

Exemplo: RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

4.4. Coletânea

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

4.5. Artigo de periódico

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**: subtítulo sem negrito, Cidade, v. X, n. Y, p. pp-pp, meses abreviados (se houver) Ano.

Exemplo: RIGOLOTTI, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

4.6. Texto disponível na internet

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do texto. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

4.7. Texto completo publicado em anais de evento

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

Exemplo: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

4.8. Dissertação ou tese

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

Exemplo: RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009..

4.9. Matéria de jornal

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, Cidade, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

Exemplo: GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

4.10. Documento depositado em arquivo

Exemplo com autoria: ARANHA, Luís de Freitas Vale. Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c 1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

Exemplo sem autoria: TERMO de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha. Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

- Sempre que possível, forneça todos os dados para a localização do documento no arquivo, tais como título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoa física, registre-se: Acervo pessoal de.

4.11. Observações sobre a apresentação das referências

- O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;
- Sempre que utilizar uma referência consultada on-line, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;
- URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;
- A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "_____" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.
- Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.
- Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista historiadahistoriografia@hotmail.com.

4.12. Modalidade de artigo

- **Artigo original:** um artigo original é o relatório de um estudo escrito pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Nele são descritos, por exemplo, os métodos adotados, os resultados encontrados, as hipóteses que guiaram o estudo, entre outras informações. Recebemos artigos originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo-se as notas e as referências bibliográficas.
- **Artigo de revisão:** o artigo de revisão fornece uma síntese abrangente do estado da arte sobre um determinado tema, identifica lacunas nas pesquisas atuais e sugere tendências. Recebemos artigos de revisão de literatura originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas.

4.13. Declaração de Direito Autoral

Os autores são os detentores dos direitos autorais dos manuscritos submetidos. É autorizado à *História da Historiografia: International Journal for Theory and History of Historiography* a realização da publicação do referido texto. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).